



IMPERIALISMO E MÉTODO

Apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia

MARINA MACHADO DE MAGALHÃES GOUVÊA

Orientador: Prof. Dr. Franklin Trein

RIO DE JANEIRO
Maio de 2016



IMPERIALISMO E MÉTODO

Apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia

MARINA MACHADO DE MAGALHÃES GOUVÊA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de doutora em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Franklin Trein

RIO DE JANEIRO
Maio de 2016



IMPERIALISMO E MÉTODO

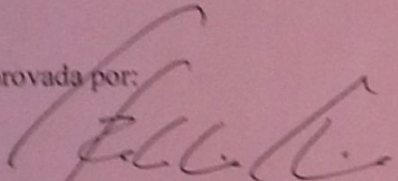
UMA APROXIMAÇÃO CRÍTICA SOBRE PROBLEMAS DE TÁTICA E ESTRATÉGIA

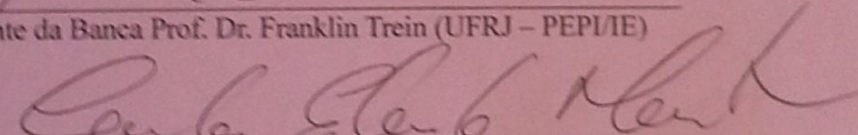
Marina Machado de Magalhães Gouvêa

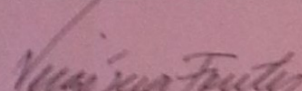
Orientador: Prof. Dr. Franklin Trein

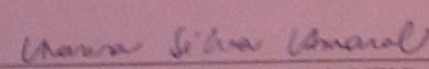
Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-IE/UFRJ), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutora em Economia Política Internacional, sob a orientação do Prof. Dr. Franklin Trein.

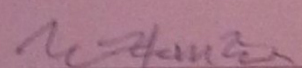
Aprovada por:


Presidente da Banca Prof. Dr. Franklin Trein (UFRJ – PEPI/IE)


Prof. Dr. Carlos Eduardo Martins (UFRJ – PEPI/IE)


Prof. Dra. Virginia Fontes (UFF)


Prof. Dra. Marisa Silva Amaral (UFU)


Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza (UNILA/BELAS ARTES)

Rio de Janeiro
Maio de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

G719i Gouvea, Marina Machado de Magalhães
Imperialismo e método: apontamentos críticos
visando a problemas de tática e estratégia /
Marina Machado de Magalhães Gouvea. -- Rio de
Janeiro, 2016.
279 f.
Orientador: Franklin Trein.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós
Graduação em Economia Política Internacional, 2016.
1. Imperialismo. 2. Filosofia da p?axis. 3.
Ontologia do ser social. 4. Transferência de
valor. 5. Teoria dialética do valor. I. Trein,
Franklin, orient. II. Título.

A práxis é o critério da verdade

AGRADECIMENTOS

Em tempos de viragem política e futuro indeciso, sou profundamente grata por ter tido a oportunidade de cursar universidades públicas com cursos de qualidade e sem censura teórico-política nos três níveis de formação superior, o que talvez não se mantenha para gerações apenas um pouco mais novas. Agradeço também pelo caráter progressista da excelente graduação em Economia da PUC-SP, digna de nota pela resistência em uma área disciplinar cada vez mais árida ao pensamento crítico – o que se dirá ao marxismo.

Agradeço pelas bolsas que recebi de instituições de fomento à pesquisa em São Paulo e no Rio de Janeiro nestes anos de formação acadêmica e, particularmente, à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pelos cinco meses de afastamento para a elaboração da tese – que ao final das contas constituíram o único período que pude dedicar efetivamente a ela, em meio às disputas diárias travadas, para muito além da sala de aula, pela manutenção de um belíssimo projeto de ensino interdisciplinar, bilíngue e latino-americanista que recebia e provia assistência estudantil para estudantes de treze países distintos e que também periga deixar de existir ou se transformar a ponto de tornar-se irreconhecível.

Especificamente na elaboração da tese, agradeço imensamente por todas as críticas recebidas, tanto na banca de qualificação, quanto na banca de defesa e que foram absolutamente imprescindíveis para melhorar a qualidade deste trabalho. Sou especialmente grata ao professor Franklin Trein, por todos os diálogos e orientação criteriosa e, em especial, por me apresentar corretamente ao Sánchez Vázquez.

A todos os camaradas de militância, a quem agradeço tudo e mais um pouco e ao Moscou e ao Rafa, pelos quinze anos de camaradagem compartilhada.

Aos professores Franklin Trein, Reinaldo Carcanholo, Antonio Elias, Aloísio Teixeira, Ildebrando Bocchi, Adriana G. Costa e Miguel Castilho, sou extremamente grata pelo exemplo, que me fez decidir ser professora e me faz optar por seguir na profissão.

Agradeço pela existência de sociedades como a SEP e a SEPLA, que mantêm um bastião fundamental, que deve sempre se fortalecer, e pelo diálogo frutífero ao longo dos últimos anos com todos os colegas, estudantes, amigos e camaradas de organizações políticas e

acadêmicas, imprescindível para a construção coletiva do conhecimento. Particularmente aos debates em cursos de formação política e em congressos sobre algumas das ideias aqui apresentadas, bem como aos debates com os(as) companheiros do Grupo de Trabalho em Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (GT-TMD/SEP), cuja interlocução me é imprescindível e com quem espero trabalhar e “amigar” ainda por muitos anos. Aos queridíssimos amigos para a vida toda do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauille da UFRJ e, muito especialmente, aos amigos de Foz e ao cão – que me acompanharam nas horas mais difíceis e desesperadas deste processo de escrita com “plazo corto”. Bem como, e mais, a todxs xs estudantes vinculadxs a estas três gerações do Grupo de Estudos em Teoria da Dependência da UNILA (GETD-UNILA), que só trouxeram alegria para o meu dia a dia e que são efetivamente meus interlocutores do cotidiano.

A todos(as) os(as) amigos(as) queridos(as) de Sampa, do Rio, de Foz e de Havana.

À minha mãe, por me ensinar a segurar os trancos da vida e pela cumplicidade infinita.

E ao Fernando, que encontrou meios de me ajudar no momento mais difícil da vida dele e com quem pretendo compartilhar a minha.

RESUMO

IMPERIALISMO E MÉTODO

APONTAMENTOS CRÍTICOS VISANDO A PROBLEMAS DE TÁTICA E ESTRATÉGIA

Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Orientador: Prof. Dr. Franklin Trein

“**Imperialismo**” segue sendo uma categoria imprescindível para a compreensão do capitalismo contemporâneo e para a luta de classes, tendo em vista o seu papel na informação tática e estratégica do movimento comunista internacional e, particularmente, latino-americano e, mais importante, dada a sua existência como complexo de determinações real e concreto. Esta tese propõe a problematização da concepção do imperialismo como uma fase histórica do desenvolvimento capitalista, abordando-a sob o ponto de vista do desenvolvimento capitalista em um grupo de países e do desenvolvimento capitalista enquanto totalidade que subverte a história humana em “história universal”. Considera que sua delimitação a apenas um grupo de países leva à não identificação de alguns de seus principais complexos e dificulta a compreensão de sua historicidade. Assim, em muitos casos a identificação da existência do imperialismo passaria a informar práticas de defesa, pelo movimento comunista, do desenvolvimento capitalista “nacional”, antagônicas àquelas que seriam condizentes com sua real determinidade histórica. A partir de considerações de cunho metodológico, busca-se contribuir para a problematização de apreensões empiricistas e essencialistas, particularmente no que se refere à transferência de valor não apenas entre países, mas enquanto determinação inerente ao próprio capitalismo historicamente transformada e, por isso, também entre países.

Palavras-chave: Imperialismo; Filosofia da práxis; Ontologia do ser social; Transferência de valor; Teoria dialética do valor.

Rio de Janeiro
Maio de 2016

RESUMEN

IMPERIALISMO Y MÉTODO

APUNTES CRÍTICOS CON MIRAS A PROBLEMAS DE TÁTICA E ESTRATÉGIA

Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Orientador: Prof. Dr. Franklin Trein

“**Imperialismo**” sigue siendo una categoría imprescindible para la comprensión del capitalismo contemporáneo y para la lucha de clases, puesto su destacado rol en las decisiones tácticas y estratégicas del movimiento comunista internacional y particularmente latinoamericano y teniendo en cuenta, principalmente, su existencia como complejo de determinaciones reales y concretas. Esta tesis plantea su problematización como una fase histórica del desarrollo capitalista, bajo el punto de vista del desarrollo capitalista en un grupo de países o del desarrollo capitalista como totalidad que subvierte la historia humana y la deviene “historia universal”. Considerase que la delimitación sólo a un grupo de países conlleva no identificar algunos de sus principales complejos y dificulta la comprensión de su historicidad. En muchos casos, pasa a informar prácticas de defensa, por el movimiento comunista, del desarrollo capitalista “nacional”, antagónicas a aquellas que le serían adecuadas a su real determinación histórica. A partir de consideraciones metodológicas, buscamos aportar a la problematización de aprehensiones empiricistas y esencialistas, particularmente en lo que refiere a la transferencia de valor. No solamente entre países, sino como determinación inherente al capitalismo mismo y historicamente transformada, que se da, de ahí, también entre países.

Palavras-clave: Imperialismo; Filosofía de la praxis; Ontología del ser social; Transferencia de valor; Teoría dialéctica del valor.

Rio de Janeiro
Mayo de 2016

ABSTRACT

IMPERIALISM AND METHOD

CRITICAL NOTES AIMING TACTICAL AND STRATEGICAL PROBLEMS

Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Advisor: Professor Franklin Trein (PhD)

“**Imperialism**” remains an essential category for contemporary capitalism understanding and in class struggle, given its role in tactical and strategic decisions throughout International Communist Movement and particularly throughout Latin American Communist Movement. Its study is still more relevant in view of its existence as a determination of reality itself. This thesis approaches critically the definition of imperialism as a historical stage in some countries capitalist development, relating it to a stage in capitalist development as whole. It argues that this strict view can relate to not understanding imperialism in its own determinations and informing practices antagonistic to those that would had been consistent with the existence of such links, particularly tactics consisting of the defence of capitalist national development). Considering some methodological notes, this thesis aims to contribute to a better understanding of imperialism as capitalism stage, speacially on criticizing empiricist and essencialist approaches and particullarly concerning transfer of value. Not only between countries, but an capitalist determination that transforms itself in imperialistic stage.

Key-words: Imperialism; Praxis Philosophy; Ontology of social being; Transfer of value; Dialectical theory of value.

Rio de Janeiro

May, 2016

ABREVIACÕES

- AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores ou I Internacional
- ANL – Aliança Nacional Libertadora
- BSI – Burô Socialista Internacional
- CC – Comitê Central
- CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- COMECOM/CAME – Conselho para Assistência Econômica Mútua [Council for Mutual Economic Assistance]
- EUA – Estados Unidos da América
- KOMINTERN – Internacional Comunista ou III Internacional [Kommunistich Internationale]
- LC – Liga dos Comunistas
- NEP – Nova Economia Política
- OC – Órgão Central
- OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade
- OSPAAAL – Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina
- PCs – Partidos Comunistas
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCUS – Partido Comunista da União Soviética
- POF – Partido Operário Francês [Parti Ouvrier Français]
- POS DR – Partido Operário Social-democrata Russo
- SDRP – Partido Social Democrata do Reino da Polónia e da Lituânia [Socjaldemokracja Rzeczypospolitej Polskiej]
- SPD – Partido Social-Democrata Alemão [Sozialdemokratische Partei Deutschlands]
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução.....	9
I. Apresentação do problema.....	13
1.1. A controvérsia clássica do imperialismo: esquerda de Zimmerwald, socialismo revolucionário e imperialismo como fase.....	22
1.2. A concepção de imperialismo em Lenin.....	36
1.2.1. Capitalismo e movimento histórico da socialidade capitalista.....	39
1.2.2. Imperialismo: socialização da produção e concentração da propriedade.....	49
1.2.3. Monopólios, capital financeiro, capital monopolista e transferência de valor.....	61
1.3. Imperialismo, revolução democrático-burguesa e o PCB (1924-1967).....	80
II. As categorias como determinações reais e a relação sujeito-objeto.....	94
2.1. Práxis, socialidade, historicidade e abstração.....	116
2.1.1 Essência X Existência.....	134
2.1.2. Essencialidade, universalidade e direcionalidade.....	137
III. Unidade entre fins e meios e considerações sobre tática e estratégia...148	
3.1. Sentido, valor e alternativa de fins e meios. Possibilidade, teleologia e liberdade; Causalidade, casualidade e necessidade.....	148
3.2. Reprodução capitalista e singularidade da transição ao socialismo.....	160
3.3. Práxis revolucionária, estratégia e tática – alguns apontamentos de caráter preliminar.....	173
IV. Imperialismo e transferência de valor.....	189
4.1. Questão de método: “o falso problema da transformação”.....	199
4.2. Socialidade e transferência de valor.....	207
4.3. Socialização do ser social e imperialismo.....	228
4.3.1. Desenvolvimentismo como resposta ao imperialismo? Algumas considerações metodológicas acerca da relação entre imperialismo e dependência.....	233
Conclusão.....	244
Referências.....	248

Introdução

Frente ao golpe em curso no Brasil, que acompanhamos enquanto terminávamos estas linhas, percebemos uma vez mais que estamos sendo confrontados com as desventuras do desenvolvimentismo latino-americano no seio da esquerda e como proposta política a partir da própria esquerda, em sua intenção de plasmar-se como bloco hegemônico, sem confrontar o capitalismo em nenhuma de suas determinações essenciais. Daí a indagação: seria esta tese uma tese sobre a conjuntura imediata brasileira e, no fundo, latino-americana? Não e sim. Certamente este não é seu objeto imediato. Mas nos atrevemos a compartilhar que é este o seu mote e seu fundamento prático.

O corpo central da tese que segue – mero requisito para o cumprimento de uma etapa acadêmica – é dedicado a apontamentos metodológicos que consideramos relevantes à compreensão adequada do imperialismo como fase do capitalismo e das implicações desta sobre o desenvolvimento dependente latino-americano. E, portanto, à compreensão adequada de seu impacto sobre países dependentes, em especial no que se refere à transferência de valor, embora esta tese tenha se restringido a um outro nível de análise.

Consideramos que as transformações na transferência de valor ao longo dos dois últimos séculos só podem ser apreendidas e compreendidas a partir da identificação do movimento histórico da própria socialidade capitalista em termos da contraditoriedade entre socialização da produção e concentração da propriedade. Por um lado, devido à generalização da causalidade ou legalidade expressa na lei do valor (que determina o caráter cada vez mais social do valor apropriável) e, por outro, devido à diferenciação das condições produtivas acessíveis a capitais com distinto nível de concentração (que incidem sobre os diferenciais de produtividade determinantes da transferência de valor e sobre a própria determinação conjuntural do *valor socialmente apropriável*, que conforma a tendência à equalização e queda da taxa de lucro a partir de sua própria diferenciação).

Assim, o impacto do salto qualitativo na concentração de capital ocorrido na alvorada da fase imperialista do capitalismo – e que se aprofunda até os dias de hoje – deve ser estudado em seu impacto sobre a transferência de valor, em escala geral, não apenas entre países distintos mas, inclusive, internamente no âmbito de cada país. Para tanto, devemos, ao mesmo tempo afastar-nos de interpretações calcadas apenas no fenômeno e que encontram no diferencial entre preços e valores (e nos preços de monopólio) o impacto da concentração;

sem nos esquecermos, simultaneamente, de que não se pode explicar o movimento histórico por um movimento imanente da lei do valor, posto que a mesma corresponde a uma abstração para a compreensão da realidade expressando um conjunto de determinações concretas, cuja concretude deve ser entendida em sua historicidade e socialidade como fruto da práxis humana.

Apresenta-se nesta tese a distinção entre se considerar o imperialismo como uma fase do desenvolvimento capitalista *à qual chegaram alguns países* ou como uma fase que, por isso mesmo, e dado o caráter universalizante da história capitalista, constitui-se no movimento da socialidade capitalista em sua totalidade, inaugurando *uma fase do capitalismo em sua totalidade* (o que não impede a identificação de suas determinações em nível interestatal, dada a subversão da história dos distintos grupamentos humanos pelo capitalismo, que a constitui como “história universal”).

A respeito da primeira formulação, esta nos parece implicar, de alguma maneira, o entendimento do imperialismo como algo *externo*, nas melhores formulações, um inimigo externo com agentes internos, a ser combatido e extirpado. Se é, contudo, uma fase do desenvolvimento capitalista em sua totalidade, não pode ser simplesmente extirpado. Neste ponto, apesar da tese não se pretender a uma análise específica no plano do sistema interestatal (não porque a consideremos irrelevante, todo o contrário), toca-se claramente em questões pertinentes às definições estratégicas e táticas do movimento revolucionário, na medida em que se faz perpassar a discussão pelo caráter da revolução.

Mais que nunca, precisamos reconhecer que o imperialismo não é um *inimigo externo a ser suprimido*, mas uma fase histórica do desenvolvimento capitalista, que só pode ser ultrapassada com a superação do próprio capitalismo. E mais: que o imperialismo não justifica uma aliança com a burguesia nacional que tenha como finalidade imediata a promoção do desenvolvimento capitalista, posto que o desenvolvimento capitalista dependente não deixará de ser dependente devido à nossa aliança com a burguesia, não se mostrando, no imperialismo, as suas contradições, de outro tipo que não acirrado, acirradíssimo, acirradésimo. Importa saber que, na melhor das hipóteses, a tentativa de aliar-se com a burguesia nunca levará a nada que não à hegemonia burguesa sobre o processo histórico, se nós mesmos assumimos, como finalidade intermediária da práxis revolucionária (ainda justificada taticamente), o desenvolvimento capitalista, nacional e autônomo. E ainda, que a formação de nossos próprios quadros dentro da ideologia de que este é um objetivo

importante leva à inviabilização de que a classe trabalhadora tome as rédeas de um processo revolucionário que, se vier a se iniciar, certamente será a partir da luta da própria classe trabalhadora.

Não se pretende de nenhuma maneira (especialmente em um trabalho acadêmico) apontar uma “interpretação correta” frente aos “equivocos” das organizações políticas. Pelo contrário. A má compreensão do período imperialista em suas determinações mais essenciais e a problemática aqui implicada em termos da construção do sujeito revolucionário são problemáticas históricas, cuja superação só se pode dar no seio destas organizações e na condição de síntese histórica do próprio sujeito revolucionário em sua construção efetiva.

Claro está, entretanto, que se sempre orientamos a nossa prática a finalidades previamente concebidas, por meios que consideremos adequados com base em nossa visão sobre as determinações da realidade, as controvérsias sobre a adequação ou não de nosso espelhamento acerca da realidade e, particularmente, a discussão sobre as determinações do imperialismo, não é inócua ou escolástica.

Esta tese busca, dentro de suas muitíssimas limitações e a partir da identificação de alguns nexos entre determinadas aproximações acerca do imperialismo e a defesa do desenvolvimento capitalista, como finalidade intermediária na luta pelo socialismo (especialmente em países dependentes), apontar para uma interpretação teórico-conceitual do imperialismo como fase do desenvolvimento capitalista (em nosso entender correta, sob um ponto de vista objetivamente ontológico). Fase esta, fundada no movimento histórico da própria socialidade capitalista, no curso da reprodução material da vida dos homens e mulheres concretos.

O capítulo inicial do trabalho apresenta o problema a partir de distintas perspectivas, enquanto os demais desenvolvem algumas considerações metodológicas necessárias: acerca da relação entre socialidade, historicidade e práxis; acerca da unidade entre fins e meios na práxis humana; acerca da socialidade capitalista e de seu movimento histórico; e acerca da transferência de valor. Apresenta-se ainda uma interpretação sobre o impacto da concentração de capitais sobre a transferência de valor (entendida como determinação inerente ao próprio capitalismo, nos marcos da contradição entre socialização da produção e concentração da apropriação). Esta interpretação diverge da limitação neoricardiana deste impacto a uma diferenciação entre “preços e valores” mas que ainda assim defende que se dá uma transformação da transferência de valor, que deve ser compreendida nos marcos da

indissociabilidade do movimento histórico concreto. Tais considerações apontam indicações sobre a relação entre imperialismo e dependência, que não são aprofundadas sob a pena de que o fossem de maneira excessivamente limitada.

Devido às limitações de prazos e às condições muito menos que desejáveis de elaboração deste trabalho, suprimimos também dois capítulos posteriores, os quais, com certeza, poderiam enriquecer o resultado final, mas cuja eliminação não afeta a construção dos estudos e análises aqui apresentados.

Parte-se do conjunto da obra de Karl Marx e de Friedrich Engels até onde é por nós conhecido, como referência fundamental, agregando também como referências estruturantes o conjunto das obras de Vladimir Ilich Lenin e de Ruy Mauro Marini. Nossa interpretação acerca de aspectos fundamentais da obra de Marx e Engels está amplamente baseada – embora não inteiramente contida – nas interpretações formuladas por György Lukács, no que atine à forma da práxis humana em geral; por Adolfo Sánchez Velhaquez, que reivindica o marxismo como “filosofia da práxis”; e por Reinaldo Carcanholo, no que atine à apreensão da lei do valor em seu movimento (ou da teoria dialética do valor, como a denomina Carcanholo, reivindicando o movimento da historicidade material a partir do qual ela é apreensível), em interpretação que, embora obviamente influenciada por outros autores – como Roman Rosdolsky e Isaac Rubin –, constitui a mais fecunda interpretação que conhecemos a respeito.

Não há dúvidas de que subsistem aqui erros de interpretação e equívocos relativos ao tratamento de determinadas categorias. Alguns deles provavelmente poderiam ter sido substancialmente minimizados sob prazos de trabalho distintos e temos consciência de vários. Outros quiçá subsistirão como substrato da crítica e autocrítica. Especialmente os dois últimos capítulos certamente teriam se beneficiado sobremaneira de um maior prazo para revisão e problematização pela própria autora, que quiçá um dia exista no interior do debate coletivo. Dói-nos também a ausência de um maior cotejamento com os muitos trabalhos que têm sido produzidos recentemente sobre temas similares e com similar linha teórico-metodológica, o que se deve unicamente à limitação de prazo, posto que entendemos que a produção teórica socialmente comprometida não pode ser senão um esforço coletivo, sócio-historicamente determinado. Ficam resguardados, porém, os alinhamentos gerais, considerados significativos, e que pretendemos seguir aprofundando e desenvolvendo mais apropriadamente em futuras oportunidades.

I. Apresentação do problema

“Imperialismo”, “capital financeiro” e “capital monopolista” são provavelmente as categorias não formuladas diretamente por Marx ou Engels mais utilizadas no marxismo e no movimento comunista no decorrer dos séculos XX e XXI. Têm tido tremenda relevância política, sendo difícil encontrar textos programáticos de organizações da esquerda latino-americana que não lhes façam qualquer referência, em especial a “imperialismo”. Por outro lado, trata-se de categorias que podem carregar significados absolutamente distintos e por vezes inclusive antagônicos, havendo sido mais de uma vez criticadas em sua pertinência como espelhamento da realidade. Sua utilização – e seus distintos significados – provém de encarniçadas controvérsias político-teóricas em torno da definição dos rumos do movimento revolucionário, nas quais diferentes posicionamentos significam geralmente posições políticas distintas (e inclusive contrapostas) em termos da luta pelo socialismo e pelo comunismo¹.

1 Na literatura marxista, “socialismo” e “comunismo” adquiriram historicamente significado tanto como denominação de projetos políticos quanto como denominação de processos históricos. Enquanto corrente política, *o socialismo é anterior ao próprio marxismo*, identificando-se a ideais de maior socialização da vida e da propriedade em autores que viriam a ser denominados por Marx e Engels como “socialistas utópicos” (cf., Friedrich Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, [1892] 1976). Ao socialismo utópico, Marx e Engels contrapõem sua visão materialista e dialética (cf. Marx, *Crítica da filosofia do direito de Hegel* [1843], 2010; *A miséria da filosofia*, [1847], 2009) que se tornou conhecida posteriormente enquanto “concepção materialista da história” a partir da edição soviética de *A ideologia alemã*, escrita em 1845-1846 ([1926, primeiro capítulo]/[1959]/[1969]/[2006]); visão essa contraposta também ao “materialismo mecanicista”. Tal concepção permitiria a apreensão objetiva das determinações e nexos causais realmente existentes e, portanto, a correta projeção dos meios para atingir as finalidades utopicamente pretendidas pela corrente idealista do pensamento socialista. Já desde a década de 1840 a vertente socialista reivindicada por Marx, Engels e outros revolucionários europeus seria também denominada “comunista”. Plasma-se na defesa teórica, política e orgânica do comunismo enquanto corrente política que almeja a superação do capitalismo através de sua destruição pelo proletariado com a tomada do poder e a construção de uma nova formação social sob a hegemonia de outro modo de produção, comunista. Assim, a partir dos embates políticos na Liga dos Justos e na Liga dos Comunistas, já *Manifesto do Partido Comunista* ([1848] 1978) o termo “comunismo” aparece *tanto como indicativo de uma corrente política quanto como indicativo de uma formação social e modo de produção* (cuja construção é almejada pelos partidários daquela corrente política). Coloca-se, portanto, uma série de problemáticas referentes à *transição* do capitalismo ao comunismo. As teses marxianas sobre tal transição atravessam inúmeros textos, passando pelo

Uma aproximação marxista deve reconhecer que as categorias *não existem em abstrato*, expressando determinações concretas cujo espelhamento teórico-conceitual é, ele mesmo, objeto de profundas *controvérsias* marcadas por posicionamentos contrapostos ou mesmo antagônicos (dada a forma especificamente humana de reprodução material da vida) e sócio-historicamente determinadas.

No caso das controvérsias dentro do marxismo, *dão-se embates e debates sobre os rumos a serem tomados pelo movimento revolucionário, a relação entre o diagnóstico sobre o*

programa de transição proposto no próprio *Manifesto do Partido Comunista* e pelas análises sobre *A luta de classe na França de 1848 a 1850* ([1849-1850] 1978), *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte* ([1852] 1978), *Guerra Civil na França* ([1871] 1976) e *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* ([1851-1852] 1978), que demonstraram a necessidade concreta de algumas medidas de transição), pela *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* ([1884] 1976) que explicita a historicidade do Estado enquanto instituição); e pela *Crítica ao Programa de Gotha* ([1875] 1976), onde pela primeira vez é claramente referenciada uma “fase superior” e uma “fase inferior” do comunismo enquanto modo de produção, esta última sendo descrita como uma transição relativamente curta para aquela. É apenas com a efetiva precipitação da revolução proletária que o “socialismo” também passaria a adquirir amplamente conotação de “formação social”, representando aquele período de transição, ou a “fase inferior do comunismo”. No processo da Revolução Russa, Lenin elabora as *Teses de Abril* ([1917c] 1981) e as *Tarefas do proletariado na presente revolução* ([1917d] 1981) enquanto plataforma programática do Partido Bolchevique na transição para o comunismo, aprofundando a análise sobre a conquista e manutenção do poder neste processo, por exemplo, em *O Estado e a revolução* ([1917e] 1981) que contrapõe a supressão abrupta do Estado burguês à extinção paulatina do Estado enquanto tal, durante a ditadura do proletariado, já associada ao socialismo enquanto “época de transição”. Em suas várias considerações acerca da NEP, o socialismo é tratado não apenas como época necessária de transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção comunista, mas como modo de produção em si, de modo que a NEP representava a transição *para o socialismo*. Dadas as características inerentes ao socialismo como modo de produção (propriedade social sobre os meios de produção, ditadura do proletariado), é inevitável que em seu desenvolvimento se dê progressivamente a extinção das classes sociais, ou a paulatina transição à sociedade sem classes, comunista. Os muitos desafios concretos inerentes à problemática da construção do socialismo acabaram levando a que este também fosse tratado como um modo de produção inseparável do comunismo (posição com a qual concordamos) em todas as demais experiências históricas de construção socialista de que temos conhecimento (a Revolução Chinesa, a Revolução Coreana, a Revolução Cubana, a Revolução Vietnamita...), bem como no conjunto do Campo Socialista e nas repúblicas socialistas do Leste Europeu.

*presente, a maneira de contar o passado e o prognóstico sobre o futuro (bem como a maneira “correta” de atuar na sua determinação e a definição sobre “o que fazer”). Isto é, os debates e embates acerca da teoria e acerca da tática e estratégia sempre estiveram presentes e conformam estruturalmente o movimento comunista. O materialismo dialético (e o próprio marxismo) nasceu a partir da crítica do real e visando não apenas à sua compreensão, mas também, e principalmente, à sua transformação. Nesse sentido, partilhamos da apreensão do marxismo enquanto *filosofia da práxis*²: filosofia (materialista e dialética) de crítica do real e da construção histórica de sua superação emancipatória. Vai além da investigação ontológica do movimento do real por si só e visa a instrumentar a determinação consciente do sentido deste movimento através da práxis humana³. Não tem uma atitude meramente contemplativa sobre o movimento da realidade concreta – por maior que seja a correspondência entre as determinações e sobredeterminações deste movimento e seu espelhamento teórico-conceitual. E, sem embargo, dada a ontologia da própria práxis enquanto transformação do real teleologicamente orientada (unidade entre pensamento e ação, momento ideal e realização, teoria e prática), quanto maior a adequação do espelhamento conceitual da realidade social em suas determinações relevantes para o objetivo pretendido, maior a chance de êxito. O marxismo visa à superação do capitalismo e à construção socialista e comunista. Não há marxismo fora de uma perspectiva comunista.*

Em verbete sobre Marx escrito por Lenin ([1914d] 1984), o revolucionário russo recorda, remetendo-se à primeira *Tese* sobre Feuerbach formulada por Marx⁴, que

-
- 2 Antonio Gramsci foi o primeiro a empregar o termo “filosofia da práxis” para descrever o marxismo, evadindo a censura a seus escritos do cárcere.
 - 3 Entendemos aqui, por “práxis”, o próprio *agir humano*, enquanto unidade entre aquilo que (necessariamente) é imaginado antes da ação – o objetivo pretendido e os meios para alcançá-lo – e o próprio processo de torná-lo real (ou *realizá-lo*, *efetivá-lo*). A práxis existe apenas nessa unidade entre imaginação (projeção, ideação, momento ideal) e realização (efetivação, objetivação, momento real). Visando a apreender alguns aspectos metodológicos relevantes para a tese central que se indica neste trabalho, retornaremos com maior detalhe a uma perspectiva ontológica sobre o trabalho e sobre a práxis humana em geral nos capítulos subsequentes.
 - 4 “O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da *contemplação*; ; mas não como atividade humana sensível, como prática, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo –mas

“Após esclarecer, já nos anos 1844-1845, um dos defeitos fundamentais do antigo materialismo – que consiste em não compreender as condições da atividade revolucionária prática, nem apreciar sua importância –, Marx consagra uma intensa atenção ao longo de sua vida aos problemas táticos da luta de classe do proletariado, ao mesmo tempo que aos trabalhos teóricos. *Todas* as obras de Marx, e em particular os quatro volumes de sua correspondência com Engels, publicados em 1913, nos oferecem uma documentação copiosíssima a este respeito”. E acrescenta (ênfase do autor): “[...] o materialismo, despojado *deste* aspecto, era justamente para Marx um materialismo a meias, unilateral, sem vida”.

“[...] *O decisivo no marxismo não é uma mudança de conceitos, sem que isso exclua, de modo algum, sua necessidade: essa mudança é necessária para que a teoria cumpra a função de instrumento de transformação do real*” (cf. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1967-1980] 2007, p.114; ênfase nossa). Claro está que isto também se aplica ao debate sobre a definição e caracterização do imperialismo. O debate de conceitos por si só é atividade puramente escolástica (cf. MARX, [1888] [[1845]] 2007) e não transforma diretamente a realidade, apesar de que devemos reconhecer que toda visão de mundo (e toda concepção teórica) tem consequências práticas. Toda visão de mundo informa e fundamenta a práxis, mesmo quando as alternativas são inconscientes ou quando a transformação finalmente ocorrida não corresponde às intenções prévias. “*Não se trata apenas de transformar uma ideia falsa, mistificadora sobre a realidade, mas sim, a realidade que engendra esta ideia*” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, *op.cit.*, p.114). O marxismo busca configurar-se como teoria (científica) da práxis revolucionária do proletariado.

Nesse sentido, e considerando que as controvérsias político-teóricas lhe são, portanto, intrínsecas e, particularmente, que as falsas apreensões da realidade *também partem da realidade social e também têm efetividade social real*, na medida em que se constituam em sua condição de fundamento da atividade humana⁵, a afirmação de que “*a práxis é o critério*

apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [*sinnliche Objekte*] efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento; mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade *objetiva* [*gegenständliche Tätigkeit*]. Razão pela qual ele enxerga, na *Essência do cristianismo*, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica-suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade 'revolucionária', 'prático-crítica'” (MARX, [1888] [[1845]] 2007, p. 537).

5 “Se alguém *imagina* possuir cem táleres, não sendo isso para ele apenas uma representação arbitrária, subjetiva, se acreditar de fato nela, então os cem táleres imaginados têm para ele o

da verdade” (com a qual optamos por abrir este trabalho) é uma das mais importantes constatações de Marx, mas deve ser tomada com duplo cuidado⁶.

Uma análise aprofundada sobre os significativos perigos nela envolvidos constituiria uma digressão demasiado extensa neste momento, podendo acarretar o afastamento em relação ao nosso tema central (“a apresentação do problema”, a ser estendida ao longo do presente capítulo). O primeiro deles está situado no próprio significado do termo *práxis*, uma vez que em português, ao contrário do alemão, é possível a tradução por “*práxis*” ou “*prática*”, já provocando alguma confusão⁷. Mesmo que retornemos a esta e a outras questões

mesmo valor de cem táleres reais. Por exemplo, ele contrairá dívidas em função desse seu dado imaginário, o qual provocará uma ação efetiva, do mesmo modo que toda a humanidade contraiu dívidas contando com seus deuses” (MARX, 1841 *apud* LUKÁCS, [1976] 2012, p. 283. Ênfase nossa).

6 De caráter lapidar, “a *práxis* é o critério da verdade” não se encontra formulada exatamente desta maneira em nenhuma obra clássica do marxismo, tendo sido, contudo, repetida e reproduzida muitas vezes como máxima filosófica ao longo do último século. É atribuída com frequência às *Teses sobre Feuerbach* (MARX, [1888] [[1845]] 2007) e a *Materialismo e empiriocriticismo* (LENIN, [1909] 1946). Seu conteúdo é bem expresso de maneira sintética pela “Tese nºII”, a mesma que se refere ao caráter escolástico da “disputa em torno da realidade ou irrealidade do pensamento”, isto é, da disputa acerca da verdade ou não-verdade do pensamento isolado da *práxis*. Na prática: “A questão se se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständlich Wahrheit*] não é uma questão o da teoria, mas uma questão *prática*. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente *escolástica*” (MARX, [1888] [[1845]] 2007, p. 537).

7 Na medida em que palavras são conceitos, signos do real, muitas dificuldades podem terminar se impondo despercebidas por esta via e não se reduzem de nenhuma maneira a “problemas semânticos”. O principal problema – que aprofundaremos posteriormente – decorre da confusão entre a *práxis* como unidade ideal-real da objetivação (ou o próprio ato teleológico do pôr, que só é atividade material real, ou *práxis*, na medida em que efetivamente objetiva o novo – idêntico ou não àquele pretendido) ao fruto daquela objetivação. Ocorre na medida em que a “realidade prática” (neste caso um adjetivo que qualifica a realidade em suas determinações humano-sociais) é aquela criada pela *práxis* (neste caso um substantivo, identificado à atividade consciente e teleológica a partir da qual o ser humano reproduz materialmente sua vida, constituindo-se em sua condição de ser social). A confusão entre a ação objetivadora e a realidade objetivada impede justamente a adequada compreensão do próprio processo de objetivação, identificando o sujeito

nos capítulos subsequentes, acreditamos bastar, para o momento, apenas as seguintes interrogantes: se concepções falsas também têm efeito real, como verificar a veracidade e o acerto de uma teoria a partir da práxis? Por outro lado, como verificar materialmente a veracidade de uma teoria sem sair da própria esfera do pensamento?

Para os fins imediatos desta discussão, partamos da definição simples da práxis como *atividade prática de objetivação teleológica de fins e meios idealmente projetados*. Constitui, nesse sentido, a forma especificamente humana de reprodução material da vida, por meio da qual o ser humano transforma o real e se transforma, constituindo-se em sua especificidade como ser social. Tal definição pressupõe na práxis humana uma unidade entre “momento ideal” e “momento real”, ideia e matéria, negadas pelo materialismo mecanicista. Isso não significa que tanto a “atividade prática” quanto a “atividade teórica” sejam, em si, práxis⁸. Ao constituir ação prática, toda atividade prática modifica a realidade objetiva, mesmo quando sua finalidade seja a de incidir sobre a ação de outros homens. Assim, se entendermos a práxis da maneira descrita anteriormente, como *objetivação* real teleologicamente orientada, *a atividade prática sempre constitui práxis*. Caso não chegue a transformar a objetividade, não se constitui como ação prática, restringindo-se ao plano da “atividade teórica”. Embora toda atividade prática pressuponha atividade teórica (em termos das concepções acerca da realidade nas quais fundamente a escolha de fins e meios), a atividade teórica em si não leva necessariamente a uma transformação das objetividades, não traz em si mesma a objetivação, apenas passível de ocorrer por meio da “atividade prática”⁹. Daí se depreende que sua veracidade só pode ser verificada ao instrumentar a atividade prática, por meio de sua unidade

ao objeto.

8 Empregamos aqui a diferenciação entre “atividade prática” e “atividade teórica” feita por Adolfo Sánchez Vázquez ([1967;1980] 2007, pp.219-237), útil neste ponto da argumentação, com a ressalva de que em sua formulação deve-se entender por “atividade teórica” o conjunto da atividade cognitiva e da determinação de fins e meios, isto é, o conjunto do “momento ideal no ser social”, nos termos de Lukács ([1976] 2012), ou o “lado ativo” da própria “atividade humana como atividade objetiva”, para além da apreensão meramente contemplativa do objeto ou como atividade humana sensorial, nos termos de Marx (cf. [1888] [[1845]] 2007).

9 “[...] por mais estreitas que sejam as relações entre uma e outra atividade, a atividade teórica por si só não mostra os traços que consideramos privativos da práxis e, por isso, não devemos colocá-la no mesmo plano que as formas de atividade prática [...]” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1967;1980] 2007, p.232).

com a atividade prática, isto é, *na práxis*¹⁰.

O critério dessa veracidade só pode ser a própria objetivação. É na práxis que se verifica a verdade ou a falsidade de uma concepção, mediante a correspondência entre fins pretendidos e fins objetivados¹¹. E aqui se apresenta uma nova dificuldade: não se trata da constatação empírica dos resultados objetivados. Nem sempre tal correspondência é empiricamente observável e – à exceção do que ocorre imediatamente no próprio processo de trabalho em sua condição de modelo da práxis – raramente o é¹². Mais profundamente, dada a forma especificamente humana de apreensão do mundo, esta só pode ser apreendida conceitualmente, justamente a partir do que viemos denominando como “atividade teórica”! De tal modo que, se por um lado a verificação da verdade teórica não pode jamais se dar em âmbito meramente teórico, por outro, a verificação da verdade teórica pela práxis passa sempre pela apreensão teórica acerca dos resultados objetivados em sua relação com as finalidades pretendidas! (Eis a raiz, na própria estrutura da práxis como efetivação

10 Deve-se diferenciar, portanto, a concepção de Sánchez Vázquez sobre a “atividade teórica” da concepção de “luta teórica” formulada originalmente por Engels. No caso de Sánchez Vázquez, a “atividade teórica” resume-se ao âmbito do pensamento, sem realização ou objetivação. O ato de escrever um livro, fazer uma panfletagem, proferir um discurso, já constitui uma “atividade prática” pela definição do marxista espanhol.

11 Esta é a base de toda a experimentação científica e a base do surgimento da ciência a partir da generalização da práxis humana. Os perigos mais imediatos em se extrapolar esta relação indevidamente incorrem inclusive no que se refere ao “desenvolvimento científico” autonomizado para além das condições materiais nas quais se dê.

12 Na medida em que a realidade social se apresenta na aparência fenomênica imediata não como objetivação, mas simplesmente como objetividade, rompe-se o vínculo necessário de sua compreensão no conjunto de suas determinações, que passa a exigir a investigação sobre as condições (sempre históricas e sociais) do processo de objetivação. Na reprodução material de nossas vidas contraímos relações que conformam aquelas condições e que, apesar de sociais (coletivamente objetivadas), apresentam-se em sua reprodução cotidiana independente de nossa vontade (ou como objetividade alheia aos homens e mulheres que as constroem). Mais adiante faremos notar que a relação de alteridade entre sujeito e objeto é condição necessária da práxis, mas que isso não implica necessariamente uma relação de alienação, determinada justamente pelas condições concretas da práxis (relacionando-se, no capitalismo, ao “fetiche da mercadoria”, conformada justamente a partir da não identificação das mercadorias como produtos do trabalho humano).

conscientemente orientada, dos embates acerca da tática e estratégia e de sua vinculação à “análise concreta da realidade concreta”). Também nesse sentido o marxismo deve ser entendido como filosofia da práxis¹³, que precisa apreender teoricamente a sua própria capacidade de constituir-se em ferramenta da práxis revolucionária.

No caso que nos ocupa – as controvérsias político-teóricas deflagradas no seio do marxismo –, a disputa pela veracidade e acerto de distintas concepções é crucial, uma vez que instrumenta justamente a definição sobre “o que fazer”. Essa veracidade e acerto *não podem contudo, de nenhuma maneira, ser verificadas pela mera postulação de determinações ideais ou idealizadas*. Sua verificação na práxis, por sua vez, exige o espelhamento teórico-conceitual da própria realidade (ou a “atividade teórica” de sua apreensão), na medida em que só pode se dar pela correspondência entre objetivação pretendida e objetivação realizada. E eis aqui, uma vez mais, a importância do materialismo dialético. Não como repositório de um método estático a ser aplicado na análise da realidade e cujas conclusões devem, a partir daí, ser utilizadas para a explicação do movimento da própria realidade. Mas, a um só tempo, como método de apreensão e espelhamento do real visando a transformá-lo com orientação a um fim determinado (em última instância, a construção do comunismo) e como método de verificação da teoria na práxis, visando à continuada verificação da adequação daquele espelhamento e das alternativas com base nele realizadas, em termos de objetivos, tática e estratégia¹⁴.

Uma concepção instrumental sobre o próprio método é, portanto, estranha ao marxismo

13 Que pressupõe, em nosso entender, uma “ontologia do ser social”, mas não se restringe à formulação desta ontologia que, em si mesma e de maneira isolada, permite a compreensão ontológica da alternativa em sua liberdade e causalidade e, inclusive, o campo de ação concreto da práxis em termos da ontologia do momento ideal, mas não define de modo necessário a permanência das opções frente à realidade social que, de partida, levaram à sua própria formulação, fundada na necessidade do caráter ontológico da investigação *que vise à transformação consciente da realidade*.

14 “A atividade teórica em seu conjunto, considerada também ao longo de seu desenvolvimento histórico, somente existe por e em relação com a prática, já que nela encontra seu fundamento, seus fins e critério de verdade [...]” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ [1967-1980] 2007, p.232). Isso é tanto mais verdadeiro no que se refere à práxis revolucionária, na medida em que os nexos de causalidade que lhe são relevantes não são de nenhuma maneira apreensíveis na aparência fenomênica imediata.

em sua condição de filosofia da práxis. A própria práxis (e, em especial, a revolucionária) requer, em seu movimento histórico, a continuada autocrítica, no sentido radical de confronto entre o projetado e o realizado, entre a projetualidade e a processualidade social em sua concretude – conformada por pessoas concretas e relações concretas –, que não só pode, por sua vez, ser teoricamente apreendida, mas também deve sê-lo continuamente, como “análise concreta da realidade concreta” (que não deixa por isso de supor o processo de abstração necessário a uma apreensão objetivamente ontológica das determinações relevantes para a práxis pretendida) em constante movimento.

Deve-se cuidar, por um lado, para não se incorrer em uma perspectiva que superestime o momento ideal a ponto de considerar que o mero agir deva ser já critério da verdade – independente da objetivação prática; por outro lado, deve-se cuidar para não se incorrer em uma perspectiva que superestime o momento real, a ponto de ser desconsiderada a diferença prática entre finalidades efetivamente objetivadas e pretendidas¹⁵. Em sua unidade, a práxis constitui atividade material, transformadora e adequada a fins que têm no trabalho seu modelo elementar e singularizante da forma especificamente humana de reprodução material da vida,

15 “Momento” é aqui entendido no sentido filosófico, não cronológico – no capítulo 2, a categoria será melhor debatida. O primeiro equívoco apontado constitui a superestimação do “poder das intenções” na história, isto é, a superestimação da teleologia (a constatação de que “os homens fazem sua própria história” sem a contraparte causal) que incorre em *determinismo teleológico* – o real é determinado pelo que se espera que venha a ser mas não é, em uma contradição entre o que existe e o que se pensa como existente ou latente em função do-vir-a-ser. Ele se dá a partir da autonomização abstrata do lado ativo, quer subjetivista, quer constitua idealismo objetivo na medida em que enxergue o fruto da história a partir do movimento imanente (da manifestação ou exteriorização) de uma essência apreendida em algum momento da realidade concreta, porém não entendida em seu próprio movimento material, como determinação histórica e social. O segundo equívoco apontado constitui a superestimação do “poder dos efeitos”, isto é, a superestimação da causalidade que incorre em *determinismo causal* – o futuro está determinado *a priori* pelo que existe no presente, seja de forma independente das intenções humanas, seja a partir de uma compreensão mecanicista acerca da consciência apenas como reflexo do real mas não como fundamento de sua transformação (a constatação de que a história “não é feita em condições que escolhermos”, sem a contraparte teleológica). Ele se dá a partir da exacerbação do objetivismo que termina por idealizar representações abstratas da realidade que, apesar de imediatamente aparentes, não são percebidas ou espelhadas no conjunto de sua determinação histórica e social.

isto é: a história humana é a história da práxis que nos faz humanos, construída por mulheres e homens que *transformam conscientemente a realidade a partir da realidade existente*¹⁶. Homens e mulheres que fazem história, mas não em condições por eles escolhidas. Com liberdade implicada na teleologia, porém sem evadir jamais das determinações existentes e de seus nexos de causalidade, como trataremos na sequência deste trabalho. De modo que a verificação da verdade de uma concepção pela práxis deve se contrapor tanto ao *idealismo de viés empiricista*, causalmente determinista quanto ao *idealismo de viés escolástico*, teleologicamente determinista. Ao primeiro porque, sob a aparência de uma apreensão materialista, a realidade imediata é espelhada a partir de abstrações gerais idealizadas, com base em apreensões sobre a imediaticidade fenomênica que não podem deixar de ser socialmente determinadas (e o são, porém, sem consciência de sê-lo e de sua própria historicidade, impossibilitando um processo de investigação ontologicamente orientado, na verdade velado pela aparência fenomênica imediata). E ao segundo porque, na representação ideal das determinações, substitui a própria realidade como ponto de partida, devendo a realidade se explicar a partir do movimento imanente de leis ideais e não estas serem abstraídas do movimento real; e, assim procedendo, impõe uma absurda contradição entre essência e existência mesmo quando tais abstrações sejam efetivamente fruto de uma investigação com orientação aparentemente ontológica – depreendida a partir de determinações “universais” que, por não serem examinadas em sua historicidade, não constituem de modo necessário determinações essenciais reais¹⁷.

16 Ao criticar o materialismo mecanicista – em formulação apresentada na I Tese sobre Feuerbach indicada acima e que será retomada com maior profundidade mais adiante –, Marx critica predominantemente a separação estanque entre sujeito e objeto, entre o subjetivo e o objetivo, ainda que ambos sejam distintos e que esta distinção esteja na base da própria práxis como atividade humana consciente (ou teleológica) materialmente determinada. O conhecimento é o conhecimento de um mundo cada vez em maior medida criado pelo homem; e parte do mundo humano histórica e socialmente determinado. A separação mecânica entre ideia e matéria, teoria e prática, é falsa na medida em que *o conhecimento inexistente fora da história, da sociedade e da própria práxis como forma especificamente humana de reprodução material da vida*. E esta práxis, por sua determinação ôntica, inexistente de forma dissociada, por um lado, do conhecimento (que subsidia a série de alternativas teleológicas) e, por outro, da efetivação pela ação prática real (cujo êxito em termos da real objetivação de novas objetividades depende dos nexos causais reais entre as várias cadeias de determinações colocadas em movimento).

17 No primeiro caso, consideramos particularmente relevante a crítica realizada por György Lukács

Tais características implicam que o movimento histórico do marxismo seja, a um só tempo, o movimento histórico das controvérsias teórico-políticas determinadas em seu seio e dele indissociáveis. Tais controvérsias precipitam-se no movimento da luta de classes como alteração de sujeitos concretos, gente de carne e osso que, na reprodução material de suas vidas, determina, na unidade entre teleologia e causalidade, o movimento histórico da sociabilidade capitalista e o desenrolar das conquistas e derrotas da classe trabalhadora ao redor do mundo. Movimento este que impõe renovados desafios ao proletariado em sua organização e em sua constituição como sujeito revolucionário da transformação que possibilite a supressão das classes sociais, o fim da exploração de homens e mulheres por outros homens e mulheres e a maior capacidade de autorrealização humana na reprodução material de suas condições de existência.

No caso específico da controvérsia do imperialismo, *os critérios e implicações práticas de sua caracterização (ou não) como uma fase histórica do desenvolvimento capitalista devem ser buscados no movimento real da história do capitalismo em suas determinações próprias*. Trata-se, por um lado, de evitar as explicações que buscam a essência do imperialismo em suas determinações fenomênicas mais aparentes empiricamente (e não na historicidade do movimento real do próprio capitalismo e nas sobredeterminações daquelas determinações fenomênicas, também em sua própria historicidade) e, por outro, as explicações que buscam a essência do imperialismo no movimento imanente da própria lei do valor (e não na historicidade do movimento real do próprio capitalismo e no movimento histórico da própria lei do valor, que não evade jamais de sua legalidade concreta *real* e abstratamente expressável)¹⁸.

ao epistemologismo neopositivista (cf. LUKÁCS, [1976] 2011 e 2012). No segundo, o mesmo ocorre com as considerações de Adolfo Sánchez Vázquez acerca da evolução histórica da percepção da contradição entre essência e existência no pensamento de Marx (cf. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1967a] 2017). Indicaremos alguns pontos de unidade e algumas divergências entre ambas as análises ao longo de algumas das considerações metodológicas às quais nos obrigaremos no restante deste trabalho em função da tese central aqui apresentada.

18 Dado o escopo imposto pelas limitações de prazo neste trabalho, não é nosso objetivo uma revisão crítica das assim chamadas “teorias contemporâneas do imperialismo”. As considerações metodológicas acerca da identificação do imperialismo como fase, período ou época histórica do desenvolvimento capitalista (entendidos aqui como sinônimos) devem, contudo, ser sempre tomadas em conta no espelhamento teórico da realidade que vise a instrumentar sua

1.1. A controvérsia clássica do imperialismo: esquerda de Zimmerwald, socialismo revolucionário e imperialismo como fase.

Na controvérsia aqui denominada como “controvérsia clássica do imperialismo”, a maior parte dos posicionamentos teóricos teve em comum (cada qual indicando determinações distintas tidas como essenciais) o fato de identificarem o imperialismo como *um elemento do desenvolvimento capitalista*, não como *desenvolvimento capitalista em si*. Este é o ponto fulcral da controvérsia acerca de sua caracterização (ou não) como fase histórica do desenvolvimento capitalista e tem significativas implicações práticas. Constitui a disputa teórica pela determinação do sentido geral da práxis política, isto é, de seus objetivos mediatos e imediatos, da estratégia geral necessária à consecução daqueles objetivos e das táticas que a cada momento e em cada situação concreta formam parte dessa estratégia.

Os desafios impostos ao movimento social-democrata não eram simples¹⁹. Tratava-se da

transformação. Claro está que tais considerações têm impacto crítico (no sentido dialético de apreensão crítica) facilmente apreensível sobre algumas formulações contemporâneas, por exemplo, a definição da essência do imperialismo pela transferência do valor em Alex Callinicos (2009), a formulação de David Harvey (2004) acerca da expansão do capitalismo em sua externalidade ou a concepção presente em distintos documentos programáticos orgânicos na América Latina do imperialismo como um “elemento externo” vinculado a “agentes internos”, ainda quando entendido como fase à qual chegaram determinados países. *Não é nossa intenção ocultar essas relações* que, em grande medida, inclusive, motivam a temática. Uma revisão detalhada e uma assimilação crítica fogem, contudo, de nossas possibilidades neste momento. Optamos pelo recorte do escopo por considerar que o debate que se pretende expor neste trabalho precede tal revisão crítica, mesmo que desenvolvido ainda de maneira incipiente e sempre consciente de que, se “a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma” e **se** “o poder material tem de ser derrubado pelo poder material”, a radicalidade da teoria que se pretenda instrumento de tal crítica real tornando-se “força material quando se apodera das massas” só pode partir da construção social coletiva, inclusive na esfera da formulação teórica que sirva à práxis revolucionária.

19 Com a fundação das organizações nacionais que constituiriam a base da II Internacional e durante a maior parte do Século XIX, a vertente política europeia denominada “social-democrata” abrangia um amplo caldo de variadíssimas posições políticas, indo do anarquismo ao socialismo científico, que, naquele então, travava uma batalha intestina pela predominância sobre posições

necessidade de compreender as mais recentes transformações na realidade social e suas implicações para a acumulação capitalista e para a luta de classes. Tais transformações aceleravam sobremaneira a própria expansão das relações de produção especificamente capitalistas na Europa e ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que constituíam um salto expressivo do desenvolvimento das forças produtivas no interior do continente europeu. Ameaçavam a incontestável hegemonia inglesa e aprofundavam o militarismo entre as grandes potências, a partir da industrialização da França, Alemanha, Estados Unidos, Japão, Itália e de porções do Império Russo (estes últimos em menor medida), que, visando à obtenção de maiores taxas de lucro, passavam a exportar capital para o exterior de suas fronteiras nacionais, majoritariamente por meio de empréstimos e da exportação de serviços não fatores, mas, no caso dos EUA, também por intermédio de investimento externo direto com a produção nos grandes conglomerados fruteiros (cf. MACHADO GOUVEA, 2015). As revoluções burguesas de unificação e de autodeterminação nacional modificavam o mapa europeu que, em função do declínio dos grandes Impérios dinástico-militares de tipo feudal, já sofrera alterações com a independência de porção expressiva do mundo colonial e com o aumento da influência econômica e bélica dos Estados Unidos sobre a América Central e Caribe. Ao mesmo tempo, a escala de acumulação de capital jamais fora tão alta e a concentração de capitais de um mesmo ramo e de distintos ramos atingia patamares antes inimagináveis, modificando, inclusive, a estrutura de propriedade por meio não só da expressiva centralização via participação acionária como de uma nova relação entre industriais e banqueiros.

Como muitas vezes ocorre com fenômenos que, por sua candência prática, inspiram amplas controvérsias acerca de sua caracterização, constituindo-se, inclusive, como “questões” a serem respondidas de maneira ampla e envolvendo disputa entre distintas

consideradas utópicas, anarquistas, nacionalistas, revisionistas ou oportunistas. Após a bancarrota política da II Internacional com a sua capitulação frente à eclosão da I Guerra Mundial, os termos “comunista”, “socialista” e “social-democrata” passariam a diferenciar-se politicamente e “social-democracia” adquiriu conotação reformista, quando não conservadora, e o movimento autodenominado de socialista-revolucionário passou a reivindicar a fundação de partidos *comunistas*, em alusão ao *Manifesto do Partido Comunista* e em um esforço de ruptura orgânica com as posições defendidas pela social-democracia. Os três termos são utilizados indistintamente até a segunda década do século XX, devendo o emprego de “social-democracia” anterior a este período ser entendido da maneira aqui apontada.

perspectivas teórico-metodológicas²⁰, o início do emprego do termo “imperialismo” não se dá no seio do marxismo ou da II Internacional. Segundo Sérgio Pistone, autor do verbete sobre “Imperialismo” no *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio *et.al.* ([1983] 1998), o emprego do termo remete à década de 1870, tendo sido utilizado pela primeira vez na crítica à atuação de Benjamin Disraeli como Primeiro-Ministro Britânico, o que contraria a frequente percepção de que “imperialismo” viria sendo amplamente utilizado há milênios e em distintas línguas no continente europeu. De toda maneira, ao menos no século XIX, quiçá inclusive um pouco antes do apontado por Pistone, o termo imperialismo era de uso frequente na Europa em significado similar a “expansionismo”, passando a ser utilizado também para descrever fenômenos de ocorrência anterior. É interessante o aporte desta reflexão e a ela voltaremos mais adiante ainda neste capítulo, fazendo menção aos textos de Marx e Engels que tocam o tema da política levada a cabo por Disraeli, em especial no que se refere à dominação da Índia.

Também é interessante notar que a periodização do fenômeno mostra-se similar nos seis principais autores que compõem a controvérsia clássica – John Hobson, Rudolf Hilferding, Karl Kaustsky, Rosa Luxemburgo, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilich Lenin –, apesar de a diferença substancial em sua caracterização acarretar critérios de periodização distintos. Assim, o “nascimento” do imperialismo, como quer que o definamos, é apontado no período entre ao redor de 1865 e ao redor de 1880, sendo também possível encontrarmos referências específicas às crises de 1873 e 1903 como pontos de sua expansão e consolidação nas obras de Lenin, Luxemburgo e Bukharin (cf. MACHADO GOUVEA, 2012)²¹.

Para além de um debate inócuo sobre o emprego de um ou outro termo, consideramos

20 O que não exclui que os conceitos em disputa venham a se constituir como categorias teóricas e que, a partir das controvérsias específicas entabuladas no seio do marxismo, possam vir a ser desenvolvidas teorias específicas sobre uma determinada questão ou sobre algum de seus aspectos ou dimensões, configurando, na verdade, teorias específicas sobre um determinado conjunto de determinações, apreensível a partir de um determinado grau de abstração, com abrangência para o período histórico no qual elas concretamente sigam sendo relevantes, apesar da reconfiguração histórica à qual todas as determinações sociais estão sempre necessariamente submetidas, ao constituírem determinações reais. Voltaremos ao tema brevemente no capítulo 3 deste trabalho.

21 Um mapa-síntese das definições de cada autor sobre o imperialismo e de sua respectiva periodização pode ser encontrado no quarto capítulo de nossa Dissertação, supracitada.

essencial diferenciar “imperialista e imperialismo” de “imperial e império”, dada a distinta ontogênese de ambos os fenômenos²². É famosa, por exemplo, a formulação de Atilio Borón (2004) sobre a diferenciação entre Império e imperialismo, centrada neste caso na existência ou não de disputa hegemônica. Apropriando-nos daquela formulação e indo além dela, consideramos que uma apreensão rigorosa do método materialista-dialético impõe a diferenciação entre os significantes “imperialista e imperialismo”, por um lado, e, por outro, “imperial e império”, posta a distinta ontogênese de ambos os fenômenos.

Alçado no início do século XX à categoria teórica que, embora objeto de intrincadas disputas (como muitas o são), reflete um conjunto real determinações particulares, o termo “Imperialismo” não é substituível por outros, sob a pena de deixar de refletir aquele conjunto de determinações. Rigorosamente, o emprego indistinto entre “imperialista” e “imperial” só é teoricamente justificável no caso de concepções que não encontrem diferenças significativas entre “imperialismo” e “Império” ou concebam o primeiro como o movimento expansivo de um Império ou a disputa entre distintos Impérios, de maneira transistórica²³. Cabe ressaltar neste momento que *este não é o caso de nenhum dos autores que compuseram a controvérsia clássica do imperialismo* de que ora tratamos, sequer daqueles que, como Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo concebem (embora de maneiras distintas) a própria acumulação capitalista

22 “Se bem que os fenômenos usualmente ligados à expressão Imperialismo [...] se hajam manifestado, sob formas e modalidades diversas, em todas as épocas da história, tal expressão é relativamente recente. B. Simmel crê que ela se impôs pela primeira vez na década de 1870, na Inglaterra vitoriana, sendo usada para designar a política de Disraeli [...]” (PISTONE, Sérgio. *In*: BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, [1983] 1998, p.611). Pistone refere-se apenas às manifestações mais visíveis do imperialismo, aquelas ligadas à subordinação formal e à “exploração econômica” de maneira geral (nomeadamente “a expansão violenta por parte dos Estados, ou de sistemas políticos análogos, da área territorial da sua influência ou poder de direito, e formas de exploração econômica em prejuízo dos Estados ou povos subjugados, geralmente conexas com tais fenômenos”). Mesmo assim, indica que “nas últimas décadas do século XIX (particularmente depois de concluída a unificação italiana e alemã, em 1870), se iniciou uma fase histórica marcada por uma especial intensidade e qualidade dos fenômenos imperialistas” (*idem*), embora não se proponha a identificar tal fase.

23 Dada a aparente generalização do termo “imperialismo” em referência ao passado, perpetrada no século XIX, não é incomum encontrar referências ao imperialismo no passado. Uma política imperial no capitalismo contemporâneo talvez seja uma aplicação ainda mais problemática.

como um movimento inerentemente expansivo para além de “limites externos”²⁴.

É frequente, contudo, o tratamento indistinto. Ao contrário de “imperialismo”, o substantivo “Império” e o qualificante “imperial” eram há muito empregados, pelo menos em distintas línguas de matriz grega, latina, eslava ou germânica em referência a todo tipo de Impérios, desde aqueles de tipo dinástico-militar associados ao feudalismo (Sacro Império Romano Germânico, Império Russo, Império Austro-Húngaro, Império Otomano, Império Espanhol, Império Português, etc.), passando por formações sociais mais antigas (como o Império Romano e o Império Bizantino) e pela denominação conferida a distintos impérios asiáticos ou mesmo a formações americanas não exatamente “imperiais” (como o “Império Mongol”, o “Império Inca” ou o “Império Asteca”). A partir do final do século XIX, a mescla entre os dois termos se dá principalmente por meio das indicações acerca do “imperialismo do Império Inglês”, justamente no período histórico ao qual se faz referência em Pistone ([1983] 1998)²⁵.

No marxismo, o emprego do termo “imperialismo” provavelmente remonta a seu amplo uso em jornais ingleses, estadunidenses, franceses ou alemães a partir do último quartel do século XIX, utilizado por distintos autores referindo-se em sua maioria à atitude militarista de distintas potências europeias (cf., por exemplo, Askew [1900]). É certo que no início do século já era candente (cf., por exemplo, HOBSON [1902]) e que foi tratado especificamente nos Congressos Socialistas Internacionais, pelo menos a partir do VI Congresso em Stuttgart (1907), cujas resoluções denunciam expressamente a possibilidade de eclosão de uma guerra

24 Tratamos as particularidades das definições do imperialismo por ambos os autores, bem como dos demais autores aqui tratados, em nossa Dissertação de Mestrado (cf. MACHADO GOUVEA, 2012).

25 É bastante comum também, pelo menos em português e castelhano, atribuir a Tucídides o termo “imperialismo”, referindo-se à prática ateniense em sua *História da Guerra do Peloponeso*. A investigação etimológica do grego foge completamente a nossas competências, no entanto, pelo que pudemos investigar, o termo empregado por Tucídides corresponde à forma arcaica de “αυτοκρατορικός”, melhor traduzida em uma relação com “autocracia”, ao invés de “κατακτητικός” que corresponderia melhor a “imperialista”. Buscando por “κατακτητικός”, em grego, encontramos pouquíssimas referências associadas ao nome de Tucídides (Θουκυδίδης) e milhares de referências associadas a “αυτοκρατορικός” (imperial). A propósito, agradecemos a Savvas Siman pelo auxílio com a tradução.

de inéditas proporções e de caráter imperialista²⁶ e defendem a luta contra sua deflagração, determinando que, caso esta não pudesse ser evitada, os partidos social-democratas em cada país deveriam agir para aproveitar o acirramento das contradições imposto pela guerra e tomar o poder, “transformando a guerra imperialista em guerra civil” (cf. CARONE, 1993) – expressão cuja escolha não é casual e nos remete à análise de Marx sobre a Comuna de Paris. Frequentemente relacionado ao progressivo militarismo e às assim chamadas “questão agrária”, “questão nacional” e “questão colonial”, o debate sobre o imperialismo, no marxismo, surge associado a suas características mais aparentes e fenomênicas, relacionadas principalmente à subordinação formal, sendo mencionado já ao final do século XIX em textos vinculados à II Internacional, em geral por meio do adjetivo “imperialista” e sem precisão teórica.

Com o prenúncio da guerra de inéditas proporções, coloca-se a necessidade prática de situar-se politicamente frente a ela, bem como a necessidade de serem fundamentadas as divergências na disputa política acerca da posição a ser adotada pela II Internacional naquelas condições. Este contexto precipita, na segunda década do século XX, a “Controvérsia Clássica do Imperialismo”, que se configura inevitavelmente como controvérsia acerca do desenvolvimento capitalista e *da caracterização do capitalismo contemporâneo daquela época*. Em torno de tal controvérsia explicita-se uma série de estudos e análises que, mesmo não tendo o imperialismo como objeto principal, terminou desaguando na fundamentação teórica de distintas posições políticas envolvendo a efetiva guerra, cujas proporções jamais imaginadas chegaram a se converter em Guerra Mundial (a qual se acrescentaria, mais adiante, o epíteto “Primeira”, após a eclosão de uma “Segunda” Guerra).

A partir do Congresso de Stuttgart, o imperialismo seria tratado em todos os Congressos Mundiais subsequentes, tanto da Segunda quanto da Terceira Internacional (cf. MACHADO GOUVEA, 2012). Em Copenhague (1910), as resoluções de Stuttgart seriam ratificadas

26 A qualificação como “guerra imperialista” apenas põe de manifesto a cadência do debate na II Internacional, sendo empregada com pouco rigor teórico. No contexto do debate acerca da autodeterminação das nações suscitado pelo programa do POSDR(b) e pela própria eclosão da guerra, Lenin e Zinoviév redigiram o brilhante artigo “O socialismo e a guerra” ([1915d] 1984) que diferencia, entre outras coisas, as “guerras de defesa da pátria” e “as guerras imperialistas”, atacando a posição de Kaustky acerca da atuação política do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) frente à guerra.

inclusive no que se refere à *determinação de luta nos parlamentos nacionais pela redução dos orçamentos militares* visando a evitar a escalada armamentista. Expõe-se claramente o chamado à luta pela derrubada das burguesias nacionais caso a guerra viesse a eclodir, reivindicando a “transformação da guerra imperialista em Guerra Civil” por meio da palavra-de-ordem de “guerra à guerra”. No oitavo e último Congresso Socialista Internacional (que teve como pauta única as Guerras Balcânicas, na esteira de manobras de mobilização alemã no Marrocos), tais foram as posições ratificadas no famoso *Manifesto de Basileia* (1912), que terminaria convertendo-se em libelo anti-imperialista e símbolo do reformismo e da falência política da II Internacional.

Envolvendo todas aquelas transformações da realidade social, foi inevitável o desaguçar, na controvérsia do imperialismo, de outras controvérsias também candentes no movimento social-democrata daquele então, quer correspondessem a adventos recentes (como o surgimento dos assim chamados “monopólios” e do “capital financeiro”), quer constituíssem questões históricas da social-democracia europeia, subvertidas nas contradições de um novo contexto (como a questão agrária, a questão nacional, a questão colonial e a própria temática do desenvolvimento desigual). Vêm à tona principalmente os debates táticos sobre a tomada do poder e a construção do socialismo, sobre a luta armada e a guerra civil, bem como se acirram os embates políticos entre as distintas correntes existentes no seio da II Internacional e entre as distintas organizações que a compunham, cindindo-a irreparável e permanentemente.

Ao informar a práxis política, a caracterização do imperialismo como um elemento do desenvolvimento capitalista leva à conclusão de que a luta pela supressão ou enfrentamento do imperialismo (a luta anti-imperialista) pode estar relacionada apenas à extirpação do elemento. Ou seja: não requer necessariamente a superação do próprio capitalismo para se efetivar objetivamente (Apesar de que possa ou não ser considerado como contribuição rumo àquela superação a depender da formulação específica, constituindo possivelmente um objetivo tático a ser alcançado de forma intermediária: seja como acúmulo de forças e desenvolvimento da consciência proletária; seja como conquista de melhoria das condições de exploração; seja como passo possibilitador do desenvolvimento capitalista nacional como etapa necessária à viabilização da revolução socialista, etc.). Não por acaso, ao eclodir a guerra mundial, as formulações deste tipo estiveram alinhadas às posições que, internamente aos partidos social-democratas, apoiaram a concessão de créditos suplementares nos distintos

parlamentos nacionais para o financiamento da guerra, traindo as resoluções de Basileia e aliando-se ao conjunto dos parlamentares burgueses em nome da assim proclamada “defesa da pátria”²⁷.

O combate à posição predominante na II Internacional teve como foco central os posicionamentos de Kautsky, principal dirigente do SPD (maior partido social-democrata europeu e primeiro a votar os créditos de guerra, sendo a própria Alemanha um dos países agressores), que traiu amplamente suas posições anteriores. Em 1907, Kautsky chegara a afirmar, textualmente, que “*jamais chegará o dia em que os socialistas alemães pedirão a seus seguidores que peguem em armas pela Pátria*” (KAUTSKY, [1906] 1907). Em 1909, reconheceu que “*não há qualquer inimigo que ameace a independência da pátria*” e que “*se houver guerra hoje, não será uma guerra pela independência da Pátria, será uma guerra de propósitos imperialistas*” (KAUTSKY, [1909] 1960)²⁸. Apesar disso, e apesar do próprio SPD

27 No dia 28 de julho de 1914, após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando (da dinastia Habsburgo) e de sua esposa, no contexto das Guerras Balcânicas, por Gavrilo Princip, militante da organização nacionalista sérvia “Unificação ou Morte” (também conhecida como “Mão Negra” [*Crna ruka*]), o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia. No dia 4 de agosto de 1914 (apenas uma semana após o assassinato do arquiduque), contrariando as resoluções de Stuttgart, Copenhague e Basileia e as posições defendidas historicamente pelo Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e sob a resistência dos setores mais revolucionários do Partido, os parlamentares do SPD votaram a favor de verbas suplementares no Parlamento Alemão (*Reichstag*) visando à mobilização militar. O mesmo ocorreu em quase todos os parlamentos nacionais europeus, com a honrosa exceção dos socialistas sérvios (31 de julho de 1914), do Partido Bolchevique (8 de agosto de 1914), dos socialistas letões e de Karl Liebknecht, que, no dia 2 de dezembro de 1914, contrariando a maioria do SPD, manifestou-se contra a guerra. Estava destruída a unidade orgânica da II Internacional, frente à traição de seus próprios princípios pela maior parte da social-democracia europeia.

28 Um pretense ataque ao tzarismo e, especialmente, a “defesa da pátria” seriam utilizados por Kautsky em 1914 como argumento para justificar o apoio do SPD a que os trabalhadores alemães pegassem em armas pela Pátria. Em seu artigo “Os efeitos da guerra”, Kautsky tenta se justificar com a afirmação de que “o internacionalismo não exclui o sentimento nacional nem a defesa da pátria, em vez disso, exige seu reconhecimento para cada nação; neste sentido, os alemães e os franceses votaram a favor das verbas” (apud SOBOLEV et al., s/d, p.27), afirmando que “[...] a única questão prática é esta: a vitória ou a derrota de seu próprio país” (*ibid.*, p.25). O principal libelo de defesa da posição do SPD e de sua própria posição pessoal viria, contudo, na forma de sua análise acerca do imperialismo e de sua tendência histórica ultraimperialista (ambas

ter ratificado em seu congresso, também em 1912, o Manifesto de Basileia, Kautsky apoiou a inconsistente posição de “defesa da pátria”.

Em 1916, Rosa Luxemburgo ([1916a], 2011), também do SPD, acusaria Kautsky de ter transformado o histórico chamado do *Manifesto do Partido Comunista* em “*Proletários de todos os países, uni-vos em tempos de paz e degolai-vos uns aos outros durante a guerra!*”. Em linha similar, em suas primeiras resoluções sobre a “guerra europeia”, a fração bolchevique do POSDR já afirmava que “a conduta dos líderes do Partido Social-Democrata Alemão, [...] que votou [a favor do] orçamento de guerra e repete as frases burguesas dos *junkers* e burgueses prussianos, é uma franca traição ao socialismo” (*Resolução de um grupo de social-democratas*, transcrita em Lenin, [1914a] 1984). A principal consequência dessa traição seria a “banarrota política e ideológica desta Internacional”, cuja causa principal estaria no “predomínio do oportunismo pequeno-burguês” – formulação repetida por Lenin em seu mais conhecido texto sobre o tema, precisamente *A banarrota da segunda internacional* ([1915b] 1984). É nele que o revolucionário russo afirma que “a unidade da luta proletária pela revolução socialista exige agora, depois de 1914, que os partidos operários realizem sua separação incondicional dos partidos oportunistas” (*op. cit.*) e é com vistas a este debate que são escritos (ambos em 1915) *A banarrota da II Internacional*, pelo próprio Lenin ([1915b] 1984), e *A crise da social-democracia*, por Rosa Luxemburgo ([1916a] 2011) – o famoso “Folheto de Junius”²⁹ –, acompanhado pelas Teses que levam o mesmo pseudônimo ([1916b] 2011)³⁰ e que constam, dentre os fichamentos realizados por Lenin em

consistentes entre si).

29 Junius significa, em latim, “o mais jovem” (Cf. Lênin, [1916a] 1986). Segundo Isabel Loureiro (em nota de tradução às Teses), o pseudônimo poderia remeter ao manuscrito *Defesa da liberdade contra os tiranos* – publicado em 1579 em Edimburgo por Hubert Languet, como Junius Brutus – e/ou às *Cartas de Junius*, publicadas em Londres entre 1769 e 1772. As Teses foram aprovadas, com algumas alterações de Liebkecht, numa conferência do grupo *Die Internationale*, que daria origem à Liga Spartacus, tendo sido publicadas como panfleto e em anexo à “Crise da social-democracia”. Ambos os textos foram escritos desde a prisão.

30 No rascunho dessas *Teses* (publicado postumamente), Rosa afirma sinteticamente que “a Segunda Internacional explodiu com a guerra”, que representara um enorme retrocesso (“de quarenta anos de trabalho”) no socialismo europeu, aniquilando seu prestígio moral: a posição daqueles que eram os dirigentes oficiais dos partidos social-democratas europeus significara em sua opinião uma traição e “o abandono da luta de classes durante a guerra, adiando-a para o pós-guerra” (Cf.

seus estudos preparatórios para a redação do opúsculo *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (recolhidos nos *Cadernos do imperialismo: LENIN, [1933-38] 1986*).

Ao informar a práxis política, de maneira geral, a caracterização do imperialismo como uma fase ou período histórico do próprio desenvolvimento capitalista (isto é, sua identificação ao desenvolvimento capitalista em si) implica que a superação do imperialismo não pode ser efetivada sem a superação do próprio capitalismo, visto que há uma completa identidade entre ambos no período em questão. Uma luta anti-imperialista deve, portanto, estabelecer como objetivo a superação do próprio capitalismo, traçando para tal uma estratégia condizente, capaz de reconhecer a transformação histórica das determinações sociais reais no desenvolvimento do capitalismo em imperialismo, bem como seu próprio movimento histórico, em sua condição de capitalismo imperialista. Não por acaso, os mais proeminentes líderes políticos da assim chamada Esquerda de Zimmerwald foram os únicos, na controvérsia “clássica” do imperialismo, a caracterizá-lo como uma fase do próprio desenvolvimento capitalista, ressaltando, por um lado, a necessidade de superação do capitalismo para a superação do imperialismo e, por outro, o papel da própria guerra como fator de movimento de contradições que favoreciam a tomada revolucionária do poder.

Tristemente desconhecida na América Latina, inclusive no interior do Movimento Comunista, a história da Esquerda de Zimmerwald *é imprescindível para a compreensão da determinação sócio-histórica da controvérsia do imperialismo*. Conhece-se a obra de Lenin, a obra de Rosa, mas não o contexto zimmerwaldiano e dos verdadeiros centenares de artigos e documentos que acompanharam a atuação crítica *orgânica* de seus autores e sua militância

LUXEMBURGO, [1925] 2011). Tal retrocesso, entretanto, deveria ser objeto de autocritica pelo proletariado, que poderia utilizá-lo para, dialeticamente, avançar. Não é por acaso que a famosa teorização de Lenin sobre as condições subjetivas e objetivas dialeticamente necessárias para a revolução socialista e sua caracterização sobre uma situação pré-revolucionária (quando os de cima já não podem ficar como estão, mas não têm para onde ir, e os de baixo já não querem ficar como estão, mas não sabem para onde ir) – intimamente relacionadas à dicotomia necessidade e possibilidade –, aparecem justamente em *A bancarrota da II Internacional* ([1915b] 1984). “Devido à ruína mundial, produto da guerra, cresce, pois, a crise revolucionária mundial, que, por longas e duras que sejam as vicissitudes que venha a atravessar, não poderá terminar senão com a revolução proletária e sua vitória” (LENIN, [1915e] 1984). “O Manifesto de Basileia [...] é agora um monumento que denuncia toda a vergonhosa bancarrota, toda a apostasia dos heróis da II Internacional” (LENIN, [1915b] 1984, p.320).

revolucionária. Foi através dela que as diferentes posições acerca do imperialismo foram sistematicamente confrontadas e é a partir dessa crítica que se organiza a controvérsia como tal. Os zimmerwaldianos representaram uma ruptura efetiva com a II Internacional, estabelecida imediatamente ao redor da questão da definição do imperialismo e de sua implicação para a caracterização da acumulação capitalista, com significado para a determinação das contradições principais da época, reivindicando o marxismo como instrumento para a revolução e como os próprios caminhos do movimento revolucionário. Reuniram os delegados com posição mais à esquerda – autodenominados “socialistas revolucionários” ou “internacionalistas”³¹ – dentre os presentes na última Conferência

31 Na historiografia marxista-leninista “oficial” (produzida na URSS e no Campo Socialista), tal cisão é descrita como sendo a contraposição entre três campos principais de posicionamento. Os nomes que tais campos recebem nesse contexto (cristalizados *a posteriori* sobre a base dos termos difundidos à época por integrantes da Esquerda de Zimmerwald) ilustra bem o “estado de ânimos” identificado no período: tratava-se dos posicionamentos “oportunista”, “centrista” e “socialista-revolucionário”, denominados respectivamente também como “social-chauvinista”, “centrista” e “internacionalista-revolucionário” quando o intuito é enfatizar a crítica ao nacionalismo burguês (embora não necessariamente negando a importância da “questão nacional” para a tomada do poder, note-se). Os assim chamados “social-chauvinistas” (liderados pelas posições de Ebert e Schneidemann, na Alemanha, de V. Adler, na Áustria, de Renaudel, Guesde e Sembat, na França, de Hyndman, na Inglaterra, de Plekhanov, na Rússia, de Bissolati, na Itália, de Vandervelde, na Bélgica e de Branting, na Suécia) defenderam, de modo geral, a “paz civil” em cada país visando à defesa da pátria frente à guerra e, se possível, a vitória na mesma – posição que, ao subordinar as contradições internas de cada país a contradições entre os Estados Nacionais, aproxima-se em alguns pontos da *real-politik*, caracterizada pelo não marxista John Hobson ([1902] 1948) como conformadora de um “discurso essencialmente imperialista”. Os partidários do “internacionalismo revolucionário”, agrupados na Esquerda de Zimmerwald, opunham-se à guerra, considerando que a mesma serviria apenas aos interesses da burguesia de cada país e/ou região, de modo que o proletariado de cada Estado deveria transformar a luta contra a guerra (e, no caso de impérios absolutistas, como a Rússia, a luta contra a autocracia) em luta política pela tomada do poder e pela revolução socialista, divergindo apenas sobre a forma orgânica e o tipo de alianças que poderiam contribuir para o cumprimento desta “tarefa” – que poderia, inclusive, se tornar mais fácil com a derrota de seus “próprios” Estados perante outros. A terceira posição não pendia para nenhum dos polos, tendo-se tornado conhecida como “centrista” e tendo reunido aqueles que se opunham à guerra de maneira pacifista (liderada majoritariamente por Kautsky, numa posição que também aglutinou F. Adler, na Áustria, Longuet e Pressemane, na França, MacDonald e Snowden, na Inglaterra, Martov, na Rússia, Turati e V. Modigliani, na Itália,

Socialista Internacional, convocada entre os dias 5 e 8 de setembro de 1915, em Zimmerwald (Suíça, país neutro na guerra), diante da impossibilidade de realização de um novo Congresso em 1914 dada a eclosão da guerra³². Tais delegados plasmaram posição conjunta no documento *A guerra mundial e as tarefas da social-democracia* [1915], afirmando que a paz só poderia ser efetivamente obtida por meio da luta revolucionária contra os Estados capitalistas e conclamando os soldados a se voltarem contra seus oficiais nas trincheiras, bem como os trabalhadores de cada país à realização de greves políticas contra a guerra, a qual deveria ser aproveitada pelo movimento insurrecional para a tomada revolucionária do poder. Trata-se exatamente da tática que foi empregada pelo Partido Bolchevique na Revolução Soviética e cujo sucesso alçaria o opúsculo de Lenin à condição de principal obra sobre o Imperialismo, amplamente difundida por intermédio da Komintern.

Claro está que, em termos da beleza ou das virtudes éticas e morais depreensíveis de cada formulação, a caracterização do imperialismo como fase histórica do desenvolvimento capitalista parece mais desejável para o movimento revolucionário. Não é de beleza ou virtude que se trata, contudo, embora esta seja importante na construção social da práxis revolucionária como um valor desejável.

Se a práxis política, como toda a práxis humana, é sempre teleologicamente orientada à

Hillquit, nos EUA e Grimm, na Suíça), afirmando que a vitória ou a derrota eram indiferentes para um processo revolucionário mas sem defender o aproveitamento da guerra para a tomada revolucionária do poder e a ruptura com o capitalismo (cf. SOBOLEV, s/d).

32 A Esquerda de Zimmerwald constituiu o primeiro salto orgânico de uma nova organização Internacional, já debatida desde 1914, mas que só teria possibilidade de efetivar-se em 1919, após o fim do sítio imperialista à Rússia Soviética. Reivindicando as raízes do *Manifesto do Partido Comunista*, a III Internacional se autodenomina Internacional Comunista (*Komunistische Internationale*, ou Komintern), assim como os Partidos que, em cada país, nasceram da ruptura revolucionária com a social-democracia. Já desde 1915, como corrente dentro da II Internacional e, a partir de então, como agrupamento em separado que realizaria em 1916 a conferência exclusivamente comunista de Kienthal, tomou corpo o debate acerca da forma orgânica da nova organização internacional e das implicações da “questão nacional” sobre a mesma, que viria a conformar-se em seções nacionais baseadas no centralismo democrático, a partir do exemplo do Partido Bolchevique. Nessa mesma direção, já desde 1916 as posições de Lenin e de Rosa Luxemburgo têm maior alinhamento – e a influência russa se incrementa após a Revolução Soviética, em que pesem as divergências que seguem existindo.

consecução de uma finalidade pretendida e idealmente projetada com anterioridade à sua objetivação (a partir da ideação também dos meios considerados adequados para que esta seja eficaz), é assunto da maior importância o espelhamento teórico-conceitual da realidade que informe esta projeção e cuja correspondência às determinações efetivamente existentes não pode ser verificada em última instância senão na práxis. Como já se buscou destacar, em qualquer dos casos, a chance da caracterização contribuir para uma efetiva transformação revolucionária da realidade é tanto maior quanto maior seja a correspondência entre o que se formula teoricamente e as determinações e sobredeterminações reais (cuja identificação requer maior ou menor abstração, em sucessivos movimentos de abstração e síntese). Isto é, quanto maior for a capacidade de espelhamento ontológico da realidade que se queira compreender em suas determinações. Tal correspondência (ou a “verdade” da formulação teórica) só pode ser verificada a partir da correspondência ou não entre finalidades pretendidas e objetivadas, que, por sua vez, também só podem ser apreendidas conscientemente também de maneira teórico-conceitual, mas sempre materialmente fundada, evitando o empiricismo e o essencialismo em sua caracterização de duas formas igualmente problemáticas de idealização.

Neste ponto, eis que retornamos ao problema inicial, o da *necessidade de uma perspectiva dialético-materialista no espelhamento da realidade que vise a subsidiar as alternativas da práxis revolucionária e da necessidade continuada e incessante dessa mesma perspectiva, na autocrítica dos resultados que permita verificar a verdade teórica a partir da práxis.*

Trata-se do marxismo como ferramenta revolucionária, tanto mais complexo na medida em que, no movimento histórico da luta de classes, a própria ação de outros homens e mulheres concretos passa a constituir determinações relevantes a serem consideradas, cuja transformação é muitas vezes objeto e objetivo da práxis, teleologicamente orientada. As ações de uns sempre se confrontam às ações de outros e à casualidade, impondo ao marxismo a difícil tarefa de identificar a causalidade ou legalidade das tendências que permitam o sucesso individual da práxis teleológica sobre um conjunto de determinações cujo movimento futuro está sempre em aberto e não é passível, ele mesmo, de um movimento teleológico em seu conjunto. A história humana não está teleologicamente determinada, apesar da práxis humana o ser, isto é, apesar de as ações das mulheres e homens concretos serem sempre orientadas à consecução de finalidades determinadas, por meios considerados adequados para

tal.

Qual é o “verdadeiro” interesse da classe proletária? Quais são seus interesses imediatos em termos da construção tática em cada momento de uma estratégia que possa levar à consecução de suas maiores finalidades? Esta questão fundamental não deve ser tratada de maneira empiricista, tampouco essencialista, e se movimenta historicamente através da continuada transformação do mundo pela práxis humana. Configura a questão central da organização revolucionária, das formas orgânicas e da construção histórica do sujeito revolucionário (coletivo), que só o é no processo de sê-lo.

Se, como já indicamos, concepções que não correspondem verdadeiramente à realidade também podem ter impacto real, tal questão se torna ainda mais central. A formulação teórica no bojo da luta revolucionária tem sempre impacto prático (configurando, nos termos aos quais nos referimos antes, a luta teórica como práxis, intencional ou não, para além da atividade teórica, ontologicamente necessária a qualquer práxis humana e restrita ao plano do pensamento ou ao momento ideal).

A controvérsia do imperialismo configurou-se, portanto – e ainda se configura –, não apenas como *controvérsia sobre a caracterização do desenvolvimento capitalista em uma época determinada*, mas também como *controvérsia sobre o caráter da revolução*.

Partindo da identificação de implicações práticas em não se considerar o imperialismo como fase histórica do desenvolvimento capitalista, este trabalho procura levantar algumas considerações metodológicas acerca da definição do imperialismo como tal. Trata-se aqui de se buscar apontar para que, apesar da concepção de que “o imperialismo é uma fase do capitalismo” ter-se generalizado após a Revolução Soviética e em função da III Internacional, isto se deu muitas vezes de maneira tabular e desprovida de crítica, negando, inclusive, causalidades decorrentes daquele movimento histórico do próprio capitalismo na permanência e generalização de suas determinações essenciais. Apontamos em especial as implicações do imperialismo relativas à generalização da “lei do valor” e à acentuação da contradição entre socialização da produção e concentração da propriedade, examinando particularmente as transformações na transferência de valor, não apenas no nível do sistema mundial (entre países), mas também internamente, no âmbito de cada país ou região.

Tais determinações não são imediatamente visíveis ou perceptíveis, requerendo, para seu conhecimento, um processo específico de sucessivas abstrações e sínteses, especificamente

orientado a uma investigação ontológica dialética e materialista. Por outro lado, a essência que o saber real descobre nas relações reais não é, ela mesma, abstrata, apenas nosso modo de conhecê-la é abstrato. A autonomização abstrata de determinações essenciais, inclusive aquelas expressadas na “lei do valor”, também constitui uma idealização, na medida em que ignora que o próprio capitalismo é um produto social, isto, é, que está determinado pelo movimento histórico de (re)produção das relações que o constituem.

Este idealismo – empiricista, por um lado, e essencialista, por outro – tem significativas implicações práticas, embora não se exclua a possibilidade de que a práxis política por ele informada possa contribuir para o processo revolucionário no curso da luta de classes e na riqueza de todo processo histórico. Mas contribui e “descontribui”.

No caso do imperialismo, procura-se apontar que a análise do fenômeno deve ir além de suas determinações mais perceptíveis no plano interestatal, identificando as transformações na transferência de valor como uma determinação essencial. Aponta-se, ao mesmo tempo, que é fundamental identificar a materialidade destas transformações, posto que a transferência de valor constitui uma determinação universal do próprio capitalismo (não apenas imperialista), tanto na dimensão interestatal quanto para além dela. Tendo isso em vista, procuraremos indicar já de partida, na própria formulação feita por Lenin, a problemática da não identificação da transferência de valor como determinação essencial dos superlucros (para além da diferenciação entre preço de mercado e valor social, que será problematizada). Ao mesmo tempo, consideramos que a formulação de Lenin abarca o ponto fulcral para a compreensão da transformação da transferência de valor no imperialismo em suas reais determinações, na medida em que o elemento mais fértil de sua caracterização sobre os “monopólios” não é a diferenciação entre valores sociais e preços de mercado (pouco examinada no texto, inclusive), mas a identificação da *escala do processo de concentração* e a constatação de sua relação com o movimento histórico da própria socialidade capitalista, em termos do desenvolvimento das forças produtivas e da expansão das relações sociais de produção.

Consideramos que esta constatação é a chave para a compreensão da historicidade da generalização da lei do valor em sua base concreta e constitui o conjunto de determinações reais a partir do qual deve-se depreender a transformação da transferência de valor.

Tratando-se do movimento histórico da socialidade capitalista, impõe-se, contudo, a

questão de que o mesmo não pode se dar “apenas em alguns países” sem se constituir como movimento histórico da socialidade capitalista, dado o caráter universal da história capitalista (que pela primeira vez unifica – e subverte – a distintos grupamentos humanos em uma “história universal”). O imperialismo ou capitalismo monopolista não pode, portanto, ser visto apenas como uma fase do desenvolvimento capitalista *à qual alguns países chegam*, embora também o seja, inicialmente. Constitui-se como fase do desenvolvimento capitalista em sua totalidade.

A hipótese de fundo deste trabalho, que motiva, na prática, a sua existência, embora não chegue a ser tratada em todas as suas implicações, é a seguinte: a não consideração do imperialismo como fase do capitalismo em sua totalidade – e a sua identificação, primordialmente, com o movimento histórico do capitalismo apenas em um certo conjunto de países ou região – fundamenta facilmente a percepção, nos países imperialistas, de que o imperialismo é um “elemento *interno com ação externa*” e, nos países dependentes, de que o imperialismo é um “elemento *externo com agentes internos*”. Consideramos que esta concepção do imperialismo como “um elemento externo com agentes internos” esteve historicamente associada à noção de que seria possível, destruindo os agentes internos, combater ou mesmo extirpar o imperialismo e promover o desenvolvimento nacional, inclusive como objetivo intermediário e de transição rumo à revolução socialista. Novamente, o debate sobre a caracterização do imperialismo se associa ao debate sobre o caráter da Revolução. E não poderia deixar de ser assim, na medida em que se trata de compreender o capitalismo em suas determinações.

1.2. A concepção de imperialismo em Lenin

O ponto mais importante da formulação leniniana acerca do imperialismo – e o cerne de sua definição como fase do capitalismo pelo revolucionário russo – é a concepção do imperialismo como movimento histórico *do* modo de produção capitalista e não apenas *no* modo de produção capitalista. Isto é, em sua condição de fase histórica *do próprio capitalismo* ou de movimento do mesmo em sua totalidade, e não como *elemento* daquele movimento ou *parte* daquela totalidade, mesmo que vistos como elemento ou parte necessária e inexorável.

Com a vitória da Revolução Soviética na condição de primeira revolução socialista da história mundial, aumenta o espaço político do Partido Bolchevique (Ex-POSDB) no movimento comunista mundial. Os bolcheviques assumem o papel de liderança na fundação da Internacional Comunista e na direção do próprio movimento comunista em escala internacional, na medida em que, tanto os Partidos Comunistas recém-fundados a partir das cisões com a social-democracia europeia, quanto os novos Partidos Comunistas que a partir da década de 1920 viriam a ser fundados ao redor do mundo, passariam a constituir seções da Komintern. A admiração pela imensa coragem e criatividade dos trabalhadores russos e a força do exemplo do povo soviético e do Partido Bolchevique contribuem para que a linha soviética se torne rápida e amplamente reconhecida como “correta”, frente à realidade da objetivação do processo revolucionário e da tomada do poder por ela idealmente informada. A correspondência imediata entre a estratégia adotada e levada a cabo na Revolução Russa e aquela defendida pelos quadros mais à esquerda nos Congressos Internacionais Socialistas a partir de Stuttgart, com a derrocada do Governo Provisório no bojo da “guerra à guerra”, parece prova prática mais do que suficiente da validade teórica das formulações de Lenin.

Não é este o espaço para debater e problematizar o aprofundamento e a funcionalidade da reivindicação da herança leniniana após sua morte em 1924, nem para confrontar todos os aspectos desta reivindicação às formulações leninianas propriamente ditas, verificando os pontos comuns e incongruências. Tampouco nos cabe empreender uma análise da luta de classes na União Soviética ou das contradições inerentes à construção do socialismo advindas da própria sociedade capitalista e daquelas determinações necessárias à sua subpressão, bem como das condições particulares destas contradições em cada processo histórico concreto, de incomensurável riqueza.

O fato é que a “caracterização do imperialismo como uma fase do capitalismo” passou a ser amplamente adotada, geralmente sem maiores divergências, ao menos sobre este ponto de unidade. Podemos até dizer mais: geralmente sem maior clareza sobre este ponto de unidade, inclusive quando ele é efetivamente um ponto em comum; ou ainda, tergiversando sobre seu conteúdo, por meio de distintas formulações que o caracterizam em última análise como *uma dimensão do capitalismo*, um *elemento a ele intrínseco*, um *elemento a ser analisado em uma determinada dimensão*; ou mesmo pelo bom e velho *conjunto de políticas externas*, travestido de fase, ao ser caracterizado como “típico” ou próprio de uma determinada fase histórica. Em formulações mais ou menos elaboradas, mais ou menos atuais, mais ou menos originais, mas

que sempre de alguma maneira, na crítica negativa ou positiva, o debate sobre o imperialismo sempre precisa ser remetido à caracterização de Lenin³³.

Consideramos que a caracterização feita por Lenin acerca do imperialismo é absolutamente pertinente e que em seus traços centrais não perdeu vigência ou vigor, apesar de ser sempre necessária a problematização daqueles aspectos que se demonstraram equivocados ou do que já não corresponde ao momento atual. Pensamos que, entendido como fase histórica do desenvolvimento capitalista, o imperialismo pode reconfigurar-se sem evadir suas determinações essenciais e – construção histórica que é – necessariamente se reconfigura. Se formos fieis ao que até aqui se apresentou, claro está, contudo, que essa posição não pode ser adotada em sentido canônico³⁴.

No que aqui nos atine, importa destacar aspectos da caracterização de Lenin acerca do imperialismo como fase do capitalismo que consideramos menos conhecidos, na medida em que o contato com suas formulações sobre o tema frequentemente se restringe à leitura apenas

33 É frequente – e correto – associar a formulação leniniana à constatação da inexorabilidade do imperialismo e à impossibilidade de sua superação sem a superação do próprio capitalismo. Muitas vezes, no entanto, tal associação subentende o imperialismo como *um elemento que surge de maneira indissociável do desenvolvimento capitalista* e não como a transformação qualitativa do próprio desenvolvimento capitalista no curso de seu movimento histórico, que define propriamente uma “fase”. Consideramos que tal perspectiva constitui um equívoco no que diz respeito à apreensão da teoria do imperialismo de matriz leniniana (e, mais profundamente, um equívoco em termos da mais correta caracterização do imperialismo em suas determinações).

34 A caracterização do imperialismo em Lenin jamais se pretendeu contemplativa. Contrapôs-se efetivamente a apreensões (também não contemplativas) que informaram o reformismo no seio da II Internacional, o que geralmente leva à sua reivindicação imediata por todos aqueles marxistas que, coerentemente, consideram-se comunistas. Sem nos determos no tema das disputas políticas internas ao marxismo ao longo do século, ressaltamos apenas que não se trata, contudo, de *fazer profissão de fé sobre o fato de “ser o imperialismo uma fase”, reproduzido sem qualquer rigor e de maneira acrítica inclusive como invólucro para concepções acerca do imperialismo que, sob gritos reivindicativos de Lenin, divergem de maneira mais ou menos consciente de suas concepções, aproximam-se a vários de seus interlocutores e se contrapõem precisamente à consideração do imperialismo enquanto período histórico. Faz-se necessária a problematização da tegiversação e, principalmente, o desvio que esta provoca em relação ao foco mais importante: a necessária problematização de aspectos importantes da própria formulação de Lenin para além daquela tegiversação. Não se devem assumir fórmulas leninistas como argumento de força, tegiversadas ou não. Mas sim verificar sua correspondência à realidade em continuada autocrítica, a exemplo, inclusive, daquela que caracterizava o próprio revolucionário russo.*

das reivindicações tabulares constantes em manuais e textos políticos e na leitura de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Em que pese a verdadeira genialidade do ensaio popular elaborado por Lenin e sua tremenda capacidade na compreensão das determinações principais do movimento histórico, *Imperialismo, fase superior do capitalismo* apresenta dimensão analítica reduzida se comparada ao conjunto da obra do autor. As *Obras Completas* de Lenin foram reunidas em mais de cinquenta volumes, somando quiçá cerca de trinta e cinco mil páginas, entre livros, artigos, ensaios, teses programáticas, esboços, informes, panfletos, material de estudo e discursos. *Uma porção muito expressiva de sua obra entre 1905 e 1912, parte de sua obra anterior a 1905 e posterior a 1920 e praticamente toda a sua obra entre 1913 e 1920 tratam do imperialismo, direta ou indiretamente*, mesmo quando este não constitua sua temática imediata.

É no conjunto dessa obra, também, que está expressa a apreensão de Lenin sobre o materialismo-dialético, fundamental para compreender sua formulação sobre o imperialismo. Esta tampouco se encontra expressa apenas em suas obras especificamente filosóficas (como *Materialismo e empiriocriticismo*) e em seus cadernos de estudo (*Cadernos da dialética*). Ao contrário, seus textos políticos são provavelmente aqueles que melhor expressam a concepção de Lenin sobre o materialismo-dialético, na medida em que efetivamente o empregam em análises políticas atinadas como poucas. Nesse caso, não é desprezível o lugar do imperialismo em sua qualidade de conjunto de determinações relevantes para a alternativa dos caminhos a trilhar, em cada situação, visando à conquista revolucionária do poder e à construção do socialismo³⁵.

Neste espírito, a partir de uma *análise própria* mas por nós considerada pertinente, trataremos de iluminar algumas passagens que pensamos ser ilustrativas para os objetivos que temos em mente (a problematização do conceito de fase), sem com isso pretendermos realizar

35 Se bem compreendemos a relação entre momento ideal e momento real na estrutura da práxis humana e se bem compreendemos a posição teleológica implicada também na luta teórica, entendida como práxis para além da “atividade teórica” como momento ideal (na medida em que deixa de ser meramente atividade do pensamento e visa à posição de novas objetividades e se orienta à transformação da ação de outros seres humanos), é absolutamente impossível desconsiderar, na obra de Lenin, a vinculação intrínseca entre sua visão sobre o marxismo, sua análise do imperialismo e sua prática revolucionária. Tratava-se de *compreender o imperialismo em suas determinações (sempre concretas, apesar de abstratamente apreendidas) para destruí-lo e ao capitalismo. E de compreender a guerra imperialista em suas determinações para utilizá-la*.

uma exposição exaustiva ou esgotadora da concepção de Lenin acerca do imperialismo e, menos ainda, uma exposição do conjunto das passagens relevantes para a análise do tema em sua obra, as quais, quiçá, possam ser identificadas com o próprio conjunto da obra.

1.2.1. Capitalismo e movimento histórico da socialidade capitalista

A rigor, poder-se-ia dizer que, já a partir da década de 1890, estão presentes na obra de Lenin, de maneira mais ou menos explícita, nexos entre determinações de caráter mais contingencial (como a variabilidade da práxis política) e transformações qualitativas no próprio desenvolvimento capitalista, entendido ao mesmo tempo como totalidade e em suas particularidades relativas apenas ao Império Russo. Motivadas pela necessidade de fundamentar a transformação da realidade pela práxis política (neste caso na polêmica contra o populismo russo e o marxismo legal), as análises de Lenin sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo russo e o desenvolvimento capitalista na Europa viriam a fundamentar suas formulações sobre o caráter do desenvolvimento capitalista em sua condição de desenvolvimento desigual, não apenas entre os países como também no interior de cada unidade nacional. É notável a capacidade teórica com a qual relaciona *particularidades do movimento histórico das relações de produção na Rússia a determinações do movimento histórico geral da socialidade capitalista* depreendidas a partir da análise de Marx em *O Capital*³⁶.

A análise de Lenin sobre as particularidades do desenvolvimento capitalista na Rússia (que depois seria plasmada em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* - [1898] 1985)

36 A controvérsia entabulada por Lenin em relação ao populismo, combatendo a ideia de uma “volta atrás na roda da história”, similar àquela criticada por Marx e Engels em seu *Manifesto do Partido Comunista*, notabilizou-se também pelo combate à visão subconsumista que exige uma constante expansão para um “mercado externo” como condição de reprodução, imbricada tanto nas formulações de Sismondi quanto nas dos populistas russos. Interessantíssimas considerações sobre o tema, reveladoras de uma notável apreensão do materialismo-dialético e que poderiam ser proveitosamente confrontadas à análise realizada posteriormente por Rosa Luxemburgo ([1912] 1984) acerca dos esquemas de reprodução de Marx, podem ser encontradas nos seguintes textos: “Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os social-democratas” ([1894a] 1981), “Contribuição à caracterização do romantismo econômico” ([1894c] 1981), “O romantismo econômico” ([1897] 1981) e “O chamado problema dos mercados” ([1893] 1981).

demonstra uma imensa capacidade nesse sentido, ao analisar as particularidades do processo de acumulação primitiva de capital. Em sua opinião, apesar da não expropriação dos trabalhadores russos em relação à terra, poder-se-ia identificar no Império Russo um processo de acumulação primitiva de capital fundado na renda da terra, que constituíra paulatinamente as condições necessárias para a existência de relações de produção capitalistas que determinariam essencialmente a concretude do caráter capitalista da formação social russa.

Por supuesto, el sistema de gran producción basado en el trabajo a domicilio es una forma capitalista de industria; tenemos aquí todos sus rasgos: economía mercantil en un alto grado de desarrollo, concentración de los medios de producción en manos de determinados individuos, expropiación de la masa de obreros, que no poseen sus propios medios de producción y, por lo mismo, trabajan con los medios de producción de otros, y no para sí, sino para el capitalista. Evidentemente, por su organización, la industria artesanal es capitalismo puro; se diferencia de la gran industria mecanizada en que técnicamente está atrasada (lo que se explica ante todo por el nivel escandalosamente bajo de los salarios) y en que los trabajadores conservan minúsculas haciendas. *Esta última circunstancia confunde particularmente a los "amigos del pueblo", acostumbrados a pensar, como corresponde a verdaderos metafísicos, con contradicciones directas y desnudas: "sí, es sí; no, es no y lo demás, es cosa del diablo".*

Si los obreros no poseen tierra, eso es capitalismo; sí la poseen no es capitalismo; y ellos se limitan a esta filosofía tranquilizadora, perdiendo de vista toda la organización social de la economía, olvidando el hecho tan conocido de que la posesión de tierra no elimina ni un ápice la miseria espantosa de estos propietarios de tierra, sometidos a la más desvergonzada rapiña por parte de otros propietarios de tierras, "campesinos" como ellos. (LENIN, [1894c] 1981. Ênfase nossa).

Lenin considera – e, ressalte-se, com rigor metodológico raríssimo nos integrantes da II Internacional – que o modo de produção capitalista é caracterizado essencialmente *pela compra e venda da força de trabalho*, cujo surgimento pressupõe historicamente por sua vez a generalização da compra e venda de mercadorias na reprodução material da vida (cf., [1894c] 1981).

Já em 1894, em *Quem são os 'amigos do povo' e como lutam contra os social-democratas* ([1894a] 1981), ao traçar um paralelo entre Mijailovski e Dühring, Lenin menciona a “tendência histórica do capitalismo” explicitada por Marx em *O Capital* e fundamentada historicamente na contradição entre o incremento cada vez maior da socialização da produção e a concentração cada vez maior da propriedade e da apropriação. Insiste em reproduzir uma enorme citação de Engels, que por sua vez reproduzira no *Anti-Dühring* (cf. [1877]) uma enorme citação de Marx que contém praticamente todo o original, publicado em 1867 (*O Capital*, cap.24., seção 7):

No bien los trabajadores se convirtieron en proletarios y sus medios de producción en capital; no bien se consolidó el modo capitalista de producción, la socialización posterior del trabajo y la posterior transformación de la tierra y de los otros medios de producción [en capital], y por lo tanto la posterior expropiación de los propietarios privados, adquiere una nueva forma. 'Ahora ya no es el trabajador que trabaja para sí quien debe ser expropiado, sino el capitalista que explota a numerosos obreros. Esta expropiación se lleva a cabo por el juego de leyes inmanentes de la propia producción capitalista, por la concentración de los capitales. Un capitalista elimina a muchos otros. Paralelamente a esta concentración o expropiación de muchos capitalistas por unos pocos, se desarrolla cada vez en mayor escala la forma cooperativa del proceso del trabajo, la aplicación tecnológica conciente de la ciencia, la explotación metódica y social de la tierra, la transformación de los instrumentos de trabajo en medios que sólo pueden ser utilizados en común, la economía de todos los medios de producción, porque se utilizan como medios comunes de producción del trabajo social combinado. Con la reducción constante de los magnates del capital, que usurpan y monopolizan todas las ventajas de este proceso de transformación, aumenta la suma de miseria, opresión, esclavitud, degradación y explotación; pero con esto aumenta también la rebelión de la clase obrera, que crece constantemente y que se disciplina, unifica y organiza por el mismo mecanismo del proceso capitalista de producción. El capital se convierte en traba del modo de producción que ha surgido y florecido con él y bajo su amparo. La concentración de los medios de producción y la socialización del trabajo llegan a un punto en que son incompatibles con su envoltura capitalista. Esta se rompe. Ha llegado la hora de la propiedad privada capitalista. Los expropiadores son expropiados.' (MARX, apud LENIN, [1894a] 1981).

Analisando a tendência à concentração descrita por Marx nos (corretos) termos de um processo capitalista de socialização da produção, Lenin explica:

“La socialización del trabajo por la producción capitalista no consiste en absoluto en que se trabaje en un local común (esto es sólo una pequeña parte del proceso), sino en que *la concentración del capital va acompañada por la especialización del trabajo social*, por la disminución del número de capitalistas en cada rama de la industria y por un aumento de la cantidad de ramas especiales de la industria; en que múltiples procesos de producción dispersos se funden en un solo proceso social de producción (Ibid.)

Já aqui estão presentes conclusões sobre a inevitabilidade do socialismo – “o regime socialista é *inevitável* em virtude das próprias leis de desenvolvimento do capitalismo” ([1894c] 1981), associadas ao aprofundamento da concentração de capitais e à sua unidade contraditória com o processo de concentração.

Em sua crítica a Peter Struve (marxista legal populista que mais tarde se tornaria menchevique), Lenin reafirmaria uma vez mais esta tendência histórica, que constitui a contradição fundamental do próprio desenvolvimento capitalista na unidade entre concentração e expropriação:

Por no comprender que esta es una economía capitalista, no ha advertido usted que

sobre tal base cualquier artel no puede ser más que un paliativo insignificante, incapaz de suprimir la concentración de los medios de producción, comprendido el dinero, en manos de una minoría (esta concentración es un hecho indiscutible), ni el total empobrecimiento de la inmensa mayoría de la población; un paliativo que, en el mejor de los casos, sólo puede hacer que un puñado de kustares engrosen las filas de la pequeña burguesía. De ideólogo del trabajador, se torna usted ideólogo del pequeño burgués (LENIN [1894b] 1981).

Assim, já desde as obras de sua juventude, salta aos olhos a capacidade de Lenin na identificação da historicidade da essência, fundada na socialidade e em sua (re)produção. Esta não constitui uma qualidade comum aos membros da II Internacional e será imprescindível na formulação posterior do revolucionário russo, no tocante à sua concepção sobre o imperialismo.

O imperialismo seria posteriormente definido como um salto qualitativo neste processo de movimento histórico da própria socialidade capitalista, aprofundando o desenvolvimento desigual e dele se retroalimentando. Por outro lado, a contradição estrutural, antagônica e irreconciliável entre a socialização cada vez maior da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação constituiria a base material para o socialismo como processo histórico concreto de superação dialética dessa contradição. A relação necessária entre ambos os processos é o que levaria à identificação, por Lenin entre a “época do imperialismo” e a “época do socialismo”, sendo a primeira apontada como o substrato material da segunda, em todas as dimensões.

É de muito interesse constatar o caráter de universalidade implicado nesta aceção de “imperialismo” e de “socialismo”. Não apenas porque se referem ao movimento histórico da própria totalidade configurada como complexo de complexos – que já viemos destacando. Mas pelo caráter universal também do socialismo, na medida em que nasce das contradições do próprio capitalismo em sua universalização histórica. Este caráter de totalidade leva a que seja possível identificar, para o conjunto dos agrupamentos humanos ao redor do planeta, a mesma contraditoriedade que se pode identificar em bases territoriais nacionalmente delimitadas, no que atine à convivência de mais de um modo de produção, sempre subordinado àquele que constitui o momento predominante da reprodução social. Trata-se em nossa opinião de uma perspectiva extremamente fértil para a compreensão da historicidade da Guerra Fria e da queda do Campo Socialista, e que parte da indicação do socialismo também como um modo de produção. Apesar de não haver condições de aprofundar neste espaço a

referida indicação, parece-nos proveitoso ressaltá-la.

A interpretação do socialismo enquanto negação histórica da negação histórica de uma tendência social é muito clara nas análises de Lenin sobre a “negação da negação” em Marx, tanto a partir das formulações de Engels no *Anti-Duhring*, debatidas também em *Materialismo e empirocricismo* ([1909] 1946), quanto a partir de sua própria leitura e crítica de Hegel, presentes nos apontamentos dos *Cadernos sobre a dialética de Hegel* ([1914e] [[1929]] 2011). Também fica explícita nos apontamentos de Lenin sobre a obra de Saint-Simon, recolhidos na compilação de seus *Cadernos do imperialismo*.

Nesse sentido, aparece na obra do revolucionário russo uma interpretação específica sobre o movimento histórico da própria sociabilidade capitalista, cujo eixo é a exposição de Marx em *O Capital* acerca do desenvolvimento histórico dessa socialidade com base na dinâmica entre relações sociais de produção e forças produtivas. Isso, na medida em que as relações sociais de produção especificamente capitalistas condicionam o desenvolvimento das forças produtivas (entendido não meramente em sentido tecnológico) e este subverte as bases da reprodução material das próprias relações de produção, no movimento histórico do surgimento e expansão do modo de produção (especificamente) capitalista.

Nessa chave analítica, Lenin destaca três fases do desenvolvimento da própria sociabilidade capitalista: a cooperação, a manufatura e o capitalismo industrial, *que é denominado pelo autor, exatamente, como “a fase superior do capitalismo”* (cf. [1894a] 1981). É inegável o paralelo com a formulação que Lenin daria ao imperialismo vinte anos depois. Mantém-se, inclusive, o sentido histórico do proletariado como classe capaz da negação da negação:

“Esta situación del obrero fabril en el sistema general de relaciones capitalistas lo convierte en el combatiente único por la liberación de la clase obrera, porque sólo **la fase superior de desarrollo del capitalismo**, la gran industria mecanizada, crea las condiciones materiales y las fuerzas sociales necesarias para esta lucha. En todos los demás lugares, dadas las formas inferiores de desarrollo del capitalismo, no existen esas condiciones materiales: la producción está dispersa en millares de pequeñísimas empresas (que no dejan de ser *empresas* dispersas ni aun bajo las formas más igualitarias de la *posesión* comunal de la tierra), el explotado, en la mayoría de los casos, posee todavía una empresa minúscula y de ese modo se halla ligado al mismo sistema burgués contra el cual debe sostener la lucha: esto demora y dificulta el desarrollo de las fuerzas sociales capaces de derrocar el capitalismo. La pequeña explotación, dispersa, aislada, sujeta a los trabajadores al lugar de residencia, los disocia, no les da la posibilidad de adquirir conciencia de su solidaridad de clase, no les da la posibilidad de unirse una vez que han comprendido que la causa de su opresión no es una o otra persona, sino todo el sistema económico. Por el contrario, el gran capitalismo rompe inevitablemente toda ligazón del obrero con la vieja

sociedad, con determinado lugar de residencia y con determinado explotador; lo une, lo obliga a pensar y lo sitúa en condiciones que le permiten dar comienzo a la lucha organizada. Por consiguiente, los socialdemócratas dirigen toda su atención y toda su actividad a la clase de los obreros. Cuando sus representantes de vanguardia asimilen las ideas del socialismo científico, la idea del papel histórico del obrero ruso, cuando estas ideas alcancen una amplia difusión y entre los obreros se creen sólidas organizaciones que trasformen la actual guerra económica esporádica de los obreros en una lucha conciente de clases, entonces el OBRERO ruso, colocándose a la cabeza de todos los elementos democráticos, derribará el absolutismo y conducirá *AL PROLETARIADO RUSO* (al lado del proletariado de *TODOS LOS PAISES, por el camino directo de la lucha política abierta, a la REVOLUCION COMUNISTA VICTORIOSA*) (LENIN, [1894a] 1981).

É interessantíssima a relação da última fase com afirmações do Lenin “pré-teoria do imperialismo”. Considerando que não houve, nesses vinte anos, nenhuma mudança expressiva do caráter do próprio capitalismo, é fácil notar que *o movimento histórico da própria sociabilidade capitalista (que já era e seguiria sendo apontado na concentração de capital) é o conteúdo central da conceituação do imperialismo em Lenin* e não o “aumento da violência” ou mesmo “o surgimento do capital financeiro” e a própria “transferência de valor”, como se costuma apontar (Embora esta última esteja intrinsecamente relacionada à generalização das relações sociais de produção capitalistas e ao desenvolvimento desigual das forças produtivas. E é o que apontaremos no capítulo 4 deste trabalho, quando veremos o imperialismo caracterizando-se, não exatamente pela transferência de valor, mas por uma *transformação* na transferência de valor).

Esta capacidade de perceber a historicidade da essência e evitar sua abstração idealista pode ser vista uma vez mais na “Contribuição à caracterização do romantismo econômico” ([1897] 1981, ênfase nossa): analisando a obra de N. Ziber, Lenin destaca, por um lado, “uma análise histórica que estabelece o lugar ocupado pela produção mecanizada nas sucessivas etapas de desenvolvimento do capitalismo e sua relação com aquelas que a precederam (cooperação capitalista simples e manufatura capitalista)”. Em sua opinião, a teoria marxista teria estabelecido que *“a indústria mecanizada é apenas uma etapa (precisamente a superior) da produção capitalista, e explícita que saiu da manufatura”* (*idem*). Eis aqui, novamente, o conteúdo preciso por meio do qual Lenin entende a expressão “fase superior”: o movimento histórico (prático) da socialidade capitalista em suas determinações essenciais, sem que por isso deixem de ser essenciais. Pelo contrário: ele destaca também “uma análise do papel das máquinas na economia capitalista e, especialmente, da *transformação de todas as condições de vida da população produzida pela indústria mecanizada*” (*idem*), que significará o

aprofundamento, não a superação, daquelas contradições essenciais (ainda que o aprofundamento contenha em si a base de sua negação, que, contanto, *ainda* não existe³⁷):

“[a transformação da vida pela indústria mecanizada] *constitui um gigantesco progresso na sociedade capitalista*, não apenas porque eleva as forças produtivas ao máximo e socializa o trabalho em toda a sociedade, mas também porque destrói a divisão do trabalho própria da manufatura, obriga os operários a passarem de um trabalho ao outro, aniquila definitivamente as relações patriarcais atrasadas, em especial no campo, e dá um gigantesco impulso ao movimento progressista da sociedade, tanto pelas causas assinaladas como pela concentração da população industrial. Este progresso, assim como todo progresso no capitalismo, é acompanhado pelo "progresso" também das contradições, isto é, por sua agudização e extensão” (LENIN, *loc.cit.*).

É nessa mesma chave que deve ser compreendida a concepção de Lenin sobre o imperialismo. Nele, contanto, Lenin considerará que o espaço progressista se reduz, dado o movimento de desenvolvimento prévio daquela base social e o acirramento prévio de suas contradições (fator associado pelo revolucionário ao crescimento do oportunismo entendido como difusão da ideologia burguesa na classe trabalhadora pela via da “aristocracia operária” e cuja compreensão e combate constitui um dos temas centrais por meio dos quais a práxis serve de fundamento à elaboração teórica, no caso, da teoria do imperialismo de Lenin³⁸).

37 O determinismo da superação do capitalismo em Lenin (do qual trataremos adiante e que não invalida em nossa opinião as teses do autor) não é de tipo teleológico, no sentido da aceitação implícita de uma contradição entre essência e existência ao postular que algo *já é*, mesmo *sem ainda ser*. É de tipo causal, ao considerar que uma situação inevitavelmente levará à outra – o aprofundamento inevitavelmente levará ao socialismo. Não se trata de um determinismo completo e objetivista, contudo. A superação do capitalismo é considerada inevitável, por isso considera-se o “imperialismo como fase de transição para um regime superior [o socialismo]” (cf.[1917] 1985), mas não se sabe *quando* ocorrerá, podendo se estender “por um longo período” (*idem*). O *quando* dependerá das “condições subjetivas”, isto é, do aproveitamento subjetivo de uma “situação pré-revolucionária”, como aquela que se abre com a guerra imperialista – quando os de baixo já não querem ficar como estão, mas não sabem para onde ir, e os de cima já não podem ficar como estão, mas não têm para onde ir. (Conceitos que também viriam a ser sistematizados no bojo de suas formulações sobre o imperialismo, justamente no texto sobre *A bancarrota da II Internacional* – cf. LENIN, [1915b] 1984.). A concepção de Lenin sobre a fatalidade da revolução socialista, dado o próprio movimento progressista da socialidade humana de maneira geral e o incremento de sua capacidade de autorrealização, é elemento que, como destacaremos no próximo capítulo, se mantém em György Lukács.

38 Lembramos aqui uma vez mais a formulação de Sánchez Vázquez ([1967;1980] 2007) acerca do

Note-se que não se trata aqui, nem em Lenin, nem em Marx, de algum tipo de história evolutiva determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas e da explicitação sucessiva deste desenvolvimento, por sua vez reduzido à matriz tecnológica. Pelo contrário, trata-se, como destacamos anteriormente, da análise do movimento das próprias relações capitalistas de produção em sua socialidade histórica, fruto da ação dos homens e mulheres, que fazem a história em condições que não escolhem. Trata-se da compreensão essencial do modo de produção capitalista em sua condição de modo de (re)produção material da vida fundado na compra e venda da força de trabalho, que *constitui sua relação concreta mais essencial*. Contudo, o conhecimento da singularidade desse modo de (re)produção da vida³⁹ (assim como o “conhecimento”, de maneira geral, como faculdade humana) só é possível mediante um processo de espelhamento ideal da realidade, que passa pela abstração conceitual e que, se intencionado a refleti-la em suas próprias determinações mais essenciais, deve necessariamente abstrair aquelas que, apesar de mais aparentes em um nível imediato da análise, não possibilitam a apreensão imediata de suas determinações essenciais (deve “abstrair as árvores e enxergar o bosque⁴⁰”). Assim,

“Constituye un gran progreso en la ciencia económica el que Marx parta siempre, en sus análisis, de los fenómenos económicos generales, del conjunto de la economía social, y no de casos aislados o de las manifestaciones superficiales de la competencia, que es a lo que suele limitarse la economía política vulgar o la moderna 'teoría de la utilidad límite'. Marx analiza primero el origen de la plusvalía y luego pasa a ver su descomposición en ganancia, interés y renta del suelo” (LENIN, [1914d] 1984)⁴¹.

marxismo como “filosofia da práxis” e acerca da práxis como fundamento, critério e fim da verdade.

39 Nas palavras de Lukács, “ontológico”.

40 O conselho de “abstrair as árvores e enxergar o bosque” é dado por Lenin a Riesser ([1917] 1985), precisamente ao indicar que a concepção daquele economista burguês acerca do “entrelaçamento” das unidades produtivas deixava de fora seu conteúdo principal ou essencial: a concentração do capital como contrapartida contraditória do incremento da socialização da produção.

41 A visão de Lenin sobre o processo de espelhamento ideal do real e sua crítica à posição neopositivista e à posição neokantiana sobre a inexistência da verdade objetiva são expostas em 1909 (1946) em *Materialismo e empiriocritismo*. Nesse seu texto, existe um amplo debate sobre a categoria traduzida como “reflexo” e sobre o reconhecimento ou não de seu papel como fundamento da práxis, bem como sobre sua concepção acerca do método necessário para a abstração de determinações fenomênicas e para a apreensão do real no conjunto de suas

A cooperação simples não é necessariamente capitalista, ao passo que a produção manufatureira já o é (e aqui Lenin remete-se novamente Marx, destacando-o), pelas relações de produção nela implicadas, apesar da inexistência ou emprego esporádico de maquinário industrial. A indústria moderna, por sua vez, apesar de ser indissociável da base material constituída pelo advento da máquina-ferramenta (cujo surgimento é possibilitado justamente pelos desafios práticos impostos à produção manufatureira pela própria divisão social do trabalho e frente ao aumento da produtividade) e do salto qualitativo nos meios de trabalho aí implicados, tem existência social que vai além do mero desenvolvimento tecnológico. Em sua configuração de “moderno sistema fabril”, a indústria moderna subverte as relações de trabalho, generalizando a produção tipicamente capitalista, constituindo, desse modo, a realidade concreta da generalização das determinações próprias ao capitalismo (perceptíveis abstratamente como “lei do valor”), cujas determinações se aprofundam em sua contraditoriedade e se tornam ao mesmo tempo mais fortemente definidoras da vida social (embora menos perceptíveis, dado o incremento da alienação e do fetiche). Assim, embora não coloque a discussão nestes termos, Lenin percebe que Marx não apenas atinge o objetivo de investigar a “lei fundamental” que rege a produção capitalista (Marx apud LENIN, [1914d] 1984), mas de *entendê-la em seu movimento histórico*. A própria lei do valor, portanto, apesar de apreensível a partir da sucessiva abstração e síntese tendo por base o movimento do real em suas determinações, não configura uma abstração estática e desprovida de realidade (e, portanto, de historicidade)⁴².

Lenin não aprofunda esta questão, que pretendemos seguir debatendo ao longo da tese⁴³.

próprias determinações (às quais a apreensão subjetiva não rouba a objetividade).

42 É por isso que o imperialismo tem dimensão qualitativamente distinta e não apenas quantitativamente distinta, apesar de não evadir (nem em sentido qualitativo, nem quantitativo, nem em sentido algum) as determinações singulares ao modo de produção capitalista, que não apenas lhe são ontologicamente prioritárias, mas que conformam concretamente também as suas próprias determinações essenciais, particularizadas no movimento histórico.

43 Podem-se traçar importantes implicações no que concerne à transferência de valor. Algumas delas serão debatidas no capítulo 4 do presente trabalho. Consideramos pertinente, contudo, adiantar algumas conclusões, desde já perceptíveis: a generalização da lei do valor (que só pode ser compreendida sobre a base material do desenvolvimento das forças produtivas, da

Em nossos próprios termos, consideramos, contudo, que a apresenta de maneira substantivamente correta, na medida em que põe a questão em termos efetivamente materialistas e não idealiza a lei do valor como *determinação abstrata* essencial do capitalismo, sem, contudo, deixar de compreender sua legalidade. Esta própria legalidade, frisamos aqui, só *existe* em suas determinações concretas, que se generalizam com base não só no desenvolvimento das forças produtivas, como também da generalização das relações de produção capitalistas e da contradição entre socialização da produção e concentração da propriedade. Por outro lado, não se detém na verificação empiricista da realidade imediata a partir de abstrações generalizantes desprovidas de consciência quanto à sua própria historicidade, reconhecendo a prioridade ontológica da reprodução material da vida como determinante da reprodução do ser social e nela buscando (e não no “aumento da violência”, no “militarismo”, no “expansionismo”, ou na própria “partilha econômica e política do mundo”) as determinações mais essenciais e causalmente sobredeterminantes em seu movimento histórico. Mesmo o capital financeiro é entendido por Lenin como concentração de capital, como indicaremos adiante, e apenas nesse sentido é essencialmente determinante da fase imperialista.

Assim, é na concepção leniniana sobre a historicidade da socialidade capitalista, fundada na contradição entre socialização da produção e concentração da apropriação, que se pode compreender o porquê da formulação posterior, que compreende o caráter *monopolista* como principal distinção do capitalismo ao final do século XIX, configurando um salto qualitativo em sua própria reprodução configuradora de uma *nova fase histórica do*

generalização das relações de produção capitalistas e da contradição entre socialização da produção e concentração da propriedade) implica um aprofundamento na transferência de valor, que é uma determinação inerente e universal ao próprio modo de produção capitalista, aprofundando-a (e não configurando-a pela primeira vez) em seu período imperialista, em um processo identificável, tanto do ponto de vista da relação entre distintos capitais individuais, independente de sua localização, quanto do ponto de vista da particularização desta relação entre países (E esta é uma determinação particularmente interessante em termos práticos e que motiva, em última análise, esta investigação, mesmo que não cheguemos às suas últimas consequências, pois configura um salto nas limitações concretas à acumulação de capital em países dependentes.). No imperialismo, portanto, a transferência de valor não se origina, mas se transforma. Identificar apenas a lei do valor ou a transferência de valor de maneira geral ou abstrata como determinação mais essencial da singularidade do imperialismo é não identificar no imperialismo nada de específico.

*desenvolvimento capitalista (superior, justamente por identificar-se com a expansão da indústria moderna, porém em novas condições de reprodução): o imperialismo*⁴⁴.

1.2.2. Imperialismo: socialização da produção e concentração da propriedade

Com todas as limitações aí ineridas (sendo a maior delas, em nossa opinião, a não explicitação ou mesmo a não apreensão dos mecanismos de transferência de valor), é a partir desse mesmo raciocínio que Lenin investiga o imperialismo. Buscando ir além das determinações fenomênicas e compreender as determinações mais essenciais (fundadas no movimento histórico da forma de reprodução material da vida) para ao mesmo tempo ressignificar aquelas determinações mais fenomênicas e a totalidade, visando a transformá-la.

É notório que, em sua exposição “clássica” sobre o imperialismo, Lenin expõe uma definição geral e depois a desdobra em cinco traços fundamentais. O imperialismo, na interpretação do revolucionário russo, é definido como “capitalismo monopolista” e consiste em uma fase particular do capitalismo. São seus cinco traços fundamentais: (i) a concentração do capital e o surgimento dos monopólios industriais e bancários; (ii) o surgimento do capital financeiro e da oligarquia financeira; (iii) a exportação de capital; (iv) a partilha do mundo entre as associações de capitalistas; (v) a partilha do mundo entre as grandes potências.

No entanto, não se trata simplesmente de uma relação de *enumeração*, mas de uma caracterização das determinações e sobredeterminações que expõe primeiramente aquelas consideradas mais essenciais. Afinal, por que não “capitalismo financeiro”? “Capitalismo exportador de capital”? Lenin define o imperialismo pelo traço que lhe parece fundamental, desdobrando-o em seguida nos demais traços.

“Precisamos agora tentar fazer um balanço, resumir o que dissemos acima sobre o imperialismo. O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo - do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas” (LENIN, [1917] 2010, p.87).

44 Destacar-se-á a seguir a apreensão leniniana sobre este caráter “monopolista”.

Não se trata, contudo, de definir *a priori* que a concentração de capital constitui o ponto fulcral. Tanto a definição feita por Lenin quanto a sua forma de exposição condizem com a investigação dialético-materialista empregada na análise do fenômeno, de acordo com os objetivos aos quais o livro se propõe – de imediato – caracterizar, quais sejam, a Guerra em suas determinações e suas implicações para o movimento revolucionário. Trata-se apenas de um “Ensaio Popular”, caracterizado pelo próprio autor em termos que têm sido traduzidos como “brochura”, “livrinho” e “opúsculo”, mas que versa sobre tema que, se bem entendemos os embates travados na II Internacional, impacta toda a definição estratégica e tática do movimento revolucionário.

Em seus *Cadernos do imperialismo* ([1933-38] 1986), é possível constatar que Lenin elaborou três planos para a estrutura do ensaio que pretendia escrever, todos eles bastante semelhantes entre si e condizentes com sua estrutura final, parecendo inspirar-se na estrutura empregada por Marx em *O Capital* e na decisão de não adiantar diretamente a compreensão dos objetivos. Para que se possa ter clareza sobre esse aspecto metodológico, há que se compreender os já referidos objetivos do ensaio de Lenin frente à caracterização da guerra. Lenin parte da guerra e a ela retorna em sua análise. Parte da realidade para cuja compreensão se coloca a tarefa de compreender, partindo, em seu esforço de abstração, de suas determinações mais imediatas. Não se trata de definir como fundamental o surgimento dos monopólios, aprioristicamente, mas, sim, de uma aproximação dialético-materialista que permita identificar, a partir das determinações reais mais imediatas (inclusive em sua aparência empírica), as determinações reais mais essenciais, que permitem ressignificar a compreensão imediata sobre as primeiras. Uma vez realizado este esforço analítico, trata-se de expô-lo ao leitor. A exposição deve partir do traço cujo caráter é mais sobredeterminante. Expostos todos os traços, é possível remontar a definição sintética que expusemos acima, situá-la historicamente em suas tendências e submeter à crítica outras interpretações sobre o mesmo fenômeno⁴⁵. Não apenas o método de análise, mas também tal ordem de exposição é condizente com os objetivos de ambos os autores, pois cada qual, ao expor claramente o raciocínio sem adiantar suas conclusões, o faz de tal maneira que o leitor não possa seguir o

45 Uma estrutura, salvas todas as diferenças, inclusive em termos do esforço de abstração, análoga àquela aplicada por Marx em *O Capital*, até mesmo no que se refere à exposição final das tendências históricas e ao lugar da crítica “monográfica” a outros posicionamentos (que, no caso de Marx, foi publicada postumamente na edição organizada por Kautsky das *Teorias da mais-valia*).

raciocínio, sendo capaz de desvelar as determinações reais em seu próprio espelhamento da realidade. As últimas conclusões são a respeito do movimento histórico da socialidade capitalista, na contradição socialização X produção e a construção do socialismo.

Examinemos a questão: se fizermos o raciocínio inverso, “lendo o livro ao contrário” a partir das determinações mais fenomênicas até as mais essenciais (que também têm existência concreta, como convém sempre lembrar, embora apreensíveis apenas a partir de um maior esforço de abstração), é possível verificar facilmente o que apontamos sobre a estrutura do opúsculo e sobre o método de investigação e de exposição empregado por Lenin.

Assim como o conjunto da obra de Marx, o conjunto da obra de Lenin também parte de motivações práticas, relacionadas à finalidade de instrumentar a luta revolucionária do proletariado pela superação do capitalismo e pela construção do socialismo/comunismo. Luta esta que, ao ser perpetrada por mulheres e homens concretos em situações concretas, tem a possibilidade de construir o novo apenas das entranhas do velho. Há que se conhecer, portanto, da melhor maneira possível, o conjunto de determinações reais relevantes para o que se pretende objetivar e os nexos causais entre elas, sua legalidade interna. A análise só pode partir da realidade concreta e do problema que concretamente se coloca, para, a partir de um esforço de abstração dialeticamente levado a efeito a partir de um pressuposto materialista, encontrar a legalidade entre as determinações mais essenciais e aquelas mais fenomênicas, todas elas reais, todas elas concretamente existentes, para, em seguida, a partir desse esforço de sucessiva abstração e síntese, reconstruir a imagem ideal da realidade concreta, agora entendida como síntese de múltiplas determinações, como concreto pensado.⁴⁶

46 Poderia parecer anacrônico ou liberal querermos imputar a Lenin esta clareza sobre o método de investigação de Marx. Estamos seguros, contudo, de que não constitui nenhum liberalismo. Para além da evidente constatação de seu amplo domínio sobre a investigação dialético-materialista, possível de ser depreendida de seus muitos textos políticos, há indícios de que o próprio Lenin já havia estudado a questão, apreciando-a, inclusive, em relação à estrutura da investigação e da exposição perpetradas por Marx na elaboração de *O Capital* (cf. LENIN, [1914d, 1984]). Embora não seja de nosso conhecimento nenhum ponto específico de suas *Obras Completas* no qual se haja recolhido um registro específico de uma leitura de Lenin sobre a “Introdução” escrita por Marx em 1857 para sua *Contribuição à crítica da economia política* (que hoje integra os *Grundrisse*, publicados integralmente apenas em 1939), da qual provém a estrutura do método acima descrita, sabe-se que esta Introdução foi editada e publicada em separado por Kautsky, em 1903, e é muito pouco provável que Lenin não a tenha estudado. Lenin também foi o tradutor ao russo dos quatro

A motivação prática da qual parte *O imperialismo, fase superior do capitalismo* é a necessidade imediata de, por um lado, compreender a guerra imperialista e o próprio imperialismo em suas determinações para melhor utilizá-las no curso da práxis revolucionária e, por outro, realizar a luta teórica (ou, em sua própria definição, ideológica – cf. LENIN [1902] 1981) como forma de luta nesta práxis – cujo sujeito tem necessariamente de ser coletivo (o que, na visão leniniana, não impede que estes sujeitos coletivos se posicionem teleologicamente, nem no que se refere ao partido, nem, posteriormente, aos sindicatos e soviets).

Tentemos nos colocar por um instante no lugar de Lenin: dada a cisão na II Internacional e o precipitar da própria guerra, “o essencial na crítica do imperialismo consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas as bases do imperialismo, se deve-se seguir adiante, intensificando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se deve-se retroceder, atenuando estas contradições” ([1917] 2010, p.110). Trata-se de um problema básico de definição da tática adequada à práxis revolucionária. Seu objetivo imediato era desmascarar o social-chauvinismo (“socialista de palavra, chauvinista de fato” – cf. [1917] 2010, p.7) e denunciar a II Internacional, posto que considerava o imperialismo como fase inevitável do próprio desenvolvimento capitalista, sob a qual se determinava o caráter da guerra e frente a qual havia justamente que aprofundar as contradições, declarar “guerra à guerra” e aproveitá-la, como parte das contradições imperialistas, para a tomada revolucionária do poder. Não basta, contudo, *proferir* que o imperialismo tem raízes econômicas indissociáveis do movimento histórico do próprio capitalismo. Se admitimos que a práxis é o critério da verdade, tal posição teria maior efeito em termos da luta teórica (e para além disso, só estaria de fato correta) se fosse correspondente à realidade e passível de

volumes da Correspondência de Marx e Engels com dirigentes socialistas, publicada em 1913. (Lenin era um tradutor prolífico, tendo, sido, inclusive, de uma série dos textos fundacionais de tratamento do capital financeiro, como *A evolução do capitalismo moderno*, de John Hobson.) É bastante provável que, em 1917, Lenin houvesse lido não só o conjunto da obra de Marx e Engels publicada até aquele momento em diferentes línguas como parte da não publicada. Salvo algum determinismo – em geral menor que aquele comum à época e quiçá não maior que aquele expresso por Engels (que se reflete inclusive no supracitado otimismo excessivo e causalmente determinista de Lenin em relação à inevitabilidade da revolução socialista) –, a compreensão de Lenin sobre o método dialético-materialista no conjunto de sua obra é notável.

fundamentar a práxis, o que não se pode constatar de modo meramente empírico mas tem toda maneira de ser apreendida teoricamente a partir da realidade material, a partir das condições históricas concretas⁴⁷:

“O esclarecimento do caráter da guerra é, para um marxista, premissa indispensável que permite resolver o problema de sua atitude frente a ela. Mas, para esclarecê-lo, é necessário, antes de tudo, determinar quais são as condições objetivas e a situação concreta da guerra de que se trata. Deve-se situar esta guerra nas condições históricas em que transcorre. Só então se pode determinar a atitude frente a ela. Porque, de outro modo, resultará um enfoque eclético, e não materialista, sobre o problema” (LENIN, [1914c] 1984, p27, ênfase nossa)⁴⁸.

Tentemos, portanto, situar a guerra em suas condições históricas concretas. Estas partem indiscutivelmente da disputa pela partilha do mundo entre grandes potências e por uma redivisão do mapa colonial. Tal é a primeira questão a ser analisada. Debrucemo-nos, primeiramente, sobre a política colonial e sobre a partilha política do mundo, traço fenomênico mais facilmente identificável do imperialismo e diretamente associado aos debates acerca do militarismo e da guerra imperialista na II Internacional; pelo menos desde que se precipitara a Guerra Hispano-Americana, em 1898 (entre Estados Unidos e Espanha, pela inviabilização da independência autônoma de Cuba, com a partilha final desta Ilha, da de Porto Rico, das Filipinas e de Guam), primeira considerada por Lenin como sendo uma guerra tipicamente imperialista, na medida em que a guerra franco-germânica se insere ainda no processo de Unificação Alemã⁴⁹.

Do ponto de vista estrito da política colonial e do expansionismo territorial, é difícil defender que a guerra pudesse se constituir em desdobramento inevitável do capitalismo naquele estágio de seu desenvolvimento. Afinal, desse ponto de vista, o imperialismo (em sua

47 Em uma apreensão objetivamente ontológica, diria Lukács.

48 Tomado, não por acaso, de uma Conferência pronunciada em 1914 sobre o tema “O proletariado e a guerra”, na qual se distingue entre tipos de guerra e se defende a guerra revolucionária e, em alguns casos, a guerra nacional (quando constitua uma guerra de autodeterminação pela independência política de um território ou colônia), contrapondo-a à guerra imperialista – em tema recorrente em outros textos, por exemplo, em *O socialismo e a guerra* ([1915d] 1984).

49 Visando a explicitar nossa argumentação, todas as citações subsequentes são do capítulo “A partilha do mundo entre as grandes potências”, sexto capítulo de *Imperialismo, fase superior do capitalismo* ([1917] 2010).

condição de política expansionista) pode ser identificado a qualquer outro episódio expansionista em qualquer outra época da história da humanidade, evadindo justamente as diferenças ontogenéticas que ressaltamos no apartado anterior entre o expansionismo próprio do imperialismo como fase particular do desenvolvimento capitalista e o expansionismo em geral, inclusive, por parte de Impérios dinástico-militares ou Estados-nação em outros períodos da história do capitalismo. Este é o ponto de partida de Hobson, por exemplo. Assim, do ponto de vista do expansionismo territorial, “a política colonial e o imperialismo *existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo*. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo” (LENIN, [1917] 2010, p.80, ênfase nossa). Tal indistinção, contudo, não é verdadeira, e contraria justamente o princípio materialista de buscar as determinações da realidade social em sua historicidade e a partir da reprodução material da vida. Dá margem a “*um enfoque eclético, e não materialista, sobre o problema*”, nas palavras proferidas por Lenin na “Conferência” supracitada, uma vez que “[...] as considerações 'gerais' sobre o imperialismo, que esquecem ou relegam para segundo plano as diferenças radicais entre as formações econômico-sociais, degeneram inevitavelmente em trivialidades ocas ou em jactâncias, tais como a de comparar 'a grande Roma com a Grã-Bretanha'. Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro” (*ibid.*, p.80). De modo que o desafio é encontrar as particularidades *daquele* expansionismo territorial e *daquela* política colonial *naquela* época que lhe era contemporânea⁵⁰, e as particularidades específicas que acarretam a precipitação daquela guerra específica.

No conjunto de determinações fenomênicas, imediatamente constatáveis, Lenin já indica um importante elemento, que constitui “traço característico do período” (*ibid.*, p.75): o fato de que, “pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas” (*idem*)⁵¹. A constatação contrasta com “a desigualdade na

50 Em nossa opinião, Lenin já se sente aqui à vontade para denominar a política colonial específica como “política colonial do capital financeiro”, dada a ordem de exposição adotada no livro. O que nos preocupa, no momento é a desconstrução do método de investigação por ele empregado para chegar tanto ao conteúdo exposto quanto ao método de exposição.

51 [...] o traço característico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta; definitiva não no sentido de ser impossível *reparti-lo de novo* – pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis –, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a

expansão colonial” (*ibid.*, p.79) em termos da extensão das possessões coloniais e tal contraste certamente configura a motivação imediata da guerra, uma vez que “ao final do século XIX e começo do século XX já havia terminado a partilha do mundo”.

Trata-se também de um fator certamente associado à expansão mundial do modo de produção capitalista e a seu desenvolvimento desigual. Nessa medida, constata uma relação entre política e economia que começa a deixar ver um outro conjunto de determinações a ser considerado. Lenin assevera que essa relação é admitida até pelos mais fiéis imperialistas, como o próprio Disraeli (*ibid.*, p.77)⁵². Mas ainda não basta, por si só, para caracterizar o imperialismo como necessário e insuperável nos marcos do capitalismo e, menos ainda, como uma fase histórica de seu desenvolvimento. *Ao se investigarem os interesses econômicos envolvidos, chega-se pois ao capital financeiro.*

Ainda sem explicitar em que se constitui o referido capital financeiro, Lenin constata que seu maior interesse em termos da política colonial é a obtenção de matérias-primas, embora observe, no mesmo raciocínio, que o capital financeiro também tem interesse em outras formas de dominação, como a exportação de capitais e a inserção em países “intermediários”, nem colônias nem potências coloniais, politicamente independentes, porém “envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática”⁵³. Em termos da política

conquista de todas as terras não ocupadas existentes em nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um proprietário para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um *dono*” (LENIN, [1917] 2010, p.75). Note-se que a existência anterior de territórios sem proprietários não significa necessariamente que aqueles não eram habitados, apenas que não eram submetidos ao regime de propriedade. O processo de submetê-los e deles tomar posse ou tornar-se dono descreve, em geral, a história do massacre de muitos povos. Excertos da obra de Lenin sobre a opressão de umas nações por outras e mesmo sobre a política colonial são facilmente encontráveis em sua obra, especialmente no período em que se deflagrou a polêmica sobre o princípio do direito das nações à autodeterminação incorporado ao programa do Partido Bolchevique.

52 Teria sido possível – e preferível – remeter aqui à necessária prioridade da esfera da produção sobre outras esferas da vida (explicando-a na linguagem popular almejada e sempre lograda por Lenin em seus textos), em vez de utilizar somente a concordância ideológica manifesta da própria burguesia como argumento de força. Mas não exageremos na exegese...

53 É notório o emprego por Lenin do termo “dependência”, que parece haver sido utilizado de

colonial,

“Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc. etc.” (ibid., p.82)

Segundo Lenin, depreende-se “daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral” (*idem*). Trata-se de uma clara referência à caracterização do imperialismo defendida por Hilferding, que Lenin considera insuficiente – mas ainda não mostra o porquê. É que Hilferding (cf. [1910] 1985) define o imperialismo como a política externa própria do capital financeiro, caracterizando-a a partir da necessidade dos países protegerem seus territórios econômicos diante do livre-cambismo inglês para poderem se industrializar. Em um primeiro momento, como visa à industrialização, tal protecionismo teria um caráter defensivo e progressista. A industrialização concomitante de outros países levaria, contudo, o novo país industrial a temer por seu território econômico, ampliando-o inicialmente para uma área imediatamente ao redor e já não coincidente com seu território político, ainda com vistas a proteger-se. Na medida em que tal necessidade de expansão do território econômico se amplia, torna-se não mais um protecionismo defensivo, mas sim um *protecionismo ofensivo*, que define na opinião de Hilferding o imperialismo como política externa⁵⁴.

Deve-se também contestar a formulação de Kautsky acerca do imperialismo como tipo de política externa facultativa, que pode ser abandonada mediante um acordo entre potências (caracterizando o ultraimperialismo), considerada por Lenin apologética ao imperialismo. Importa destacar que a concepção de Kautsky acerca do imperialismo baseia-se em sua

maneira similar no original em russo (agradecemos a Diego Moschkovich pelo auxílio, prestando esta informação). Deve-se voltar a ele, bem como às considerações de Lenin sobre um “sistema geral” de países e da hierarquia nele existente (o sistema mundial), nas análises sobre a relação entre imperialismo e dependência.

54 Em nossa Dissertação de mestrado apresentamos uma descrição mais detalhada e um “mapa-síntese” das posições dos distintos autores.

interpretação dos esquemas de reprodução de Marx, que encontra na desproporcionalidade a principal determinante das crises capitalistas. Tal desproporção levaria à necessidade continuada de subordinação em escala ampliada de regiões agrárias por países industriais, configurando uma ânsia inevitável de expansão dada a necessidade de matérias-primas, bens-salários e mercados. Com a industrialização de outras regiões, a Inglaterra passaria a disputar com outros países industriais a subordinação das mesmas regiões agrárias e sua política externa passaria, como resposta, de “livre-cambista” a “imperialista”. Tal procedimento não só configura uma política externa, como não constitui uma política necessária, posto que um acordo político que evitasse a disputa pelas mesmas regiões evitaria o imperialismo. Kautsky defendia que os custos econômicos e políticos da guerra tornariam tal acordo necessário às grandes potências, configurando o ultraimperialismo (cf. KAUTSKY, [1898] [1914a] [1914b]))⁵⁵

Assim, a próxima pergunta a ser feita é: se o capital financeiro demanda necessariamente matérias-primas, o que garante que a obtenção das mesmas se dê de maneira expansionista (e não, por exemplo, mediante um acordo pelo aumento da produtividade)? Ou, em outros termos, o que exige que o protecionismo defensivo se torne necessariamente ofensivo?

E eis que chegamos, finalmente, à resposta sobre as determinações que caracterizam a necessidade do imperialismo, sobredeterminando as demais determinações e constituindo, em si, a dimensão na qual a época de domínio do capital financeiro” seja também a “época do imperialismo”, configurando uma fase histórica particular do desenvolvimento capitalista capaz de subverter e singularizar a própria política colonial. Eis aqui “a particularidade fundamental do capitalismo moderno”: as associações monopolistas.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante

55 “La teoría más sutil del socialchovinismo, la que con más habilidad ha adoptado una apariencia científica e internacionalista es la del “ultraimperialismo”, ofrecida por Kautsky” (LENIN, Bancarrota de la II Internacional).

o monopólio do Estado. *Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias* (LENIN, [1917] 2010, p.81. Ênfase nossa).

[...] *tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas* (*ibid.*, p.82. Ênfase nossa)

O capital das associações monopolistas [note-se que o próprio Lenin não emprega o termo “capital monopolista”] exige a expansão em nova escala, dada a sua escala de concentração. Para ele, é sempre mais lucrativa a subordinação completa (política, inclusive), de modo que mesmo “os interesses da exportação de capitais” podem levar à repartilha territorial, posto que “no mercado colonial é mais fácil (e por vezes só nele é possível), utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir encomendas, consolidar as ‘relações’ necessárias’, etc.” (*ibid.*, p.83). Sua disputa, no entanto, vai além da partilha propriamente colonial, determinando a disputa no âmbito das associações monopolistas e no âmbito das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo.

Ao mesmo tempo, como já vimos no início deste apartado, o surgimento das associações monopolistas e monopólios corresponde ao movimento histórico da própria socialidade capitalista em sua (re)produção, a partir da contradição entre a socialização cada vez maior da produção e a concentração cada vez maior da apropriação. Em um determinado momento histórico (por volta da década de 1870, com o aumento da produtividade propiciado pela industrialização), essa contradição amplia-se qualitativamente, a ponto de grandes conglomerados industriais (ou “monopólios industriais”) e grandes conglomerados bancários (ou “monopólios bancários”) centralizarem seu capital entre si, constituindo imensos conglomerados de capital financeiro, cuja propriedade é detida, por intermédio da participação acionária, por um punhado cada vez menor de sujeitos que constituem a oligarquia financeira. O capital financeiro predomina, portanto, por sua condição monopolista. E é essa condição que lhe confere o seu “lugar na história”, a partir das contradições já descritas anteriormente, a qual implica, ao mesmo tempo: que a época do capital financeiro constituiria, ela mesma, uma “etapa superior” do capitalismo, *na medida em*

que seu caráter é monopolista; e que o capitalismo seja configurado como “capitalismo monopolista”. Tal definição passa a impor, então, o enfrentamento da seguinte questão a ser trabalhada a seguir: o que se toma por “monopolista”.

Assim, partindo da partilha territorial, deve-se a ela retornar e ressignificá-la, distinguindo aquele “imperialismo generalizado” do imperialismo em sua singularidade capitalista. Trata-se, claramente, de uma questão de prioridade ontológica e que busca as determinações do imperialismo em . A subversão da política colonial em política colonial propriamente imperialista é ainda constatada por Lenin mediante a análise de dados que demonstram seu incremento na mesma época do surgimento do “capitalismo monopolista”, entre 1860 e 1870 (ibid., p.75)⁵⁶.

Assim construído, o movimento de apreensão da realidade concreta permite identificar as categorias indispensáveis à análise do imperialismo como fase particular do capitalismo, na formulação de Lenin. Essa identificação determina as categorias a serem tratadas no livro, em ordem invertida, de modo a apresentar, primeiramente, aquelas mais essenciais ao fenômeno, para clareza da exposição (Capítulos 1 a 6), principiando, portanto, pela “Concentração da produção e os monopólios”. Uma vez apresentadas as principais categorias, é possível “remontar” o espelhamento do imperialismo como fase particular do capitalismo, expondo uma análise sintética capaz de apontar o que se considera essencial e desdobrando-a em cinco traços (Cap. 7, “O imperialismo, fase particular do capitalismo). Daí depreende-se a tendência histórica do imperialismo, de maneira análoga, por meio da qual Marx expõe a “Tendência histórica da acumulação capitalista”, centrando-se naqueles pontos que Lenin considera como inevitáveis na nova fase (o parasitismo e a decomposição do capitalismo, que fundamentam, ao mesmo tempo, o salto do oportunismo sob a forma de uma aristocracia operária – conceito empregado originalmente por Engels – e a possibilidade efetiva e inevitável da Revolução Socialista e da superação do capitalismo). Tal superação supõe a crítica, como arma da crítica

56 Vimos acima que o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1870. Agora vemos que é exatamente depois desse período que começa o enorme "ascenso" de conquistas coloniais, em que se exacerba até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase de capitalismo monopolista, ao capital financeiro, encontra-se relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo (LENIN, [1917] 2010, p.75).

e crítica das armas, e o desmascaramento da bancarrota política da II Internacional (cap.9. Crítica do imperialismo) e configura o “Lugar do imperialismo na história” (cap.10): a antessala da revolução socialista, para cuja análise o argumento retorna circularmente à análise da concentração de capital nos marcos da contradição antagônica e irreconciliável entre socialização da produção e concentração da apropriação.

Já em 1916 (em um texto sobre “O imperialismo e a cisão do socialismo”), Lenin indicava este conjunto de determinações sobre a caracterização e o papel histórico do imperialismo, que pensamos condizer com o exposto acima, inclusive em termos do mote que o ocupava. Eis a questão central do texto: “Existe alguma relação entre o imperialismo e a monstruosa e repugnante vitória obtida pelo oportunismo (em forma de social-chovinismo) sobre o movimento operário da Europa? Este é o problema fundamental do socialismo contemporâneo” (LENIN, [1916c] 1986). E responde⁵⁷:

“Hay que empezar por definir, del modo más exacto completo y posible, qué es el imperialismo. El imperialismo es una fase histórica especial del capitalismo. Su carácter específico tiene tres peculiaridades: el imperialismo es 1) capitalismo monopolista; 2) capitalismo parasitario o en descomposición; 3) capitalismo agonizante. La sustitución de la libre competencia por el monopolio es el rasgo económico fundamental, la esencia del imperialismo. El monopolismo se manifiesta en cinco formas principales: 1) cártels, sindicatos y trusts; la concentración de la producción ha alcanzado el grado que da origen a estas asociaciones monopolistas de los capitalistas; 2) situación monopolista de los grandes Bancos: de tres a cinco Bancos gigantescos manejan toda la vida económica de los EE.UU., de Francia y de Alemania; 3) apropiación de las fuentes de materias primas por los trusts y la oligarquía financiera (el capital financiero es el capital industrial monopolista fundido con el capital bancario); 4) se ha iniciado el reparto (económico) del mundo entre los cártels internacionales. ¡Son ya más de cien los cártels internacionales que dominan todo el mercado mundial y se lo reparten "ami gablemente", hasta que la guerra lo redistribuya! La exportación del capital, como fenómeno particularmente característico a diferencia de la exportación de mercancías bajo el capitalismo no monopolista, guarda estrecha relación con el reparto económico y político-territorial del mundo. 5) Ha terminado el reparto territorial del mundo (de las colonias)“.

(LENIN, [1916c] 1986).

Assim, se o capitalismo monopolista é identificado a partir do desenvolvimento da indústria moderna, como parece ser depreensível da análise de Lenin no conjunto de sua obra, o movimento das contradições essenciais do próprio capitalismo em seu desenvolvimento histórico deve ser identificado na origem dos assim chamados “monopólios”, a partir do

57 Lembremo-nos da *aristocracia operária*, “uma camada do proletariado das potências imperialistas [que] vive, em parte, às custas das centenas de milhões de homens dos povos não civilizados [sic]” (LENIN, [1916c] 1986).

desdobramento da própria indústria moderna, isto é, a partir do salto na produtividade, na expansão das relações sociais capitalistas em escala mundial e na concorrência intercapitalista implicado na industrialização de outros países e regiões além da Inglaterra (nominalmente França, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália e o Império Russo), pressionando para baixo a taxa média de lucro⁵⁸.

Destarte, é o próprio desenvolvimento capitalista, em sua historicidade e legalidade internas, que leva, como vimos, ao surgimento de monopólios, tanto industriais (que incorporariam, por sua vez, o capital comercial) quanto bancários. Na opinião de Lenin, somente esta escala monopolista da reprodução de capital teria propiciado e requerido a fusão (ou entrelaçamento, em termo tomado de Bukharin) entre capital industrial e capital bancário, descrita por Hilferding. Deve-se notar que, em Hilferding, tal fusão aparece primordialmente em termos de uma necessidade histórica da própria reprodução de capital, enquanto, em Lenin, aparece como uma forma específica assumida pela própria concentração de capitais. É apenas em relação ao movimento de concentração que tal fusão ou entrelaçamento pode ser entendido, sob a propriedade de uma nascente oligarquia financeira que a detém por meio de ações, retroalimentadoras da própria “concentração horizontal e vertical de capitais.

Também dada a sua escala e o acirramento da concorrência intermonopolista que pressionava para baixo a taxa média de lucro, a partir do aumento da produtividade propiciado pela revolução industrial nos países acima referidos, ter-se-ia tornado impossível para os capitais assim dimensionados internacionalizarem seu ciclo de rotação apenas no que se refere à compra e à venda de mercadorias (matérias-primas, bens salário e produtos finais), fazendo-se necessária não apenas a exportação de mercadorias, mas a exportação do próprio capital, sob a forma de dinheiro, que lhes seria mais lucrativa que a conversão em capital produtivo dentro do próprio país (Note-se que à época de Lenin, essa exportação é descrita

58 Apesar de não constar de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lenin faz menção à taxa média de lucro, até onde sabemos, nos Cadernos do Imperialismo, no debate contra os populistas, em seu verbete enciclopédico descritivo da obra de Marx e em uma série de cartas e apontamentos elencados sob o título “Miscelânea” em suas *Obras Completas*. Ele tem uma compreensão equivocada desta taxa, vista como taxa de juro efetiva, e da categoria “preço de produção” (apontada como um preço [de mercado] e não como um valor transformado). Indicaremos essa errônea apreensão mais adiante, pois consideramos que dela decorre a análise equivocada de Lenin sobre a origem dos superlucros na manutenção de “preços de monopólio”.

primordialmente sob a forma de empréstimos e da exportação de serviços não fatores a ela associada, sendo a exportação de capital sob a forma do próprio capital produtivo prevalente apenas no pós II Guerra Mundial, com a reconfiguração da divisão internacional do trabalho sob a hegemonia dos EUA e o desenvolvimentismo). O caráter monopolista da própria reprodução do capital subverteria a disputa política pela subordinação formal de distintas regiões e a disputa pela determinação de áreas de influência econômica. Chega-se, portanto à “formação de monopólios” como ponto fulcral.

1.2.3. Monopólios, capital financeiro, capital monopolista e transferência de valor

Não nos deteremos neste ponto em uma exposição exaustiva dos dados apresentados por Lenin em relação à concentração de valor. Buscaremos apenas ressaltar alguns aspectos relevantes para um debate metodológico acerca do significado da caracterização do imperialismo em sua configuração como “fase do capitalismo”.

Apesar de Lenin não referenciar todos os nomes principais daquela controvérsia “clássica” (não menciona, por exemplo, nem Nikolai Bukharin, nem Rosa Luxemburgo, que não lhe interessavam politicamente naquele momento como objetos de crítica), o pequeno livro por ele redigido tem ainda o mérito de “montar” a controvérsia do imperialismo como subsidiária das demais, encontradas dispersas na argumentação dos distintos autores. Também lhes dá tratamento crítico, apesar dos erros que possamos identificar, com o apontamento de determinações e sobredeterminações a partir da identificação da **concentração de capital** e da relação concentração-socialização como contradição fundamental. Assim, em sua definição do imperialismo, controvérsias como a “questão colonial” e a “questão nacional” são subsidiárias da “questão agrária” e veem-se todas elas subvertidas por novos traços, cuja caracterização conforma *novas* controvérsias acerca do “desenvolvimento desigual” na II Internacional, quais sejam: o “surgimento do capital financeiro” e o “surgimento dos monopólios” que lhe dão base. Sustentamos que os três últimos aspectos, ao incidirem diretamente sobre o movimento histórico descrito na lei do valor (com base em sua generalização, inclusive, a partir dos três primeiros e da expansão de relações sociais de produção capitalistas e do desenvolvimento das forças produtivas), devem ter este movimento analisado por sua

incidência não apenas na relação entre países, mas também em termos da transferência de valor – não apontada por Lenin em suas determinações – internamente a cada país e no capitalismo de maneira geral.

Não obstante, Lenin não identifica nem caracteriza corretamente a transferência de valor, nem entre países nem internamente a cada país, nem entre distintas frações de capitalistas – ou o entrelaçamento de capitais como forma de evitar aquela transferência –, nem internamente ao capital industrial. Este problema decorre provavelmente de sua definição de *monopólio*, e vice-versa. Este é, em nossa opinião, *o principal problema da formulação leniniana acerca do imperialismo*. (Embora não consideremos que, por isso, Lenin deixe de apreender as determinações “mais essenciais” do imperialismo, na medida em que apreende justamente a existência de um *movimento histórico da própria socialidade capitalista* e identifica corretamente a base material deste na contradição entre o salto na concentração e o salto na socialização da produção e produtividade – que nos permitem inclusive identificar as causas principais da *transformação* na transferência de valor no período 1870-1900).

No curso da história, confundem-se no tocante à caracterização do imperialismo, no seio do movimento, três termos distintos: “capital financeiro”, “capital monopolista” e “capitalismo monopolista”. Identificamos, a seguir, as controvérsias acerca da existência (ou não) e da caracterização do “capital financeiro” e do “capital monopolista” como controvérsias próprias, embora associadas à controvérsia do imperialismo, por sua origem e pelo conteúdo da formulação leniniana acerca do “capitalismo monopolista” e de seus traços. No próximo subitem, apresentaremos algumas breves considerações acerca da relação entre concentração de capital e transformação na transferência de valor, a serem aprofundadas criticamente no capítulo 4 deste trabalho, com base nos apontamentos acerca de historicidade, socialidade e práxis realizados nos capítulos 2 e 3.

A controvérsia sobre o capital financeiro enquanto tal é anterior à precipitação da controvérsia sobre o imperialismo enquanto tal, porém, em apenas alguns anos – ao contrário do que sugerem alguns problemas de tradução, que levariam a crer, pelo menos no Brasil e na França, que “capital financeiro” constituiria uma categoria menos recente e formulada pelo próprio Marx⁵⁹.

59 As questões de tradução realmente mereceriam um apartado próprio. Nos acertados termos de José Saramago, “os escritores fazem as literaturas nacionais e os tradutores fazem a literatura universal”, extrapolando a condenação de que os escritores vivam encerrados em suas próprias

Desde sua proposta conceitual, a formulação acerca do surgimento de um “capital financeiro” visava dar a compreender as transformações do capitalismo contemporâneo a seus formuladores, isto é, as transformações do capitalismo ao final do século XIX. Assim, é por meio dos embates acerca do surgimento e da caracterização do capital financeiro, aos quais se somam os indicativos sobre a concentração de capital e sobre a existência de “grandes conglomerados” ou “monopólios”, que pela primeira vez o imperialismo passa a ser discutido para além da problemática da subordinação formal de algumas regiões a outras e de sua funcionalidade à reprodução capitalista, dada essa subordinação. Por sua vez, é por intermédio da controvérsia do imperialismo que a categoria “capital financeiro” ganharia a transcendência que teve no movimento revolucionário, difundida mediante a divulgação da obra de Lenin.

línguas. Trata-se de uma tarefa imprescindível, cujas dificuldades já tivemos a oportunidade de experimentar, não sem equívocos. A tradução pode ocasionar uma série de problemas, com os mesmos termos sendo traduzidos – e retraduzidos em terceira mão – de maneiras distintas e com categorias distintas sendo traduzidas da mesma maneira. Indicamos em nossa Dissertação de Mestrado (MACHADO GOUVEA, 2012) que a própria expressão “capital financeiro” aparece em algumas traduções de *O capital* para o português (Civilização Brasileira e Difel) como substitutiva a “capital de comércio de dinheiro” (Abril Cultural), mas não aparece, tal qual formulado pelos marxistas do período estudado (como resultante do processo histórico de entrelaçamento entre os capitais bancário e industrial) em nenhuma passagem da obra de Marx. Nas traduções para o inglês e na tradução crítica para o espanhol, realizada por Pedro Scaron, no México, pela editora Siglo XXI, a possível identidade não é estabelecida e o termo aparece, respectivamente, como *moneyed-capital* e *capital dinerario*. Tal afirmação encontra fundamento em Sabadini (2013, p.594, nota 11), que indica: “os problemas de tradução envolvendo categorias como capital comercial/capital mercantil, capital de comércio de dinheiro/capital financeiro, por exemplo, não podem ser menosprezados. Eles provocam mudanças significativas na compreensão e interpretação dos fenômenos. Para nós, por exemplo, concordando com Harvey (1990), Klagsbrunn (1992) e Germer (1995), não existe o conceito de capital financeiro em Marx. Conforme Klagsbrunn (1992, p. 603), ‘na edição de *O Capital* da Editora Civilização Brasileira, essa função específica foi traduzida como capital financeiro, expressão que pouco tem a ver com a original *Geldhandlungskapital*, tanto em termos literais quanto em conteúdo [...]. Ao que tudo indica, a origem do erro está na tradução francesa da Editions Sociales, Paris, 1976 (tradução de Mm Cohen-Solal e M. Gilbert Badia), na qual o título do cap. 19, página 301, aparece como *Le Capital Financier (Capital Marchant)*’, no lugar de Capital de Comércio de Dinheiro”.

Como categoria, “capital financeiro”, por sua vez, remonta à fusão entre capital bancário e capital industrial, indicada por Hilferding ([1910] 1985). Porém, a controvérsia sobre a existência e a caracterização de um “capital financeiro” já estava dada há pelo menos uma década, podendo ser destacada, como exemplo, a influente obra de Alexander Bogdanov (marxista russo, fundador do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), que se uniu à fração bolchevique, em 1903, foi delegado da II Internacional e seria mais tarde criticado por Lenin em *Materialismo e empiriocriticismo* ([1907]), sendo marcante a semelhança temática no capítulo por ele dedicado ao capital financeiro em seu *Princípios de Economia Política (Curso popular)* ([1897] s.d.) em relação à obra de Hilferding⁶⁰. Já era possível identificar referências a um entrelaçamento entre atividades produtivas e bancárias na obra de outros autores, especialmente não marxistas, como, por exemplo, em John A. Hobson, tanto em seu seminal *Sobre o imperialismo* ([1902] primeira obra de fôlego especificamente sobre o tema) quanto já em *A Evolução do Capitalismo Moderno* [1894]⁶¹, que, apesar de não ser marxista, teve grande difusão na II Internacional e cuja tradução russa fora resenhada por Lenin, em 1898 (1981). É interessante notar que, embora a formulação de Hilferding fosse inversa à de Hobson, no que se refere à predominância relativa entre capital bancário e capital industrial (ou, mais exatamente, entre o capital industrial e “operações próprias ao capital bancário”), Hobson também destaca o entrelaçamento, analisando, porém, outra forma histórica, a partir do estudo, já no século XIX, das corporações estadunidenses.

Quer estejamos ou não de acordo com seu emprego original, por Hilferding, Bukharin, Lenin ou mesmo por Hobson, a acepção de capital financeiro mais difundida na atualidade é, contudo, bastante diferente daquela; está, na verdade, associada apenas à esfera de circulação (através do sistema financeiro) e não ao entrelaçamento entre duas formas funcionais relativamente autonomizadas de capital (capital industrial e capital bancário), uma delas

60 Neste livro, Bogdanov dedica um capítulo à “época do capitalismo financeiro”, no qual trata dos seguintes temas: “I - O crédito, II - Sociedades anônimas por ações, III - O monopólio capitalista privado, IV - Os bancos como centros organizadores da indústria, V - O imperialismo como política do capital financeiro, VI - Rumo à derrocada do sistema capitalista, e VII - A ideologia do capitalismo industrial e financeiro”. É marcada a semelhança temática com a obra de Hilferding.

61 “Capitalismo moderno”, aqui, não deve ser entendido sob a mesma periodização estabelecida pelo próprio Hobson para o imperialismo, posto que, ao não ser marxista, Hobson identifica o capitalismo a uma característica humana existente também em outras formações sociais, sendo o “capitalismo moderno” aquele existente a partir da Revolução Industrial.

justamente a única forma funcional do capital cuja rotação supõe a *produção* de valor. Na verdade, no marxismo vulgar, “capital financeiro” não é sequer vinculado à esfera da circulação, mas a uma pretensa “esfera financeira”, inexistente na obra de Marx⁶². A investigação detalhada sobre a origem desta diferenciação, os distintos significados assumidos **na controvérsia original nas apreensões subsequentes** demandam um esforço de pesquisa específico sobre o surgimento e os desdobramentos da controvérsia acerca da existência (ou não) e as transformações do capital financeiro propriamente dito, que se desdobrou ao longo da história em momentos particulares. Na atualidade, “capital financeiro” constitui uma das categorias mais amplamente debatidas no marxismo.

Dentre as vertentes críticas à sua utilização *original*, para além dos problemas de tradução, destacamos duas: aquela que considera ter sido o capital financeiro apenas uma forma histórica da existência do capital monopolista (sendo esta, inclusive, a aceção atualmente mais comum de “capital monopolista”, a partir da ruptura epistemológica proposta por Paul Baran e Paul Sweezy, à qual faremos menção no quarto capítulo) e aquela que considera capital financeiro, e também capital monopolista, não correspondentes a determinações da própria realidade, não devendo, portanto, ser espelhados como categorias do ponto de vista teórico-conceitual.

“Capital monopolista” propriamente dito, por sua vez, é um termo mais tardio que “capital financeiro” e que a própria definição de imperialismo como capitalismo monopolista. Remete inicialmente à concepção enfatizada por Lenin do capital financeiro, entendido, ele mesmo, como monopólio e que pressupõe monopólios.

Assim, referindo-se a esse capital superconcentrado em grandes conglomerados (de maneira que o entrelaçamento significa praticamente a concentração), o termo “capital monopolista” começa a ser empregado na década de 1930 em alguns manuais e textos soviéticos e, posteriormente, na ampla bibliografia acerca do “capitalismo monopolista de Estado”. Aparece, portanto, praticamente como sinônimo de “capital financeiro”, embora, se tomado rigorosamente na aceção leniniana, devesse ser considerado como requisito prévio à

62 Note-se que, para Marx, não existe uma “esfera produtiva” e uma “esfera financeira”, mas, sim, uma “esfera de produção de valor” e uma “esfera de circulação do valor produzido”, embora aquelas categorias – que remontam a algumas análises tidas como “clássicas” e foram consolidadas na teoria neoclássica e mantidas na obra de Keynes – sejam frequentemente e equivocadamente empregadas em análises marxistas sobre o capitalismo contemporâneo.

existência do capital financeiro.

A ruptura epistemológica entre “capital monopolista” e “capital financeiro” foi perpetrada na emblemática obra de Paul Baran e Paul Sweezy, *O Capital Monopolista* [1966]⁶³, na qual os autores propõem que, a partir do fim do século XIX, o caráter monopolista das “corporações gigantes” teria modificado o mecanismo de formação de preços em relação à fase anterior, do “capitalismo de livre concorrência”, reforçando o sentido neoclássico do adjetivo “monopolista” nesta formulação. Essa modificação na formação de preços possibilitaria um superlucro, vindo a permitir às ditas corporações gigantes o autofinanciamento sem precisar recorrer ao sistema financeiro. Baseando-se em uma série de análises publicadas entre a década de 1930 e a década de 1960 acerca da estrutura de mercado e da própria economia estadunidense, Baran e Sweezy concluem que, a partir do período posterior à crise de 1929, já não haveria nos EUA ou no mundo uma predominância do capital financeiro tal e qual descrito por Hilferding – ou mesmo de grupos de interesse conformados por membros de uma oligarquia financeira – o que tornaria a categoria inútil para analisar a realidade concreta. Eles propõem, então, uma ruptura epistemológica entre capital monopolista e capital financeiro, indicando ser o primeiro aquele possuído pelas corporações gigantes surgidas na mesma época que o capitalismo monopolista ou imperialismo, em meados do século XIX. (Para Baran e Sweezy o capital financeiro descrito por Hilferding teria sido, assim, uma forma histórica do capital monopolista).

Apesar do grande mérito político de Baran e Sweezy em sua defesa do socialismo, especificamente esta acepção de “capital monopolista” parece-nos configurar o conteúdo mais problemático dentre os aqui expostos, devido à clara e explícita deturpação da teoria do valor na análise da relação entre valor e preços e no ocultamento da transferência de valor, aos quais nos referiremos com bastante detalhe no capítulo 4. Para tal, faz-se necessária uma

63 *Monopoly capital* [1966] também foi mal traduzido ao português para *Capitalismo Monopolista*, escondendo ou subestimando precisamente esta ruptura epistemológica. Foi escrito em 1966 com base em elementos já aventados em artigos anteriores dos autores, publicados na revista *Monthly Review*, e nos livros *The Political Economy of Growth*, de Paul Baran, publicado em 1957 (e mal traduzido ao português como *Economia Política do Desenvolvimento*, em claro indício do viés desenvolvimentista de expressiva parcela da esquerda à época) e *The Theory of Capitalist Development*, de Paul Sweezy, publicado em 1942 (traduzido corretamente como *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*).

apreensão ao menos preliminar do conceito de “monopólios” na própria formulação leniniana.

(i) Monopólios e transferência de valor

“Capitalismo monopolista” talvez seja uma das denominações mais infelizes da história do marxismo, pela série de confusões por ela gerada. Tais confusões não são, contudo, totalmente incondizentes com a obra de Lenin e não se trata, neste caso, da escolha de um termo que mal interprete o cerne da formulação do próprio autor.

Segundo Lenin, a tendência histórica da concentração e da centralização do capital teria levado ao surgimento de enormes *monopólios*, contrapondo, ao final do século XIX, uma concorrência monopolista à assim chamada “livre concorrência”, que teria existido anteriormente. O termo *monopólio* assume, no conjunto de sua obra, duplo significado: como sinônimo de “conglomerado” (ou de unidade capitalista extremamente centralizada, não tendo, então, o mesmo significado que tem na economia burguesa), e como sinônimo de *controle associativo total* ou do açambarcamento de um determinado ramo da economia ou no entrelaçamento entre ramos (em contraposição à livre concorrência – tal e qual a acepção comum à fração da teoria econômica neoclássica que, a partir do século XIX, passara a defender a existência de “oligopólios”).

Na dimensão do sistema interestatal, a apropriação de “superlucros”, proveniente da exportação de capital, levaria progressivamente a que a produção de valor internamente aos territórios de países imperialistas fosse cada vez menos significativa e, por outro lado, a que a apropriação de lucros através da aplicação daquele capital em outras partes (Lenin não emprega o termo mais-valor) possibilitasse o aumento dos rendimentos dos trabalhadores em países imperialistas, configurando, respectivamente, o rentismo e o oportunismo (materialmente baseado no fomento de uma aristocracia operária, a partir daqueles lucros extraordinários obtidos a partir da exploração de trabalhadores de outros países).

Consideramos serem visíveis as duas principais dificuldades da definição de Lenin em dois conjuntos de problemáticas: por um lado, em sua caracterização do imperialismo como “capitalismo monopolista” em contraposição ao “capitalismo de livre-concorrência”; e, por outro, em sua análise sobre a obtenção de “superlucros” por parte dos “monopólios”. Não aprofundaremos nenhum dos dois nesta seção, posto que o capítulo 4 da presente tese é dedicado inteiramente à problematização da questão da transferência de valor. Destacamos,

em vez disso, as linhas gerais da crítica à qual podem e devem ser submetidos. Vamos a elas.

No que se refere ao primeiro conjunto de problemas, deve-se apontar, em primeiro lugar, a problemática de considerar que o capitalismo era de “livre-concorrência” anteriormente à década de 1870, inclusive no sentido apontado por Lenin, de presença de um maior número de empresas por ramo. Lenin não identifica a livre-concorrência à ausência de violência, nem à ausência de acordos com o Estado. Mas não debate a existência de importantes monopólios anteriormente ao final do século XIX, com concessão estatal para funcionamento exclusivo. Consideramos que isso não invalida sua identificação do período, pois em nossa opinião aqueles monopólios eram qualitativamente distintos, justamente por sua forma necessariamente extra-econômica de imposição, ao passo em que os “novos monopólios” de capital *concentrado*, surgidos diretamente da concorrência e sem com ela acabar (como aponta Lenin claramente, em seu capítulo VII de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*), apesar de também se utilizarem de coerção extra-econômica⁶⁴, a rigor, dela não necessitam, por se tornarem “monopolistas” *na própria concorrência entre capitais* (elemento apontado por Lenin em “Caricatura do imperialismo e economicismo”, de 1916, mas não aprofundado pelo autor⁶⁵).

No que se refere ao segundo conjunto de problemas, consideramos que, em sua investigação dialético-materialista sobre as sobredeterminações mais essenciais da guerra imperialista, Lenin identifica corretamente o movimento histórico da própria socialidade capitalista, porém não chega a identificar todas as suas determinações em termos da generalização da lei do valor, sendo a principal delas o aprofundamento da diferenciação entre *valor* individualmente produzido e *valor* socialmente apropriável, configurando um aprofundamento da transferência de valor que não passa pela distinção entre valor e preço (ou entre preço de produção, como valor ponderado, e preço de mercado), embora esta também possa ocorrer.

Como se indicou anteriormente, Lenin leu o terceiro tomo de *O Capital*

64 Que não deve ser dissociada mecanicamente da economia, da mesma maneira que tampouco o se dissociam mecanicamente subordinação real e formal.

65 O caráter especificamente subordinante da concentração de capital nas escalas daí emergidas se mantém e reproduz ao longo do tempo, embora também na transformação de sua própria historicidade.

cuidadosamente, porém, tal como a maioria dos marxistas de sua época (senão todos) e, inclusive, como muitos marxistas contemporâneos, tinha uma compreensão incorreta acerca das categorias “preço de produção”, “taxa média de lucro” e “preço de mercado”. Consideramos que essa compreensão incorreta está na origem de seu equívoco a respeito tanto da origem dos superlucros apropriados no imperialismo (identificados erroneamente com a manutenção de “preços de monopólio”) como da não identificação do aprofundamento na transferência de valor como um conteúdo fundamental da generalização da lei do valor. Também consideramos que essa compreensão incorreta, geradora dos já citados equívocos são o motivo imediato para a mal fadada denominação do imperialismo como “capitalismo monopolista”, que contribui para a reprodução posterior dos mesmos equívocos.

Lenin compreende: (i) o preço de produção como preço [de mercado, portanto], não como valor ponderado pela taxa de lucro média em sua condição de determinante do *valor* socialmente apropriável. (ii) Tal visão supõe também a compreensão da taxa de lucro média como taxa de lucro *efetiva*, obtida tendencialmente pela classe capitalista como tendência. (iii) Como um terceiro aspecto apontado, decorrente dos anteriores – mas que não chega sequer a se apresentar como problemática, uma vez que preço de mercado e preço de produção são equiparados –, dá-se a equiparação necessária entre “valor social de mercado” e “preço de produção médio”.

Assim, ao invés de considerar as categorias “taxa média de lucro” e “preço de produção” como referentes às determinações que incorrem no *valor* socialmente *apropriável* (e, portanto, em um nível analítico, capaz de abstrair algumas das determinações, tanto contingentes quanto conjunturalmente necessárias, dos preços de mercado), Lenin as identifica ao valor efetivamente apropriado por meio da configuração dos preços de mercado em todas as suas determinações. O conjunto desses fatores leva a que Lenin identifique a origem do superlucro apenas como diferencial monopolicamente obtido por meio da manutenção (que ele denomina “artificial”) de “preços de monopólio” por parte das associações monopolistas do capital financeiro, entendidos como “preços de mercado acima dos valores”, em analogia à renda absoluta da terra. Todo este raciocínio será detalhado e aprofundado no capítulo 4⁶⁶.

66 No capítulo 4 não se faz referência particularmente à formulação leniniana, mas sim à teoria do “capital monopolista”, formulada por Paul Baran e Paul Sweezy, entre 1942 e 1966, que se desenvolveu a partir de uma concepção similar da teoria do valor para as categorias supracitadas,

Por ora, resgatemos apenas os equívocos mencionados na apreensão de Lenin, que o impedem de identificar corretamente a transferência de valor e sua transformação:

“[...] En el tomo III de *El Capital* se resuelve, sobre la base de la ley del valor, el problema de la formación de la *cuota media de ganancia*. Constituye un gran progreso en la ciencia económica el que Marx parta siempre, en sus análisis, de los fenómenos económicos generales, del conjunto de la economía social, y no de casos aislados o de las manifestaciones superficiales de la competencia, que es a lo que suele limitarse la economía política vulgar o la moderna 'teoría de la utilidad límite'. Marx analiza primero el origen de la plusvalía y luego pasa a ver su descomposición en ganancia, interés y renta del suelo. La ganancia es la relación de la plusvalía con todo el capital invertido en una empresa. El capital de 'alta composición orgánica' (es decir, aquel en el cual el capital constante predomina sobre el variable en proporciones superiores a la media social) arroja una cuota de ganancia inferior a la cuota media. El capital de 'baja composición orgánica' da, por el contrario, una cuota de ganancia superior a la media. La competencia entre los capitales, su libre paso de unas ramas de producción a otras, reducen en ambos casos la cuota de ganancia a la cuota media. La suma de los valores de todas las mercancías de una sociedad dada coincide con la suma de precios de estas mercancías; pero en las distintas empresas y en las diversas ramas de producción las mercancías, bajo la presión de la competencia, no se venden por su valor, sino por el *precio de producción*, que equivale al capital invertido más la ganancia media” (LENIN, [1914d] 1984).

Assim, no caso da taxa média de lucro, após uma correta explicação sobre as taxas de lucro individuais, considera-se que são efetivamente “reduzidas a uma taxa média de lucro”, uma vez que os preços de produção decorrentes da equalização da taxa de lucro, em sua condição de mediação teórica, são equiparados efetivamente aos preços de mercado: “a soma dos valores de todas as mercadorias de uma dada sociedade coincide com a soma de preços destas mercadorias; mas, nas distintas empresas e nos diversos ramos de produção as mercadorias, sob a pressão da concorrência, não são vendidas por seu valor e sim pelo *preço de produção*, que equivale ao capital investido mais o lucro médio”. A confusão fica ainda mais patente no trecho a seguir:

Así, pues, un hecho conocido de todos, e indiscutible, es decir, el hecho de que los precios difieren de los valores y de que las ganancias se nivelan, lo explica Marx perfectamente partiendo de la ley del valor, pues la suma de los valores de todas las mercancías coincide con la suma de sus precios. Sin embargo, la reducción del valor

porém muito rebaixada no que se refere, inclusive, a transformações conceituais na própria definição de valor, trabalho produtivo e mais-valor. Ao mesmo tempo reivindica-se uma concepção acerca do materialismo dialético que compreenda a teoria do valor em suas determinações reais, rechaçando também a possibilidade de apreender as transformações na transferência de valor a partir do movimento imanente da lei do valor e fundando-as na contradição entre o incremento da socialização da produção e o incremento da concentração da apropriação.

(social) a los precios (individuales) no es una operación simple y directa, sino que sigue una vía indirecta y muy complicada: es perfectamente natural que en una sociedad de productores de mercancías dispersos, vinculados sólo por el mercado, las leyes que rigen esa sociedad no puedan manifestarse más que como leyes medias, sociales, generales, con una compensación mutua de las desviaciones individuales manifestadas en uno o otro sentido (LENIN, [1914d] 1984).

Para um maior aprofundamento a respeito dessa questão, é necessário distinguir entre “magnitude do valor produzido”, “magnitude de valor socialmente apropriável” e “magnitude de valor efetivamente apropriado”, e sobre ela trataremos detidamente no capítulo 4, ao contrário de aprofundarmos o assunto neste momento. Tal distinção depende, de maneira inalienável, de uma apreensão sobre o movimento histórico da própria lei do valor, na qualidade de complexo de determinações de carácter essencial – e que, precisamente na condição de essencialidade se transforma historicamente – cuja apreensão só pode dar-se pela abstração, embora não se trate, jamaís, de determinações abstratas⁶⁷. Adiantamos, no entanto, em linhas gerais, ser o movimento histórico da socialidade especificamente capitalista – (re)produzida pela práxis cotidiana dos homens e mulheres concretos – implicando uma crescente socialidade, na medida em que, cada vez mais, no metabolismo homem-natureza (que constitui o desenvolvimento das forças produtivas), a reprodução material da vida se dá de forma indireta, pela compra e venda de mercadorias, gerando o incremento das determinações de origem especificamente humano-social na reprodução da vida. (Aspecto sobre o qual será feita uma série de considerações metodológicas nos capítulos 2, 3, e 4.) Assim, ao implicar o incremento da produção e a circulação de mercadorias, o próprio desenvolvimento capitalista conforma a generalização das determinações sintetizadas abstratamente pela teoria marxista na forma da categoria “lei do valor” (que não deixam com isso de ser concretas, por maior que seja o processo de abstração necessário para apreendê-las), cuja validade e legalidade se incrementa⁶⁸.

67 A lei do valor não é portanto, “ponto de partida” da apreensão humana sobre a realidade socialista.

É ponto de chegada. E só como tal e a partir do espelhamento do movimento de sua própria historicidade, pode ser ponto de partida da síntese. A lei do valor não é a determinação mais abstrata do capitalismo, mas sim uma apreensão de suas determinações concretas que exige alto grau de abstração. Discutiremos esta relação entre concretude e abstração no cap. 2.

68 Dá-se, portanto, o incremento do aparente paradoxo de que, ao ter como base da troca a magnitude de seu valor, as mercadorias devem necessariamente ser trocadas por magnitudes de

A crítica a este equívoco relativo à identificação dos “superlucros” com formação de *preços de mercado monopolistas* tem sido recorrentemente apontada, em especial no sentido da generalização da legalidade do complexo de determinações expresso na lei do valor, que leva à transferência de valor como fundamento dos superlucros. Essa generalização é apontada historicamente por meio da expansão da produção e da venda de mercadorias em geral e da configuração e desenvolvimento do mercado mundial em particular, incrementando a expansão da socialidade especificamente capitalista sobre outras formas de socialidade – elemento com o qual estamos de acordo. Consideramos, contudo, que Lenin apreende substancialmente o movimento histórico *da própria socialidade capitalista* também no sentido de uma *transformação* da transferência de valor (embora não a coloque nestes termos), propiciada pelo próprio movimento de expansão das relações sociais de produção especificamente capitalistas na Europa e no mundo e, particularmente, pelo salto na concentração de capital acarretado pela industrialização de uma série de países europeus e dos Estados Unidos da América.

Consideramos que essas transformações na transferência de valor só podem ser depreendidas e compreendidas a partir da identificação do movimento histórico da própria socialidade capitalista em termos da contraditoriedade entre socialização da produção e concentração da propriedade. Por um lado, devido à generalização da causalidade ou legalidade expressa na “lei do valor” (determinante do caráter cada vez mais social do valor apropriável) e, por outro, devido à diferenciação das condições produtivas acessíveis a capitais com distinto nível de concentração (incidentes sobre os diferenciais de produtividade determinantes da transferência de valor “socialmente apropriável” e sobre a própria determinação conjuntural do “valor socialmente apropriável”, que conforma a tendência à equalização e a queda da taxa de lucro a partir de sua própria diferenciação).

Não necessariamente a análise da transferência de valor propiciada pela concentração de capital deve levar à conclusão da obtenção de lucros extraordinários via preços monopolistas.

valor distintas daquelas que individualmente incorporam (a menos que se considere uma sociedade hipotética na qual todo o capital industrial, em todos os setores e dentro deles, tenha a mesma composição orgânica de capital). Isso porque valores de uso idênticos não podem incorporar socialmente valores de troca distintos e porque os capitalistas concorrem entre si por maiores taxas de lucro, em um mecanismo a respeito do qual trataremos melhor no capítulo 4.

(ii). Algumas considerações sobre o imperialismo como fase do capitalismo

Até este ponto, parece-nos termos exposto a contento a nossa interpretação de que o entendimento de Lenin sobre o imperialismo *não pode ser reduzido apenas ao nível da análise do sistema mundial* (embora tenha, sob este ângulo, imprescindíveis implicações) e não pode ser reduzido à análise do desenvolvimento do capitalismo em um país ou um conjunto de países, sem vincular-se, na unidade capitalista da história universal, à *transição da totalidade capitalista para uma nova fase*.

Consideramos que a sua identificação como uma fase do desenvolvimento capitalista *apenas de alguns países* desconsidera a transformação, configurada apenas com o surgimento do capitalismo, de sua própria história em história universal. Da mesma forma que o surgimento da indústria não configura a subversão das formas antediluvianas de capital e o amadurecimento do capitalismo *apenas para alguns países*, implicando novas determinações na totalidade do sistema em expansão, o surgimento do imperialismo constitui, ao mesmo tempo, o surgimento do imperialismo nos países que passam a ser indicados como imperialistas (portanto, *como fase do desenvolvimento capitalista daqueles países*) e o surgimento do imperialismo na história mundial, configurando uma *nova fase do desenvolvimento capitalista em sua totalidade*.

A compreensão da unidade contraditória indissociável entre concentração e expropriação (na qual Marx fundamenta seu enunciado abstrato sobre a “lei geral da acumulação capitalista”⁶⁹ e sua concepção sobre a “tendência histórica do desenvolvimento capitalista”) não deve jamais se dar fora desta relação entre historicidade e abstração, sob a pena de diminuir sua capacidade explicativa e perder força precisamente na qualidade de instrumento de transformação da realidade.

O método dialético-materialista não condiz com que se realize um processo de abstração que vise a identificar as contradições mais essenciais e as legalidades de um período para cristalizá-las na condição de legalidade autoexplicativa de todo o movimento histórico posterior. Estamos de acordo com que a identificação das contradições que eram realmente subordinantes em uma dada época e local muitas vezes só podem ser reconhecidas *post*

69 (Que descreve a contraditoriedade do desenvolvimento das forças produtivas sob relações sociais de produção capitalistas).

festum, partindo-se da “anatomia do homem” para compreender a “anatomia do macaco”. No próximo capítulo teceremos algumas considerações sobre esta questão, a partir de uma análise da categoria “momento predominante”⁷⁰. Desde já destacamos, contudo, que reconhecer *a posteriori* esta determinidade subordinante não deve significar jamais postular a existência “em latência”, “abstrata” ou “ideal” de determinações que não estavam dadas no passado, ou mesmo entendê-las em sua historicidade, porém vendo-a apenas como “negação histórica” de uma “essência abstrata” em desenvolvimento. Em ambos os casos, incorre-se em um influxo idealista que postula em distintos graus uma divergência entre “essência” e “existência”.

Há que se investigar, portanto, o movimento da própria lei do valor em sua historicidade, na condição de legalidade apreensível a partir da realidade concreta e que determina de maneira subordinante sua reprodução⁷¹ e não como legalidade aplicável de maneira anistórica a qualquer época.

Neste sentido, a compreensão da unidade entre o desenvolvimento capitalista em cada região e o desenvolvimento capitalista enquanto totalidade é absolutamente fundamental, na medida em que constituem em seu desenrolar histórico relações de determinação e sobredeterminação, diferenciadas pelo caráter subordinante da expansão das próprias relações sociais de produção capitalistas e pelo desigual desenvolvimento das forças produtivas (entendidas não somente como incremento tecnológico, mas como capacidade de autorrealização humana), também na condição de totalidade histórica indissociável.

Apresentam-se, portanto, algumas dificuldades para a compreensão do imperialismo apenas como uma *fase do desenvolvimento capitalista à qual chegam alguns países*, bem como para a compreensão do imperialismo apenas como uma *fase do desenvolvimento capitalista em sua totalidade, independentemente do desenvolvimento particularizado em cada região*. É fácil compreender que esta última hipótese constitui uma abstração impossível e anistórica, ao postular um “capitalismo” etéreo e dissociado de suas condições materiais. O ponto que queremos frisar, contudo, é que a primeira hipótese, muito mais comumente empregada, também o faz.

70 Na reprodução social, o “momento predominante” é aquele que subverte e sobredetermina a própria reprodução, de modo que sua identificação está intimamente associada à investigação dos complexos de determinações mais essenciais na reprodução histórica.

71 Ou “subordina de maneira predominante”, para utilizarmos os termos de Lukács aos quais nos referiremos no próximo capítulo.

A dificuldade principal reside em que ela não é falsa. Ao ser uma coisa, o imperialismo também é a outra. O motivo pelo qual a segunda formulação apresentada parece tão mais facilmente rechaçável que a primeira é termos lhe acrescentado a oração “independentemente do desenvolvimento particularizado em cada região”. Se à primeira também o tivéssemos feito, afirmando que o imperialismo é uma “fase do desenvolvimento capitalista à qual chegam alguns países, independentemente do desenvolvimento capitalista em sua totalidade”, seria mais difícil defendê-lo.

Assim, a indicação do imperialismo como fase do desenvolvimento capitalista em um grupo de países aparece recorrentemente na literatura marxista, inclusive na obra de Lenin⁷². No revolucionário russo, contudo, jamais é dissociada da compreensão desta relação entre desenvolvimento em um grupo de países e inauguração de uma “época do imperialismo” na história universal, que particulariza o desenvolvimento capitalista em sua totalidade, em todos os países e internamente aos países. Trata-se de uma indicação fundamental para a compreensão da periodização desta fase do capitalismo e inclusive para a compreensão da transformação na transferência de valor (embora Lenin não aborde adequadamente esta categoria), na medida em que identifica corretamente a materialidade do imperialismo, na historicidade do movimento da própria sociabilidade capitalista. Uma compreensão não empiricista e não essencialista da questão é impossível sem esta clareza⁷³.

“El imperialismo, como fase superior del capitalismo en Norteamérica y en Europa, y después en Asia, se formó plenamente en el período 1898-1914. Las guerras hispano-norteamericana (1898), anglo-bóer (1899-1902) y ruso-japonesa (1904-1905), y la crisis económica de Europa en 1900, son los principales jalones históricos de esta nueva época de la historia mundial” (LENIN, [1916e] 1982)⁷⁴.

72 Tem particular relevância na teoria marxista da dependência, por exemplo na contraposição entre imperialismo e dependência como “dois lados da mesma moeda”, ou na caracterização do subimperialismo como a chegada de alguns países dependentes – em particular o Brasil – à fase monopolista do capitalismo.

73 Que também fornece uma interessante chave para a compreensão, por exemplo, da historicidade do próprio imperialismo (seu movimento interno, suas diferenciações, seus períodos), particularizado a partir do salto na contraditoriedade entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação, ou na qualidade de “capitalismo maduro”, para além das especificidades do expansionismo de determinados países em cada momento histórico.

74 “El imperialismo y la escisión del socialismo” ([1916] 1982). Elaborações similares podem ser encontradas em muitos textos, majoritariamente a partir de 1916.

Não é possível situar a “nova fase” do desenvolvimento capitalista já por volta de 1820-1840, pois sua base material é a expansão do processo de industrialização (realizado por outros países além da Inglaterra) e de relações sociais de produção especificamente capitalistas. Assim, a transformação na qualitativa na transferência de valor é fruto – e não gatilho – deste processo, *pari passu* a seu papel, a partir daí, no aprofundamento da concentração e centralização de capitais.

Mas aqui, é novamente imprescindível não dissociar o “movimento histórico das partes” da compreensão da totalidade, na medida em que é precisamente o desenrolar histórico do decorrer do século XIX que conforma a base material desta transformação qualitativa, em escala mundial e em cada região. Pode-se identificar, desde o final do século XVIII, o espraiamento da revolução burguesa através da Revolução Francesa e do expansionismo napoleônico; os processos de independência nos EUA, no Haiti e nas Américas espanhola e portuguesa – que, cada qual com suas particularidades, cria no primeiro caso as bases para a sociedade comercial entre EUA e Inglaterra e, nos demais, uma integração subordinada ao mercado mundial que assim se configura e expande na circulação capitalista; a determinação da “dependência” como particularidade da integração desses países à reprodução do capital em escala mundial e a transformação direta dos produtos destas regiões em mercadorias; a transferência de valor especificamente capitalista já assim particularizada, que determina a apropriação na Europa (especialmente na Inglaterra) e nos EUA de valor produzido naquelas regiões⁷⁵; a possibilidade, aí implicada, de um maior acesso a matérias-primas baratas pela manufatura e indústria europeia; o desfecho histórico do enfrentamento ao expansionismo napoleônico e a derrota das grandes massas populares em vários países europeus entre 1848-51; o estabelecimento do liberalismo inglês e o aprofundamento de suas contradições na Europa, em especial em relação aos interesses da burguesia nascente na França e na

75 Deve-se aqui, com Ruy Mauro Marini, diferenciar o Pacto Colonial da dependência (diferenciando-o também do comércio de mercadorias nela implicado como um aspecto da integração dos países ao mercado mundial e a constituição efetiva de uma divisão internacional do trabalho). À época da Colônia, claramente havia espoliação de *valor* produzido e não apenas dos valores de uso em si, claro está (uma vez que posteriormente os produtos apropriados através do Pacto Colonial eram transformados em mercadorias). Mas a relação propriamente entre Colônia e Metrópole não era estritamente mercantil e não demarcava a transferência de valor em termos estritamente capitalistas.

Alemanha; a disputa pelo ouro na Califórnia; o desfecho da Guerra Civil estadunidense e da guerra Franco-Prussiana; os processos de unificação nacional alemão e italiano;

Todos estes fatores – e outros – constituem o desenrolar histórico concreto a partir do qual surgiria a “nova fase”. Do ponto de vista da análise das determinações aí implicadas em termos da produção e apropriação de valor (tendo em vista o caráter subordinante da expansão capitalista), é possível identificar como determinantes a constituição de um “mercado mundial” e o papel fundamental da mercantilização dos produtos oriundos de países dependentes, como base da generalização da lei do valor. A confrontação, na esfera de circulação e na qualidade de mercadorias, de uma amplitude maior de produtos que incorporam distintas condições produtivas amplia a transferência de valor (agora determinada inclusive entre países latino-americanos e EUA ou Europa⁷⁶). Esta, somada ao aspecto qualitativo destas mercadorias – que constituíram fundamentalmente matérias-primas –, cria as bases para o aprofundamento do processo de industrialização na Europa, em uma clara unidade entre “história do desenvolvimento capitalista em cada região” e “história universal”. Cria as bases, também, para a expansão das relações de produção especificamente capitalistas na Europa⁷⁷ e nos próprios países dependentes (nos quais, via de regra até meados do século XIX, apesar dos produtos do trabalho passarem a constituir mercadorias – visando majoritariamente ao mercado externo – as relações sociais sob as quais eram produzidos não eram especificamente capitalistas)⁷⁸.

São condições indispensáveis e que, certamente, pela própria legalidade subordinante do

76 Note-se que antes do surgimento do mercado mundial já existia transferência de valor em todos os âmbitos nos quais a generalização do próprio processo de reprodução social via produção e venda de mercadorias implicasse a generalização das determinações da “lei do valor” - isto é, entre distintas unidades produtivas nos países capitalistas, em especial a Inglaterra, e também já particularizada entre países ou entre regiões, na relação entre distintos países ou Impérios europeus e, em menor medida, entre estes e seus territórios – quando esta se desse por meio mercantil (como no caso da relação entre a Polônia e o Império Prussiano – que não era o mesmo caso da relação entre a Polônia e o Império Austro-Húngaro ou a Polônia e o Império Russo, por exemplo).

77 O fim da servidão no Império Russo, por exemplo, data da década de 1860.

78 Como já se mencionou, também outros elementos do ciclo de rotação do capital, como o capital financeiro, por exemplo, devem ser analisados nos marcos deste aprofundamento da concentração da propriedade e da transferência de valor.

complexo de determinações apreendido sob a forma da “lei do valor”, demarcam tendências históricas.

Mas, não necessariamente a história “daria no que deu”. O desenrolar concreto poderia ter sido distinto, ter levado mais tempo, ter se dado de forma diferente, etc. (já excetuando aqui a hipótese de que uma determinação contingente externa ao próprio capitalismo pudesse evadir a própria legalidade subordinante da “lei do valor” como momento predominante – uma peste, etc.). No capítulo 2, abordaremos muito brevemente alguns elementos a serem problematizados acerca da relação entre uma identificação de tendências históricas e a postulação de uma direcionalidade histórica. De momento, buscaremos ressaltar um outro aspecto da questão:

A materialidade do “amadurecimento” do capitalismo em uma nova fase – ou do aprofundamento e acirramento de suas próprias determinações – se constitui apenas quando efetivamente se dá o salto na expansão das forças produtivas e das relações de produção capitalistas, conformado por meio do aprofundamento da revolução industrial e dos processos de expropriação e concentração, indissociáveis⁷⁹. No último quartel do século XIX, portanto. Frisar, *a posteriori*, as determinações cujo caráter subordinante levou a uma determinada conformação histórica não pode significar, contudo, indistinguir esta conformação em sua historicidade, apontando sua existência já a partir da existência daquelas primeiras determinações. Desta perspectiva, a própria lei do valor (ou, de maneira muito melhor colocada, uma teoria dialético-materialista que pretenda investigar este complexo de determinações do desenvolvimento capitalista, apreendendo o movimento de sua legalidade histórica) deve ser vista em sua historicidade, em sua generalização e aprofundamento. Parece-nos ser esta a raiz da questão, que não foi apreendida por Lenin adequadamente, apesar dos equívocos já mencionados em relação a categorias específicas.

É interessante notar que já Marx e Engels apontavam este movimento da historicidade capitalista em direção a uma “nova fase”, entendida enquanto amadurecimento e aprofundamento das determinações especificamente capitalistas. Destacam a possível transição a uma nova fase em várias passagens, para além do apontamento tendencial, no 24º

79 Agradecemos a Virgínia Fontes por este comentário em nossa Banca de Defesa, quedando em aberto um debate sobre a historicidade do próprio imperialismo que não temos neste momento condições de aprofundar.

capítulo do livro I d'*O Capital*, do acirramento da contradição entre socialização cada vez maior da produção (baseada na expropriação dos trabalhadores) e privatização cada vez maior da apropriação (baseada na concentração e centralização de capital), ambas socialmente determinadas. Neste sentido, devem ser destacados textos como a já referida “Introdução” redigida por Marx em 1857, na qual se menciona literalmente a entrada do capitalismo em uma nova fase, fazendo alusão ao desenvolvimento do mesmo nos EUA e à corrida do ouro; a série de textos acerca da luta de classes entre 1848-1849, em especial *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, de Engels ([1852]), no qual a derrota do proletariado é caracterizada nos marcos da passagem do capitalismo a uma nova fase, de amadurecimento de suas contradições e vitória burguesa sobre o feudalismo, na qual a burguesia passaria definitiva e irremediavelmente a uma posição reacionária, sem qualquer caráter progressista; também é possível destacar a identificação desta nova fase, na qual se consolida o reacionarismo burguês, por um lado ao surgimento de uma “aristocracia operária” especialmente na Inglaterra (cf. Engels, [1892]⁸⁰) e, por outro, à abertura da etapa de

80 Referimo-nos aqui ao “Prólogo” escrito por Engels à segunda edição de seu livro *A situação da classe operária na Alemanha*.

Reconhecendo em Engels a “paternidade” da categoria, Lenin destaca em seu prólogo de 1913 aos volumes de Cartas dos fundadores do marxismo por ele traduzidos uma série de passagens nas quais a questão aparece: “En una carta a Marx, del 7 de octubre de 1858, escribía Engels: 'El proletariado inglés se está aburguesando, de hecho, cada día más; así que esta nación, la más burguesa de todas, aspira aparentemente a llegar a tener al lado de la burguesía, una aristocracia burguesa y un proletariado burgués. Naturalmente, por parte de una nación que explota al mundo entero, esto es, hasta cierto punto, lógico'. En una carta a Sorge, fechada el 21 de septiembre de 1872, Engels comunica que Hales promovió en el Consejo Federal de la Internacional un gran escándalo, logrando un voto de censura contra Marx por sus palabras de que "los líderes obreros ingleses se habían vendido". Marx escribe a Sorge el 4 de agosto de 1874: "En lo que respecta a los obreros urbanos de aquí (en Inglaterra), es de lamentar que toda la banda de líderes no haya ido al Parlamento. Sería el camino más seguro para librarse de esa canalla". En una carta a Marx, del 11 de agosto de 1881, Engels habla de "las peores tradeuniones inglesas, que permiten que las dirija gente vendida a la burguesía, o, cuando menos, pagada por ella". En una carta a Kautsky, del 12 de septiembre de 1882, escribía Engels: "Me pregunta usted ¿qué piensan los obreros ingleses acerca de la política colonial? Lo mismo que piensan de la política en general. Aquí no hay un partido obrero, sólo hay conservadores y radicales liberales, y los obreros se aprovechan con elíahaviam sido includas no Prefcio.los, con la mayor tranquilidad, del monopolio colonial de Inglaterra y de su monopolio en el mercado mundial".

possibilidade da revolução proletária, que já desponta nos textos sobre 1841-1851 e surge definitivamente nos textos sobre a Comuna de Paris, como *Guerra Civil na França*, de Marx (1871).

Pois bem. Se considerada a partir de um salto na concentração de capitais e em sua contradição com a socialização da produção, a transferência de valor sofre transformações não apenas no âmbito interestatal, mas também internamente no interior dos próprios países imperialistas, configurando-se no conjunto do capitalismo em sua totalidade (o que não impede sua particularização entre países, posto que os distintos níveis de abstração correspondem apenas à abstração de distintos complexos de determinação para a análise de uma *mesma totalidade, concreta e real*).

Em termos das implicações estratégicas e táticas dessa caracterização para a práxis revolucionária, parece-nos importante indicar desde já alguns elementos. A caracterização do imperialismo *apenas* como uma fase de desenvolvimento *à qual teriam chegado alguns países* e não sua compreensão também como uma fase do desenvolvimento capitalista em sua totalidade, parece-nos levar, em países dependentes, à visão do imperialismo como “um elemento *externo* com *agentes internos*” (já ultrapassando aqui a contraposição dual imperialismo X nação).

Essa visão, em nosso entender, contrasta com as reais determinações da transferência de valor, que, ao estarem fundadas tanto na socialização da produção quanto na concentração da apropriação, impregnam o conjunto da reprodução capitalista de maneira inevitável. E é isto que queremos no momento destacar.

A identificação do imperialismo como elemento externo com agentes internos, por sua

Destaca também em 1914 ([1914d] 1984) a relação de tal constatação com as formulações de Marx e Engels acerca da tática a ser adotada (pela Liga dos Comunistas e pela AIT) no processo revolucionário e chega a vincular especificamente este debate com a questão do imperialismo, explicitamente na relação entre desenvolvimento capitalista em um país – a Inglaterra – e historicidade da “história universal” que se constitui no capitalismo: “Ni Marx ni Engels vivieron para ver la época imperialista del capitalismo mundial, que sólo se inicia entre 1898 y 1900. Pero ya a mediados del siglo XIX, era característica de Inglaterra la presencia, por lo menos, de dos principales rasgos distintivos del imperialismo: 1) inmensas colonias y 2) ganancias monopolistas (a consecuencia de su situación monopolista en el mercado mundial). En ambos sentidos, Inglaterra representaba entonces una excepción entre los países capitalistas, y Engels y Marx, analizando esta excepción, indicaban en forma completamente clara y definida que estaba en relación con la victoria (temporal) del oportunismo en el movimiento obrero inglés” ([1916e] 1982).

vez, dá a entender que, com a extirpação dos agentes internos, pode-se decidir extirpar o elemento externo, “impedindo sua entrada no país”.

Consideramos que essa formulação está intrinsecamente relacionada à defesa, pelo próprio movimento comunista latino-americano, do desenvolvimento capitalista nacional como uma finalidade intermediária a ser conquistada previamente à revolução socialista, seja devido a análises do tipo “contradição principal” *versus* “mal menor”, seja devido a análises baseadas no “desenvolvimento capitalista insuficiente”, seja por força da postulação da necessidade de uma aliança com a burguesia ou da conquista de bandeiras democrático-burguesas para “acúmulo de forças”, seja em função de distintas versões de uma “transição pacífica gradual ao socialismo” sem a necessidade de tomada do poder.

Não nos será possível aprofundar neste trabalho todas as implicações dessa formulação em termos da desconsideração da transferência de valor no capitalismo, da transferência de valor entre países e da transformação da transferência de valor no imperialismo, visto como fase do desenvolvimento capitalista em sua totalidade. Para tal, seria necessário proceder a uma análise profunda das particularizações dessas determinações nos países dependentes. Consideramos, contudo, que qualquer investigação que se proponha a fazê-lo a partir da identificação do imperialismo apenas como uma fase do capitalismo “à qual outros países chegaram” e que se impõe desde fora, mesmo que com alianças internas, desconsiderará inevitavelmente a transformação da transferência de valor no imperialismo, visto como fase do desenvolvimento capitalista em sua totalidade. Por isso, este trabalho restringe-se apenas a algumas considerações neste nível analítico.

Passaremos, em seguida, a uma breve apresentação sobre a relação entre esta interpretação “externa” do imperialismo e a posição adotada pelo Partido Comunista Brasileiro entre 1924 e 1967 acerca do desenvolvimento capitalista nacional e autônomo, que chega a ser adotado como objetivo pelo próprio Partido (para além desse período, sendo nele emblemático), para nos capítulos a seguir tecer algumas considerações metodológicas acerca da consideração do imperialismo como uma fase histórica do desenvolvimento capitalista em sua totalidade.

1.3. Imperialismo, revolução democrático-burguesa e o PCB (1924-1967)

O materialismo dialético (e o próprio marxismo) nasceu visando não apenas à compreensão da realidade concreta, mas também, e principalmente, à sua transformação. Tem como perguntas centrais a serem respondidas, desde o seu surgimento, as grandes problemáticas que envolvem os objetivos a serem alcançados e a tática e estratégia para alcançá-los por parte da classe trabalhadora em meio à luta de classes. Isto é: o que fazer?

De volta à questão da gênese e da disputa em torno da interpretação da realidade e sua implicação para a práxis em controvérsias específicas, e focando agora o Brasil – como exemplo de um ponto que, em trabalho mais extenso, poderia ser generalizado para a América Latina –, as diversas respostas a essa questão sobre “o que fazer?” historicamente passaram e seguem passando por algum tipo de consideração acerca do imperialismo – e, de forma menos direta, mas também relevante, do “capital financeiro” e do “capital monopolista”. Sem a pretensão de uma análise exaustiva sobre o tema, mas tampouco ignorando-o, queremos destacar aqui a relação entre as formas de compreensão dessas categorias – em especial a de “imperialismo” – e a presença tático-estratégica no movimento comunista latino-americano do “desenvolvimento capitalista nacional e autônomo” como *finalidade intermediária*. Isso porque tal presença tem encontrado algumas de suas principais justificativas em determinadas compreensões sobre o que é imperialismo, o que é capital financeiro e o que é capital monopolista. Não se trata aqui de detalhar as vicissitudes históricas do movimento comunista, mas apenas de indicar um elemento relativamente perene no que atine à compreensão do “imperialismo” e a algumas das consequências tático-estratégicas a ele vinculadas⁸¹.

A presença tática e estratégica do “desenvolvimento capitalista nacional e autônomo” foi muito significativa no Brasil desde o próprio surgimento do movimento comunista no país, tendo-se acentuado particularmente a partir da década de 1940 e 1950, quando toma forma a defesa tática de uma “etapa democrático-burguesa” rumo à revolução socialista (e, portanto, como objetivo a ser almejado e alcançado, dentro de uma estratégia proclamadamente socialista)⁸². Sem a pretensão de oferecer um quadro completo dessa presença, mas, ainda

81 Um debate mais aprofundado sobre a difusão e, mais precisamente, a caracterização ontológica de “tática” e “estratégia” será realizado ao longo dos capítulos 2 e 3 deste trabalho, em especial no ponto 3.3. Por ora, basta a compreensão da estratégia como conjunto dos meios orientados à objetivação da finalidade pretendida, dos quais cada embate tático representa uma parte em relação ao todo ou uma finalidade intermediária.

82 A bibliografia sobre o tema é extensa. Consultamos CARONE (1982); LÖWY (2006), MORAES

assim, buscando exemplificar a grandes traços este ponto, vale a pena retomar alguns documentos relevantes na história do movimento comunista brasileiro e relacionar aquela concepção estratégica a interpretações específicas. Com tal intuito, centraremos por alguns instantes a atenção em alguns documentos e resoluções congressuais do Partido Comunista Brasileiro, hegemônico no campo da esquerda socialista/comunista entre as décadas de 1930 e 1960.

É absolutamente imprescindível enfatizar que, apesar das incongruências e equívocos que se procurará demonstrar, o PCB (fundado em 1922) trabalhou arduamente dentro das condições da época – passando grande parte do tempo na clandestinidade, procurando superar inúmeras dificuldades para a organização da classe operária no Brasil e contribuindo diretamente na formação política da classe trabalhadora. Sua história, bem como a de todas as organizações revolucionárias e de todos os movimentos populares, é nosso patrimônio histórico e deve ser reivindicada. De modo que toda crítica serve apenas como autocrítica e essa dimensão não deve nunca ser deixada de lado. Muitos dos problemas de formulação aqui apontados, em especial a visão do imperialismo como um “inimigo externo” ou meramente como um complexo parcial no bojo do desenvolvimento desigual capitalista, seguem existindo na práxis política contemporânea. Sua superação, contudo, só pode dar-se no seio destas organizações e como síntese histórica do próprio sujeito revolucionário em sua construção efetiva.

É com este espírito que destacamos os pontos a seguir.

Já em 1925, nas *Resoluções do II Congresso do PCB*, ao tratar da “Situação internacional”, destaca-se como primeira palavra de ordem a luta “[c]ontra o imperialismo burguês internacional e em especial contra o imperialismo anglo-americano, na América do Sul” (Cf. Carone, 1982, p. 39). A compreensão do imperialismo como elemento externo de dominação e que impedia o desenvolvimento autônomo das forças produtivas brasileiras fica ainda mais nítida a partir do III Congresso do PCB, realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929. No ponto sobre a “Linha política do Congresso”, as teses políticas são resumidas por Astrogildo Pereira da seguinte forma (Cf. CARONE, 1982, p. 71-72):

1º) O Brasil é um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente “independente”.

2º) O Brasil é um país de economia principalmente agrária, baseada na grande propriedade e na

(1995); PRESTES (2009; 2008; 2001); REIS & SÁ (2006) e VIANNA (1992).

exploração de grandes massas campesinas.

3º) O desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país – notadamente da indústria pesada – é entravado pelas forças de compressão imperialista.

4º) Involuntariamente, porém, o próprio imperialismo promove certas condições técnicas que favorecem esse desenvolvimento, do que resulta a formação de núcleos industriais (como o Rio de Janeiro e São Paulo) onde se aglomeram massas proletárias consideráveis.

5º) A burguesia nacional, que até um certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra que estão no poder.

6º) Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentua-se ainda mais a exploração econômica e, conseqüentemente, a radicalização política das massas trabalhadoras do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia.

7º) De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fator revolucionário de maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado.

8º) Mas a pequena burguesia não poderá levar a revolução às suas últimas conseqüências, nem mesmo dentro do quadro democrático-burguês. Só o proletariado poderá fazê-lo, assumindo a direção do movimento, com o apoio das massas e conduzindo-as a etapas superiores e mais avançadas.

9º) Assim, pois, o proletariado deve apoiar, energicamente, o movimento revolucionário, desde já, em preparação. Este apoio, no entanto, deve ser dado na base das seguintes reivindicações fundamentais, que constituem o conteúdo essencial da revolução em sua primeira etapa: a) solução do problema agrário através do confisco da terra; b) supressão dos vestígios semifeudais; e c) libertação do jugo do capital estrangeiro.

São muitos os pontos que poderiam ser debatidos apenas a partir destas Resoluções e que fugiriam aos limites deste trabalho. É particularmente patente a incompreensão sobre as determinações e conseqüências da transferência de valor, apesar de ser interessante notar que estava presente, àquela época, uma interpretação sobre a aliança entre “burguesia nacional” e “proprietários de terra” que desapareceria sob o influxo desenvolvimentista isebiano e seria retomada apenas com a teoria marxista da dependência, já fora do PCB, especialmente nas formulações de Ruy Mauro Marini (cf., em particular, [1966] 2013). Na década de 1920 e especialmente com a crítica ao Bloco Operário Camponês e a adoção tática da política de “Classe contra Classe” (que na prática propunha um arco de alianças maior que o defendido anteriormente, existindo, porém, ampla divergência sobre a subestimação ou superestimção de alcance – cf., i.e., ZAIDAN, 1985 e 1988; e PRESTES, A.L., 2001), considerava-se, como se pode ver, a aliança “democrático-burguesa” como necessária ao processo revolucionário e caracterizada pela possível aliança com a pequena-burguesia (representada majoritariamente pelo movimento tenentista), “contra o jugo imperialista” ao qual se subordinariam, também em aliança, a “burguesia nacional” e os “latifundiários”. Note-se que “o desenvolvimento autônomo e normal das forças produtivas do país – notadamente da indústria pesada – é entravado pelas forças de compressão imperialista”. Trata-se de um poderoso “inimigo externo”, embora com alianças internas, que entrava o “desenvolvimento” do país. Tais

formulações, ao mesmo tempo em que denotam as contradições materiais realmente inerentes à “questão nacional”, forjada no desenvolvimento desigual capitalista (significativamente relevantes no processo de construção histórica do sujeito revolucionário), já contêm, por outro lado, a justificação da revolução democrático-burguesa como etapa necessária à revolução socialista. Trata-se de uma visão sobre a questão nacional que, em nosso entender, coloca em segundo plano os conflitos de classe inerentes ao espaço nacional propriamente dito, enxergando a nação e a identidade nacional como uma unidade, e não como luta pela universalização de interesses particulares, na qual os interesses da classe dominante determinam o sentido da reprodução social.⁸³ Na década de 1950, tal proposta migraria definitivamente para a aliança com a burguesia nacional, embora ainda diferenciasse esta burguesia em dois tipos (a burguesia efetivamente nacionalista e a burguesia nacional aliada ao imperialismo), considerando que existiria uma comunhão de interesses com o primeiro tipo e ampliando, por conseguinte, o arco de alianças desejáveis, indo além do campesinato e da pequena-burguesia e indo, inclusive, além da proposta de uma simples “aliança tática” com a burguesia nacional (o que já constituiria em si um equívoco), com a incorporação, como doutrina, da necessidade de uma “etapa” democrático-burguesa da revolução, como veremos adiante⁸⁴.

Não à toa, ao comentar essa linha política na sequência, Astrogildo Pereira afirma: “*a questão da luta contra o imperialismo e os perigos da guerra – posta no 2º ponto da ordem do dia – foi a bem dizer o fio condutor de todos os debates do Congresso*” (*Ibid.*, p. 72, ênfase nossa).

Frequentemente a presença tática e estratégica do desenvolvimento capitalista no seio do movimento comunista latino-americano é associada, de maneira quase mecânica, a uma viragem na posição da Terceira Internacional (Komintern), na década de 1920, acerca da revolução em “países coloniais e semicoloniais” (cf., i.e., ZAIDAN, *op. cit.*), já a partir do IV Congresso do Komintern, mas com especial relevância, no VI Congresso (1928). É bem verdade que as Resoluções do VI Congresso, o primeiro com a participação de uma delegação

83 Para uma excelente análise da disputa de interesses inerente à constituição do Estado nacional, cf. Osorio (2004).

84 Deve-se notar aqui a diferença (embora como parte de um mesmo *continuum*, se analisada historicamente) entre a defesa de uma aliança tática e a defesa do estabelecimento de uma finalidade intermediária a partir de uma etapa necessária.

brasileira, influenciaram significativamente as teses apresentadas ao III Congresso do PCB⁸⁵. Consideramos que essa relação, embora existente, é demasiado simplista e reducionista, deixando de lado, na maioria das vezes, não apenas uma análise sobre as muitas contradições presentes na luta pelo socialismo no continente europeu, mas deixando de lado também justamente os elementos que, internamente aos países dependentes – e aqui nos referimos particularmente à América Latina –, favoreceram essa posição. Colocar uma possível viragem tática na conta apenas de uma viragem na posição da Terceira Internacional implica desconsiderar a questão nacional e o próprio caráter intrinsecamente desigual do desenvolvimento capitalista, passando por alto, portanto, a luta de classe e a disputa entre distintas classes e frações de classe internamente aos países latino-americanos, e não apenas uma contraposição entre elementos internos e elementos externos. O decidido apoio ao “desenvolvimento nacional” durante o governo JK, por exemplo, dificilmente pode ser dissociado do fato de que, quando do suicídio de Vargas, sedes do PCB foram incendiadas em protesto às críticas que o partido lhe fizera. Tais críticas, contudo, não iam ao cerne da crítica ao próprio desenvolvimento capitalista como finalidade intermediária na ação do partido, como vimos indicando.

É comum, por exemplo, apontar o programa da Aliança Nacional de Libertação (ANL) como exemplo do aprofundamento de um horizonte utópico permeado pela promoção do desenvolvimento capitalista no seio do próprio PCB na década de 1930 (é seminal neste

85 No Brasil, tanto as Resoluções quanto as intervenções da delegação brasileira foram publicadas ainda em 1928 na revista *Autocrítica*, por meio da qual se fizeram os debates sobre o III Congresso. Segundo se pode daí depreender, a única divergência colocada pela Delegação em relação aos pronunciamentos de Bukharin (que foi o responsável pela análise da conjuntura geral) e por Jules Humbert-Droz, responsável do Komintern pela Seção Sul-Americana (SSA), foi a demanda de que a existência já anterior do movimento comunista latino-americano fosse conhecida, feita pelo delegado Paulo Lacerda. É realmente marcante a semelhança das Resoluções do III Congresso do Komintern e aquelas do III Congresso do PCB. Não se pode deixar de notar, contudo, que observações importantes daquelas não foram incluídas nestas, como a de que “[...] os comunistas [na América Latina] devem tomar parte ativa e geral no processo revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde esse movimento estiver sob a direção da pequena burguesia. *Para isso, os PCs não têm de se subordinar, sob hipótese nenhuma, a seus aliados temporários*” (ênfase nossa). As análises da própria SSA, por sua vez, podem ser encontradas nos números de *La correspondencia latinoamericana*, Órgão Central da seção, disponíveis quase integralmente na internet.

sentido a análise de PRESTES A.L., 2001). Consideramos, porém, que tal programa aproxima-se, neste caso, muito mais de uma perspectiva tática inspirada na construção dos soviets, bem como no chamado de “todo o poder aos soviets” (cf. LENIN, [1917c] 1986), do que em uma inversão desenvolvimentista. (Perspectiva na qual, não por acaso, também os Comitês de Defesa da Revolução Cubana, os Comitês Bolivarianos e muitos outros organismos de base se inspiraram.) A diferença essencial em relação ao processo revolucionário russo, que era tomado como inspiração, talvez esteja precisamente no arco de alianças de classe, na medida em que, apesar de aquele processo ter atravessado um período no qual foram efetivamente hegemônicas bandeiras democrático-burguesas (a Revolução de Fevereiro), a posição do próprio Partido Bolchevique nunca foi – nem sequer durante os piores períodos do czarismo – a da defesa da necessidade de alianças deste tipo e, sim, ao contrário, a defesa de outras alianças (nomeadamente com o campesinado em geral e, em um segundo momento, com o campesinado pobre) para lograr fazer avançar a revolução para além de uma revolução burguesa e rumo à “ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinado” (cf. LENIN [1905] 1982). Claro está que o tema não pode ser esgotado aqui. Cumpre destacar, contudo, que a maior explicitação da proposta de aliança necessária com a burguesia nacional se dá após a derrota insurrecional de 1935, estando intimamente vinculada à concepção de que haveria travas ao desenvolvimento capitalista do país, relacionadas tanto ao imperialismo (em chave bastante externalizada) quanto à ditadura do Estado Novo (PRESTES, [1938] 2016):

Aqui [no Brasil] o essencial, no momento, é romper todos os freios que estão impedindo nosso desenvolvimento capitalista, implantando democracia de verdade, pela primeira vez, em nossa Pátria, e dando um impulso ao seu progresso econômico e à cultura de nosso povo. Nós comunistas, dizemos, por isto, que a Revolução brasileira está, atualmente, em sua etapa democrático-burguesa.

A fundação da União Nacional pela Democracia e pela Paz, em 1938, respondia ainda à necessidade de combate ao nazifascismo, que seria reiterada, em 1943, nas resoluções da Conferência da Mantiqueira. Lembremo-nos que grande parte dos combatentes brasileiros na liberação da Itália provinham das filas do PCB e que uma série de revolucionários brasileiros, dentre eles Apolônio de Carvalho, Miguel Costa e Delci Silveira, lutaram na Guerra Civil Espanhola. Os termos particulares da defesa da União Nacional em Torno a Vargas como forma de combate ao nazifascismo foram, contudo, associados não apenas ao nazifascismo, mas ao *desenvolvimento nacional*, em concepção indissociável daquela adotada pelo Partido acerca do imperialismo como trava externa ao desenvolvimento capitalista. Em 1945, chegar-

se-ia a declarar que “a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da *insuficiência do desenvolvimento capitalista* e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva” e que “[...] É por intermédio de suas organizações sindicais que *a classe operária poderá ajudar o governo e os patrões* a encontrar soluções práticas aos graves problemas econômicos do dia” (cf. PRESTES, 1945 *apud* CARONE, 1982. Ênfase nossa).

No Informe de Balanço do Comitê Central do PCB para seu IV Congresso, realizado 25 anos depois, em novembro de 1954, Prestes afirmaria:

[...] as *principais contradições* que, no momento atual, se verificam no Brasil são as que contrapõem os imperialistas norte-americanos à maioria esmagadora da nação e, simultaneamente, os restos feudais ao povo brasileiro.

Estão, assim, nos imperialistas norte-americanos e nos restos feudais os *principais inimigos* do progresso no Brasil, da vida e segurança da grande maioria da nação brasileira [...]

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrático-popular, de cunho anti-imperialista e agrária antifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas (Cf. Carone, 1982b, p. 128, ênfase nossa).

Essa posição seria ainda reafirmada na famosa “Declaração sobre a política do PCB”, de março de 1958, e nas Resoluções do V Congresso, realizado em 1960. É importante recordar também que entre a realização IV Congresso, em 1954, e a publicação desses emblemáticos documentos, em 1958 e 1960, ocorria, em 1956, o XX Congresso do Partido Comunista (Bolchevique) da União Soviética (PCUS), no qual Nikita Krushev proferiu seu notório discurso acerca do “Culto à personalidade”. Frente à repercussão do XX Congresso do PCUS, já em 1956, o PCB difundiu, por seu jornal *A voz operária*, um relativamente longo “Projeto de resolução do C.C. do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PC da URSS”, no qual se posicionava da seguinte maneira (*Ibid.*, p. 146):

O Comitê Central, após examinar nossa própria experiência e a situação de nosso país, que evolui e se modifica com rapidez, e levando em conta ainda a nova situação mundial, conclui que a orientação política do nosso Partido deve ser a mais ampla, flexível e audaz. Nossa atividade deve ser orientada de modo a fazer avançar a unidade de todos os patriotas e democratas em torno de objetivos comuns, tais como:

a) Defesa da soberania nacional, por uma política externa de paz, pelo comércio livre e relações amistosas com todos os povos. Defesa e exploração das riquezas naturais. Defesa da indústria nacional, pelo desenvolvimento independente da economia brasileira.

b) Defesa das liberdades democráticas consagradas na Constituição, abolição das discriminações ideológicas e políticas, revogação das leis que ferem as franquias constitucionais. Extensão do voto aos analfabetos, soldados e marinheiros.

c) Melhoria das condições de vida dos trabalhadores das cidades e do campo. Medidas contra a inflação e a carestia da vida. Medidas eficazes de reforma agrária, que favoreçam a posse da terra e meios de trabalho aos camponeses. Redução das taxas de arrendamento da terra; extensão da legislação social ao campo. Melhorias para os municípios e as populações do interior.

Vê-se o movimento em direção a uma linha melhor fundamentada em uma investigação materialista da própria realidade brasileira e de suas determinações particulares, mas *pari passu* à adoção de uma estratégia que coloca claramente o desenvolvimento capitalista como *uma finalidade intermediária a ser lograda pelo próprio movimento comunista*, como vanguarda do proletariado.

A “Declaração sobre a política do PCB”, de 1958 – talvez o mais representativo documento de defesa do desenvolvimento capitalista nacional contra o imperialismo –, começa com considerações sobre “o processo de desenvolvimento econômico do Brasil”, nas quais, em síntese, afirma-se (*Ibid.*, p. 176, 177, 183, 184 e 187):

[...] Nos quadros desta estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas. [...]

O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e progridem as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano.[...]

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais.

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira.[...]

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios.

Esta mesma linha seria explicitada também no documento “Crítica e autocrítica”, publicado no *A voz operária*, ainda em março de 1958, sob clara influência de Krushev, no qual Prestes indica que, até então, o PCB teria recaído no subjetivismo, que “impossibilitou de compreender, em conclusão, que *o processo da revolução brasileira não podia ser o da imediata liquidação do regime econômico-social existente, mas o da gradual acumulação de reformas profundas e consequentes dentro do próprio regime atual*, chegando até as transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento histórico brasileiro em sua presente etapa” (*Ibid.*, p. 198. Ênfase nossa).

Aprofundando essa posição, o V Congresso sintetizaria a linha de defesa do desenvolvimento capitalista nacional e autônomo como contraponto à “dependência ao imperialismo” e à “manutenção do monopólio da terra”. Como leitura da conjuntura, voltaria a se afirmar que (*Ibid.*, p. 211, ênfase nossa):

A economia brasileira tem sofrido, nas últimas décadas, importantes modificações que resultam do desenvolvimento do capitalismo. Este desenvolvimento *se processa dentro dos marcos da dependência ao imperialismo e da manutenção do monopólio da terra, não segue um curso independente e está sujeito a graves deformações*. Entretanto, contrapondo-se a tais factores adversos, *o desenvolvimento capitalista nacional, que se manifesta particularmente na industrialização, impulsiona as forças produtivas e constitui elemento objectivamente progressista*.

Apesar do seu progresso recente, *o Brasil ainda não superou a situação de país subdesenvolvido*. O padrão de vida do povo brasileiro continua a ser dos mais baixos do mundo. Em comparação com os países capitalistas adiantados, são muito inferiores os índices brasileiros de alimentação, saúde e educação. O curso actual de desenvolvimento económico, que se adapta à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra, agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira, sem superá-las. *Um outro curso de desenvolvimento, que se encaminha para a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, é reclamado pelas necessidades objectivas da economia do país e corresponde aos interesses nacionais e populares*.

É clara a concepção de que seria possível “um outro curso de desenvolvimento” (nacional e autônomo) *nos marcos do capitalismo* e que *a tarefa principal dos comunistas seria lutar por ele*. A postura tática dentro das finalidades assim demarcadas (compondo uma estratégia com elas coerente) seria enfrentar o “principal inimigo da revolução brasileira [que] é constituído pelo imperialismo norte-americano e por seus agentes internos” (*Ibid.*, p. 218). Esse enfrentamento, por sua vez, teria a possibilidade de ocorrer de forma pacífica, dada a situação internacional – com base no “fortalecimento do sistema socialista mundial e os êxitos do movimento de liberação nacional, assim como no processo de democratização em curso no

País, no ascenso do movimento operário, no fortalecimento da frente nacionalista e democrática”, embora esse caminho pacífico não significasse “conciliação de classes, passividade ou espontaneísmo” (cf. *Ibid.*, 221). Trata-se aqui de uma clara influência do texto de Lenin “O socialismo e a guerra” ([1915d] 1984), não sabemos se direta ou mediada. Apesar da influência, a questão do poder (questão central do movimento comunista naquela concepção) não é sequer tocada.

Como veremos nos próximos capítulos, a estratégia e as táticas coerentes com a finalidade intermediária assim estabelecida, na verdade, invertem as posições finalísticas e intermediárias, inviabilizando as primeiras a partir da tentativa de objetivação (mesmo que não exitosas) das segundas.

Lembremos que o PCB não deixava de fazer distinção entre uma burguesia nacional – que naquele momento não seria uma inimiga, mas uma aliada tática – e uma burguesia aliada ao imperialismo, contra a qual direcionava suas forças, estando esta conformada “pelos grandes capitalistas ligados aos latifúndios e que servem diretamente aos interesses de um ou de outro grupo de monopolistas estrangeiros, particularmente norte-americanos” (*Ibid.*, p. 132). Essa diferenciação, mesmo aparentando grande precisão teórica e um adequado espelhamento da realidade, revela, na verdade, uma incompreensão dos nexos causais reais existentes no período imperialista e da transferência de valor inerente aos diferenciais de produtividade que marca a industrialização dos países dependentes (fundada, em grande medida, como se verá, na diferenciação das condições de produção disponíveis devido à diferenciação da escala dos capitais). As dificuldades de financiamento da industrialização implicadas nessas determinações essenciais acarretam a impossibilidade de contraposição da “burguesia nacional” (industrial) tanto aos “setores latifundiários” quanto ao imperialismo. No processo de industrialização, a dita “burguesia nacional” necessita de divisas, que só poderiam provir no capitalismo da exportação de produtos primários por parte dos “setores latifundiários” ou da importação de capitais – via deslocalização produtiva ou via empréstimo, alterando-se aqui a forma entre capital produtivo e capital monetário – provenientes de “países imperialistas”. Essa é a base material, tanto do Estado de compromisso descrito em 1966 por Marini (2013) quanto de sua cisão, na mais brilhante análise sobre o golpe de 1964 de que temos conhecimento. A incompreensão sobre as determinações mais essenciais do período imperialista foi fundamental na determinação do equívoco do PCB, de tal modo que a própria dependência é utilizada como justificativa da aliança de classe, quando deveria levar à

conclusão contrária: a de que a supressão do imperialismo (e também da dependência, apesar de configurar um processo distinto) só pode se dar com a superação do capitalismo.

Tateando essas determinações, mas sem conseguir percebê-las corretamente, em 1959 e 1960, o PCB alertava para o “duplo caráter” da burguesia nacional ou seu “caráter heterogêneo” (Cf. *Novos Rumos*, 1959, p. 08), o que fica evidente na Resolução Política do V Congresso, de 1960:

Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em tomo de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta anti-imperialista, tende aos compromissos com o inimigo, e certos sectores burgueses assumem atitude vacilante em relação à reforma agrária. Há, finalmente, sectores de latifundiários e capitalistas que podem adoptar, eventualmente, posições nacionalistas, mas querem conservar a estrutura agrária actual e preconizam um regime político reaccionário. A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças, e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam (PCB, 2016 [1960]).

Ao final da década de 1950 e no período que antecede imediatamente o golpe de 1964, consolidar-se-ia a modificação das alianças propostas no já referido documento que introduziu a modificação nas Resoluções do final da década de 1920. Como se apontou anteriormente, há uma progressiva transformação do espectro de alianças, que passa a claramente compreender a “burguesia nacional”, e não apenas como aliada tática inevitável, mas efetivamente como portadora do sentido de uma etapa histórica necessária, embora isso não seja enunciado explicitamente. Em suma, o horizonte era o desenvolvimento nacional e autônomo contra o imperialismo (em geral, norte-americano), baseado em alianças com setores da burguesia nacional que, supunha-se, tendo em vista seus próprios interesses econômicos, também enfrentaria o imperialismo. Essa interpretação foi predominante no movimento comunista brasileiro ao longo da maior parte do século XX e ainda ocupa um expressivo lugar na esquerda brasileira hoje, sendo, por conseguinte, ainda mais relevante sua análise.

É imprescindível ressaltar que o estabelecimento de tal linha no Partido Comunista Brasileiro (análogo àquela que predominou em outros PCs da região, como o PC Cubano, o PC chileno, o PC venezuelano, o PC mexicano ou o PC guatemalteco, por exemplo) não foi homogêneo nem se fez na ausência de debates e divergências, refletidos, por exemplo, na participação de Carlos Marighella na conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), realizada em 1966 em Cuba (à qual se seguiu o seu afastamento do

Comitê Central do PCB). Debates e divergências que acabaram por levar à fundação da Organização de Solidariedade entre os Povos da Ásia, África e América (OSPAAAL) tendo como Órgão Central a *Revista Tricontinental*⁸⁶.

Não é desconhecido o fato de que, a partir do início da década de 1960, seja devido a conflitos internos específicos, seja devido a divergências programáticas ou de tática e estratégia, seja devido à identificação das contradições do processo de industrialização via substituição de importações defendida pelo PCB, seja como resultado direto do impacto político-teórico da Revolução Cubana de 1959, produz-se uma série de rupturas e cisões em relação àquele Partido, levadas a efeito em função de uma gama variadíssima de posicionamentos político-teóricos e, especialmente, frente ao Golpe e à Ditadura empresarial-militar instaurada a partir de 1964. Mais tarde, em sua autocrítica acerca das posições tomadas pelo partido, autocrítica esta que levaria à sua própria saída do PCB (já velho e sendo Secretário Geral do partido), Luiz Carlos Prestes indica aqueles posicionamentos anteriores ao Golpe e particularmente as decisões táticas relativas à resistência à Ditadura (limitadas pelo fato de que o Comitê Central do PCB só voltaria a conseguir reunir-se em 1967) como havendo sido responsáveis por desencadear a atomização sofrida pela esquerda e pelo movimento comunista no país (cf. PRESTES [1980] 2016). O fato é que não se tratou de um fenômeno exclusivamente brasileiro e que movimentos similares ocorreram em toda a América Latina, fruto de um mesmo processo histórico (o que não significa que os posicionamentos do PCB não pudessem ter sido distintos, claro está).

Se a práxis política, como toda a práxis humana, é sempre teleologicamente orientada à consecução de uma finalidade pretendida e idealmente projetada com anterioridade à sua objetivação (a partir da ideação também dos meios considerados adequados para que esta seja eficaz), é assunto da maior importância o espelhamento teórico-conceitual da realidade que informe tal projeção e cuja correspondência às determinações efetivamente existentes não

86 A mesma na qual foi publicada pela primeira vez o artigo “Subdesenvolvimento e revolução”, de Ruy Mauro Marini, e que teve como texto inaugural “Criar um, dois, três Vietnãs, esta é a palavra-de-ordem – Mensagem à Tricontinental”, de Ernesto “Che” Guevara, e como base material para a articulação entre organizações majoritariamente contrárias à concepção da necessidade de uma etapa democrático-burguesa na revolução socialista naqueles três continentes (o ‘elo mais fraco do imperialismo’), inspirada em grande medida pela Revolução Cubana e em alguns casos também pela Revolução Chinesa.

pode ser verificada em última instância senão na práxis. Trata-se, duplamente, da determinação do *caráter da revolução*: por um lado, no espelhamento ideal sobre o qual seria ou deveria ser este caráter (sempre materialmente determinado, mas não necessariamente a partir de um correto espelhamento daquelas determinações materiais) e, por outro, na determinação real do próprio processo histórico, na medida em que o espelhamento teórico-conceitual é retrodeterminante e, ao informar conceitualmente a práxis (ou a atividade sensível), nada tem de escolástico.

Grosso modo, a defesa de uma aliança com a burguesia nacional pela consecução de uma revolução democrático-burguesa na qualidade de *etapa* necessária e objetivo imediato principal *da práxis política do próprio movimento comunista* fundamentou-se a grandes rasgos em quatro justificativas, todas elas exemplificadas nos trechos que expusemos anteriormente e todas elas acarretando a conclusão sobre a necessidade de um maior desenvolvimento capitalista: i) a análise sobre a “contradição principal” e o “mal menor”; ii) a análise sobre o “capitalismo insuficiente”; iii) a análise sobre a necessidade de uma aliança com a burguesia para “acúmulo de forças”; e iv) a análise da possibilidade de “transição pacífica ao socialismo”. O que cabe neste momento apontar é a relação estreita entre todas estas justificativas e interpretações do imperialismo que o reduzem, de maneira mais ou menos marcada, a um “inimigo externo”, isto é, a apenas uma de suas dimensões, relativa à subordinação e diferenciação hierárquica dos Estados nacionais no sistema interestatal. Como na própria controvérsia sobre o imperialismo, trata-se aqui, verdadeiramente, de uma disputa ao redor do *caráter da revolução*.

Passaremos a seguir a uma série de considerações metodológicas que se estenderão pelos próximos três capítulos e que nos parecem relevantes para a compreensão do imperialismo concebido como uma fase histórica do capitalismo em sua totalidade ao mesmo tempo que a partir do desenvolvimento capitalista em cada país, na unidade de sua historicidade.

II. As categorias como determinações reais e a relação sujeito-objeto

“A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. [...] A disputa acerca da realidade ou não do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica.”

(Karl Marx, Ad feuerbach, [1845] 2007. Da Segunda Tese)

“[...] A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária.”

(Karl Marx, Ad feuerbach, [1845] 2007. Da Quarta Tese)

O fato de as categorias serem determinações da própria realidade não significa necessariamente que nós as percebamos e as expressemos como tal. Isto é, o fato de que existam concretamente possibilita – mas não exige – seu correto espelhamento teórico-conceitual. Esse, contudo, só parte efetivamente de um pressuposto materialista quando supera a dissociação formal entre “matéria” e “ideia”, entendendo dialeticamente o movimento histórico da própria realidade a partir de suas determinações e da inter-relação entre elas. A distinção entre a realidade e o seu reflexo teórico-conceitual no pensamento humano é fundamental na unidade da práxis e imprescindível para uma aproximação dialético-materialista sobre a mesma. Quando essa unidade é negligenciada, resulta obrigatoriamente em um amálgama entre a realidade objetiva e seu espelhamento imediato – que, considerado no plano ontológico, é sempre subjetivo –, levando ao idealismo, sob distintas vertentes⁸⁷.

Tal é uma das principais conclusões de György Lukács em sua *Ontologia do ser social*

87 No marxismo, a representação teórico-conceitual das categorias provém de abstrações que têm como ponto de partida a realidade material, isto é, constituem mediações que visam a apreender o real em suas múltiplas dimensões e determinações. O fato de que o processo de abstração seja inerente à forma de apreensão conceitual propriamente humana e o fato de que as determinações mais essenciais só possam ser apreendidas a partir da abstração daquelas menos essenciais (fenomênicas), não significa, de nenhuma maneira, que as determinações mais essenciais existam abstratamente, manifestando-se (ou exteriorizando-se) na realidade concreta. Tampouco, que sua existência concreta não esteja historicamente determinada.

([1976] 2012, 2013)⁸⁸. Também de acordo com ela, estaria Adolfo Sánchez Vázquez ([1967, 1980] 2007), a quem viemos fazendo referência até este momento – embora consideremos que sua crítica ao idealismo vá ainda além, quiçá até englobando o próprio Lukács – o que justifica alguns breves apontamentos antes de pretendermos utilizar elementos de ambas as interpretações, no texto que segue⁸⁹.

Em sua compreensão do marxismo como “filosofia da práxis”, Sánchez Vázquez critica, entre uma série de influxos por ele considerados estranhos ao marxismo, a perspectiva

88 A formulação de que “as categorias são formas de ser, determinações da existência” é frequentemente compreendida como indicativa da existência concreta das categorias dissociada de sua representação teórico-conceitual. Consideramos que uma apreensão mais correta, tanto a partir da obra de Marx quanto da de Lukács, indica a relação entre a existência real das categorias (como ser) e seu espelhamento teórico-conceitual no pensamento (como “não-ser-potencialmente-prenho-de-vir-a-ser”) que enfatize o aspecto de sua existência independente de tal espelhamento, reconhecendo a prioridade ontológica da matéria sobre a ideia. Essa formulação específica, com tais palavras, ficou famosa ao ser utilizada por György Lukács também como epígrafe do quarto capítulo (denominado “Os princípios ontológicos fundamentais de Marx”) do primeiro volume de seu *Para uma ontologia do ser social*, capítulo publicado separadamente em alemão já em 1971 (pela ed. Status). Junto ao capítulo 3, sobre Hegel (publicado em alemão, em 1972) e à seção do “Trabalho” no segundo volume, estas foram as únicas partes da obra divulgadas antes da publicação dos dois volumes da “Grande Ontologia” traduzidos ao italiano, em 1976 (os *Prolegômenos...*, também conhecidos como “Pequena Ontologia” seriam publicados apenas em 1984 nas *Obras Completas* a partir do original em alemão). A frase é atribuída pelo autor a Marx, embora não exista exatamente assim na obra marxiana. Segundo nota de tradução, inexistente na primeira publicação em português mas presente na edição completa do primeiro volume, editado pela Boitempo (2012) a partir do original em alemão [1984], que incorporou a retradução do italiano realizada daqueles dois capítulos, por Carlos Nelson Coutinho, respectivamente, em 1979 e em 1978, pela LECH (Livreria Ed. Ciências Humanas), trata-se de citação parcial de trecho de *Para a crítica da economia política* [1859]. Na verdade, o trecho ao qual se refere Carlos Nelson é da seção sobre método da “Introdução” [1857] que não chegou a ser publicada em 1859, vindo a público, em 1903, pelas mãos de Kautsky no *Die Neue Zeit* do SPD e sendo incorporada na edição estadunidense de *Para a crítica da economia política* [1904] e na segunda edição alemã [1907]. Seria incorporada posteriormente aos *Grundrisse* [1939] por Riazanov, de forma crítica à versão até então veiculada. Em português, foi publicada também junto ao *Para a crítica...*, em 1982, pela Abril Cultural. Literalmente, na recente tradução da Boitempo sobre a versão integral dos *Grundrisse*, realizada por Mário Duayer e Nelio Schneider ([1939] 2011, p.59, ênfase nossa): “Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que

ontologicizante que o trataria como uma visão de mundo a mais ou uma corrente filosófica a mais, dentre outras (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1980] 2007). A crítica não se dirige especificamente a Lukács e, sim, principalmente a uma ontologização metafísica que é bastante distinta à ontologia do ser social lukacsiana (na qual aquela ontologização metafísica é também negativamente criticada), no entanto é inevitável que sua crítica recaia também sobre o marxista húngaro. Para além do aspecto imediatamente metafísico criticado por Vázquez naquelas concepções que encontravam, de distintas maneiras, uma contradição entre

o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações da existência [...]”. Nossa ênfase busca destacar a apreensão à qual nos referimos no início da nota e que nos parece absolutamente condizente com a obra de Lukács e sua apreensão sobre Marx (bem como com a obra do próprio Marx). Notamos também que citação muito similar já havia sido empregada por Lukács em seu artigo “O que é marxismo ortodoxo?” [1921], publicado em *História e consciência de classe* [1923], com atribuição também a Marx, porém sem nomear a fonte específica. Naquela versão, aparece assim ([1923] 2012, ênfase nossa): “Como em toda ciência social histórica, no estudo do movimento das categorias econômicas [...] é preciso ter sempre em vista que as categorias exprimem formas e condições de existência [...]”.

89 Visando a indicar uma série de considerações metodológicas relevantes para a problematização da apreensão do imperialismo enquanto uma fase histórica a que nos propomos, optamos por recorrer a algumas interpretações consolidadas sobre a obra de Marx e Engels, nominalmente, aquelas de György Lukács e Adolfo Sánchez Vázquez para os dois próximos capítulos e aquelas de Roman Rosdolsky e Reinaldo Carcanholo para o capítulo final. Especificamente neste segundo capítulo, a interpretação de Lukács foi empregada tendo como objetivo principal a investigação sobre a estrutura da práxis humana, particularmente no que atine a uma aproximação ontológica sobre o “momento ideal” e sua relação com a teleologia. Três problemáticas devem entretanto ser destacadas sobre a utilização simultânea das interpretações de Lukács e de Adolfo Sánchez Vázquez – que já vinhamos apontando desde o capítulo anterior –, na medida em que tocam em pontos conflitivos em ambas as interpretações (sobre as quais teceremos considerações preliminares, na medida em que precisamente tais controvérsias têm relevância para o tema em tela, tornando desejável o recurso a ambos os autores): i) a relação entre o “ontológico” e o “ôntico” e entre a práxis e o conjunto da realidade social; ii) a problemática da direcionalidade da história, do caráter universalizante da historicidade capitalista e da relação entre as categorias “universal”, “essencial”, “momento predominante” e “salto ontológico”; iii) a questão da centralidade da práxis na análise, reivindicada por ambos os autores, porém nos marcos da crítica de Sánchez Vázquez às “perspectivas ontologicizantes” (formulada mais em relação ao *Diamat* que especificamente à obra de Lukács, embora sobre ela também recaia).

essência e existência (cf. [1967] 2007) – da qual trataremos mais adiante –, consideramos que a crítica à perspectiva ontologicizante perpetrada pelo autor se dirige ao caráter potencialmente contemplativo da compreensão do ser em suas determinações, que em seu entender não chega a abarcar o cerne do marxismo como filosofia da práxis, uma vez que a atividade teórica não leva necessariamente à atividade prática (por maior correspondência à realidade que logre em sua apreensão do movimento do real), devendo ser apontado e reivindicado, no marxismo, seu caráter prático e teleologicamente orientado.

Em linhas gerais, e apenas na qualidade de apreensão preliminar, adotamos a seguinte perspectiva neste trabalho: de Sánchez Vázquez, tomamos a excelente crítica à contradição entre essência e existência, na qual o marxismo crítico ao empirismo também pode recair. Suas considerações acerca da essência humana (fundada no tripé “práxis”, “socialidade”, “historicidade”) parecem-nos mais adequadas que aquelas formuladas por Lukács, fundadas expressamente no mesmo tripé, sem embargo adotando uma concepção direcional acerca da história que diverge daquela de Sánchez Vázquez. Ao longo deste capítulo, apontar-se-á alguns elementos acerca da aproximação entre universalidade e essência realizada por Lukács e de possíveis implicações a respeito de sua interpretação direcional sobre a história (relevantes para a análise do movimento histórico da própria socialidade capitalista, por meio do qual caracterizamos o imperialismo no capítulo anterior).

Também de Sánchez Vázquez, tomamos fundamentalmente a interpretação do marxismo como “filosofia da práxis” (motivada pela práxis, que tem a práxis como fundamento e critério de verdade). Estamos de pleno acordo com que o marxismo não constitui uma filosofia contemplativa e que vise primordialmente a melhor explicar ou compreender a realidade, a partir de uma perspectiva materialista e não mecanicista. Ressaltamos este caráter não contemplativo indo além da mera constatação (que se enriquece muitíssimo com a obra de Lukács) de que nenhuma perspectiva teórica é absolutamente contemplativa, mesmo – e às vezes principalmente – aquelas que pretendem sê-lo, na medida em que muitas vezes informam a práxis de maneira inconsciente ou não declarada. O marxismo, entretanto, parte do objetivo expresso de se constituir como ferramenta do proletariado em sua luta revolucionária pela destruição do capitalismo e pela construção do socialismo/comunismo.

Embora nenhuma perspectiva prática revolucionária decorra necessariamente da análise empreendida por Lukács em sua *Ontologia do ser social* (a própria perspectiva ontológica da

práxis apresentada pelo autor esclarece o papel da alternativa, mesmo frente a um adequado espelhamento da realidade em suas determinações) e embora seja efetivamente possível a leitura daquela obra em chave contemplativa e dissociada de uma perspectiva prática revolucionária⁹⁰, atrevemo-nos, inclusive, a considerar que o marxista húngaro não discordaria da afirmação do caráter não contemplativo do marxismo, na medida em que defendeu o compromisso revolucionário em sua própria práxis até o fim de sua vida (ao manter-se na Hungria e não se afastar do Partido Comunista), na medida em que a própria *Ontologia* tem, para Lukács e especificamente no leste europeu, uma finalidade prática como luta teórica contra influxos neopositivistas, neokantianos e existencialistas (o que não se reproduz necessariamente em seus leitores, que vivem em contextos distintos), na medida em que Lukács tocou em todos seus textos de juventude – embora a partir de pressupostos distintos – na temática do marxismo como instrumento revolucionário e na medida em que o caracteriza (bem como o faz Sánchez Vázquez) simultaneamente enquanto ciência e ideologia, inclusive em suas obras de maturidade.

É bem verdade, sem embargo, que embora o marxismo não constitua uma “ontologia do ser social”, o êxito de sua constituição como ferramenta na consecução do processo revolucionário de superação do capitalismo depende de sua capacidade de informar adequadamente a práxis revolucionária, exigindo, portanto, uma perspectiva dialético-materialista (objetivamente ontológica, no dizer de Lukács) sobre o ser social em suas determinações e em seu movimento histórico, em cada época e em cada local, embora não consista apenas nesta. É precisamente este elemento que tomamos de György Lukács, particularmente sua brilhante investigação sobre a práxis como forma especificamente humana de reprodução material da vida,. Tomando o trabalho como seu modelo elementar, Lukács oferece em profusão elementos indispensáveis a qualquer teoria que se reivindique na qualidade de teoria da práxis.

90 Não cabe aqui discussão sobre quais temáticas teriam ou não entrado na *Ética*, mas tampouco nos parece que seu objetivo era transformá-la em uma defesa do marxismo como filosofia da práxis, apesar do retorno ao tema de juventude “Política e ética”. Parece-nos um tanto injusto, contudo, que no artigo “*La filosofía de la praxis*” ([1997] 1999), Sánchez Vázquez faça um histórico desta interpretação sobre o marxismo e um balanço da reivindicação da práxis como categoria central (a qual Lukács certamente empreende) sem sequer mencionar Lukács, apesar de incluir autores que abertamente o reivindicam, como István Mészáros.

Voltemos à análise sobre a materialidade das categorias:

Nossas análises tomam seu ponto de partida e seu método do espelhamento conceitual ontológico marxista da realidade, de cunho materialista e dialético. O materialismo na ontologia significa não só que ela é purificada do turvamento provocado por categorias lógicas e gnosiológicas, mas também e sobretudo que ocorre a separação inequívoca de pontos de vista ontológicos e pontos de vista axiológicos (LUKÁCS, [1976] 2013, p.190, ênfase nossa)⁹¹.

Uma investigação ontológica⁹² sobre a própria consciência deve forçosamente reconhecer seu caráter não epifenomênico e sempre materialmente determinado, para além da mera dissociação formal entre “matéria” e “ideia”. Destaca-se, com particular relevância, a questão da relação entre realidade e espelhamento teórico-conceitual da realidade, dois complexos heterogêneos entre si que, entretanto, unificam-se necessariamente no processo de trabalho e na práxis humana em geral (e, portanto, não se circunscrevem ao mero reflexo ou espelhamento mecânico e inativo).

Marx e Engels não apenas invertem Hegel. Superam-no, dialeticamente.

Vão além de afirmar que a própria realidade (concreta e material) está em movimento, com a continuada conservação e transformação das objetividades, refletida no pensamento por meio da contradição e da superação da contradição (e não, ao contrário, com a superação destas contradições no pensamento, como síntese ideal, exteriorizada ou manifestada na natureza). Os fundadores da mais fecunda vertente socialista – denominada por Engels “socialismo científico” devido à atitude científica de investigação da realidade, por meio de

91 Importa constar que utilizamos a data de 1976 como referência da publicação de *Para uma Ontologia do Ser Social*, de György Lukács, posto ter sido a data da primeira edição integral (em italiano) de *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins*. Em alemão, o texto completo, incluindo os *Prolegômenos...*, foi publicado apenas em 1984. A notação “([1976] 2012)” se refere ao primeiro volume e a notação “([1976] 2013)” se refere ao segundo.

92 Lukács parece identificar o termo “ontológico” por vezes no sentido mais comum, de uma apreensão (humana) sobre o ser em suas determinações e, as vezes, denotando os complexos de determinações *do próprio ser*, em sentido que nos parece singular e sobre o qual ainda não dispomos de uma interpretação própria mais elaborada. Neste capítulo, na medida em que nos referimos à sua obra e com ela dialogamos, a menos que o contrário esteja expressamente indicado “ontológico” é empregado da mesma maneira que em Lukács, que apresenta uma dupla conotação. Buscamos, contudo, diferenciar ambas as conotações no trabalho, dentro do possível.

um método materialista e dialético – empreendem uma dura crítica não só ao primado da ideia sobre a matéria como princípio filosófico fundamental (caracterizador do idealismo como corrente ou grande campo filosófico), mas, e por isso mesmo, à própria separação formal entre “ideia” ou “pensamento”, por um lado, e “matéria” ou “realidade concreta” por outro. Vão além da simples constatação independência da existência da realidade em relação ao pensamento humano, identificando na práxis a unidade determinante da realidade social.

Criticam, portanto, o materialismo mecanicista na medida em que este não compreende a realidade social objetiva como fruto da atividade subjetiva ou prática (na necessária unidade entre momento ideal e momento real, na formulação de Lukács)⁹³. Assim, o velho materialismo não apenas desconsidera – a partir da lógica formal – a unidade entre as muitas determinações contraditórias conformadoras do movimento histórico da realidade (reduzida a esquemas do tipo as coisas são isso ou aquilo, que apreendem em chave dualista e insolúvel a contradição), mas enxerga a própria realidade social como externa ao homem, decependo o ser humano de sua dimensão ativa, prática, de transformação da realidade. Não apenas isso fortalece o idealismo que se reconhece como tal, mas também o próprio materialismo existente até Marx e Engels não encontra, pois, outro caminho que não autonomizar-se do

93 É absolutamente imprescindível, para uma série de considerações que se realizará, definir a acepção na qual Lukács emprega o termo “momento” (que não é explicitada pelo autor, mas pode ser depreendida na obra). Como se referiu no primeiro capítulo, o termo “momento” vem do latim *momentum*, que provém por sua vez de *movimentum*. Esta proximidade etimológica permanece, por exemplo, na física, na qual o “momento” (também conhecido como “torque”) é justamente a “magnitude da capacidade de colocar em movimento” (no caso, especificamente quando se trate de movimento circular. Em sentido temporal, a única acepção etimológica de “momento” remete à “duração do movimento”. Na acepção filosófica de “momento” empregada por Lukács, jamais deve-se entendê-lo como um instante ou mesmo uma sucessão temporal de qualquer tipo, mas sim como o conjunto de determinações que coloca em movimento determinados complexos. Esta é a acepção a partir da qual se deve compreender o “momento ideal” e o “momento real”, bem como sua inter-relação, jamais como sucessão cronológica. Esta também é a acepção a partir da qual se deve compreender a categoria “momento predominante”, de fundamental relevância na interpretação de Lukács acerca da obra de Marx e Engels e capaz de iluminar importantes aspectos da obra daquele autor. Como já se destacou, na reprodução social, o “momento predominante” é aquele que subverte e sobredetermina a própria reprodução, de modo que sua identificação está intimamente associada à investigação dos complexos de determinações mais essenciais na reprodução histórica.

pressuposto materialista, ao não poder compreender a realidade social em suas próprias contradições. Ao invés do movimento do real e da historicidade, o materialismo mecanicista tem necessariamente que recorrer à idealização de “elementos” que “compõem” a realidade (em uma interpretação meramente gnosiológica-epistemológica sobre problemas ontológicos). Dessa forma, não consegue evitar incorrer novamente em concepções subjetivamente idealizadas e relativamente estáticas sobre a matéria da qual afirma partir por princípio – recaindo assim, novamente, no idealismo.

A realidade entendida como totalidade é e não é cada uma de suas determinações, na medida em que estas se relacionem contraditoriamente umas às outras.

Marx e Engels criticam a concepção da natureza (e da sociedade) como algo externo ao sujeito que a analisa e passível de ser assim por ele conhecido, ou simplesmente um “objeto” a cujo estudo e conhecimento o sujeito deve se dedicar (em uma aproximação meramente gnosiológica), sem se dar-se conta das contradições que determinam o movimento da própria natureza e da própria sociedade e sem dar-se conta, entre elas, do fato sumamente importante de que este tal sujeito também faz parte do objeto a ser analisado. Somos parte da natureza, embora ôntica e ontologicamente singulares. Construimos a realidade social e a nós mesmos. E justamente essa singularidade é o pressuposto de nosso conteúdo social (que será mais bem caracterizado ao longo deste capítulo), de modo que a compreensão do movimento histórico da própria sociedade – ou do verdadeiro complexo do real como fundamento ontológico da práxis social – torna-se impossível se a tomarmos como um elemento externo à ação humana.

Examinemos mais detidamente esta singularidade ontológica do ser humano, nos termos de Lukács, distintiva de “saltos ontológicos”:

Como seres vivos ou parte do conjunto da vida que compõe o ser biológico ou o ser orgânico deste planeta, estamos necessariamente subordinados às determinações universalmente inerentes à matéria (somos feitos de átomos, aglutinados por relações químicas e físicas, etc.). Mas isso não impede que atuemos sobre esse conjunto de contradições (sintetizando elementos químicos até então inexistentes em nosso planeta, por exemplo) – embora sem transformá-lo em suas determinações essenciais. Também estamos necessariamente subordinados às determinações inerentes à matéria orgânica – à vida, como a conhecemos, ou ao ser biológico deste planeta (dependemos do sol como fonte de energia, necessitamos da existência de água para nossa própria existência, nascemos, sobrevivemos,

reproduzimo-nos e morremos). Mas isso não impede que atuemos sobre esse conjunto de contradições (por meio da obtenção de energia por fissão e fusão nuclear, contribuindo para a extinção de espécies e para alterações climáticas que modifiquem a cadeia alimentar, etc.), possivelmente de maneira mais profunda que em relação à matéria em geral, na medida em que, no extremo, poderíamos precipitar a extinção da maior parte ou de toda a vida que conhecemos (com uma guerra nuclear ou a explosão de um acelerador de partículas subterrâneo, por exemplo), mas sem evadir essas determinações. Existe aí, portanto, uma relação de determinação e sobredeterminação, na qual o singular também é e não é específico, na medida em que responde não apenas a suas determinações específicas, que justamente o singularizam, mas também a determinações mais universais que o unificam a outros singulares e que são ontologicamente prioritárias às primeiras⁹⁴. Estamos, por isso, condicionados a essas determinações necessárias, inorgânicas e orgânicas universais à matéria em geral e universais a todos os seres vivos. No entanto, há algo que nos diferencia, em nossa condição de seres vivos, de todos os demais seres vivos (para além das óbvias diferenças de forma e tamanho). Ao reproduzirmos materialmente nossas vidas, o fazemos de maneira

94 Já aqui é possível identificar a relação entre universalidade e essencialidade que mencionamos nas notas 88 e 91 (pp.95 e 98) deste capítulo como um elemento a ser problematizado a partir das obras de Sánchez Vázquez e Lukács. Retornaremos a ela posteriormente. Também fica clara a particular compreensão de Lukács sobre a categoria “ontologia” como relativa à lógica do ser. Por ora, destaquemos a importante formulação do marxista húngaro de que os problemas de prioridade ontológica não se referem nunca – nem aqui nem em qualquer outra passagem – a uma hierarquia de valores entre distintas formas de ser e seus respectivos movimentos históricos. Trata-se meramente da constatação factual de uma prioridade ontológica (e não valorativa), isto é, da constatação de que uma forma do ser depende da existência da outra forma do ser. “[...] a ontologia geral ou, em termos mais concretos, a ontologia da natureza inorgânica como fundamento de todo existente é geral pela seguinte razão: porque não pode haver qualquer existente que não esteja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar com eficácia ontológica somente sobre a base das categorias gerais, em interação com elas. E as novas categorias do ser social relacionam-se do mesmo modo com as categorias da natureza orgânica e inorgânica” (LUKÁCS [1976] 2012, p.27). Indicar-se-á mais adiante que, ao analisar a reprodução do próprio ser social, deve-se constatar a prioridade ontológica da esfera econômica e, nela, da esfera da produção, posto que a condição prioritária para que os homens e mulheres façam história é que estejam vivos, em sua singularidade humana.

social, modificamos conscientemente a realidade, transformando-a e a nós mesmos, inclusive, com a criação de novas necessidades.

Ao reproduzir a sua própria vida, todos os seres vivos agem sobre o mundo orgânico e inorgânico no qual existem, transformando-o e a si próprios mesmo que inconscientemente. Ao realizar a fotossíntese, por exemplo, as algas marinhas expõem na atmosfera bilhões de litros de gás oxigênio, que não apenas mantêm o equilíbrio da composição atmosférica, como contribuem para possibilitar a vida como a conhecemos. O ser humano, contudo, é o único ser vivo cujas ações (e seus efeitos) são planejados com antecedência, projetados conscientemente no pensamento, em termos das finalidades a serem atingidas e dos meios para atingi-los. Tal orientação a um fim pretendido denomina-se “teleologia” e constitui uma determinação exclusiva da práxis humana. Trata-se do que nos é singular em nossa reprodução – e que constitui, ao mesmo tempo, a socialidade humana em seu movimento histórico. A teleologia caracteriza o trabalho como forma especificamente humana de reprodução material da vida (e, portanto, singular do ser humano), na medida em que o mesmo se constitui do encadeamento de posições teleológicas. Nas conhecidas palavras de Marx:

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente” (MARX, [1867] 2013, p. 255-256, ênfase nossa).

Claro está que, subordinado à reprodução material da vida, o primeiro impulso para a prática orientada a um fim determinado provém do anseio por satisfazer uma necessidade. A busca pela satisfação de necessidades não é, contudo, uma determinação especificamente humana. É uma característica comum ao ser humano e a muitos (quicá todos) os seres vivos dotados de capacidade física para tal. Não é, portanto, a mera busca pela satisfação de necessidades que nos diferencia e singulariza, mas o fato de que a mesma é mediada pela capacidade humana de criar, isto é, colocar na realidade novas objetividades, a partir de fins e meios previamente imaginados.

É esta forma singular de reprodução material da vida que caracteriza o ser humano

enquanto ser social⁹⁵. Isto é, a mediação teleológica e sempre alternativa da satisfação de suas necessidades através do pôr das determinações reais enquanto meios para fazê-lo e da objetivação de novos meios antes inexistentes. Por ora, destaquemos que como cadeia de posições teleológicas no metabolismo homem-natureza, o trabalho é o elemento mediador por meio do qual o ser humano se relaciona com o mundo e satisfaz todas as suas necessidades. Tudo que existe socialmente é fruto do trabalho em sentido amplo. É por seu intermédio que criamos o que não existe a partir do que está dado, inclusive, meios ainda inexistentes para atingir as finalidades propostas e até mesmo necessidades surgidas da própria mediação social da vida, passando a constituir novas finalidades (Marx refere-se a tais necessidades como necessidades “da fantasia”). Pelo trabalho realizam-se, portanto, pores teleológicos, no âmbito do ser material por meio do ser social e de suas condicionantes, dando origem a novas objetividades e/ou à (re)produção das objetividades existentes. É a partir do trabalho que construímos a história e podemos projetar (e objetivamente criar) futuros distintos a partir das determinações existentes. Nesse sentido, o trabalho é o modelo elementar da liberdade humana (que só existe, contudo, em suas condições materiais reais). A satisfação (e a própria reconfiguração) de todas as nossas necessidades provêm do trabalho e é por meio dele que se dá a reprodução material da vida humana, sob determinações e condições que se conservam e se transformam ao longo da história, também por meio do trabalho. Daí a sua centralidade primordial, como elemento criador e mediador da reprodução humana (aqui entendida, claro está, não apenas no sentido biológico) e, portanto, também como modelo elementar ou “protoforma” da práxis humana, que não pode entretanto ser jamais dissociado de sua existência material.

Esta “colocação teleológica”, denominada “posição teleológica” ou “pôr teleológico”⁹⁶, constitui assim não apenas o ato de imaginar – refletir idealmente sobre– os fins pretendidos e os meios para obtê-los, optando idealmente entre meios possíveis (ou a “atividade teórica” na

95 O termo “social” é frequentemente entendido como sinônimo de “coletivo”. Tem aqui, no entanto, sentido distinto, relacionado ao trabalho como forma especificamente humana de reprodução material da vida e ao potencial de afastamento das barreiras naturais aí implicado.

96 Pelo sentido substantivo que assume na acepção de “posicionamento”, na recente tradução de Para a ontologia do ser social feita diretamente do alemão, emprega-se preferencialmente “pôr”, que apesar de menos usual na linguagem cotidiana denota claramente a ação, à qual se refere o pôr teleológico de novas objetividades (ou a ação de objetivação), que remete ao grego *poiesis*.

acepção de Adolfo Sánchez Vázquez), mas já a relação entre essa projeção ideal e a própria realidade na qual se baseia (ou entre o “momento ideal” e o “momento real” que caracterizam a práxis humana, nos termos de Lukács). Ou seja: o pôr teleológico já é o agir teleologicamente, o fazer algo previamente imaginado, orientado a um fim proposto idealmente e empregando meios idealmente concebidos como eficazes para tal. Consciência, aqui, refere-se à capacidade de dissociar-se da realidade imediata e planejar sua transformação⁹⁷.

No trabalho (e na práxis humana em geral) o momento real é precedido por um momento ideal, no processo de transformação teleológica do real (ou objetivação). Assim, a objetivação requer o espelhamento ideal do real (que não constitui uma “outra dimensão” da realidade, mas sim, precisamente, um espelhamento ideal⁹⁸), a valoração e a alternativa, podendo se dar com êxito e de acordo com as finalidades pretendidas apenas na medida em que a alternativa quanto aos meios considerados adequados se mostrar efetivamente adequada no que concerne aos nexos realmente relevantes para a objetivação em questão, a partir da realização que define a própria práxis enquanto tal.

“Podemos pôr as coisas assim: a independência do espelhamento do mundo externo e interno na consciência humana é um pressuposto indispensável para o nascimento e desenvolvimento ascendente do trabalho” (LUKACS [1976] 2013, p. 87)

Ainda examinaremos a questão de maneira mais detalhada. A clara identificação desta problemática e sua investigação aprofundada talvez seja o maior mérito de Lukács⁹⁹. Vincula-se intimamente à caracterização de uma não diferenciação ontológica entre realidade e espelhamento da realidade em distintos influxos alheios ao marxismo porém hegemônicos em seu interior. Particularmente, trata-se de problemática extremamente relevante para as

97 Que, ao não poder ser dissociada de sua base material, existe somente junto à série de mediações sociais sobre o espelhamento, a alternativa e a objetivação.

98 Caracterização que remete à crítica feita por Lenin ao marxismo de sua época, em *Materialismo e empiriocriticismo*.

99 Paradoxalmente, apesar do sentido singular que confere ao termo ontológico como indicador do complexo de determinações *do próprio ser*, e não como indicador do estudo (ou teoria) efetivo sobre aquelas determinações, e sobre o qual ainda não dispomos de uma interpretação própria mais elaborada.

hipóteses levantadas neste trabalho, na medida em que estas dependem de uma clara distinção entre realidade e pensamento (entendido enquanto espelhamento da realidade que informa, por sua vez, alternativas acerca do pôr teleológico de novas objetividades), bem como de uma compreensão ontológica sobre a singularização histórica da práxis humana e sobre o movimento histórico da própria socialidade, inclusive na reprodução de um mesmo modo de produção.

De todos os modos, qualquer projeção ideal orientadora da objetivação presume, para efetivar-se, uma capacidade de abstração que deve necessariamente ultrapassar a realidade imediata, não apenas reagindo a suas determinações imediatas, mas reconhecendo-as e utilizando-as na transformação do real que configura as respostas humanas. Tal capacidade de abstração constitui necessariamente um distanciamento sujeito-objeto e possibilita que o ser humano vá além das barreiras naturalmente existentes (inclusive psicofísicas), dominando a si mesmo e a seu futuro, autorrealizando-se¹⁰⁰. Na medida em que é indissociável da representação conceitual da realidade no pensamento, que nos permite agir sobre ela.

Imprescindível à práxis humana, esta distinção conforma, contudo, também a base de sua própria autonomização, com a autonomização do pensamento que leva a uma reidentificação entre pensamento e realidade, no sentido criticado por Marx na “Primeira Tese” sobre Feuerbach. Não se trata apenas de identificar que o ser humano é “parte do objeto” a ser investigado, na medida em que somos parte da realidade natural e social. Mas sim o sentido preciso no qual “somos parte”: o fato de que a realidade social é, ela mesma, fruto da práxis humana em seu continuado pôr de novas objetividades a partir das determinações existentes.

Algumas das inúmeras contradições da necessária historicidade deste processo serão apontadas mais à frente. Por ora, notemos que essa forma especificamente humana implica a transformação teleológica do real, limitada pelas determinações existentes (em termos das possibilidades objetivas de transformação e em termos da adequação do espelhamento e da alternativa ao conjunto das determinações relevantes para a passagem da possibilidade à

100Distanciamento este que se encontra na base da própria linguagem e, de maneira geral, na base da forma especificamente humana de apreender o mundo. Particularmente, a linguagem e o emprego de instrumentos têm relação com a abstração e o necessário distanciamento sujeito-objeto nela implicada

realidade – sejam elas de origem natural ou já humano-social), de modo que o conjunto do movimento da própria história não pode ser, ele mesmo, jamais teleologicamente determinado.

Essa apreensão de Lukács a respeito da consciência como característica do ser humano e elemento que nos distingue e singulariza como novo tipo de ser – determinando nosso caráter social (ou nossa socialidade), já media a reprodução material da vida humana – não deve ser identificada a uma “essência” anistórica do ser humano¹⁰¹.

Além disso, ultrapassa, em muito, os sentidos nos quais mais frequentemente se entende a palavra “consciência”: tais sentidos restringem-se ao âmbito psicológico ou gnosiológico, respectivamente, como contraposição ao “inconsciente” e como identificação a “algo que é sabido ou conhecido”. Lukács enfatiza que uma apreensão ontológica sobre a própria consciência deve ir além desses sentidos restritos, ao mesmo tempo em que é a única a permitir efetivamente compreendê-los.

É comum rechaçar a compreensão da singularidade humana em relação ao pôr teleológico mediado pela consciência (e, metonimicamente, a própria centralidade do trabalho como elemento determinante da práxis humana e da reprodução material da vida), a partir de uma contraposição entre o “consciente” e o inconsciente”. O significado aqui é, contudo, distinto: trata-se do domínio consciente do ser humano sobre si mesmo, como constituinte do conteúdo central de nossa transformação interna em nossa condição de espécie (ou do momento predominante definidor de um salto ontológico). Este domínio consciente sobre si exprime, como já mencionamos, um novo processo de reprodução material por intermédio da mediação consciente da satisfação das necessidades:

“Não somente o fim existe na consciência antes de realizar-se praticamente como essa estrutura dinâmica do trabalho se estende a cada movimento singular: o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos, e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado concreto possível” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 129).

Assim, “não devemos nos confundir pela aparência de que em cada trabalho executado a maior parte dos atos singulares não mais possui um caráter diretamente consciente”

¹⁰¹Ver-se-á em breve que sua historicidade é dada em Lukács pelo trabalho, sendo este, talvez, um dos mais férteis pontos de diálogo e de contraposição entre as interpretações de Lukács e de Sánchez Vázquez em torno de Marx para a problemática que nos interessa nestas considerações.

(LUKÁCS, [1976] 2013, p. 81). Essa aparência “instintiva” ou “inconsciente” de boa parte da ação humana provém, na realidade, do condicionamento reflexivo de determinados movimentos teleológicos de origem consciente¹⁰². Entretanto, ao contrário do comportamento realmente instintivo no ser natural em geral, no ser humano (singularizado como “ser social”) este caráter de reflexo condicionado sempre pode ser revogado, na medida em que “outras experiências podem, a cada momento, substituí-los [estes atos condicionados] por outros movimentos, também fixos e revogáveis” (*idem*). A continuada correção e a generalização da experiência está na base do surgimento da ciência¹⁰³, como já se indicou no primeiro capítulo deste trabalho.

Este traço da continuada verificação da teoria pela práxis (sempre espelhada no pensamento) enfatizado por Lukács adquire especial relevância sob a forma da “autocrítica” como elemento indispensável à práxis revolucionária e na unidade entre teoria e práxis

102“A acumulação das experiências do trabalho segue, portanto, um duplo caminho, eliminando e conservando os movimentos usuais, os quais, porém, mesmo depois de fixados como reflexos condicionados, sempre guardam em si a origem de um pôr que cria uma distância, determina os fins e os meios, controla e corrige a execução” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 81).

103“Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro” (cf. LUKÁCS, 2013, p. 86) e na medida em que os meios – e, com eles, o próprio espelhamento dos nexos causais da realidade no pensamento – vão sendo adequados a determinados fins, o espelhamento da realidade, a partir da experiência do trabalho, vai gradativamente se autonomizando na qualidade de complexo particular da totalidade como complexo de complexos. Dá-se, a partir do processo de trabalho, uma “[...] fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral. São essas generalizações que formam os germes das futuras ciências [...]” (*idem*). Neste sentido, é importante frisar a unidade ontológica da ciência de maneira geral, que radica na especificidade do ser social como sujeito e à forma especificamente humana de apreender a realidade, para além da particularização de distintos objetos. “As bipartições radicais do mundo segundo o modelo da 'crítica da razão pura' e da 'crítica da razão prática' revelam-se cada vez mais impraticáveis, posto que, em última análise, podem contrastar entre si apenas o puro conhecimento da natureza e a pura moral. Resultam assim contínuos compromissos metodológicos que põem de lado o problema ontológico fundamental da especificidade ontológica do ser social e enfrentam as dificuldades cognitivas dos setores singulares de modo puramente gnosiológico ou puramente metodológico, epistemológico” Cf. LUKÁCS ([1976] 2012, p.26, ênfase nossa).

(apontada por Sánchez Vázquez como uma categoria central para a compreensão do marxismo como filosofia da práxis). Ao mesmo tempo, a constatação da unidade não reflexivamente condicionada entre teoria e prática e de seu conteúdo ontologicamente distinto (na medida em que a teoria constitui apenas “atividade teórica”, ou, nas palavras de Lukács, um não-ser) é fundamental para a compreensão da própria práxis revolucionária como atividade orientada a um fim, que depende da posição teleológica de meios condizentes com a objetivação pretendida. Este é o fundamento necessário a uma compreensão ontológica das categorias “tática” e “estratégia” e é a partir deste fundamento que traçamos nossas considerações a respeito desta problemática frente à compreensão do imperialismo como fase histórica do desenvolvimento capitalista em algumas regiões e, enquanto tal, como fase histórica do desenvolvimento capitalista em sua totalidade, caracterizada pelo aprofundamento da contraditoriedade entre socialização da produção e concentração da apropriação (propiciado pela expansão das relações sociais de produção especificamente capitalistas e pelo aprofundamento da revolução industrial), a partir do qual – e somente a partir do qual – é possível identificar uma transformação e aprofundamento da transferência de valor.

Nestes marcos, uma apreensão ontológica das categorias “tática” e “estratégia” deve reconhecer que a alternativa acerca dos meios adequados à consecução de um fim pretendido (no caso, a superação do capitalismo através de uma revolução de caráter socialista, que não pode ser objetivo de sujeitos individuais, mas apenas de sujeitos coletivos historicamente constituídos enquanto tais) depende da adequação do espelhamento das determinações reais em seu movimento histórico e do posicionamento valorativo sobre os mesmos¹⁰⁴. Nada disso significa, claro está, que pelo fato de que cada ação dos sujeitos individuais e coletivos seja teleologicamente orientada, o resultado da ação humana ou do conjunto de pores teleológicos possa ser teleologicamente determinado a partir do conjunto das intenções dos pores. A práxis dos sujeitos concretos (individuais ou coletivos) não pode jamais evadir as determinações existentes, mas apenas utilizá-las (não se pode, por exemplo, evadir o vento, mas utilizá-lo,

104Já veremos que esta projeção ideal da objetivação está intrinsecamente associada à problemática da valoração das objetivações possíveis e dos meios para realizá-las. Esta intrínseca necessidade de valoração está relacionada tanto ao surgimento da Ética e de valores éticos, quanto à categoria “valor de uso” como determinação da realidade social que ultrapassa a historicidade do valor de troca (progressivamente substantivado no capitalismo mediante a subversão da própria utilidade social da produção, socialmente transformada).

para construir um barco à vela; não se pode evadir as determinações de um modo de produção em seu desenrolar histórico, mas sim utilizar-se de sua contraditoriedade para superá-lo¹⁰⁵). Por outro lado, nunca há pleno conhecimento sobre todas as determinações colocadas em movimento em função de uma determinada ação e, menos ainda, sobre a precipitação casual de distintas cadeias de determinações, sempre imprevisível.

Isso, já por si, aponta que a teleologia está limitada à práxis humana. O curso da história não pode ser teleologicamente determinado. Tampouco existe teleologia ou um “sentido” na natureza. Tal constatação torna ainda mais importante uma apreensão ontológica da relação entre práxis e realidade social, conformadora do movimento histórico da própria socialidade. Se, partindo do marxismo como filosofia da práxis, investigarmos particularmente a relação entre práxis revolucionária e realidade social e, especificamente, a relação entre práxis revolucionária e superação do capitalismo por meio de um processo revolucionário de caráter socialista, amplia-se ainda mais a necessidade de compreensão do papel da formulação e da objetivação tática e estratégica, em sua continuada necessidade de verificação pela práxis e na contraditoriedade entre teleologia e causalidade.

Aproveitando o ensejo e dada a clara vinculação temática, importa retomar a afirmação de que a acepção de consciência à qual nos remetemos nesta apreensão geral sobre a práxis humana não se restringe ao reconhecimento consciente de quaisquer complexos específicos de determinações reais (ou ao seu espelhamento). Não tem, como já se afirmou, caráter meramente cognitivo, embora a “posição gnosiológica” ou o espelhamento do real seja um de seus momentos constitutivos. Nesta chave, ressaltamos que tampouco se reduz à forma específica de consciência comumente denominada como “consciência de classe”, que supõe o adequado espelhamento de certos complexos de determinações da realidade social¹⁰⁶.

O que importa aqui destacar é, portanto, o tipo determinado de consciência necessário

105No caso das revoluções societárias, o sujeito histórico da transformação nunca se constitui de apenas um sujeito coeso (individual ou coletivo), capaz de orientar teleologicamente sua práxis de maneira a determinar, sozinho o curso da história. Abordaremos novamente a relação entre história e práxis mais adiante.

106Algumas mediações de classe na inter-relação entre “realidade” e “espelhamento da realidade no pensamento”, bem como na relação entre possibilidade e alternativa, serão parcialmente tratadas mais adiante. Elas impactam inclusive a ciência, que nas sociedades de classes jamais pode ser isenta do agir humano, interessado em determinados desenlaces.

para a existência do próprio processo de trabalho, na medida em que este implica cadeias de posições teleológicas no metabolismo homem-natureza, possibilitando distintos graus de autodomínio humano sobre si. Embora parta sempre das determinações da própria realidade, a consciência humana não constitui meramente um fenômeno secundário, que acompanha outro e é causado unidirecionalmente por ele (um epifenômeno)¹⁰⁷. Trata-se de uma consciência não epifenomênica, isto, é, determinada e retrodeterminante, embora o momento ideal jamais deva ser entendido já como real, pois ainda não o é. Ao contrário: a partir do espelhamento conceitual e teórico-conceitual da realidade, a consciência impulsiona e orienta a práxis teleológica; cumpre um papel ativo na transformação da realidade, embora apenas quando informe e fundamente a atividade prática.

É essa perspectiva ontológica sobre a própria consciência que fundamenta a compreensão da unidade entre teoria e práxis, entre atividade teórica e atividade prática, ou mesmo entre momento ideal e momento real. Tal unidade deve ser compreendida não apenas quando o espelhamento, na condição de momento do próprio momento ideal, corresponda adequadamente às determinações realmente para a objetivação pretendida. Já se destacou que um espelhando restrito apenas a um conjunto relevante de nexos causais imediatos pode permitir um conjunto de alternativas efetivamente adequado à objetivação imediatamente pretendida (no dizer de Marx, *eles o fazem, mas não o sabem*). Jamais o faz sem colocar em movimento uma série de outras determinações e nexos causais, muitas vezes desconhecidos, de maneira não intencional ou inevitável. Logo veremos que esta é a base principal da reprodução histórica de distintos modos de produção como condicionante da reprodução material da vida e no curso desta, na qual, também no dizer de Marx, *os homens contraem*

107“A realização como categoria da nova forma de ser mostra, ao mesmo tempo, uma importante consequência: a consciência humana, com o trabalho, deixa de ser, em sentido ontológico, um epifenômeno” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 62, grifo nosso). Nos animais, a consciência constitui um epifenômeno “[...] não apenas na reprodução filogenética, onde é mais do que evidente que tal reprodução tem lugar sem nenhum tipo de intervenção da consciência, [...]; mas também para o processo de reprodução ontogenética” (idem). Ou seja: a consciência animal é secundária, não apenas na transformação de uma espécie em outra espécie (reprodução filogenética), mas também nas transformações internas à própria espécie (intrinsecamente ligadas àquela, claro). Ainda segundo Lukács “Na natureza, a consciência animal jamais vai além de um melhor serviço à existência biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 62).

relações entre si, independentes de sua vontade.

Trata-se de uma “nova função da consciência como portadora dos pores teleológicos da práxis” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 130), e com tal transcendência, que, na opinião de Lukács, “é essa constatação que distingue o materialismo dialético do materialismo mecanicista” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.63), na medida em que compreende que o homem se faz (o que vai muito além da criação histórica de novas necessidades). Ao que poderíamos agregar o fato de o marxismo, na realidade, transcender esta própria constatação, se resgatarmos as observações de Adolfo Sánchez Vázquez apresentadas no início do capítulo. Como filosofia da práxis, o marxismo não apenas constata essa nova função da consciência como portadora dos pores teleológicos da práxis (por meio da qual o ser humano faz a si mesmo), inaugurando a primeira corrente filosófica efetivamente materialista a partir de uma investigação dialético-materialista e objetivamente ontológica sobre o ser social. O marxismo pretende se tornar instrumento da práxis revolucionária, tendo por sujeito o proletariado no processo histórico de superação do capitalismo e de construção do socialismo/comunismo. O próprio surgimento do materialismo-dialético enquanto corrente filosófica – e o emprego, para a investigação da realidade, de um método com ele compatível – deve ser entendido como um meio para a consecução daquela finalidade¹⁰⁸.

O caráter consciente do pôr teleológico deve ser compreendido em sua historicidade – sobre a qual mais adiante teceremos algumas considerações além destas –, relacionando-se à dominação do instinto pela consciência característica do ser humano, e, portanto, comum tanto às sociedades de classes quanto àquelas nas quais não existam classes sociais. Tal

108Esta é uma constatação fundamental acerca do próprio “método” em Marx, que não corresponde jamais a um conjunto de formulações metodológicas a serem “aplicadas” à análise da realidade, precisamente porque a investigação continuada do real supõe a continuada verificação pela práxis e autocrítica. Para além da famosa apreensão da “lei fundamental” da sociedade burguesa que é apontada como objetivo por Marx (e por vezes entendida por seus leitores de maneira contemplativa), os objetivos políticos de sua *Crítica da economia política* e sua relação com “o método” ficam claros em carta de Marx a Engels, por exemplo, datada de julho de 1859, na qual, referindo-se à publicação do primeiro fascículo de *Para a crítica da economia política*, Marx solicita a seu companheiro: “No caso de que escrevas algo [sobre o livro], não deves esquecer : 1º- que o proudhonismo é aniquilado em suas bases, 2º- que exatamente na forma mais simples, a forma de mercadoria, é analisado o caráter especificamente social da produção burguesa, mas não se trata de forma alguma de seu caráter absoluto” (MEW.13,486 apud GUASCO, s/n). Apenas neste sentido deve-se ter em conta afirmações como a de Ruy Mauro Marini, por exemplo, de que “a ortodoxia é o método” (cf. [1973]).

dominação consciente do instinto consiste, justamente, no descolar-se e distanciar-se da imediatividade, implicado na relação sujeito-objeto, ao qual nos referimos antes¹⁰⁹. O pôr teleológico de novas objetividades e determinações traz consigo a possibilidade de superação intencional de barreiras naturais (embora jamais absoluta) e, portanto, de **autorrealização** e de relativo domínio do ser humano sobre si mesmo na reprodução social, diferenciando-nos de todas as outras espécies. O autodomínio nunca é total, contudo. E jamais pode existir apenas em sentido abstrato (pois de maneira ideal não existe), como latência ou vir-a-ser que não existe de fato, apesar de seu movimento histórico ser apreensível apenas a partir da abstração. (Se não existe ainda, não existe, simples assim.) Sua limitação é dada por sua própria existência, que não pode ser senão histórica, de maneira que o autodomínio (e todas as categorias especificamente humanas) é sempre historicamente condicionado¹¹⁰.

Indiquemos aqui um exemplo prosaico, mas bastante ilustrativo, apenas para melhor compreensão desta diferenciação ôntica e, nos termos de Lukács, do salto ontológico que a consciência humana entranha. Em animais que indiscutivelmente apresentam certo nível de consciência, como as orcas, por exemplo – que caçam em grupo; estabelecem distintas formas de caça de acordo com o tipo de presa e com a situação em que esta se encontra; e parecem, inclusive, comunicar-se entre si por meio de sons (diferenciados entre distintos agrupamentos de orcas, matriarcalmente reunidos) –, essa consciência está, contudo, onticamente determinada apenas pela realidade imediata, pela situação dada concretamente. A terra constitui, portanto, uma “barreira natural” intransponível para as orcas, determinante de sua vida ou morte. Para os primeiros hominídeos, analogamente, o oceano constituía também um limite natural intransponível, embora nele pudéssemos sobreviver por alguns minutos (sob a água), por horas (nadando) ou por dias (se, por um fortuito acaso, encontrássemos algum material flutuante e nele nos apoiássemos). Com a dominação do instinto pela consciência, o

109“Esse distanciamento tem como outra importante consequência o fato de que o trabalhador é obrigado a dominar conscientemente os seus afetos. Num determinado momento ele pode sentir-se cansado, mas, se a interrupção for nociva para o trabalho, ele continuará; na caça, por exemplo, pode ser tomado pelo medo, no entanto, permanecerá no seu posto e aceitará lutar com animais fortes e perigosos etc. [...] É evidente que, deste modo, entram na vida humana tipos de comportamentos que se tornam por excelência decisivos para o devir homem do homem” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 81-82).

110 Ao final do capítulo, será mencionado o sentido direcional que o autodomínio e a autorrealização assumem historicamente de maneira tendencial para Lukács.

surgimento do trabalho como cadeia de posições teleológicas e a “transformação do macaco em homem”, essa barreira natural é afastada e ressignificada: “O trabalho fez com que o mar, que era um limite para o movimento do ser humano, se tornasse um meio de contatos cada vez mais intenso” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 81), ressignificado objetivamente por intermédio de meios que colocam em movimento a inter-relação causal entre distintas determinações naturais, passando também, portanto, a determinar o movimento histórico do próprio ser social que, ao transformar a realidade, também se transforma (basta examinarmos, por exemplo, o papel dos barcos e da expansão ultramarina europeia no surgimento do capitalismo). No mundo biológico (à exceção do ser humano), a superação de barreiras naturais exige a evolução filogenética (a transformação em outra espécie), não intencional.

A objetivação ou o pôr teleológico de novos meios antes inexistentes, orientada à consecução de uma finalidade pretendida e projetada idealmente enquanto objetivação: em seu movimento histórico, é esta forma singular da reprodução material da vida, exclusiva aos seres humanos, que nos “faz humanos” e nos distingue como ser social. A “essência humana” só pode ser apreendida, por conseguinte, a partir da unidade entre práxis, socialidade e historicidade¹¹¹, três categorias indissociáveis e que, segundo destaca brilhantemente Lukács, têm sua indissociabilidade fundante no próprio modo especificamente humano de reprodução, isto é, no processo de trabalho (que é modelo elementar da práxis, se define pela posição de determinações de origem humano-social e só se dá sobre as determinações concretas historicamente existentes, ao mesmo tempo transformando-as). Assim,

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação das necessidades, a produção da própria vida material e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, [1845-46] 2007, p. 33, ênfase nossa).

111O mesmo ocorre com outras categorias, como teleologia, liberdade, consciência, generidade.

Para um fértil debate com algumas formulações de Lukács acerca da historicidade do ser social (em especial no que se refere à categoria “momento predominante”) – que, como já se indicou, abordaremos apenas na medida em que seja relevante ao escopo desta tese –, sugere-se os excelentes artigos de Adolfo Sánchez Vázquez, “O conceito de essência humana em Marx” ([1967a] 2009) e “A alienação em Marx” ([1967b] 2009).

Frequentemente se aponta, neste extrato, simplesmente a necessidade de que os homens – e mulheres – “*estejam vivos*” para “fazer história”. É fato de que a única prioridade ontológica concretamente existente na reprodução histórica do ser social é a própria reprodução material da vida, uma vez que os homens – e mulheres – “devem estar em condições de viver para 'fazer história'”. A mera constatação da necessidade de manter-se vivo não diferencia, contudo, o ser humano dos demais seres vivos. Mas o enunciado vai muito além¹¹²: não deve ser entendido de maneira unidirecional. O que nos diferencia dos demais seres vivos é nossa maneira de manter-nos vivos, isto é, a forma especificamente humana de reprodução material da vida (teleológica), que nos permite “estar em condições de viver”: a produção. Não é o que necessitamos para reproduzir-nos, mas o como o obtemos¹¹³. Afinal, necessitar não significa necessariamente obter e ter efetivas “condições de viver”. Por conseguinte, não é apenas porque estamos vivos que fazemos história, mas só estamos vivos porque fazemos história e fazendo-a. A grande questão, aqui, não é o “estar vivo”. É algo como estar vivo enquanto seres humanos. E, enquanto homens e mulheres, para estarmos vivos e reproduzirmos materialmente nossas próprias vidas, criamos – a partir de determinações existentes – meios antes inexistentes de satisfação daquelas necessidades. Transformamos teleologicamente a realidade a partir de uma projeção ideal – que só se realiza se, de fato, for objetivada pela práxis dos sujeitos concretos, historicamente determinada.

“O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação das

112(E tanto Lukács quanto Sánchez Vázquez apontam isso, embora não em uma análise específica do trecho supracitado). Deve-se destacar especialmente a genialidade de Lukács ao destacar que a singularidade humana não radica precisamente na satisfação de necessidades, conferindo conteúdo não apenas ao caráter social destas necessidades, mas ao caráter social de sua satisfação e da própria reprodução material da vida, a partir de uma análise da práxis e da indicação de sua contingência histórica.

113Cf. MARX, [1859] 1982. Retornaremos a esta formulação quando da investigação da historicidade do processo de transferência de valor. Já o materialismo mecanicista reconhecia a necessidade de satisfação de necessidades, sem compreender, contudo, as determinações subjetivas da realidade social. A identificação da “pauta comercial” como cerne da problemática da dependência, por exemplo, incorre nesta reificação dos produtos sem enfatizar as determinações de sua produção.

necessidades” (MARX, *loc. cit.*)¹¹⁴. Esta “produção de meios para a satisfação das necessidades” é a exata definição do trabalho enquanto transformação teleológica e não epifenomênica da realidade, que possibilita o afastamento das barreiras naturais e o caráter cada vez mais amplamente determinado da realização humana enquanto *autorrealização*, que não apenas reproduz a vida, mas cria os meios para fazê-lo. Com as devidas mediações (de época, local, classe, fração de classe, etc.) provenientes do reconhecimento de sua inexistência “em abstrato” e de sua existência concreta historicamente determinada, este caráter do trabalho pode ser extrapolado para a práxis humana em geral, como já se indicou.

Não por acaso, é com a investigação sobre as determinações históricas da reprodução material da vida que Marx inicia a exposição da “conclusão geral a que chegou” e que “a partir daí serviu de fio condutor de [seus] estudos” (cf. [1859] 1982) sobre a sociedade capitalista – necessários para superá-la, informando a práxis revolucionária mediante a identificação dos principais complexos de contradições e das relações entre os mesmos e a totalidade do movimento histórico capitalista (existente concretamente e particularizado de distintas maneiras). Fica patente, no “fio condutor”, o pressuposto materialista¹¹⁵. Bem como a prioridade ontológica da esfera econômica na investigação sobre o ser social em sua ontogênese, assumida de maneira não valorativa e compatível com o pressuposto materialista adotado.

Por sua fundamental importância, reproduzimos aqui o texto completo desta “conclusão geral” de Marx, que lhe serve de “fio condutor” a seus estudos sobre a sociedade capitalista, destacando, porém, o trecho mencionado.

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O

114Aprofundaremos alguns aspectos da dialética entre fins e meios e de suas especificidades sociais no próximo capítulo, ao relacionar esta problemática à “estratégia” como conjunto de meios através dos quais se pretende lograr uma objetivação (em uma relação de fins e meios), sempre enfrentado às finalidades táticas intermediárias que a cada momento vão compondo este conjunto de meios (em uma relação de todo e parte) e que podem efetivar ou não a estratégia pretendida e contribuir ou não para a consecução do objetivo finalístico.

115Engels também o destaca: “de acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata” (ENGELS, [1884] 1953).

conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. Estas relações transformam-se de formas de desenvolvimento das forças produtivas em seus entraves. Abre-se então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a imensa superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Ao considerarmos estas transformações, é sempre preciso distinguir entre a transformação material das condições econômicas de produção, susceptível de ser constatada de modo cientificamente rigoroso, e as formas jurídicas, políticas, religiosas ou filosóficas, numa palavra, ideológicas em que os homens tomam consciência deste conflito e o dirigem até ao fim. Assim como não se julga um indivíduo pelo que ele pensa de si próprio, também não se pode julgar uma tal época de revolução pela consciência que ela tem de si própria, é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca declina antes que se tenha desenvolvido todas as forças produtivas que ela é suficientemente ampla para conter e nunca surgem novas relações de produção superiores antes de as suas condições materiais de existência se terem gerado no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se propõe senão tarefas que pode levar a cabo, já que, se virmos bem as coisas, chegaremos sempre à conclusão de que a própria tarefa só surge se as condições materiais da sua resolução já existem ou estão, pelo menos, em vias de se formarem. Em traços largos, os modos de produção asiático, clássico, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma antagonica do processo social da produção, antagonica, não no sentido de antagonismo individual, mas no de um antagonismo nascido das condições de existência social dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais que resolverão este antagonismo. Com esta formação social, termina, portanto, a pré-história da sociedade humana" (MARX, [1857] 1982).

Já nos remetemos várias vezes a outros trechos desta brilhante síntese expositória elaborada por Marx e voltaremos a mais alguns deles nos próximos capítulos. Ressaltaremos neste momento apenas dois aspectos, acerca da prioridade ontológica da “base econômica”, ou, como destaca Lukács, da esfera econômica na reprodução material da vida.

A constatação de uma “prioridade ontológica” da esfera econômica na reprodução material da vida não significa sua “existência abstrata”, nem a existência de uma prioridade ôntica da esfera econômica. Expliquemo-nos: a apreensão do ser em suas próprias determinações deve se dar a partir da resignificação do fenômeno e da totalidade a partir da investigação de seus complexos de determinações mais essenciais; destarte, uma apreensão da

realidade social que escape da apreensão imediata sobre a fenomenicidade aparente deve partir da identificação daquelas determinações (através de sucessivos processos de abstração) e da reconstrução da compreensão do real a partir da síntese dos complexos de determinações assim apreendidos; este movimento de “reconstrução no pensamento” – que é o mesmo através do qual Marx julga apropriado expor suas conclusões, facilitando a(o) leitor(a) acompanhá-lo, dada a finalidade prática do livro – possibilita o equívoco de considerar a existência de “determinações mais abstratas” e “determinações mais concretas”; possibilita também o equívoco de considerar que as determinações de caráter essencial têm existência separada daquelas de caráter fenomênico ou vice-versa, que parte da consideração tácita de que a realidade é efetivamente divisível em tipos distintos de determinações reais que devem “transformar-se” umas nas outras.

Ambas estas questões têm relevância fundamental para a apreensão do imperialismo enquanto fase histórica do desenvolvimento capitalista em distintos países e enquanto totalidade, uma vez que se trata justamente de espelhar o movimento histórico da socialidade capitalista como fruto de um conjunto de objetivações sociais práticas que não pode ser idealisticamente dissociado em suas determinações de caráter essencial e fenomênico, embora tenha de ser ontologicamente apreendido a partir de sucessivos movimentos de abstração e síntese que têm por critério a constatação factual da prioridade ontológica da reprodução material da vida em seu movimento histórico. Como na reprodução social em geral, o desenvolvimento das forças produtivas e a objetivação prática colocam em movimento distintos complexos de determinações, reproduzindo as relações sociais de produção e algumas das particularidades mais essenciais historicamente conformadas em seu movimento.

Examinemos ambas as questões a partir de uma exposição mais aprofundada sobre a reprodução social e sobre a forma especificamente de apreendê-la no pensamento (bem como sobre algumas de suas particularidades nas formações sociais capitalistas), que nos permita elucidar alguns destes pontos.

2.1. Práxis, socialidade, historicidade e abstração

Ao nascermos, a sociedade já existe. Passamos a entendê-la como externa a nós, como conjunto de fatos dados e condicionantes. No espelhamento imediato da realidade a partir de

sua aparência fenomênica, este caráter de “objetividade acabada” esconde a processualidade e a historicidade, reificando o real. Este ocultamento tem raiz no próprio processo de apreensão consciente da realidade, singular ao ser humano, e no distanciamento sujeito-objeto ao qual já se fez referência. Radica, portanto, no caráter contraditório da práxis, ao mesmo tempo na qualidade de antropomorfizadora da realidade e desantropomorfizadora de sua aparência fenomênica.

Antropomorfizadora, na medida em que, no movimento da história humana como história do “ser social”, cada vez mais os objetos da práxis não são simplesmente objetividades, mas objetivações, tendo a história humana descrito, até o momento, um movimento de incremento da socialidade e da ação da práxis sobre determinações cuja origem é já humano-social, associado particularmente ao capitalismo¹¹⁶. Desantropomorfizadora, pois, “mesmo o trabalho mais simples, efetiva, por meio da dialética entre fim e meio, uma relação nova entre imediaticidade e mediação, pelo fato de que toda satisfação de necessidades obtida pelo trabalho já é, por sua essência objetiva, uma satisfação mediada” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 128). Assim, precisamente na medida em que a práxis consiste na posição ou no pôr de novas objetividades e em que “todo produto do trabalho, uma vez terminado, possui para o homem que o utiliza uma nova imediaticidade – não mais natural” (*idem*), os produtos da práxis humana passam a ser, para os homens e mulheres (e tanto mais quanto maior for a divisão social do trabalho, com o incremento da socialidade), tão objetivos quanto qualquer outra objetividade. Lukács lembra, por exemplo, que “cozinhar ou assar carne é uma mediação, mas comer a carne cozida ou assada é, nesse sentido, um fato tão

116 Não é necessário debater a existência ou não de uma tendência histórica inexorável que demarque o incremento das determinações de origem humano-social na reprodução humana. Sem qualquer exercício de contrafactualidade, é possível identificar que, na história humana até o momento, e considerada a partir da realidade atual, houve o predomínio dessa tendência (acirrada, como já se destacou, precisamente com o surgimento do capitalismo e com o efeito subordinante da reprodução ampliada de caráter capitalista sobre a constituição da história humana, pela primeira vez, como História Universal). Para os efeitos que nos interessam neste momento específico, não nos importa ressaltar se o incremento da socialidade demarca ou não uma tendência necessária para além da sociabilidade capitalista (embora consideremos que não o faça). É suficiente, aqui, a simples constatação de que, no curso da história humana até aqui considerada, houve o incremento da socialidade. E que este incremento implica a incidência cada vez maior, na reprodução social, de determinações de origem humano-social. Isto é, de objetivações.

imediatamente como o de comer a carne crua, ainda que esse último seja natural e o primeiro, social” (*idem*).

Deve-se notar, aqui, que a “desantropomorfização” – associada ao mesmo distanciamento sujeito-objeto que permite o caráter teleológico da práxis humana – não constitui exatamente o “estranhamento”, embora este seja produto do próprio desenvolvimento objetivo em sua historicidade, inalienável, da existência material. Contudo, a menos que a própria produção social seja objeto de decisão consciente por parte dos produtores diretos, à medida que se incrementa a socialidade, aumenta-se a aparência imediata da realidade social como complexo de objetividades, e não de objetivações, na medida em que se amplie a divisão social do trabalho (exacerbada no capitalismo como divisão social em todos os aspectos, inclusive no mercado mundial, no qual aparece como divisão internacional do trabalho).

O não reconhecimento da realidade social como complexo de objetivações é um dos principais fundamentos da fetichização do ser social (diferenciada a partir da distinta posição ocupada por cada um na reprodução material da vida social), isto é, do ocultamento, na consciência imediata, das determinações mais essenciais da realidade social – que no capitalismo se constitui como “fetichismo da mercadoria”. Dá-se a alienação do(a) trabalhador(a) em relação ao fruto de seu trabalho, com a reificação do próprio processo de trabalho, do conjunto das relações sociais de produção e, em última análise, das próprias determinações especificamente humanas, coisificadas a partir das demais reificações¹¹⁷.

Tal reificação tem significativo impacto sobre a própria ontologia dos momentos ideais que informam a posição teleológica e as novas objetivações, dando-se sob qualquer modo de produção, mas tendo dimensão muito maior no capitalismo, devido à forma da socialidade vigente sob relações sociais de produção capitalistas.

Em qualquer modo de produção, desconhecemos a totalidade das determinações

117 Não é este o espaço para uma análise dos nexos categoriais entre “objetivação”, “desantropomorfização”, “estranhamento”, “alienação” e “fetichismo” em Marx, Engels e em seus intérpretes. Cabe, entretanto, destacar a centralidade explícita e implícita do tema na obra dos revolucionários alemães. Também ocupam um lugar central na obra dos dois marxistas aos quais fazemos aqui referência, embora de distintas maneiras, destacando-se, em Lukács, o conceito de manipulação (cf. [1976] 2013) e, em Sánchez Vázquez, a análise específica da alienação (cf. [1967b] 2009).

próprias das relações que contraímos entre nós ao reproduzirmos materialmente nossas vidas, bem como suas relações de ordenação e de sobreordenação. De modo que, ao reproduzirmos materialmente nossas vidas em âmbito individual, também reproduzimos tais relações, mesmo que sem intenção clara de fazê-lo, posto que colocamos em movimento cadeias causais de determinações que frequentemente desconhecemos. Tal relação é válida para qualquer modo de produção, mas é particularmente significativa no modo de produção capitalista, dado o inédito grau de socialidade que o caracteriza.

O pôr teleológico, em sua unidade, coloca em movimento cadeias de determinações que desconhece – ou cujo movimento não pode evitar –, com importante consequência para a reprodução das relações sociais de produção. Incide sobre cadeias de causalidades existentes, cujas determinações, tendo ou não origem humano-social, aparecem para os homens e para as mulheres que agem historicamente como previamente dadas e imutáveis, isto é, mesmo quando se trate, em si, de objetivações prévias, seu espelhamento imediato na consciência – imprescindível para o processo de trabalho – as reconhece como objetividades necessariamente distanciadas do sujeito e, nesse sentido, idênticas a qualquer objetividade, promovendo o ocultamento de seu caráter de objetivação. A práxis, individual ou de grupos humanos organizados de distintas maneiras para realizar trabalho coletivo ou para atuar coletivamente – quer seja ou não sob relações de exploração –, age, por conseguinte, sobre cadeias de causalidades dadas.

Como já se destacou, essa apreensão definida por Lukács como unicamente gnosiológica e carente de uma aproximação ontológica, não significa, de nenhuma maneira, a impossibilidade de êxito de pores teleológicos. Pelo contrário. É a apreensão que não parte de um profundo movimento de investigação da realidade que fundamenta a maior parte da práxis. Essa é, assim, por sua vez, reificada – de modo que a maior parte dos pores singulares não mais pareça possuir um caráter diretamente consciente. Tal relação está na base da própria (re)produção das relações sociais de produção, como destacaremos mais adiante, e se acentua marcadamente sob o capitalismo, como já se destacou.

Em vez de ser percebido a partir da compreensão das determinações que limitam (mas, como veremos, ao mesmo tempo, tornam real) nossas possibilidades de “fazer história” – ou de transformar e de conservar a realidade –, o mundo social aparece para os homens e para as mulheres, em cada época, como uma espécie de “segunda natureza” (cf. MARX; ENGELS

[1845-46] 2007)¹¹⁸. Nessa condição de segunda natureza, suas “leis” não podem ser evadidas ou como “um ser que existe de forma totalmente independente do seu pensar e querer” (cf. LUKÁCS, [1976] 2013, p.254). A sociedade “se apresenta” aos homens e mulheres, sendo percebida a partir da universalização abstrata e anistoricizante de determinações particulares, não como fruto da construção de outros homens e mulheres, sendo possível, portanto, modificá-la¹¹⁹.

118 “[...] se fizermos uma abordagem ontológica dessa questão, compreenderemos imediatamente que toda essa segunda natureza representa uma transformação da primeira, que foi efetuada pelo próprio gênero humano, que ela se defronta com o homem que vive dentro dessa segunda natureza como a produção de sua própria generidade” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.254).

119 É frequente no marxismo, e foi muito comum no decorrer de todo o século XX, a contraposição entre “essência” e “aparência” como duas dimensões da própria realidade, indissociáveis, porém com distintos papéis na reprodução social. Esta contraposição tem o mérito de reconhecer que a aparência não constitui uma “falsa realidade”, na medida em que os elementos aparenciais também têm base material. Por outro lado, desconsidera que a aparência não constitui em si uma dimensão da realidade, mas o espelhamento imediato subjetivo da dimensão fenomênica da realidade, objetivamente determinado. Nesta perspectiva, confundem-se os complexos de determinações de caráter fenomênico – que precedem ontologicamente seu reflexo no pensamento – com o seu espelhamento, que é sempre subjetivamente mediado.

Cabe uma nota longa sobre esta problemática. O espelhamento imediato da realidade (ou a aparência) está geralmente fundado na apreensão sobre determinações de ordem fenomênica e a partir de um ponto de vista subjetivo que reifica a realidade ocultando seu caráter como objetivação. A aparência é, por sua vez, ideologicamente mediada (em última instância pela posição ocupada pelos sujeitos na reprodução social). Dado este caráter fetichizante da apreensão imediata da realidade que conforma sua “aparência”, destaca-se no marxismo a necessidade de “ir além” da aparência imediata no espelhamento da realidade social, buscando compreendê-la em seu movimento como síntese de múltiplas determinações. Ao se propor (corretamente) esta tarefa, contudo, o marxismo que identifica a aparência às próprias determinações mais fenomênicas da realidade (e não ao espelhamento destas no pensamento) termina se propondo a “superar a aparência” em direção à compreensão das determinações mais essenciais. Ao não reconhecer que “fenômeno” e “aparência” são distintos, embora inter-relacionados, é fácil cair, a partir desta intencionalidade, em uma posição essencialista – que não compreende a existência de complexos de determinações fenomênicas distintos, em si, da aparência que deles se faça (sempre subjetiva, embora objetivamente determinada) e, ao mesmo tempo, indissociáveis dos complexos mais essenciais que os sobredeterminam, ao existirem

Em cada um dos pores singulares, essência e fenômeno são postos simultaneamente de modo objetivo; “[...] essas duas formas do ser estão ligadas umas às outras por um sem número de interações, formando uma unidade dinâmica, na qual, contudo, as determinações concretas de seu ser processual têm efeitos bastante diferenciados, apesar do entrelaçamento” (*ibid.* p.386). No movimento histórico da reprodução do ser social, são os mesmos pores teleológicos que incidem tanto sobre causalidades essenciais quanto sobre causalidades fenomênicas, reflexivamente e distinguindo-se apenas pela posição que ocupam no processo,

apenas em sua historicidade. É fácil recair portanto em uma contraditoriedade entre essência e existência, na qual a aparência fenomênica termina por ser explicada pelo movimento imanente da essência, dissociado de sua própria historicidade. No capítulo 4 deste trabalho, na medida em que recorreremos fundamentalmente à interpretação de um autor que considera essência e aparência como “duas dimensões da realidade” (Reinaldo Carcanholo – cf. Carcanholo, [2003] 2013), apontar-se-á que esta essencialização nem sempre ocorre, mas que a identificação entre fenômeno e aparência a propicia, na medida em que identifica determinados complexos do ser a um “não-ser”, isto é, a seu espelhamento, sempre mediado (em última análise recai-se, portanto, em distintas interpretações acerca da *Ideologia alemã* e das *Teses sobre Feuerbach*, mesmo quando a contraposição não seja intencionalmente orientada).

Tanto Lukács quanto Sánchez Vázquez consideram a contraditoriedade entre essência e fenômeno – e não essência e aparência – como contraditoriedade entre complexos reais que guardam uma relação de determinação e sobredeterminação. Lukács, particularmente, deixa claro que não se pode jamais “ignorar as necessárias contradições entre essência e fenômeno igualmente existente” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.311, ênfase nossa), ao passo em que “[...] o mundo dos fenômenos compõe em Marx uma esfera da realidade, um componente autêntico do ser social, e não pode ter nada a ver com um caráter subjetivo meramente aparente” (*loc. cit.*). O espelhamento tem sempre a mediação do sujeito – mesmo sobre fenômenos naturais, como já se destacou antes. Utilizemos um exemplo plástico e pouco mediado para deixar bem clara esta ideia: na inter-relação entre uma série de determinações *essenciais* e destas com um conjunto de outras determinações, a terra gira *fenomênicamente* ao redor do sol. Em seu espelhamento imediato na consciência, o fenômeno aparece entretanto invertido, como se o sol girasse ao redor da terra. Analisemos: o movimento fenomênico da terra ao redor do sol responde a determinações fenomênicas (como aquelas que refletimos conceitualmente enquanto “massa da terra”, “massa do sol”, “posicionamento relativo de ambos entre si e frente às demais massas do sistema solar”, etc.) e a determinações mais essenciais (como aquelas que refletimos conceitualmente como “interação eletromagnética forte”, “interação eletromagnética fraca” e “interação gravitacional”, por exemplo). Processualmente conformados, os nexos de causalidade entre as distintas determinações do movimento da terra ao redor do sol efetivamente configuram, em sua interação

seu tipo de relacionamento com o movimento da totalidade e dos complexos particulares que a compõem. De modo que, também nesta esfera do ser, essência e fenômeno são concretamente indissociáveis, uma vez que “a partir desses pores do trabalho em si unitários se originam simultânea e inseparavelmente a essência e o fenômeno de cada uma das formações econômicas” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.390) e que

“Se partirmos da gênese ontológica, também neste ponto, como fazemos com toda razão em todos eles, sempre deve estar claro para nós que ambos [essência e fenômeno] são ontologicamente e de igual maneira produtos dos mesmos pores teleológicos. Seria pura e simplesmente impossível imaginar que possa haver certos pores do trabalho a partir dos quais se sintetiza a esfera da essência e outros pores do trabalho distintos dos primeiros que constituiriam o fundamento de seu mundo fenomênico. Não.” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.390).

A contraposição entre “essência e fenômeno” não tem portanto nada em comum com a contraposição entre “realidade e reflexo da realidade no pensamento”. A confusão se dá devido à materialidade do próprio processo de espelhamento da realidade no pensamento (a partir, imediatamente, de sua dimensão fenomênica, embora também determinado por sua dimensão essencial) e de seu caráter retrodeterminante, bem como devido às características do processo de investigação necessário para sua compreensão ontológica, por vezes identificado

entre si e com a totalidade, uma maior ou menor essencialidade na determinação do movimento do todo, existindo independente da distinção cognitiva que deles façamos em nosso pensamento. As possibilidades deste espelhamento, por sua vez, também estão determinadas pela realidade. Assim, apesar da *forma fenomênica* do movimento da terra ao redor do sol, a aparência deste movimento se coloca imediatamente para os seres humanos que habitam a terra enquanto um movimento do sol ao redor da terra. Trata-se, aqui, da aparência do fenômeno (ou da “aparência fenomênica”), idealmente espelhado na consciência, e não do fenômeno em si, enquanto dimensão da realidade. Na qualidade de atividade humana (teórica), a reprodução deste conhecimento tampouco pode ser, por sua vez, dissociada das relações nas quais se dê, sendo a partir daí compreensível o confronto de distintas elaborações teóricas com efeito prático – tanto de forma literal, como na nomenclatura filogenética (que inclui “classes”, “ordens” e “reinos” [!]), quanto de forma mais mediada, como no embate entre os modelos cósmicos de Galileu e de Copérnico, por exemplo, ou na superação da física newtoniana pela relativística e pela quântica. O fundamental desta compreensão metodológica continua a ser a exata separação entre a realidade existente em si como processo e os caminhos de seu conhecimento, que já destacamos, e que se funda justamente na unidade da práxis. Fenômeno e essência constituem complexos de determinações reais, independentemente do espelhamento que façamos delas.

à gênese da própria realidade e não de sua compreensão pelo gênero humano.

Viu-se, portanto, que a representação conceitual (e, com ela, a linguagem) é fundamento indispensável da práxis humana, que tem no trabalho sua forma modelar¹²⁰. Exige e produz o distanciamento sujeito-objeto necessário à ação teleológica, na medida em que essa forma singular de reprodução material da vida constitui a efetivação prática do momento ideal (cf. LUKÁCS, Op. Cit., pp.84-86, 398-401), que acarreta, por sua vez, a possibilidade de escolher o que transformar e como transformá-lo, dadas as determinações existentes¹²¹.

Também se destacou que, quanto maior a prevalência de determinações de origem especificamente humano-social na reprodução material da vida (ou o afastamento das barreiras naturais e a socialidade), independentemente de a caracterizarmos em um movimento inexorável de predomínio e ascendência tendencial ou não, maior a importância do momento ideal – que deve sempre constituir o momento inicial da práxis, embora materialmente determinado – e das mediações ideológicas, relativamente autonomizadas enquanto complexo particular apesar de sua sobredeterminação material¹²².

120Como o agir teleológico só existe realmente na medida em que efetivamente realiza o que pretende (enquanto “pôr teleológico”), o surgimento do processo de trabalho como forma especificamente humana de reprodução material da vida é ontologicamente prioritário à linguagem e à abstração conceitual da maneira aqui entendida, na apreensão lukacsiana. Antes do longo salto ontológico no qual o ser humano se configura enquanto tal, também havia reprodução material da vida, na dimensão individual e na da espécie, assim como a há em todas as espécies. De modo que a consciência não epifenomênica só existe inscrita no processo de trabalho, como forma elementar da práxis humana.

121A alternativa, inerente à práxis teleológica, constitui uma “categoria decisivamente nova, aquela que faz a passagem da possibilidade à realidade” – *ibid.* p.78). Está intimamente vinculada à questão da determinação tática e estratégica de distintos sujeitos orgânicos, que aqui nos ocupa. Voltaremos a ela mais adiante,

122Entender a realidade como complexo de complexos de determinações que conformam uma totalidade em movimento (sendo que cada “elemento” mais simples constitui-se em seu movimento, ele mesmo, de um complexo de determinações) permite a Lukács identificar o desenvolvimento desigual como desigualdade no desenrolar de distintos complexos, não necessariamente delimitados pela base territorial de distintos países ou regiões. Trata-se, em nossa opinião, de uma fértil formulação, que permite entender não apenas a determinação geográfica do desenvolvimento desigual (entre e intrapaíses), a partir dos complexos de complexos que conformam o sistema mundial, como também o desenvolvimento desigual entre

A ontologia do próprio momento ideal (excelente contribuição de Lukács) constitui o processo no qual surgem, por um lado, perguntas objetivamente determinadas e, por outro, as maneiras de a elas responder; de tal feita que “o domínio crescente do homem sobre a natureza se expressa diretamente, portanto, também pela quantidade de objetos e relações que ele é capaz de nomear” (ibid., p.161)¹²³. Isto é, pelo movimento histórico de sua capacidade de abstração conceitual. (Nomear – ou abstrair conceitualmente – implica necessariamente o distanciamento sujeito-objeto). Mesmo que muitos animais se comuniquem por intermédio de sinais¹²⁴, muitas vezes complexos, chegando, inclusive, a apresentar formas rudimentares de

distintas dimensões, âmbitos ou esferas das formações sociais capitalistas em seu movimento histórico (entre distintos complexos ideológicos, entre esfera ideológica e econômica, entre produção e circulação, entre distintos ramos da produção, etc.).

123O ser social diferencia-se da natureza orgânica em geral na medida em que “[...] pergunta e resposta pressupõem uma elaboração ideal dessas factuaisidades, que só surge no trabalho e cuja universalização – ao mesmo tempo desigual e gradativa – põe como existente o ser social, a nova forma da reprodução com o seu fundamento econômico” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.398, ênfase nossa), ou a forma especificamente humana de reprodução material da vida. Note-se que “[...] uma ameaça provocada pelo ser, uma possibilidade de alimentação, etc. no em-si imediato do seu ser, ainda está muito longe de ser uma pergunta” (ibid. p.399). O que, como vimos, não requer necessariamente a direcionalidade, embora Lukács a pressuponha. Assim, “[...] um chimpanzé é capaz de expressar por meio de sinais que está com fome (e isso muito provavelmente só depois de relacionar-se em cativeiro com humanos), [...] tem condições de apontar para uma banana, mas [...], se não houver uma banana disponível, ele não consegue expressar: eu quero uma banana” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.214). Na interpretação de Lukács, “entre o sinal e a palavra há [...] um abismo que só pode ser transposto por meio de um salto; entre os dois não há objetivações comunicativas mediadoras que possam lançar uma ponte [...]” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.214, ênfase nossa). Trata-se, precisamente, de um “salto ontológico” nos moldes caracterizados anteriormente. Em “A transformação do macaco em homem”, Engels descreve brilhantemente tal processo, vinculando o surgimento da linguagem ao surgimento do trabalho, “quando os homens têm algo a dizer uns para os outros” ([1876] 1990).

124 “[...] o sinal está vinculado a uma situação que se repete com frequência, mas que é sempre singular e que exige uma reação bem determinada; ou seja, a observação exata e, por isso, exitosa desses sinais não pressupõe nenhuma apreensão real dos componentes reais da situação, nenhuma reação diferenciada a ela. No caso dos animais, esse “automatismo” surge da adaptação biológica ao ambiente; no caso dos sinais na sociedade, trata-se de que determinados tipos de reação são fixados com exatidão de uma vez por todas no interesse da regulação simplificada do trânsito etc.” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.214). Assim, os sinais que constituem

linguagem, a representação conceitual é singular ao ser humano e consiste na extrapolação abstrata em relação à realidade imediata, imprescindível à sua transformação teleológica. Só assim apreendemos a realidade e a transformamos. E é a partir daí também que expressamos a realidade visando teleologicamente à sua transformação por outros¹²⁵.

Essa característica assume particular relevância no que atine ao desenrolar de controvérsias ontoepistemológicas (sociohistoricamente determinadas a partir da necessidade de caracterização de distintos processos históricos, que informa a práxis a partir da atividade teórica), na medida em que a práxis política visa, por definição, a influenciar teleologicamente os pores – também teleológicos – de outros homens e mulheres.

É fácil perceber como a linguagem nasce das necessidades do trabalho e como se assenta na capacidade de abstração e na contraditoriedade desta, visto que

“[...] a mais simples, a mais cotidiana das palavras sempre expressa a universalidade do objeto, o gênero, a espécie, não o exemplar singular, de que, no plano da linguagem, é pura e simplesmente impossível encontrar uma palavra que designe inequivocamente a singularidade de qualquer objeto” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.217).

Quanto maior a prevalência de determinações de origem especificamente humano-social na reprodução material da vida (ou o afastamento das barreiras naturais), maior a complexidade das cadeias de pores teleológicos implicadas nessa reprodução material, bem como a importância do momento ideal e das mediações ideológicas, a que já nos referimos.

formas rudimentares de linguagem (e se mantêm na linguagem humana, tanto corporal e oral quanto de maneira bastante socializada, como na sinalização de trânsito) são intermitentes e consistem na “formação de reflexos condicionados (ou incondicionados) firmemente estabelecidos”, conforme indica Lukács (*loc. cit.*).

125Lukács caracteriza a linguagem como a satisfação de “uma necessidade social que surge ontologicamente, em decorrência da relação dos homens com a natureza e entre si” ([1976] 2013, p.212). Originalmente como instrumento social que confere validade aos pores teleológicos cuja finalidade é induzir outros homens e mulheres a pores teleológicos determinados (justamente por intermédio da linguagem). Está, portanto, intimamente associada ao progressivo incremento do caráter coletivo do trabalho ao qual é inerente a divisão social do trabalho, com o aumento da socialidade – ou a prevalência das determinações de origem humano-social como momento predominante do salto ontológico que conforma o ser humano como ser social. De modo que a linguagem deve ser considerada como órgão e meio da continuidade no ser social.

Por isso, a linguagem se realiza e se movimenta historicamente na contraditoriedade dialética de exigências contrapostas: a exigência de generalização necessária à apreensão da universalidade do objeto (inerente ao espelhamento conceitual) e a exigência de individualização necessária à comunicação de sua singularidade. Nesse segundo movimento, deve-se agregar determinações à representação conceitual. Especificamente na linguagem, “[...] só a sintaxe desenvolvida tem condições de designar a singularidade na reprodução linguística da indicação sensível, isto é, de circunscrever linguisticamente o gesto sensível de indicar o objeto presente (por exemplo: a velha mesa que está no quarto de nossa mãe)” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.217), de modo que “na expressão linguística vem em primeiro plano, em tais casos, a particularidade como aproximação da singularidade” (*idem*)¹²⁶.

Toda expressão linguística, inclusive a categorial, incorre nessa contraditoriedade, que responde às próprias determinações reais – universais, particulares e singulares –, apreensíveis pelo pensamento humano. A compreensão da realidade social em seu movimento histórico requer esse movimento contraditório, de aproximação, ao mesmo tempo à universalidade, à particularidade e à singularidade, à fenomenicidade e à essencialidade. (Ver-se-á a seguir que é requerida aqui uma diferenciação entre a mera abstração conceitual-linguística, uma vez que não existe uma identidade imediata entre universalidade e essencialidade). Comumente as determinações universais imediatamente apreensíveis em um dado conjunto de complexos não correspondem a suas determinações mais essenciais, contudo.

A apreensão do complexo de determinações próprio do movimento histórico do imperialismo como fase do capitalismo em sua própria historicidade social – que aqui nos ocupa –, indica essa necessidade e contraditoriedade. Devem-se apreender ao mesmo tempo, em seu movimento histórico, as determinações universais do próprio capitalismo, as determinações particulares do imperialismo, tanto como fase histórica do desenvolvimento capitalista em alguns países, quanto como fase histórica do desenvolvimento capitalista como totalidade (na unidade entre história capitalista e História Universal); e, ainda, a especificidade dos complexos de determinações singulares do imperialismo e que lhe

126Em algumas línguas, como o alemão, por exemplo, formam-se, inclusive, novas palavras a partir da agregação sintática das particularidades, em um movimento de aproximação à singularidade do objeto.

conferem o caráter de uma fase particular do desenvolvimento capitalista e seu próprio desenrolar histórico e continuada reconfiguração¹²⁷. Deve-se apreender suas determinações mais essenciais e as fenomênicas, a partir do movimento histórico real. Em uma continuada autocrítica, à qual já nos referimos.

Os processos de abstração e de síntese do tipo necessário a esta apreensão continuada do movimento da realidade social em suas determinações, não advêm, entretanto, imediatamente do processo de (re)produção da vida, precisamente porque há que se levar em conta – como ontologicamente prioritários – os processos de reprodução material a partir dos quais a realidade social existe e é (re)produzida, ocultos na aparência fenomênica em medida tanto maior quanto maior seja a divisão social do trabalho.

A forma elementar do processo de abstração consiste em identificar e abstrair distintas determinações particulares, chegando a determinações universais a distintos complexos concretamente existentes, cada um deles singular. É este processo de abstração que realizamos quando identificamos conceitualmente o mundo e “o nomeamos”, estando nele a supracitada base da linguagem. Tomemos por exemplo o conceito de “fogo”. Cada evento fenomênico envolvendo o fogo é, concretamente, distinto aos demais. Têm origens diferentes, se alastram de maneira diferente, a partir de materiais diferentes, com duração diferente, etc. Pareceriam não ter nada em comum. Vista de uma perspectiva materialista, a formação ideal do conceito de fogo se dá através da abstração das determinações particulares de cada evento fenomênico singular concretamente existente. Abstrair as características particulares permite sair da imediaticidade da coisa em si, diferenciando-a no pensamento, o que permite sobre ela incidir.

Contudo, na medida em que o ocultamento imediato dos processos confere caráter anistórico aos produtos, as sobredeterminações mais essenciais não são imediatamente percebidas. De tal feita que as abstrações possíveis a partir da aparência imediata têm caráter

127O mesmo pode ser identificado para a investigação da dependência, embora a relação entre parte e todo seja, nesse caso, distinta. Devem-se apreender, ao mesmo tempo, em seu movimento histórico, as determinações universais do próprio capitalismo, as determinações particulares do capitalismo dependente como desenvolvimento capitalista particularizado em uma determinada região, sua relação com a historicidade do desenvolvimento capitalista como totalidade e com o próprio imperialismo e, ainda, a especificidade dos complexos de determinações singulares do desenvolvimento capitalista dependente, que lhe conferem o caráter de uma fase particular do desenvolvimento capitalista, e seu próprio desenrolar histórico e continuada reconfiguração.

inevitavelmente empiricista e generalizante, remetendo à percepção abstrata subjetiva sobre a realidade “objetiva”. Enquanto objetividade pretensamente independente de um processo de ontogênese, isto é, na qualidade de realidade “externa” ou “dada”, é fácil essencializar as determinações imediatamente perceptíveis como sendo constitutivas da realidade social em geral, abstraída de suas determinações históricas, como se existissem desde sempre e para sempre. Assume-se imediatamente como universal aquilo que na realidade constitui “universalizações idealmente fixadas das objetividades específicas da esfera fenomênica” (ibid., p.391), isto é, universal em uma época, sem que haja consciência imediata desta historicidade¹²⁸.

No que se refere à apreensão de uma “essência humana” em uma dada época, da qual tão comumente parte a ciência burguesa para explicar a realidade nas mais distintas esferas, Adolfo Sánchez Vázquez destaca que, neste caso, é ainda mais inócua a tentativa de apreender determinações universais por intermédio da abstração imediata de características existentes nos indivíduos isolados. Interessantemente, Vázquez lembra que a essência jamais pode ser depreendida da universalidade dos indivíduos existentes, na medida em que “o indivíduo isolado não existe” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1967a] 2009). O mesmo é válido para todos os frutos da práxis humana, isto é para o conjunto da realidade social.

Retomando as Teses sobre Feuerbach¹²⁹, Sánchez Vázquez afirma claramente: “[n]ão existe a essência do homem como atributo comum dos indivíduos [isto é, universal a eles], porque o indivíduo isolado não existe realmente” (*op.cit.*, p.406). O indivíduo à margem das

128Ao constituírem inexoravelmente determinações concretas (única forma na qual determinações podem ser ou existir), embora apreensíveis apenas através da abstração, as determinações universais existem, o que pode dar-se somente em sua condição histórica. Quando dela abstraídas, tornam-se apreensíveis somente de maneira idealizada, como se indicou. Trata-se, aqui, de uma cristalização anistórica da “essência” que, apesar de se basear em uma identidade entre universalidade e essencialidade, difere substancialmente da aproximação perpetrada por Lukács entre estas categorias, que parte de uma generalização transistórica e não de uma cristalização imediata que abstraia a própria historicidade. Apontaremos alguns aspectos desta problemática – apenas no que atine à relação com a temática deste trabalho – ao final do presente capítulo, a partir da já referida problematização sobre a interpretação de Lukács acerca da direcionalidade histórica tendencial.

129“A essência humana não é algo abstrato e imanente a cada indivíduo. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais” (MARX apud SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1967] 2007, p.406)

relações sociais é uma abstração, de modo que “não é no indivíduo que podemos encontrar a essência humana, mas sim nas relações sociais das quais ele mesmo é um produto” (*idem*)¹³⁰.

Assim, não há uma identidade necessária entre determinações universais e determinações essenciais. Ao contrário, na abstração imediata que parte da aparência fenomênica estes complexos de determinações diferem marcadamente e fundamentam uma apreensão imediata idealizada. (O que não impede, como já se indicou, que esta apreensão idealizada tenha também caráter retrodeterminante, na medida em que informe concretamente a práxis e a objetivação – quer a objetivação assim efetivamente realizada venha ou não a corresponder àquela pretendida e bastando, para isto, que se dê efetivamente como objetivação ou pôr de novas objetividades, isto é, que exista). Assim, embora a práxis possa ser efetiva mesmo quando não parta de um espelhamento ontogenético da realidade social, “[s]ó a investigação ontológico-genética da essência pode trazer à tona a verdade sobre o mundo fenomênico” (*ibid.*, p.380), que nos permite inclusive a reconceituação daquela aparência imediata a partir do espelhamento de suas determinações mais essenciais e da inter-relação destas com determinações de caráter fenomênico, no movimento histórico da realidade social. Torna-se, portanto, ainda mais importante para a práxis revolucionária desvelar o estranhamento e a fetichização do real. (Ou, como diria Marx, seu espelhamento enquanto “concreto pensado”, a partir do qual é possível desconstruir e ressignificar sua aparência imediata.)

Por sua vez, a investigação da processualidade da existência e do próprio caráter da práxis humana em sua historicidade (criador e ao mesmo tempo condicionado) requer a identificação dos complexos de determinações que têm prioridade ontológica sobre os demais, para além de qualquer valoração subjetiva sobre quais determinações são “mais importantes”

130“Essa essência humana que o saber real descobre nas relações reais não é abstrata no sentido de um atributo ou conjunto de atributos que todos os indivíduos possuíssem. Estes teriam em comum uma série de traços que, uma vez abstraídos deles, constituiriam a essência do homem e a essência humana de cada indivíduo. Assim poderia ser entendida a ideia de uma essência humana não divorciada de sua existência, isto é, como essência abstraída dos homens reais; mas como a realidade humana se reduz aí à do indivíduo, homem individual, sua essência não passaria da abstração de algo que está em todos e cada um dos indivíduos. Essa concepção da essência humana ignora que o próprio indivíduo é um produto social, isto é, que está determinado pelas relações sociais, e, em primeiro lugar, pelas relações de produção, que determinam sua própria individualidade em condições dadas” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1967] 2007, p.406).

ou “mais duradouras”, que recaem necessariamente na reprodução valorativa (e não ontológica) do real a partir de concepções previamente idealizadas.

Como já destacou, estas constatações são válidas para qualquer conjunto de determinações que passem pela (re)produção social da realidade, isto é, para a realidade social em geral, inclusive na investigação das determinações atinentes a objetos que constituam estritamente “objetos”: Tomemos o conceito de “copo”, por exemplo, de maneira análoga às ponderações que realizamos anteriormente em relação à abstração conceitual em geral. Cada copo concretamente existente é distinto aos demais. Têm formas diferentes, materiais diferentes, origens diferentes. Todos constituem, contudo, recipientes côncavos e contingentes, capazes de reter dentro de si substâncias líquidas. Têm estas determinações universais, perceptíveis em um processo de abstração conceitual imediata. Sem embargo, estas determinações universais não constituem as determinações mais essenciais à sua existência, uma vez que os copos são fruto do trabalho humano e devem ser produzidos. A historicidade da “ideia de copo” que se pretende objetivar e a historicidade do próprio processo de objetivação subordinam essencialmente a produção e reprodução e determinam, neste caso, a existência concreta de cada copo. Retomemos a formulação de Sánchez Vázquez, supracitada, de que “não é no indivíduo que podemos encontrar a essência humana, mas sim nas relações sociais das quais ele mesmo é um produto” (*loc. cit*), uma vez que o indivíduo isolado não existe e consiste em mera abstração. O “copo” isolado (ou o conjunto de copos, ou qualquer complexo que integre a realidade social) tampouco existe. Trata-se de uma questão de prioridade ontológica, que reafirma a constatação marxiana de que o mais importante não é “o que” se produz, mas “como”.

A questão que imediatamente se coloca, portanto, é como orientar o processo de abstração e síntese para que seja possível ultrapassar a aparência fenomênica imediata e ressignificá-la, através da abstração não valorativa de determinações de caráter mais fenomênico que vise a iluminar determinações de caráter mais essencial, entendendo-as em seu próprio movimento histórico e no movimento histórico da totalidade, concretamente indissociável enquanto síntese de múltiplas determinações. O que deve, portanto, ser levado em consideração em um processo de abstração não valorativo que tenha como intuito a compreensão da realidade visando à sua transformação?

Claro está que o único critério possível neste caso parte da identificação da prioridade

ontológica da reprodução material da vida. Qualquer outro critério recai inevitavelmente sobre uma apreciação valorativo-subjetiva sobre quais determinações são “mais essenciais” ou “mais fenomênicas”¹³¹. “O homem se define essencialmente pela produção, e desde que começa a produzir, o que só pode fazer socialmente, já está na esfera do humano” (*op. cit.*, p.405). É na produção, histórica e socialmente determinada, que se deve buscar as determinações mais essenciais do ser social.

Quaisquer complexos de determinações existentes em uma determinada época trarão em si, necessariamente, a marca da forma de reprodução social à qual se vincula sua própria existência. Se existem, são necessariamente produzidos e reproduzidos. Por conseguinte, a investigação das determinações mais essenciais à sua existência e reprodução tem que se remeter necessariamente à investigação sobre aquela forma de reprodução social à qual sua existência está subordinada (tratando-se aqui de uma relação de prioridade ontológica, como já indicamos, com base em Lukács).

A descrição de ambas as formas de abstração é esmiuçada por Marx em sua “Introdução” de 1857. Segundo Marx ([1857] 2011, p.54)¹³², “[n]a primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as

131Como destaca Lukács: “[...] revela-se mais uma vez o ponto essencial do novo método: o tipo e o sentido das abstrações, dos experimentos ideais, são determinados não a partir de pontos de vista gnosiológicos ou metodológicos (e menos ainda lógicos), mas a partir da própria coisa, ou seja, da essência ontológica da matéria tratada” (LUKÁCS, [1976] 2012, pp.322).

132A “Introdução” ([1857] 2011) foi tida durante bastante tempo como aquela notoriamente mencionada por Marx em seu já referido “Prefácio” a *Para a crítica da economia política* ([1859] 1982) e que teria sido suprimida para não adiantar as conclusões da obra, devendo o método de exposição reconstituir o caminho de síntese empreendido pelo autor para uma melhor compreensão dos leitores. O manuscrito denominado *Einleitung* [introdução] estava contido no caderno marcado por Marx como “M” e “redigido, ao que tudo indica, nos últimos dez dias de agosto de 1857” (cf. nota de edição à versão brasileira dos *Grundrisse*, 2012). Umberto Curi ([1979] 2004) informa que foi publicado pela primeira vez de maneira independente e com edição de Kautsky em 1903, como se mencionou no primeiro capítulo, e a partir dali como anexo ao “*Para a crítica...*”. Por constar dos manuscritos redigidos entre 1857-58, foi reincorporado pelo Instituto Marx-Engels-Lenin, entre 1939 e 1941, aos *Grundrisse* (assim denominados a partir somente de duas indicações de Marx no caderno VII e em uma carta de Marx a Engels). Trata-se de um texto que recebeu versões marcadamente distintas, em suas publicações em 1903, 1939-41, 1947 e 1953, bem como em suas muitas traduções.

determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento”, sendo que “[o] último é manifestamente o método cientificamente correto” (*idem*).

“Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” ([1857] 2011, p.54).

A via de um processo de investigação ontológica sobre a realidade, que não pode prescindir da abstração, deve portanto orientá-la no sentido de identificar e abstrair as determinações mais fenomênicas do ser em si (ou, o que é o mesmo, do ser-propriadamente-assim em seu movimento histórico¹³³), visando justamente a iluminar suas determinações mais essenciais (e, devido a este processo necessário, mais abstratas em termos de seu reflexo no pensamento, porém ontologicamente apreendidas a partir de determinações *reais* ou formas do ser). A partir destas, é que se ressignifica a compreensão sobre as demais determinações e

133O termo “ser-propriadamente-assim” (muito empregado por Lukács), busca apreender esta unidade entre essência e fenômeno e entre universalidade e singularidade. É frequentemente substituído por “forma” ou “expressão”, mas estas não têm esse mesmo significado (especialmente a última). “Ser-propriadamente-assim” se refere ao *ser*. Isto é, ao ser em si, ao ser como ele é, existente apenas concretamente, concretamente determinado em todas as suas dimensões e, portanto, singular. O ser-propriadamente-assim só existe *exatamente* em seu ser-propriadamente-assim, “aqui e agora” [*hic et nunc*], denotando sua processualidade. Está sempre em transformação, a partir da interação causal de suas determinações, com distintos papéis na subordinação do movimento da totalidade. Em outro tempo ou outro local, trata-se de outro “ser-propriadamente-assim”, visto que “o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações” (cf. Marx, [1859] 1982). A categoria “ser-propriadamente-assim” não corresponde portanto de nenhuma maneira apenas à *forma fenomênica*. Como todo o ser, determina-se na contraditoriedade entre essência e fenômeno. A cada momento, o ser-propriadamente-assim se conforma a partir de suas determinações mais essenciais e de suas determinações mais fenomênicas.

sobre a totalidade, considerando os nexos causais existentes (por vezes apreendidos em sua legalidade causal sob a forma de leis tendenciais, cujo movimento imanente não se descola contudo, jamais, de seu próprio movimento histórico). Apenas assim o concreto pode ser espelhado de modo correspondente à sua concretude, como concreto pensado e não enquanto mera abstração idealizada a partir da aparência fenomênica da realidade imediata. Eis a famosa *análise concreta da situação concreta*¹³⁴.

Em vez de contrapor formalmente a realidade ao pensamento (ou a matéria à ideia), Marx e Engels apreendem ontologicamente esta relação, a partir da investigação ontogenética sobre a realidade social, a práxis humana e o próprio pensamento. É esta compreensão ontológica (dialético-materialista) sobre o próprio processo de abstração e sobre a relação, na práxis, entre momento ideal (em termos de espelhamento e valoração para a alternativa) e momento real (mediada pela alternativa de fins e meios e por sua adequação aos nexos reais relevantes para a objetivação em questão) que permite a Marx a *aplicação teleológica do próprio processo de abstração como meio para a consecução de uma finalidade, visando à transformação revolucionária da sociedade* (que, por depender da práxis teleologicamente orientada a esta finalidade – como se indicará no capítulo 3 –, requer a maior adequação e a continuada autocrítica no espelhamento do real). Por outro lado, é esta mesma compreensão ontológica sobre o próprio processo de abstração e sobre a relação, na práxis, entre momento ideal e momento real que permite a Marx e Engels identificarem, na própria forma geral da práxis, a base material do idealismo. Como se afirmou no início do capítulo, tanto com

134Assim, uma apreensão objetivamente ontológica sobre a realidade é a única efetivamente materialista, na medida em que parte efetivamente do ser-em-si e identifica suas determinações mais essenciais e a relação destas com as demais determinações e com a totalidade – fazendo-o somente através de um processo de progressiva abstração de determinações particulares ou fenomênicas e ressignificando sinteticamente o todo, como já referido, “desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, [1857] 2011, p.54), sendo algumas delas ontologicamente prioritárias sobre as demais, em distintos níveis de subordinação e sobredeterminação. Qualquer decisão sobre quais determinações devem ser consideradas como “essenciais” que parta da aparência fenomênica imediata e não deste processo objetivo de sucessiva abstração das particularidades históricas é sempre *idealista*, mesmo que se autodenomine materialista. Não parte do ser-em-si em seu movimento, mas de ideias sobre o ser, historicamente determinadas (ao tomar como “dado” – e não como “objetivado” – o capitalismo, toda a economia política burguesa incorre nesta problemática, por exemplo).

referência ao próprio idealismo, objetivo ou subjetivista, quanto com referência a correntes materialistas – e mesmo autodenominadas marxistas – que, por distintos caminhos, recaem em influxos idealistas. (Ou seja: é só a compreensão efetivamente materialista sobre o próprio pensamento que permite a elaboração de um método efetivamente materialista para a investigação da realidade. Investigação esta que, no marxismo, está sempre direcionada à fundamentação estratégica e tática no processo revolucionário e precisa necessariamente de se basear na continuada autocrítica. O próprio conhecimento da realidade em suas determinações não é uma finalidade em si, contemplativa, mas também meio necessário à transformação revolucionária da realidade para a qual o marxismo pretende contribuir, combatendo o “socialismo utópico”¹³⁵.)

A partir das duas formas de abstração que acabamos de descrever, é fácil identificar a base material tanto do idealismo generalista e subjetivista quanto do idealismo objetivo de Hegel, embora este último requeira ainda algumas considerações, por partir de um processo de abstração análogo àquele que Marx denomina como “cientificamente correto” para a investigação da realidade. Posto que, como se viu, “[o] concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, [1857] 1982.), isto é, um complexo de complexos em continuado movimento, “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (*loc.cit.*).

135Como diria Marx, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, [1894] 1985, p.271). É neste sentido que se faz necessário abandonar os preconceitos e matar toda a covardia, “no limiar da ciência, como à entrada do inferno” (MARX, [1859] 1982). Marx remete, nesta última formulação à necessária coragem de abandonar o senso comum e empreender o caminho de desvelamento e ressignificação da aparência fenomênica, em um movimento de sucessiva abstração e síntese. É precisamente neste sentido que Engels denomina a vertente do socialismo defendida por Marx e por si mesmo como “socialismo científico”). Em seu “Discurso ante a tumba de Marx”, Engels defende a denominação “marxismo” (Sobre o trecho do “Prefácio” de 1859: “*Qui se convien lasciare ogni sospetto / Ogne viltà convien che qui sia morta*”, de Dante Alighieri, citado em italiano por Marx [1859]. Em edição brasileira (1982), “Que aqui se afaste toda a suspeita / Que neste lugar se despreze todo o medo”. Em tradução que nos parece mais precisa: “Aqui convém deixar cada suspeita [no sentido de preconceito] / Toda covardia convém que aqui seja morta”).

“Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto” (MARX, [1857] 1982, p. 14).

Pode-se estabelecer aqui uma analogia com os influxos empiricistas e essencialistas sobre perspectivas ditas materialistas e, particularmente, sobre o marxismo, com significativas consequências para a práxis política assim informada.

Por um lado, está a via da representação da aparência fenomênica imediata do concreto, na qual, sem que se haja procedido a um processo de aproximação ontológica que permita efetivamente compreendê-lo em sua concretude, *tem-se a impressão* de partir do concreto, mas, na verdade, se parte de uma idealização (necessariamente abstrata) sobre o concreto, incapaz de identificar as determinações que o conformam. Esta abstração imediata é, portanto, idealizada; associa-se ao empiricismo, por não investigar as determinações mais essenciais à reprodução do real, comumente reificando os processos sociais a partir de seu espelhamento fenomenicamente constatável.

Por outro lado, e justamente a partir de uma disposição em criticar posturas empiricistas e desvelar a aparência fenomênica da realidade, corre-se o risco de autonomizar indevidamente as determinações mais essenciais, recaindo também no idealismo ao não considerar as determinações essenciais em sua historicidade. Ao dissociar a compreensão sobre o movimento da essência da compreensão sobre o movimento do fenômeno, configura-se o paradoxo de descolar-se do processo de abstração enquanto abstração para a apreensão de determinações concretas e identificar as próprias determinações enquanto “determinações abstratas” que, com isso, perdem precisamente sua existência concreta [!]. Comumente, o essencialismo inverte o ponto de partida e o ponto de chegada do processo de investigação, dada a complexidade do processo de abstração e a complexidade do desvelamento da aparência fenomênica, através do qual, como já se destacou, de fato “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (*loc.cit*). A autonomização da essência a partir desta estrutura do processo de abstração e síntese é muito comum no marxismo, devido à complexidade da

Crítica da economia política empreendida por Marx. A complexidade do desvelamento da aparência fenomênica é tal, que não é incomum marxistas afirmarem que um determinado processo de investigação deve partir da teoria do valor e chegar à realidade concreta, invertendo em absoluto o método que tem a própria realidade concreta como ponto de partida. Chega-se mesmo ao cúmulo de afirmar que a investigação deve partir das “determinações mais abstratas” e chegar às “determinações mais concretas”. Unindo ambos os aspectos, tem-se ainda a impressão de que a própria realidade *parte* do movimento *imane*nte de determinações de caráter essencial (ou, ainda pior, de caráter abstrato), que em seu movimento *se manifestam* historicamente sob distintas formas.

Esta questão se aprofunda com a problemática associada ao método de exposição do *Capital* – que deve partir necessariamente do abstrato em direção ao concreto no sentido de revelar ao leitor as sobredeterminações e determinações concretamente existentes, apesar de que o método de investigação dirija-se do concreto para o abstrato, visando justamente a desvelá-las e reconstruir o espelhamento do concreto no pensamento. Destaquemos, por um lado, a compreensão meramente formal sobre os nexos categoriais explícitos na teoria do valor – como uma sequência de “coisas que se transformam em outras” e não como forma de exposição de distintos complexos de determinações e sobredeterminação *da mesma coisa*. Por outro lado, a já referida idealização das determinações essenciais, que incorre em uma identificação entre realidade e pensamento, mesmo quando implícita.

Retornamos, pois, às duas problemáticas que se indicava ressaltar ao final do subitem anterior a este: a postulação de uma contraditoriedade entre essência e existência (também no caso particular da consideração da essência como negação da história na própria história) e a relação entre universalidade, essencialidade e direcionalidade na história. Passemos brevemente a elas:

2.1.1 Essência X Existência

Mostrou-se que, através de uma investigação dialético-materialista, Marx identifica nas particularidades da própria práxis humana a base material da autonomização filosófica idealista, bem como que o não reconhecimento da diferenciação entre a própria realidade social e seu reflexo no pensamento (enquanto complexos heterogêneos, embora indissociavelmente relacionados) leva à aceitação, tácita ou explícita, de posturas idealistas –

seja pela generalização abstrata imediata, seja mediante uma autonomização essencialista através da qual essência e existência possam ser vistas como divergentes.

Cabe agora enfatizar que, por mais profundo que seja o processo de abstração necessário para a apreensão de um dado complexo de determinações reais, estas nunca constituem determinações “abstratas” (exatamente por serem reais), embora abstratamente apreensíveis. Os termos “categorias mais concretas” e “categorias mais abstratas” podem ser empregados apenas no sentido estritamente conceitual, enquanto representação abstrata da realidade, em ambos os casos, fruto de processos de abstração menos ou mais profundos. Todas as expressões conceituais são abstratas. Se considerarmos as determinações reais que a representação conceitual visa a expressar, ocorre o oposto. Todas as determinações reais são concretas. Sua concretude, real, independe da profundidade do processo de abstração e síntese necessário para apreendê-las no pensamento.

Enfatizemos este ponto, dada sua relevância para o tema do qual trata este trabalho: não existem “conceitos mais ou menos concretos”, todos são abstratos; e não existem “determinações mais ou menos abstratas”, todas são concretas.

A abstração permite a existência do momento *ideal* como forma de apreensão humana sobre a realidade e sempre se relaciona apenas a este momento ideal. Por outro lado, o conjunto das determinações concretas só existe em sua unidade histórica, só existe enquanto totalidade ou “complexo de complexos”, fruto de um mesmo conjunto de pores e de casualidades, que colocam em movimento ao mesmo tempo cadeias de causalidades de tipos distintos, muitas delas de maneira não intencional. Não há pores teleológicos que afetem apenas os complexos essenciais, ou apenas os complexos fenomênicos. No próximo capítulo, teceremos algumas considerações adicionais sobre a relação entre espelhamento da realidade e objetivação, ou entre “verdade” e “práxis”, lembrando sempre que a práxis sempre põe em movimento também cadeias de causalidade imprevistas e/ou desconhecidas, mesmo quando corresponda a um espelhamento adequado do movimento dos nexos causais reais relevantes para a objetivação pretendida.

Segundo Adolfo Sánchez Vázquez, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* redigidos por Marx em 1844, o revolucionário alemão ainda não completara sua superação crítica do idealismo objetivo, tomando a divergência entre aquela que seria a essência (libertadora) e aquela que seria a forma de existência do trabalho humano (alienada) como indicativo das

contradições da sociedade burguesa. Assim, “[...] a essência humana é concebida como trabalho, *mas como trabalho oposto ao trabalho alienado*, isto é, como trabalho criador que implica no homem reconhecer-se em seus produtos, em sua própria atividade e nas relações que contrai com os demais” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1967a] 2007, p.406, ênfase nossa). Por outro lado, esta essência humana

“[...] é negada real, efetivamente, nunca se realizou na existência do homem, razão pela qual aparece, ao longo da história, divorciada de sua existência. *A essência apenas se realizará efetivamente quando se superar – com o comunismo – esse divórcio*; então, a existência não será sua negação, mas, sim, sua realização” (*idem*, ênfase nossa).

Tal divórcio, na opinião de Sánchez Vázquez, leva a uma concepção idealista da essência enquanto complexo de determinações abstratas que se manifesta de maneira (ainda) incompleta na realidade¹³⁶. Em sua opinião, esta é já uma postura que rompe com o hegelianismo, na medida em que se fundamenta na história. Não fundamenta-se completamente na história, contudo, ao indicar como essencial um complexo de determinações que não existe – ao invés de identificar ontologicamente a contraditoriedade entre liberdade e causalidade que existe efetivamente no trabalho, mesmo alienado. Trata-se, aqui, de uma essência abstrata negada na história e que, a partir de sua contraditoriedade terá esta própria negação historicamente negada futuramente.

Ainda segundo o marxista espanhol, “[a] partir de *A ideologia alemã*, Marx (e Engels)

136Na opinião de Vázquez (*Op. cit.*, p.407), “[...] a concepção de Marx da essência humana nos *Manuscritos de 1844*, ainda que não se reduza às anteriores concepções metafísicas, especulativas – em virtude de ter colocado essa essência em relação com a história e a práxis – não se liberta completamente do caráter especulativo próprio dessas concepções que, do século 18, chegarão até Feuerbach”. No entanto, ao partir da interpretação da “[...] existência real, efetiva, como negação de algo que não se realiza real e efetivamente [...] o conceito de essência humana serve para julgar criticamente a sociedade burguesa presente, e conceber a história como processo de sua negação e realização, ou também – como mostramos antes – como processo de criação de uma possibilidade e de sua realização no futuro” (*ibid.*, p.408). Ao mesmo tempo, “[...] por detrás dessa camada especulativa com a qual o conceito de essência humana aparece nos *Manuscritos*, abre-se o caminho para a grande hipótese que Marx procurará fundamentar cientificamente em obras posteriores: o homem faz sua história com sua práxis e *nela*, e *com* ela, cria-se a si mesmo, produz-se a si mesmo” (*idem*).

abandona essa concepção da história, própria dos *Manuscritos*, como história da desumanização e humanização do homem, de negação de sua essência e de sua afirmação” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, [1967a] 2007, p.404).

“[...] Já não se parte da essência do homem para explicá-la, mas, sim, de fatos reais empíricos comprováveis: a produção e as relações que os homens nela contraem. Nas contradições do próprio movimento do real, isto é, na existência efetiva dos homens, e não em uma essência, à margem dessa existência, descobre-se o que o homem é verdadeiramente. Já não se trata da essência do Homem, mas, sim, do que os indivíduos reais são em sua vida real e em sua história. [...] Se, em vez de partir da essência do homem, parte-se dos indivíduos reais, de suas ações práticas e de suas condições materiais de existência; se os homens não são algo à parte do que manifestam, isto é, de sua vida real e de sua história, já não cabe falar de uma essência humana divorciada da existência” (*ibid.*, p.405)

É importante notar que a constatação de sobre a contraditoriedade da práxis em qualquer formação social, ou a constatação de que o socialismo permite uma maior possibilidade de planejamento social e de liberdade frente às determinações existentes, por exemplo, não significa necessariamente a adoção de uma concepção que compreenda outras sociedades a partir de um divórcio entre essência e existência, mas somente a análise de sua historicidade. A contraditoriedade está no equívoco de que considerar que a análise desta historicidade se daria no movimento dissociado e divergente entre “essência” e “fenômeno”.

Por intermédio destas considerações, visamos a introduzir uma temática da maior importância para a investigação do imperialismo enquanto período histórico do próprio desenvolvimento capitalista e sua relação com a formulação estratégica e tática, particularmente em países dependentes. A problemática da relação entre essencialidade e universalidade e sua implicação para a existência de uma direcionalidade tendencial na história humana – intimamente relacionada à análise do movimento histórico da socialidade capitalista.

2.1.2. Essencialidade, universalidade e direcionalidade

György Lukács afirma a existência de uma direcionalidade tendencial na história humana, que consistiria no incremento tendencial progressivo da socialidade. Isto é, em um afastamento progressivo das barreiras naturais e da capacidade de autorrealização (não

exatamente porque ela esteja em contradição com sua essência, note-se¹³⁷). Demarca-se, portanto, uma direcionalidade histórica tendencial. Sua problematização aprofundada obviamente não poderá ser empreendida de maneira exaustiva neste espaço. Ainda assim, contudo, na medida em que uma investigação do imperialismo como fase histórica do desenvolvimento capitalista perpassa inevitavelmente esta questão, buscaremos expô-la e problematizá-la ao menos em seus traços mais gerais, de maneira fiel à argumentação do autor.

Na interpretação de Lukács, o caráter não epifenomênico da consciência humana se transforma historicamente. A capacidade de orientar teleologicamente a transformação da realidade é distinta em suas determinações históricas, considerando-se as relações sociais de produção e o próprio grau do afastamento das barreiras naturais. O progressivo incremento da socialidade significa, portanto, uma transformação (também progressiva) da própria consciência humana. Fora do processo de trabalho, a consciência não epifenomênica simplesmente não existe, na medida em que esta se constitui precisamente da transformação teleologicamente orientada do real, que não se dá sem a transformação efetiva do real (que consiste em realização ou objetivação). Assim, a forma de consciência especificamente humana desenvolve-se a partir do desenvolvimento histórico do trabalho como forma de mediação da reprodução humana – e em interação indissociável com ele, “[nascido] em meio à luta pela existência” e cujos “estágios são [todos] produto da autoatividade [humana]” (cf. LUKÁCS, [1976] 2013, p. 43). Como se mencionou, é por intermédio dessa mediação teleológica e consciente da reprodução pelo trabalho que nos distinguimos como espécie, sendo, portanto, por seu intermédio que o homem vira homem. Por conseguinte, em se tratando de um complexo de determinações que não está presente em nenhum outro ser vivo, é o trabalho que distingue o ser humano como ser ontologicamente singular, que o distingue como ser social¹³⁸.

137Lukács combate explicitamente esta percepção da essencialidade ou da fenomenicidade fora da história humana, enfatizando veementemente que “as categorias são formas de ser, determinações do real”. Ao criticar concepções essencialistas, que – em sua opinião sob influxo hegeliano –, atribuem à essência “um ser 'mais elevado', independente da realização que necessariamente será sempre única” reivindica a prioridade ontológica do trabalho sobre a consciência não epifenomênica. Em que pese esta questão, por vezes sua concepção sobre a direcionalidade da história também é tida como idealista ou determinista.

Esta constatação é fundamental para a compreensão de Marx e Engels quanto ao socialismo/comunismo (cf. nota 01/Capítulo 1, p. 10) como o “fim da pré-história humana” (cf. MARX & ENGELS, [1848] 2011, p. 30) ou como o primeiro modo de produção no qual poderá realmente dar-se a orientação teleológica da (re)produção social (tanto em termos do desenvolvimento das forças produtivas quanto das relações sociais de produção); isso, em um movimento de progressiva generidade humana – que sai do mero planejamento da reprodução individual, materialmente condicionado, por meio do planejamento da reprodução societária materialmente condicionado –, modificando qualitativamente o caráter de tais limitações e, com elas, as possibilidades humanas de autorrealização e de autodomínio consciente. Claro está que a existência da possibilidade de autorrealização, justamente na medida em que a teleologia está restrita à práxis humana, ou seja, a possibilidade de planejamento societário ou de orientação teleológica da reprodução material da vida, em escala genérica, não implicam “o fim da história”, a “orientação teleológica da própria história a um fim determinado” ou qualquer outra concepção do tipo. Voltaremos a tais formulações no próximo capítulo, analisando-as sob a dialética liberdade-necessidade inerente à teleologia.

Trata-se de um esforço de historicização da consciência compatível com a “viragem ontológica” que Lukács identifica em sua própria obra (cf. LUKÁCS, [1967] 2012) ao criticar a perspectiva que sustentara em *História e consciência de classe* ([1923] 2012). De maneira geral, a historicidade nesta concepção não aparece sob a forma de uma negação da essência a partir da história, isto é, sob a forma de uma “consciência humana essencial” que, historicamente negada pelas relações sociais, virá a negar, historicamente, esta negação. Nem pela afirmação, nem pela negação, é predominante em Lukács uma concepção de orientação determinista teleológica, que postule a existência real de categorias especificamente humanas, como a consciência não epifenomênica, enquanto negação de sua “essência abstrata” ou de

138Este salto ontológico foi amplamente abordado por Engels, em seus momentos predominantes e em sua distensão histórica, em “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem” ([1876] 1990), previsto para seu livro “Dialética da Natureza” (que só veio à luz postumamente, tendo sido entregue por Berstein, em 1924, a Albert Einstein e sendo editado, em 1927, por Riazanov e, posteriormente, reeditado por Adoratski, em 1935). Afortunadamente, “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem” já havia sido publicado separadamente com anterioridade. Naquele ensaio, Engels chega a afirmar que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

seu vir-a-ser, muito embora por vezes transpareça em seu texto um certo viés de inevitabilidade progressista materialmente “truncada”¹³⁹. Consideramos que a existência de passagens deste tipo dificulta ver e problematizar, contudo, os aspectos mais importantes que realmente fundamentam a concepção do autor acerca da referida direcionalidade tendencial, cuja crítica, se realizada, deve basear-se em um determinismo causal que supõe que um desenrolar tendencial esteja dado pelas determinações existentes – e não de um determinismo teleológico que considere as determinações existentes como fruto (ou latência) de seu desdobramento ulterior.

“As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza. A existência do “salto ontológico” não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si. O processo histórico do seu desdobramento, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser-em-si num ser-para-si e, portanto, a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios” (LUKÁCS, [1976] 2012, p. 200)¹⁴⁰.

139A questão da direcionalidade da história aparece de distintas maneiras na obra de Lukács. Em alguns trechos, indica-se a percepção sobre uma espécie de “progressividade historicamente abortada” e que virá a se realizar com o desenvolvimento do ser social, de maneira análoga à contraposição entre trabalho alienação que verificamos no Marx dos manuscritos. Isto é, não somente na identificação da contraditoriedade histórica entre teleologia e causalidade na medida em que se dê o contingenciamento histórico da autorrealização que ao mesmo tempo a possibilita, mas em termos de um bloqueio histórico da tendência à autorrealização (também entendida como uma tendência histórica). Esta não constitui, contudo, em nossa opinião, uma concepção que tenha relevo significativo no interior da argumentação do autor. Nunca se depreende, tampouco, uma contraditoriedade entre essência e existência de magnitude tal que se chegue a postular a existência de algum tipo de “essência em latência”, ou que um determinado complexo exista em sua forma particular em função do que virá a ser, que seriam formas associadas em maior medida ao idealismo ou, ainda, a um determinismo de tipo teleológico. Mais interessante é a indicação de que a práxis humana existe na permanente contraditoriedade entre teleologia e causalidade e não na negação de algo que poderia ser ou que virá a ser. E que, precisamente a partir da consideração da práxis humana em sua forma geral (transistórica porém não anistórica, portanto), poder-se-ia constatar uma tendência causal ao progressivo incremento da socialidade –

140O movimento causal fica claro, por exemplo, na passagem de Marx que Lukács elegeu para encerrar o segundo volume de sua *Ontologia*, proveniente justamente da época de uma das

Já se indicou anteriormente a problematização da relação entre “ôntico” e “ontológico”, bem como alguns aspectos do sentido conferido por Lukács ao emprego do segundo termo¹⁴¹. Deve-se destacar, agora, a categoria “momento predominante” (e especialmente a relação entre essencialidade e universalidade nela implicada) como sendo fundamental para a compreensão da historicidade deste salto e de seu “caráter paradoxal”, isto é, para a compreensão da relação entre história e existência para Lukács, na medida em que a interpretação do autor *não postula* uma divergência entre ambas¹⁴².

A passagem de uma forma de ser a outra, não se caracteriza por uma transição estanque de “uma coisa a outra”, mas, pela progressiva prevalência de determinações singulares à nova forma de ser, sem que, com isso, possam ser evadidas as determinações mais universais inerentes ao ser em geral ou a formas ontologicamente prioritárias. Tais determinações singulares, que passam a ser prevalentes e cuja prevalência segue progressivamente acentuando-se, constituem o “momento predominante” na determinação ontológica, categoria

primeiras obras de Marx, uma passagem que pode ser encontrada “[...] na troca de correspondências (1843) que introduz os escritos da juventude de Marx nos *Anais Franco-Alemães*” (cf. LUKÁCS, [1976] 2013) e que, segundo Lukács, “consta em termos programáticos”. A saber: “A reforma da consciência consiste unicamente em deixar o mundo interiorizar sua consciência, despertando-o do sonho sobre si mesmo, explicando-lhe suas próprias ações” (MARX apud LUKÁCS, *loc. cit.*). Lukács completa: “Visando despertar um método com esse feito e que torne possível essa explicação, este livro procura oferecer estímulos que propiciem a indicação de um rumo a seguir”.

141 Interessantemente, a passagem transcrita logo acima é a única na qual, em toda a tradução ao português de *Para uma ontologia do ser social*, empregou-se especificamente a categoria “salto ontológico” (embora fique claro, em outras passagens, o caráter implicitamente “ontológico” do salto).

142 Assim, a realidade social configura as determinações da própria capacidade de orientação teleológica da práxis (e não apenas de sua efetivação, em termos da adequação do espelhamento e da alternativa à realidade), configurando uma “[...] situação paradoxal através da qual – tendo se originado no trabalho, para o trabalho e mediante o trabalho – a consciência do Homem intervém em sua atividade de autorreprodução” (*idem*). Com base nesse paradoxo, Lukács ressalta que “apenas tal concepção da gênese ontológica, isto é, como gênese de um complexo concretamente estruturado, pode esclarecer porque ela constitui um salto (do ser orgânico ao social) e, ao mesmo tempo, um longo processo de milênios” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 85).

absolutamente fundamental da teoria marxiana da história¹⁴³. A relação, aqui, não é de sucessão histórica de uma forma por outra, mas de subordinação e subversão progressiva de distintos complexos. A direcionalidade tendencial implicada nas formulações de Lukács relaciona-se com sua concepção sobre a universalização tendencial necessária dos complexos de determinações que constituam historicamente “momentos predominantes” da reprodução do ser (que pode singularizá-lo progressivamente em relação a outras formas de ser ou singularizar diferenças qualitativas em sua própria reprodução).

Como já destacamos, consideramos que a categoria “momento predominante”¹⁴⁴ como sendo de fundamental relevância na interpretação de Lukács acerca da obra de Marx e Engels, é capaz de iluminar importantes aspectos da obra daqueles autores, na medida em que permite constatar a legalidade da reprodução da totalidade ou de um complexo específico a partir da interação histórica de distintos complexos que nele interagem e do caráter subordinante e sobredeterminante de sua própria determinidade.

Em Lukács, o caráter predominante de um determinado complexo de determinações que constitui um momento singular na reprodução do ser é dado por seu papel subordinante na reprodução da totalidade. Na reprodução social, o “momento predominante” configura, portanto, um complexo de determinações que sobredetermina a reprodução da totalidade, subvertendo a reprodução de todos aqueles complexos que não lhe sejam, na definição dada por Lukács, ontologicamente prioritários. Como tal, ao sobredeterminar outros complexos e o movimento da própria totalidade, as determinações que se reproduzem nesta condição predominante tendem a subordinar outras e universalizar-se. Seu espelhamento ideal está, por conseguinte, intimamente associado à investigação ontológica das determinações mais

143Segundo Rubens Enderle (2007, p.17, ênfase nossa), em uma tradução estrita a partir do alemão, “n'A Ideologia Alemã' inexiste a expressão concepção materialista da história”, apesar de que, como concepção, a mesma esteja presente não apenas no texto inacabado de “A Ideologia Alemã”, como no conjunto da obra de Marx e Engels, inclusive em “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”, redigido e publicado em 1888 por Engels, com base no texto inacabado da primeira parte da não publicada “A Ideologia Alemã”, nomeadamente visando a terminar uma tarefa deixada inconclusa. Há diferenças bastante expressivas (e mesmo divergências) nas versões editadas por Riazanov, por Adoratski e nas versões posteriores.

144Não é demais lembrar que “momento”, aqui, não deve ser entendido como “instante” ou como “sucessão cronológica”, mas como “complexo em movimento”.

essenciais em cada período, isto é, à identificação não valorativa da prioridade ontológica, configurada pelas condições de reprodução material da totalidade de complexos considerada, em sua singularidade.

Para Lukács, a identificação dos complexos predominantes que subvertem a reprodução e a subordinam à sua própria reprodução não ocorre, portanto, através da abstração imediata generalizante (anistórica), mas através da abstração que busque identificar na própria reprodução de um complexo de complexos sua prioridade ontológica, isto é, através do processo de sucessiva abstração e síntese teleologicamente orientado que vise a iluminar o conjunto de determinações cuja reprodução sobredetermina a reprodução do todo. Considerado o ser social na qualidade de uma forma específica e singular do ser em seu movimento histórico, a identificação do momento predominante em sua reprodução deve perpassar distintas épocas de seu movimento (isto é, tem, em Lukács, caráter transistórico, não anistórico). É a partir desta formulação que a questão deve ser problematizada.

Assim, o que constitui o momento predominante no ser social (caracterizando-o como novo tipo de ser) na interpretação de Lukács, é a real colocação teleológica de determinações de origem humano-social que passam a ser prevalentes, sem jamais evadirem as determinações naturais, as quais, progressivamente, seguem acentuando-se no desenvolvimento da nova forma de ser, em todas as suas respectivas formas¹⁴⁵. Esse conjunto de determinações de origem humano-social configura a socialidade. Seu desenvolvimento histórico, identificado ao desenvolvimento histórico do trabalho – como forma especificamente humana de reprodução material da vida – configura o desenvolvimento histórico da humanidade ou a progressiva socialização do ser social¹⁴⁶. Esta é a substância do

145Contra-pondo-se ao fato de que “na natureza existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação das formas concretas, um contínuo ser-outro (*Anderssein*)” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 61), com o trabalho surge uma novidade, que “consiste na realização do pôr teleológico como resultado adequado, ideado e desejado” (*idem*), isto é, na colocação, cada vez mais complexificada de determinações de origem humano-social, a partir da utilização das determinações sociais.

146Na interpretação de Lukács, ao (re)produzir materialmente sua vida, o ser humano progressivamente “desnaturaliza” até mesmo suas determinações mais naturais, sem poder contudo delas escapar, dada a prioridade ontológica das mesmas. Tal caráter é proveniente da objetivação de determinações de origem especificamente humano-social, conformando a prevalência e incremento da socialidade. No ser social, progressivamente nenhuma determinação

“salto ontológico” configurado pelo surgimento do ser social: na reprodução humana, a reprodução teleológica subverte a epifenomênica, constituindo-se enquanto momento predominante na reprodução¹⁴⁷. Trata-se do movimento histórico da prevalência cada vez maior de determinações de origem humano-social sobre as determinações naturais universais a todos os seres vivos. Seguimos reproduzindo-nos enquanto ser social, mediante o incremento tendencial da socialidade. Para bem se considerar a interpretação lukacsiana sobre a direcionalidade tendencial da história (e o porquê a controvérsia sobre a mesma deve radicar na definição deste caráter tendencial), há que se compreender, portanto, ainda mais um aspecto: por que a constatação de que a reprodução teleológica subverte a epifenomênica leva necessariamente a um *incremento tendencial* da socialidade e não pode, por exemplo, tender a uma reprodução de um mesmo patamar de socialidade, ou mesmo à sua diminuição.

O raciocínio geral é o seguinte: complexos de determinações de caráter essencial se caracterizam por seu papel subordinante no movimento da totalidade, que demarca sua prioridade ontológica. Considerando que distintos complexos de determinações só podem ser subordinantes *se realmente o forem*, isto é, no próprio movimento histórico e em unidade indissociável do movimento da realidade em seu conjunto e em todas suas determinações, ocorre que, no movimento de reprodução histórica do ser social, os complexos mais essenciais subordinam outros complexos e, por conseguinte, *tendem* a universalizar-se em todas as esferas sobre as quais tenham caráter efetivamente subordinante (não evadindo, por sua vez, as determinações que lhes sejam ontologicamente prioritárias). Lukács identifica, assim, um movimento de universalização tendencial das determinações que constituem o momento predominante na reprodução social, dado seu caráter subordinante, em uma apreensão que tem como uma de suas características mais interessantes precisamente a unidade da reprodução social de distintos complexos de determinação e sobredeterminação através dos

é exatamente “natural”. Até mesmo suas determinações biológicas mais fundamentais, como a comida, a bebida ou o sexo são mediadas por categorias sociais, em um processo contraditório e desigual de inter-penetração, que se exacerba no capitalismo.

147 Todos os seres vivos precisam individualmente reproduzir suas vidas – o que não se reduz a deixar descendência, mas à reprodução de suas vidas em todos os âmbitos. Em todas as espécies, esta reprodução de cada espécime se relaciona intrinsecamente ao movimento histórico de evolução biológica (trata-se aqui da inevitável relação entre ontogênese e filogênese). No ser social, como vimos, ela é mediada pelo trabalho, adquirindo o caráter de (re)produção material da vida ao qual vimos nos referindo.

mesmos atos e sem que haja necessariamente a intencionalidade de fazê-lo – à qual retornaremos adiante¹⁴⁸. Esta direcionalidade tendencial à universalização de tais determinações e sobredeterminações se dá portanto de maneira determinante e sobredeterminante e não se dissocia da história, conformando-se, ao contrário, apenas em sua historicidade. Não ocorre fora da contraditoriedade da historicidade e não existe de maneira linear, sendo exatamente por isso que existe apenas enquanto movimento tendencial.

Lukács considera que, dada a compreensão das determinações universais à práxis humana em termos da unidade teleológica entre momento ideal e momento real condicionada à causalidade existente, a reprodução humana não se mantém tendencialmente no mesmo patamar – isto é, repondo-se apenas enquanto reprodução simples (não apenas no sentido da magnitude da produção, mas no que se refere à reposição e reprodução das condições de produção). A teleologia implica a previsão e a previsão implica o excedente. Claro está que, mesmo considerando que a produção de excedente está na origem do surgimento das classes sociais, nenhuma destas constatações leva à conclusão de que a produção de excedente deva ser necessariamente ampliada – isto é, à conclusão de que a reprodução humana tende à reprodução ampliada (novamente, não apenas em termos quantitativos, mas enquanto incremento no por de novos meios, que implica a ampliação das determinações de origem especificamente humano-social). Lukács inclusive reconhece na história uma série de formações sociais cuja reprodução se deu em escala simples durante longos períodos;

148Ao comprar um pão na padaria da esquina, por exemplo. Este mesmo ato material reproduz não intencionalmente uma série de complexos de determinação e sobredeterminação: ao analisar quanto o pão custa, quantos tipos de pão existem, qual é o mais adequado, se há disponibilidade de dinheiro, etc., a atividade da compra do pão é teleologicamente orientada à satisfação da necessidade de alimentação, reproduzindo-se a própria forma especificamente humana de reprodução material. Esta atividade teleológica não pode por sua vez evadir as determinações existentes, isto é, o pão, por exemplo, constitui uma mercadoria e por isso é necessário comprá-lo, de modo que a unidade de fins e meios é constricta neste sentido. Ao comprá-lo na condição de mercadoria reproduz-se a forma especificamente capitalista de reprodução material da vida, na medida em que é necessário, ao trabalhador que compre o pão, obter dinheiro e, para tal, vender sua força de trabalho. Tratando-se de um pão que foi produzido por outros(as) trabalhadores(as) sob condições específicas, por exemplo, de um país dependente e no período imperialista, a compra do pão participa ainda no ciclo de rotação daqueles capitais e nas transferências de valor aí implicadas, que contribuem para a reprodução, ao mesmo tempo, da dependência e do imperialismo, e assim por diante.

menciona, como exemplos destas, a “comunidade primitiva” paleolítica e neolítica (distinguidas, acrescentamos, pela revolução agrícola) e o malfadado “modo de produção asiático”.

A linha central de sua argumentação consiste precisamente na caracterização da reprodução ampliada como *momento predominante* na reprodução do ser social. Independente da duração do período no qual distintos grupamentos humanos reproduzam-se em escala simples, o surgimento da reprodução ampliada se configuraria como complexo predominante que subordina os demais, seja através da mudança da forma de reprodução material da vida de um grupamento específico, seja através do domínio de uma tribo por outra, etc. Na história humana, esta subordinação se amplia com o surgimento do capitalismo, que efetivamente subordina todos os demais complexos e unifica progressivamente todos os grupamentos humanos em um mesmo modo de produção, constituindo, em sua expansão, a história humana enquanto “História Universal”. Na medida em que este predomínio progressivo da prevalência de determinações de origem humano-social constitui-se no aumento da capacidade humana de autorrealização, dá-se o movimento histórico das determinações mais essenciais da reprodução humana em sua especificidade, caracterizando o desenvolvimento da própria socialidade em suas determinações, ou o desenvolvimento do ser social, sempre historicamente determinado.

Se lembrarmos a afirmação de Adolfo Sánchez Vázquez (1976a, 2007), destacada anteriormente, de que a essência difere da universalidade na medida em que “o indivíduo isolado não existe”, de modo que não é possível depreender a essencialidade a partir da universalidade dos indivíduos existentes, a caracterização da historicidade da direcionalidade histórica postulada por Lukács parece um tanto contraditória. Em Lukács, isso se resolve ao não depreendê-la dos *indivíduos* existentes (embora sua afirmação sobre a tendência da universalidade à essencialidade transpareça isto), isto é, da universalidade depreendida a partir de uma forma social, mas das formas de reprodução humana previamente existentes, a partir das quais se caracteriza o “trabalho em geral”. É fácil ver que não se trata de uma concepção anistórica, mas sim originada de sua apreensão sobre o trabalho em geral e da apreensão factual do movimento de incremento da socialidade que, dentro de sua contraditoriedade histórica, efetivamente ocorreu. Por outro lado, Lukács perpetra a projeção tendencial deste movimento enquanto momento predominante na reprodução humana.

Independentemente de que tomemos ou não o próprio movimento histórico como tendencialmente direcional (rumo ao progressivo incremento da socialidade), é inegável a subversão da história dos distintos agrupamentos humanos em uma história única, genérica, com o surgimento e expansão do modo de produção capitalista – que subverte a própria história humana enquanto História Universal. Distintos grupamentos humanos sempre viveram simultaneamente, reproduzindo sociabilidades distintas, às vez inclusive em espaço territorial muito próximo ou convivendo entre si, de modo que a maior prevalência de determinações de origem especificamente humano-social no caso de um grupamento não significa necessariamente uma maior prevalência de tais determinações no conjunto da humanidade.

A partir do surgimento do capitalismo, a lógica de todos estes grupamentos é subvertida pela lógica do capitalismo como momento predominante da reprodução social em seu conjunto. Uma tribo ianomame, por exemplo, apesar de na atualidade conservar uma forma de sociabilidade distinta à capitalista internamente à tribo, está sujeita à necessidade de vender cestos (ainda que produzidos coletivamente), ao uso de roupas, ao cânticos de antigas e novas religiões colonizantes, etc¹⁴⁹. Pela coerção formal ou pela mera compra e venda de mercadorias, dá-se a progressiva prevalência das relações sociais de produção especificamente capitalistas e a destruição da existência de propriedade individual sobre o trabalho individual (que existia, embora subordinada a relações de classe), ou, em algumas regiões do continente americano, a destruição da propriedade coletiva sobre o trabalho coletivo. É cada vez mais raro, assim, um ato de (re)produção que não esteja inteiramente mediado por determinações sociais (cf. MARX, [1867] 2013). Neste sentido, vista na condição de história universal ou genérica, é inegável que houve um incremento da socialidade, se considerarmos esta história universal.

Como toma por base uma determinidade subordinante, na interpretação de Lukács esta tendencialidade só é apreensível a posteriori, depois que a “predominância do momento predominante” se torna visível. A partir da anatomia do homem.

“A forma do pôr teleológico enquanto transformação material da realidade material

149A reprodução capitalista subordina à produção de valor todas as formas de produção que de qualquer maneira se integrem ao ciclo de rotação do capital social global (o que constitui uma significativa problemática para a construção do socialismo, se considerarmos a convivência simultânea entre capitalismo e socialismo em escala mundial).

é, em termos ontológicos, algo radicalmente novo. É óbvio que, no plano do ser, temos de deduzi-lo geneticamente de suas formas de transição. Também essas, porém, só podem receber uma interpretação ontológica correta quando for captado em termos ontológicos corretos o seu resultado, ou seja, o trabalho já em sua forma adequada, e quando se tentar compreender essa gênese, que em si não é um processo teleológico, a partir do seu resultado. E isso vale não apenas para essa relação fundamental. Marx, de maneira coerente, considera essa espécie de compreensão como o método geral para a sociedade.

Ao que complementa com uma citação de Marx:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco. Por outro lado, os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida. Do mesmo modo, a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc'. (apud LUKÁCS, loc. cit)

A problemática mais interessante aqui é, portanto, a identificação entre movimento tendencial dadas determinações específicas e direcionalidade histórica geral, que remete à caracterização das determinações mais essenciais da própria práxis humana, precisamente abstraída de suas caracterizações específicas.

Como já se afirmou, a hipótese central na argumentação de Lukács é a de que a reprodução ampliada termina necessariamente sendo o momento predominante da *reprodução humana em geral*, isto é, da própria história humana, dadas as determinações gerais da práxis, configurando-se, portanto, como direcionalidade tendencial da história humana. O próprio contato entre dois grupamentos significa um incremento da socialidade, seja amistoso ou belicoso. Assim, mesmo que devido a distintas contingências as formas de sociabilidade com maior desenvolvimento das forças produtivas subordinassem as demais, a socialidade sempre tenderia a incrementar-se novamente.

“É óbvio que, no nível do ser social, a história não pode deixar de se explicitar em nível ainda mais alto, e isso, por sua vez, na medida em que as categorias sociais vão cada vez mais assumindo uma forte predominância em relação às categorias

meramente orgânico-naturais. Expressa-se nisso a peculiaridade ontológica desse novo modo de ser. O complexo, enquanto base geral da historicidade, fica preservado, mas a constituição dos complexos sofre uma modificação radical. Antes de tudo, seja lembrada a labilidade na delimitação dos complexos, que é decorrência direta do afastamento da barreira natural. Mas, por mais significativa que possa ser essa diferença entre a estabilidade dos complexos naturais orgânicos e inorgânicos, eles têm em comum o traço decisivo de serem dados de uma vez por todas pela natureza, ou seja, todo complexo existe em seu desenvolvimento histórico somente enquanto conserva a forma que lhe é dada pela natureza, sua mobilidade só é possível no interior desse dado. Nascimento e morte dos organismos superiores expressam com clareza esses limites da transformação. Os complexos da vida social, em contraposição, assim que o seu caráter natural é superado, têm um ser que reproduz a si mesmo, mas esse ser – mais uma vez, de modo crescente – vai além da simples reprodução do estado originariamente dado. Essa reprodução ampliada pode até ter limites sociais nas relações de produção, mas é qualitativamente diversa da estagnação, da decadência e do fim representados pela organicidade da velhice e da morte. Duas ou mais tribos podem se unir, uma tribo pode se subdividir etc., e os novos complexos que surgem de tais processos voltarão a se reproduzir plenamente. As tribos, nações etc. podem naturalmente perecer; todavia esse processo nada tem em comum com a morte da vida orgânica. Até mesmo a extinção completa é um ato social. Via de regra, divisões, unificações, subjugamentos etc. produzem precisamente novos complexos, os quais desenvolvem processos de reprodução novos ou modificados a partir de sua nova estrutura e de suas possibilidades dinâmicas (LUKÁCS, [1976] 2013).

Na medida em que se dê a reprodução desta forma do ser, Lukács considera que o complexo de determinações que conforma o momento predominante desta reprodução terá caráter subordinante na universalização de certas determinações essenciais, constituindo o movimento histórico também destas determinações. No capitalismo, isto significaria que, na medida em que haja capitalismo, este tenderá, por exemplo, a um rebaixamento da taxa média de lucro (mesmo que por períodos longos o mesmo possa não se dar). Uma determinação externa (como por exemplo a vitória de uma revolução socialista) pode tornar esta tendência inoperante, mas apenas porque cessa a reprodução do próprio capitalismo. A analogia é clara: Lukács considera que a inoperabilidade da tendência ao incremento da socialidade do ser social seria compatível apenas com condições históricas nas quais o ser humano deixasse de se reproduzir enquanto tal, isto é, fosse extinto enquanto espécie. Na medida em que não haja extinção completa, hipoteticamente mesmo que destruamos (ou seja destruída) a maior parte da base material do afastamento das barreiras naturais existentes e voltemos a ser, por exemplo, caçadores-coletores, Lukács considera que em algum instante (mesmo que levasse “centenas ou milhares de anos”) haveria reprodução ampliada e esta teria necessariamente caráter subordinante sobre os grupamentos humanos próximos e assim por diante, em um

movimento que pode sucessivamente retornar às bases da reprodução simples à medida em que distintos grupamentos humanos se reproduzam de maneira dissociada, mas que tende à maior socialidade. Na medida em que o próprio gênero humano já constituído enquanto tal e com maior capacidade de planificação genérica (já em uma sociedade que haja superado completamente o capitalismo, portanto) possa hipoteticamente decidir-se por uma escala de reprodução simples, a intencionalidade desta objetivação coletiva implica também maior socialidade.

A grande questão aqui é que esta hipotética situação presume que possam passar milhões de anos (e não apenas “centenas ou milhares”, como menciona Lukács) para que o incremento tendencial da socialidade possa ser verificado. Coloca-se, portanto, por um lado a problemática de, com base nesta hipótese, questionar se ainda assim seria possível considerá-lo como uma tendência que, por ser delimitada como tendência do próprio desenvolvimento humano, imprime uma direcionalidade à história (podendo ser sempre “salva” por períodos excessivamente longos de contra-tendência que retomam a tendência, ou no caso da diminuição do afastamento das barreiras naturais levar à extinção da espécie, pela própria extinção do “ser social”). Por outro lado, a hipótese é tão hipotética que carrega consigo um caráter de contrafactualidade, considerada a análise post-festum da história humana como efetivamente se deu. Temos determinismo causal, por um lado, contra-factualidade por outro.

Na medida em que a contrafactualidade só se apresenta na argumentação levada ao extremo, parece-nos, a princípio, que o problema maior na concepção direcional da história não está na maneira através da qual é apresentada por Lukács, mas na aplicação causal desta concepção sobre a história a qualquer perspectiva que a apreenda como uma sucessão necessária de etapas, de modos de produção, ou mesmo de períodos no desenrolar de um mesmo modo de produção. Lukács por vezes deixa entrever passagens deste tipo.

Mas esta ponderação não deve ser feita com exclusividade para Lukács. Cabe na própria obra de Lenin, na diferenciação entre sua caracterização do imperialismo como época da transição inevitável ao socialismo (que tem significados distintos se entendida como direcionalidade causal ou como *tendência* de longa duração e que pode ser evadida com o fim do próprio capitalismo imperialista por outros meios – uma guerra nuclear, por exemplo). Também cabe inclusive na obra de Marx e Engels, em algumas famosas passagens sobre o desenvolvimento do capitalismo na Índia ou sobre a existência de “povos sem história”.

III. Unidade entre fins e meios e considerações sobre tática e estratégia

“os homens fazem sua própria história, mas não nas condições que escolhem”¹⁵⁰

3.1. Sentido, valor e alternativa de fins e meios. Possibilidade, teleologia e liberdade; Causalidade, casualidade e necessidade

Se através de sua práxis os homens e mulheres não podem simplesmente evadir as determinações do ser natural e do ser em geral, a práxis (enquanto pôr teleológico) consiste em colocar em movimento uma cadeia de causalidades já existente, direcionando-a a um fim pretendido e que não decorreria daquela maneira a partir do movimento imanente da própria cadeia de causalidades (como no sempre mencionado caso da utilização do vento para movimentar um barco a vela). Eis aqui o complemento ineludível – e frequentemente olvidado – da constatação de que, ao atuarmos teleologicamente, “fazemos nossa própria história”: a fazemos, mas não nas condições que queiramos ou escolhamos abstratamente.

Por todo o exposto, o espelhamento conceitual constitui um dos elementos fundamentais da unidade contraditória desse complexo real do trabalho enquanto forma especificamente humana de reprodução material da vida. No plano ontológico, o ser social se subdivide portanto “em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser [momento real] e o seu espelhamento na consciência [momento ideal]” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.67). A unidade entre ambos estes momentos determina que a transformação conscientemente projetada no pensamento só tem como se colocar objetivamente (ou tornar-se verdadeiramente *ser*) na medida em que um adequado espelhamento sobre os nexos causais existentes entre as

150Cf. Marx [1851-52], em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. Concepção análoga aparece também em *A Ideologia Alemã*, além de ser retomada literalmente na própria controvérsia sobre o imperialismo, por Rosa de Luxemburgo, no *Folheto de Junius*.

determinações do movimento da própria realidade, associado a uma valoração condizente com os fins pretendidos, permitam o pôr teleológico de *meios* efetivamente adequados para atingir aqueles fins. Na práxis, a unidade entre fins e meios (bem como a unidade entre momento ideal e momento real) é sempre mediada pela alternativa, enquanto escolha consciente entre possibilidades objetivas subjetivamente reconhecidas como tais. (O que ocorre mesmo se as novas objetividades assim postas terminarem não correspondendo exatamente àquelas pretendidas, bastando para tal que não se inviabilize toda e qualquer objetivação.)

Assim, o processo de trabalho implica necessariamente tanto a ideação prévia, quanto escolhas, *alternativas*, sobre quais fins alcançar e quais meios utilizar. Por conseguinte, *no movimento histórico do ser social, caracterizado pela teleologia, a passagem da possibilidade à realidade é mediada pela alternativa*. “A alternativa, que também é um ato de consciência, é, pois, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 73). Claro está que toda alternativa é também uma *negação* das escolhas preteridas.

Como já se indicou, é justamente este caráter não epifenomênico da consciência que confere ao trabalho a condição de modelo elementar da liberdade humana, ao possibilitar efetivamente a posição teleológica sobre os nexos causais existentes e a colocação consciente de novas objetividades, que caracteriza a (re)produção material da vida humana enquanto autorrealização. Isto, embora jamais tal liberdade possa existir como negação de uma essência ideal – postulada em contradição com sua própria existência –, mas somente no movimento concreto das determinações reais, que a condicionam e determinam sua própria existência, por mais contraditórias que estas sejam.

Ao nos distinguirmos como novo tipo de ser através do trabalho, é mister perceber que também a liberdade – como a teleologia e a alternativa – é uma categoria que *na natureza não existe de modo algum*. Os fenômenos da vida natural estão à margem da mediação consciente não epifenomênica da transformação da realidade pelo ser humano, embora a ela se interrelacionem como substrato último do metabolismo homem-natureza. Assim, ressalta-se que a teleologia se restringe à práxis humana e que *não existe teleologia fora da práxis humana, nem “na natureza”, nem no conjunto da “sociedade”*.

Pode-se destacar na obra de Lukács majoritariamente quatro grandes motivos da

impossibilidade de determinação prévia do curso da história através da práxis dos sujeitos: i) a casualidade, uma vez que a legalidade dos nexos entre as determinações que conformam a realidade e seu movimento é sempre de tipo causal (“se... então”) e a ocorrência de eventos casuais, tanto de origem sócio-histórica quanto de origem natural, pode deflagrar cadeias causais existentes de maneira imprevisível; ii) o não conhecimento total pelo indivíduo que age sobre os próprios nexos causais existentes na realidade enquanto totalidade ou complexo de complexos (do qual acabamos de tratar), de modo que os indivíduos que põem não podem prever a totalidade das cadeias causais postas em movimento a partir das determinações já existentes no momento em que põem iii) o não espelhamento adequado sequer sobre aqueles nexos causais específicos imediatamente relevantes para a consecução do fim pretendido que, em vez de inviabilizar qualquer posição de objetividade, pode por vezes levar à efetiva posição de novas objetividades, porém distintas daquelas pretendidas – e o faz em maior medida ao passo em que aumenta a socialidade do ser social e as mediações no processo de reprodução material da vida, de modo que a finalidade da posição teleológica passa a ser cada vez mais a ação de outros homens; iv) o fato de que a própria realidade está em constante movimento e de que a posição teleológica se confronta também com outras determinações além daquelas já existentes e com o movimento de outras cadeias causais desconhecidas no momento de sua posição inicial, que tem particular relevância em termos do enfrentamento de distintas posições teleológicas na reprodução material da vida e na luta de classes, com todas as suas mediações.

Seja no que atine ao espelhamento da realidade (que atua enquanto momento ideal através do qual se inicia e se realiza, a cada passo, o pôr teleológico), seja no que atine à própria eficácia da posição em termos de sua objetivação (efetiva), *a teleologia está limitada pelas possibilidades objetivas*. Na medida, ainda, em que se não chegar a ser efetivamente “posta”, restringe-se ao momento ideal, ou seja, “não é” ou não existe, *a teleologia só pode existir enquanto teleologia posta ou objetivada*, o que nos leva diretamente à questão não apenas dos fins pretendidos enquanto objetivação teleológica, mas também dos meios considerados como adequados para atingir tais finalidades e de sua correspondência *a possibilidades objetivamente existentes*.

Neste ponto, é imprescindível frisar que a *possibilidade*, longe de ser ela mesma uma “escolha”, está dada pelo próprio caráter não teleológico da realidade enquanto totalidade e se fundamenta materialmente nas determinações existentes – que aparecem na práxis enquanto

determinações objetivas. Os nexos causais entre as determinações existentes (ou os efeitos do movimento de cada uma delas sobre as demais) conformam relações do tipo se...então, cuja precipitação *pode ou não* ocorrer. Podem ser colocados em movimento pela ação humana, tanto de maneira teleológica quanto imprevista, bem como respondem à casualidade e à contingência. As possibilidades estão implicadas na medida em que os nexos entre as múltiplas determinações da própria realidade acarretam distintas relações de causa e efeito em potencial, cuja passagem da possibilidade à realidade dependerá justamente do movimento histórico – tanto necessário (ou causal) quanto casual – destas contradições. A possibilidade não é, portanto, uma categoria singular ao ser social. Na acepção de Lukács, trata-se de uma categoria com frequência mal interpretada, não sendo rara sua identificação a uma liberdade ampla de “criar possibilidades”. A liberdade da criação humana sempre se restringe contudo ao que é *possível*, o que não é pouco. São as determinações realmente existentes e os nexos entre elas que implicam objetivamente desenrolares históricos possíveis, frente a distintos fatores desencadeantes. Nada garante, porém, que venham a realizar-se. (Deve-se acrescentar aqui, às observações de Lukács, também a possibilidade de surgimento casual de *novas determinações* e de *novos nexos* do tipo se...então, não apenas a possibilidade de precipitação casual dos nexos já existentes.)

A possibilidade, em si, não é portanto uma escolha. É um não-ser, na medida em que não existe; sua consideração como algo já existente – como exteriorização de uma essência latente, como síntese potencial das contradições que vem a se manifestar, etc. – significa postular o divórcio entre essência e existência, ou entre história e existência¹⁵¹. A ação humana, em contraparte, só pode dar-se frente às possibilidades objetivamente existentes, mesmo que as mesmas não sejam inteiramente conhecidas. A alternativa se configura, portanto, sobre a base destas possibilidades objetivas, movimentando nexos causais de maneira intencional e também sempre de maneira imprevista, para além daquelas

151 Nada garante que qualquer possibilidade objetivamente determinada venha a ser e há aqui que se tomar cuidado redobrado para não enxergar idealisticamente na possibilidade (e mesmo nas possibilidades tendenciais) alguma “essência” do devir que, embora ainda sem existência concreta, tem necessariamente de vir a se manifestar. Esta apreensão incorre em um dos erros que expusemos anteriormente, substituindo a abstração do conceito e da categoria a partir da realidade por uma versão abstrata idealizada em si mesma, que implicaria por parte da essência um “manifestar-se” ou “exteriorizar-se” teleologicamente determinado, bastante similar à concepção hegeliana.

causalidades conhecidas¹⁵².

[...] toda alternativa é, por sua essência ontológica, concreta, ao passo que uma alternativa universal, uma alternativa em geral, só é pensável como produto mental de um processo de abstração lógico-gnosiológica, torna-se agora clara no sentido de que a liberdade que expressa a alternativa tem de ser assim mesmo, por sua essência ontológica, concreta e não geral-abstrata: ela representa determinado campo de força das decisões no interior de um complexo social concreto no qual operam, simultaneamente, objetividades e forças tanto naturais como sociais (LUKÁCS, [1976] 2013, p.141).

Lukács frisa que causalidade e teleologia (ou mesmo determinação e teleologia) não são, por conseguinte, excludentes. Pelo contrário: é apenas nesta unidade contraditória que se define a liberdade que singulariza o ser social. “A causalidade pode existir e ser efetiva sem qualquer teleologia, ao passo que a teleologia só pode adquirir um ser real na interação aqui indicada com a causalidade, só como momento de tal interação, somente no complexo presente no âmbito do ser social” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 356). É justamente uma aproximação materialista e não mecanicista que permite esta compreensão objetiva sobre a teleologia e sobre a liberdade (restritas portanto à práxis humana). No que se refere à práxis política e, particularmente, à transição entre distintos modos de produção, esta unidade contraditória entre causalidade e teleologia é extremamente relevante, na medida em que a primeira delimita o campo de ação objetivamente existente para a ação da alternativa na segunda, a partir dos nexos existentes entre distintas determinações do real. Esta qualificação da liberdade pela causalidade e da liberdade de transformação das causalidades existentes é imprescindível a qualquer debate que vise a analisar objetivamente a práxis política, sua relação com o espelhamento teórico-conceitual que a informa e sua (retro)determinação sócio-histórica.

A *causalidade* supõe um certo sentido *necessário* nos nexos de determinação, de tipo causal (uma determinação produz necessariamente outra, a exemplo de nexos de tipo “se isto... aquilo”, ou “se... então”). *A causalidade é inerente à determinação do movimento histórico da realidade e sempre age inevitavelmente nesta*. É absolutamente imprescindível reiterar que, se as categorias são formas do ser e determinações da existência, seus nexos de

152Lukács aponta, neste sentido, “[...] outra determinação significativa da determinidade do sujeito da alternativa: o necessário desconhecimento das suas conseqüências ou pelo menos de parte delas. Essa estrutura reside, até certo grau, em toda alternativa” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 139).

interação entre si são rigorosamente *causais*. O movimento de uma determinação em uma dada maneira causa certo efeito, enquanto seu movimento em uma outra maneira causa outro efeito. Estes nexos causais podem entrecruzar-se, com um terceiro efeito e assim por diante. O fato de que o movimento de cada determinação em um ou outro sentido *possa ou não dar-se* implica que o resultado desta interação está *a priori* indeterminado (não é teleológico), mas não implica, de nenhuma maneira, que tal interação não seja causal. Os nexos causais abrangem o conjunto das determinações da realidade e são sempre de tipo “se isso ocorrer, então aquilo ocorrerá”, ou “se aquilo ocorrer, então aquilo outro ocorrerá”, etc. Tais nexos existem e se desdobram independentemente de que os conheçamos ou os reflitamos adequadamente no pensamento – o que impõe uma série de limitações à intencionalidade da práxis, na medida em que a ação necessariamente coloca em movimento distintas cadeias de nexos causais, podendo levar à inviabilização da objetivação (caso o espelhamento que informou as alternativas não corresponda aos nexos causais relevantes para a posição teleológica em questão, a ponto de inviabilizá-la), podendo levar a que a objetivação efetivamente realizada não corresponda exatamente àquela pretendida (se a não correspondência do espelhamento à realidade não for suficiente para inviabilizar qualquer objetivação) ou podendo levar à movimentação inesperada e conjunta de outras cadeias causais, mesmo no caso de que a objetivação se dê e corresponda exatamente àquela pretendida. Posto que a práxis individual nunca pode se adequar perfeitamente ao espelhamento sobre o movimento de uma realidade que não está ela mesma teleologicamente determinada, tanto a práxis revolucionária quanto a práxis cujo conteúdo final termina por ser reiterativo tem eficácia prática apesar deste elemento. Dada a necessidade de transformar a realidade social em suas determinações mais essenciais, é contudo fundamental à práxis revolucionária a autocrítica em relação à apreensão teórica.

Para Lukács, todas as determinações existentes têm nexos causais entre si. A questão é colocá-los em movimento, de modo que “[...] o próprio ser-propriadamente-assim é uma síntese das diversas necessidades 'se... então' dos diversos complexos do ser e de suas interações, síntese levada a cabo pela própria realidade no âmbito da realidade” ([1976] 2013, p.323) – inclusive no que se refere ao ser social e à práxis teleológica¹⁵³.

153Já reiteramos que o fato de que a interação entre as determinações existentes seja sempre estritamente causal não significa de nenhuma maneira que o curso da história esteja determinado *a priori*, como é comum que se aponte em críticas levianas ao marxismo (e que infelizmente

Desintricar suas relações de determinação e sobredeterminação exige, como destacamos anteriormente, um esforço de abstração e síntese dialético-materialista, em continuada verificação na práxis. Surgem da identificação – correta ou não – destes nexos causais as mais distintas formulações estratégicas e táticas. É justamente esta inter-relação que se encontra na base por exemplo de uma das mais famosas formulações táticas da história do movimento comunista, a “teoria do elo mais frágil”, que se fundamenta na necessidade de um adequado espelhamento da realidade em seus nexos causais para a determinação tática da práxis revolucionária que possa contribuir para colocar em movimento cadeias causais cujo impacto atue na difusão objetiva e subjetiva do movimento revolucionário.

A totalidade da práxis e do próprio processo de trabalho está portanto orientada pelo vir-a-ser projetado, isto é, pelos fins almejados, e *é eficaz apenas na medida em que estes realmente se constituam em novas objetividades* (o que pode pressupor, como vimos, a orientação também a fins intermediários como parte dos meios projetados para se alcançar a objetividade final pretendida). Apesar da precedência cronológica da existência dos meios – determinante para a delimitação objetiva do que pode ser almejado como fim –, o *dever-ser* constitui o fator preponderante da práxis no processo de trabalho e só pode sê-lo na medida em que tais finalidades sejam subjetivamente *avaliadas* como benéficas ou positivas *em algum sentido*, determinado por sua vez pela necessidade que sejam capazes de suprir. Mesmo no trabalho visto da maneira mais simples e em sua condição fundamental de cadeia de posições teleológicas conscientemente orientadas à mediação da satisfação de necessidades e à (re)produção material da vida humana no metabolismo homem-natureza (e, portanto, à superação de barreiras naturais e à autorrealização do ser humano enquanto *ser social*, singularizado frente ao ser em geral). Mesmo nesta forma mais simples e ontologicamente modelar das demais, aparecem já duas categorias fundamentais à reprodução do ser social e indissociáveis da práxis humana: o *sentido* e o *valor*.

encontram base em parte da própria literatura marxista). O tipo de relação implicada na causalidade significa que *a existência de cada “se...” recai sobre cadeias de nexos causais já em movimento, sobre a casualidade e sobre a ação teleológica humana* (em todos os casos, apenas quando a possibilidade do “se” em questão esteja dada efetivamente). Os nexos causais participam, portanto, em distintas cadeias de determinação causal, nas quais cada elo pode estar ou não condicionado a outras determinações, em uma complexa teia de nexos causais (frequentemente rebaixada a descrições falseadas ou simplistas, como a teoria do “efeito borboleta”).

“Sentido” é uma categoria que na natureza não existe de modo algum. Os fenômenos da vida natural existem com anterioridade ontológica ao ser social e estão à margem do sentido (ou seja, não se caracterizam sequer como “não-sentido”, ou negação de sentido), “socialmente construído pelo Homem para o Homem, para si e para seus semelhantes”(LUKÁCS, [1976] 2013, p.133). Justamente devido ao papel da consciência na mediação teleológica, no ser social “sentido” é uma categoria primordial à reprodução, na medida em que o dever-ser só pode cumprir seu imprescindível papel porque o que se pretende como posição do fim tem “valor” para o homem (ou faz algum sentido)¹⁵⁴.

Dado o campo de ação constituído pelas possibilidades reais objetivamente existentes e dada a existência de um adequado espelhamento ideal acerca de ao menos algumas destas possibilidades por parte do sujeito da ação, a concretude da cadeia de alternativas tanto quanto aos fins como quanto aos meios – e que media a unidade destes e a passagem de alguma(s) possibilidade(s) à realidade – é posta a partir da valoração positiva ou negativa das distintas possibilidades. Se tivermos em conta o incremento da socialidade e sua prevalência sobre as determinações puramente naturais (embora não se possa nunca evadi-las), é inevitável identificar também a complexificação da rede de possibilidades, das mediações em seu espelhamento e das próprias cadeias de alternativas, uma vez que “no âmbito do ser social, o processo genético é um processo teleológico” (*ibid.*, [1976] 2013 p.295). Dada a unidade entre momento ideal e momento real ontologicamente inerente à posição teleológica, esta só é posta (isto é, só existe, de fato) ao se relacionar com o estabelecimento de *sentido* em cada posição específica, ou o que é o mesmo, com a valoração dos meios como adequados e dos fins como necessários (seja como objetivação finalística, seja como objetivação intermediária a outras finalidades). É imprescindível ressaltar a importância da objetividade social dos valores para o desenvolvimento objetivo do gênero humano, pois "tanto a sua validade ou não validade quanto a intensidade e duração de sua ação são, em última análise, resultados desse processo social objetivo” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.154)¹⁵⁵.

154Lukács ressalta que esta mediação da reprodução através do sentido ou da valoração constitui uma das bases materiais do surgimento das religiões, na medida em que o ser humano busque “sentido” ou “teleologia” para além de sua práxis subjetiva cotidiana (projetando-a para além de si) e na medida em que projete idealmente uma excessiva autonomização do sujeito em relação ao objeto, rompendo sua unidade necessária.

155“Com efeito, na maior parte dos casos, os homens dificilmente conseguem compreender

Lukács afirma ainda que “[...] nem é preciso pensar nos valores 'espiritualizados' como os estéticos ou éticos” (*idem*) e que especificamente

os valores de uso, os bens, representam uma forma de objetividade social que se distingue das outras categorias econômicas somente porque, sendo a objetivação do metabolismo da sociedade com a natureza e constituindo um dado característico de todas as formações sociais, de todos os sistemas econômicos, não está sujeita – considerada na sua universalidade – a nenhuma mudança histórica; naturalmente que se modificam continuamente os modos fenomênicos, inclusive no interior da mesma formação (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 107).

Assim,

o ser do ser social se preserva como substância no processo de reprodução; no entanto, este último é um complexo e uma síntese de atos teleológicos que são de fato inseparáveis da aceitação ou da rejeição de um valor. Deste modo, em todo pôr prático é intencionado – positiva ou negativamente – um valor, o que poderia produzir a aparência de que os valores nada mais são do que sínteses sociais de tais atos. [...] *A fonte autêntica dessa gênese é, muito mais, a transformação ininterrupta da estrutura do próprio ser social, e é dessa transformação que emergem diretamente os pores que realizam o valor*” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 122, ênfase nossa).

Eis a gênese portanto – na categoria “trabalho” – da categoria “valor de uso”, objetivamente determinada e que tem existência universal na reprodução do ser social e se desenvolve na unidade contraditória com a categoria “valor de troca” apenas sob determinadas relações sociais de produção existentes enquanto determinações de formas particulares do movimento histórico do ser social. Há aqui, porém, também a gênese dos valores éticos, associados à valoração alternativa. Ressalta-se a relação, explícita na última citação aqui transcrita, entre aparência, fenômeno e essência, na medida em que o valor *aparece* como sendo subjetivo sem sê-lo, porém com fundamento material na necessidade, inerente à práxis, de aceitação ou negação subjetiva de um valor (objetivamente determinado). *A base de determinação do valor não é por conseguinte subjetiva*, fundamentando-se na necessidade e constituindo-se objetivamente da própria transformação histórica do ser social, que permite a valoração de fins objetivamente possíveis (ou a qualificação do sentido –

corretamente as consequências de suas próprias decisões. Como poderiam, pois, seus pores de valor constituir o valor econômico? O próprio valor está presente objetivamente e é exatamente a sua objetividade que determina – mesmo que objetivamente não com a certeza adequada e subjetivamente sem uma consciência adequada – os pores teleológicos singulares, orientados para o valor (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 113)”.

inclusive fundamentais em termos quantitativos, sob um conjunto preciso de relações sociais que aparece como “dado”) e a consequente objetivação teleológica dos mesmos enquanto *valor*. No capítulo 4, enfatizaremos especialmente o caráter social da magnitude do valor produzido e da magnitude do valor apropriável mediante a troca no capitalismo (bem como a diferença entre ambos, que constitui a transferência de valor).

Com efeito, só referida a um pôr teleológico a utilidade pode determinar a espécie de ser de qualquer objeto, apenas nessa relação pertence à essência desse último, enquanto existente, ser útil ou seu contrário. Por isso, na filosofia, foi necessário não apenas compreender o papel ontológico do trabalho, mas também a sua função na constituição do ser social como uma espécie nova e autônoma de ser, para chegar à formulação da questão de acordo com a realidade (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 108).

Se ao reproduzir-se materialmente o ser humano se transforma, tal transformação implica também modificações no que se valora como positivo, isto é, nos *valores*, não apenas no sentido específico dos valores de uso. Não queremos com esta observação indicar uma correspondência mecânica entre base material e ideologia, apenas destacar o papel da própria ideologia (e do “momento ideal”) na construção histórica dos valores e do estabelecimento de finalidades a serem objetivadas pela práxis. Neste sentido, o marxismo é apontado tanto por Lukács quanto por Sánchez Vázquez simultaneamente como ciência e como ideologia, como já se destacou. O posicionamento revolucionário frente a realidade é fundamental à percepção do marxismo como filosofia da práxis.

O reconhecimento dos nexos existentes entre determinações reais não deve jamais ser petrificado idealmente, sob a pena de deixar de corresponder à realidade. A investigação dialética das determinações da realidade e de sua interação causal deve sempre partir do ser-propriadamente-assim, o que não implica de nenhuma maneira que as determinações em questão sejam incognicíveis. No que diz respeito às categorias, precisamente por serem formas do ser passíveis de espelhamento ideal,

“[...] suas inter-relações de fato são rigorosamente causais quando ocorrem lado a lado, em sua transformação, em sua mudança de função na sucessão histórico-social, mas não são determinadas de modo primariamente lógico, dependendo, muito antes, do ser-propriadamente-assim do respectivo ser social, do ser-propriadamente-assim de suas repercussões dinâmicas. Ao proceder assim, depararemos em toda parte com legalidades nas conexões concretas; estas, porém, sempre têm só uma necessidade concreta, a do 'se... então', e jamais se poderá derivar de um sistema teoricamente construído de necessidades econômicas (lógicas ou também formuladas em termos lógicos) se esse 'se' estará presente em cada caso e, caso esteja, em que contexto, com que intensidade, etc.” (LUKÁCS, [1976] 2013, pp.322-323, ênfase nossa).

Distintas cadeias causais podem contar com relativa autonomia enquanto complexos singulares, mas são inseparáveis da totalidade, enquanto *complexo de complexos*. Na interpretação de Lukács, as distintas determinações do movimento da totalidade em seu conjunto subordinam o resultado desse movimento em distintos graus de essencialidade, condicionados aos nexos de causalidade ontologicamente prioritários que – como todos os nexos causais – não podem ser evadidos. Tal transformação e conservação independe da ação humana em todas aquelas determinações ontologicamente prioritárias ao ser social, independentemente neste caso também da compreensão humana sobre esse movimento e sua contraditoriedade (é o caso do decaimento dos prótons em alguma parte do universo, por exemplo). Os nexos causais de origem humano-social têm entretanto para nós conteúdo ontologicamente distinto: são colocados pela práxis humana e podem ser transformados pela práxis humana dentro dos limites de prioridade ontológica e conforme o papel de cada nexo na reprodução da totalidade. Este simples fato joga por terra quaisquer concepções de “fim da história” – que só poderia se dar, no âmbito do ser social, com a extinção do próprio ser humano – e constitui, ao mesmo tempo, a base material da práxis revolucionária.

Novamente, constata-se que a história humana é feita por nós. Mas não em condições por nós escolhidas, devendo a práxis movimentar-se dentro das possibilidades objetivamente impostas pelos nexos causais existentes, tenham eles ou não origem humano-social. A liberdade da práxis teleológica e a indeterminação da casualidade se restringem portanto à efetivação, intencional ou não, dos “se...” que colocam em movimento cadeias causais concretamente existentes. Ao mesmo tempo, transformam a objetividade no conjunto de suas determinações. Na interpretação de Lukács, as cadeias de causalidade real determinam por sua vez o *campo de ação da práxis*, a partir das possibilidades objetivamente existentes, incidindo sobre a amplitude efetiva da passagem da possibilidade à realidade mediada pela alternativa.

A partir do anterior pode-se também precisar o conteúdo da categoria *necessidade* enquanto aquilo que não pode ser dispensado, cuja determinação não pode ser evitada, é historicamente inerente (em contraposição, portanto, à *casualidade* ou à contingência). Importa ressaltar que reconhecer necessidades não significa assumir inevitavelmente uma perspectiva determinista.

É nesta acepção que *necessidade* tem uma clara relação com *causalidade* e com o

reconhecimento da prioridade ontológica e dos distintos graus de determinação e sobredeterminação de cada complexo na subordinação do movimento do todo. Esta acepção de *necessidade* como aquilo que não pode ser dispensado, cuja determinação não pode ser evitada (identificada a *causalidade* e contraposta a *casualidade*, como na frase “determinações necessárias do movimento do ser”) – não é, contudo, a única existente na teoria marxista, o que pode criar uma série de confusões.

Na literatura marxista e na própria obra de Marx, também é comum o emprego de *necessidade* enquanto carência social e portanto objetivamente determinada (em contraposição, neste caso a *desnecessidade*, como na frase “satisfação das necessidades sociais”). Apesar da inter-relação entre ambos, fundamentada na necessária (no primeiro sentido) objetividade das necessidades (no segundo sentido), a duplicidade semântica contribui “para emperrar o meio de campo” da compreensão teórica e frequentemente leva a apreensões teleológicas da história que concluem que apenas porque algo é *carecido*, *inevitavelmente* se dará¹⁵⁶. Mesclam-se aqui as duas formas deterministas apontadas no primeiro capítulo. Por um lado o determinismo causal, na acepção de que as próprias contradições objetivamente existentes levam necessariamente à identificação clara daquilo que é carecido e a uma ação correspondente. Por outro lado, o determinismo teleológico, na acepção de que será inevitavelmente exitosa em algum momento.

O fato de que uma revolução socialista seja “necessária”, no sentido de socialmente requerida ou carecida, não significa que seja necessária no sentido de inevitabilidade. A liberdade de “escolher como criar o mundo” é, pois, intrínseca ao agir teleológico que caracteriza o ser humano.

Liberdade, teleologia, alternativa, sentido e valor são, portanto, determinações (ou categorias) intimamente imbricadas, indissociáveis do ser social e a ele singulares. No sentido

156A confusão se aprofunda se lhe agregamos ainda o emprego linguístico corrente de “necessário” com significado similar a este último (“carecido”), porém aparentemente desprovido da precisão teórico-conceitual ontologicamente determinada que lhe confere seu caráter objetivo (como nas frases “é *necessário* portanto não apenas partir da realidade concreta, mas buscar reconhecer ao mesmo tempo aquelas determinações necessárias” ou “é *necessário* identificar as necessidades sociais que fundamentam os valores de uso”). Toda carência ou necessidade subjetiva parte de determinações sociais e naturais objetivas, embora isso nem sempre se reflita de maneira adequada no uso comum do termo.

da autorrealização consciente, ou, o que é o mesmo, enquanto “ato de consciência que dá origem a um novo ser” – a liberdade ontologicamente implicada na teleologia não é absoluta. Ao passo em que constitui uma característica *universal* do ser humano, *a sua existência concreta sob formas particulares do ser social é constricta e se limita às possibilidades concretamente existentes, sobre as quais pode agir a alternativa*¹⁵⁷. Uma “liberdade em abstrato”, ou a “liberdade de tudo sem nenhuma constrição” é justamente a liberdade de nada, pois *não tem existência concreta*. Ao existir, a liberdade existe sob condições concretas, historicamente determinadas, que implicam constrições necessárias a partir das determinações da realidade e de seu movimento histórico, com distintos graus de essencialidade e sem evadir a prioridade ontológica, atuando apenas assim sobre o movimento de conservação e transformação da realidade em sua dupla dimensão processual – essencial e fenomênica. A liberdade exclusiva ao ser social não deve portanto ser jamais compreendida apenas em sentido abstrato e demasiado generalista, sob a pena de que se perca justamente seu conteúdo mais particular – e “libertador”: a alternativa na transformação da realidade concreta (ou, vista já a partir da práxis, na transformação das objetividades)¹⁵⁸. Na medida em que se trate apenas de “liberdade em abstrato”, não se trata de “liberdade real”. Ou, conceituado de outra maneira, *“a vinculação da causalidade com a teleologia aparece como característica ontológica primordial do ser social”* (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 366, ênfase nossa).

157Veremos adiante que, nas sociedades de classes, o “movimento livre entre o material” que caracteriza a liberdade em suas determinações concretas deve ser ressignificado, deixando de supor apenas o “conhecimento” do meio material (o “correto” ou “adequado” espelhamento das finalidades possíveis e das determinações imediatamente mais relevantes para sua posição teleológica). Nas sociedades de classes, trata-se não apenas do conhecimento da realidade material (já em si mediado pela existência de classes sociais), mas do “posicionamento” frente à realidade material através da alternativa.

158“Nossa afirmação anterior, de acordo com a qual toda alternativa é por sua essência ontológica, concreta, ao passo que uma alternativa é por sua essência ontológica, concreta ao passo que uma alternativa universal, uma alternativa em geral, só é pensável como produto mental de um processo de abstração lógico-gnosiológica, torna-se agora clara no sentido de que a liberdade que expressa alternativa tem de ser assim mesmo, por sua essência ontológica, concreta e não geral-abstrata: ela representa determinado campo de força das decisões no interior de um complexo social concreto no qual operam, simultaneamente, objetividades e forças tanto naturais como sociais. Desse modo, somente essa totalidade concreta pode possuir uma verdade ontológica” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 141).

A liberdade singular ao ser humano consiste essencialmente no autodomínio e na autorrealização potenciais implicadas na possibilidade de transformar o mundo de acordo com finalidades e meios planejados com anterioridade, transformando conscientemente o real por meio do trabalho (o que, por si só, implica o afastamento das barreiras naturais), com a progressiva prevalência de determinações de origem humano-social, ou o incremento da sociabilidade do próprio ser social, que demarca seu desenvolvimento. Como já se indicou, os próprios limites deste planejamento consciente são historicamente transformados em distintas formações econômico-sociais e não podem jamais evadir as possibilidades objetivamente existentes, demarcadas por sua vez pelas determinações da própria realidade e pelos nexos de subordinação e prioridade ontológica entre eles existentes.

3.2. Reprodução capitalista e singularidade da transição ao socialismo

O capitalismo é o primeiro modo de produção cuja superação exige a atividade prática que vise conscientemente a esta finalidade. A práxis revolucionária é absolutamente imprescindível para sua superação, *dada a necessidade material da socialização dos meios de produção e a necessidade de planificação da economia, que exige a tomada do poder e a destruição do Estado burguês, embora não se circunscreva a ela.*

A necessidade indispensável da socialização dos meios de produção para a superação do modo de produção capitalista aparentemente inverte a relação entre a esfera política e a esfera econômica na práxis revolucionária, de modo que a colocação de novas determinações em termos das relações sociais de produção depende de uma transformação política consciente¹⁵⁹.

159Sobre o tema, sugere-se a leitura (obviamente não esgotadora) do importante texto de Lenin acerca da *Economía y política en la época de la dictadura del proletariado* ([1919] 1986). Esta característica singular da transição ao socialismo é a base da máxima de que “o problema central do revolucionário é a tomada e a manutenção do poder” (que tem sua base em Lenin, mas pode remontar à análise de Marx e de Engels sobre a Comuna de Paris), bem como da formulação de que “o dever do revolucionário é fazer a revolução” (consagrada por Ernesto Che Guevara). Já se indicou, também que esta singularidade em relação à planificação demarca a possibilidade de um novo patamar do desenvolvimento histórico da própria consciência humana, cuja possibilidade objetiva permitiu a Marx e Engels caracterizarem o fim do capitalismo como “fim da pré-história da humanidade”, bem como o comunismo como “reino da liberdade” contraposto ao “reino da

Isto, contudo, não ocorre – embora a particularidade da necessidade de tomada revolucionária do poder político seja efetiva e singular à construção do socialismo¹⁶⁰.

Já se indicou que no capitalismo configura-se um incremento inédito na socialidade do ser social, visível também na inédita extrapolação das barreiras naturais e das barreiras psicofísicas do próprio corpo humano. Com o salto propiciado pela máquina-ferramenta (seguido posteriormente pelas revoluções da força motriz e do sistema de transmissão), um único trabalhador, com seus mesmos dois braços e pernas, pode chegar a movimentar simultaneamente milhares de ferramentas (cf. MARX, [1867] 2013, cap.XIII). Esta inédita capacidade de afastamento das barreiras naturais e o tremendo potencial de autorrealização nela contido são entretanto relativamente inacessíveis à imensa maioria da população, isto é, à própria massa de trabalhadores. Em sua contraditoriedade, determina ainda o decréscimo tendencial, em termos médios, da própria taxa de lucro cuja obtenção a impulsiona.

necessidade” (cf. MARX, [1848] 2011). Mediante este novo patamar da própria consciência e em sua ontogênese (que não pode existir apenas abstratamente ou enquanto essência inexistente, como também já se destacou), possibilita-se o desestranhamento da produção social, na medida em que o gênero humano possa aproveitar-se da redução material do tempo de trabalho necessário à reprodução social, planejando conscientemente a produção e a apropriação social para o aproveitamento das possibilidades que a partir daí se abrem. Esta é a base da máxima de que cada um contribua ao produto social segundo suas possibilidades e dele se aproprie segundo suas necessidades. Abre-se a possibilidade de uma maior autorrealização como obra dos próprios homens e mulheres, que adquirem maior controle sobre as condições nas quais “fazem a história” e, com isso, maior liberdade.

¹⁶⁰Já indicamos que Marx e Engels empregaram o termo “socialismo” apenas como indicativo da corrente político-filosófica e não denominando períodos históricos em si ou um novo modo de produção, sempre referido na obra de ambos como “comunismo”, diferenciado em sua “fase superior” (prevalente e consolidada, sem a existência de classes sociais ou do Estado na qualidade de organismo armado repressor de classe) e em sua “fase inferior” (de transição e de ditadura revolucionária de classe por parte do proletariado), tendo sido esta frequentemente associada apenas na literatura marxista ulterior ao “socialismo” como processo histórico, constituído por um período mais ou menos longo (ou mesmo por um modo de produção em si) de transição entre uma sociedade de classes e uma sociedade sem classes sociais, caracterizado pela ditadura de classe do proletariado e pela socialização dos meios de produção, que levaria a partir de seu próprio desenvolvimento à extinção das próprias classes sociais, sem a necessidade de um novo processo revolucionário de tomada do poder.

A contradição antagônica e irreconciliável entre uma socialização cada vez maior da produção (que traz consigo as possibilidades apresentadas) e o caráter cada vez mais privado da apropriação (determinado nas próprias relações sociais de produção) constitui a forma especificamente capitalista do desenvolvimento das forças produtivas, ou a “*Lei Geral da Acumulação Capitalista*”. Essa contradição principal *está determinada pela mercantilização da própria força de trabalho e se reconfigura com o desenvolvimento histórico da formação social (mundial) capitalista, sempre mantendo esta singularidade, que distingue o próprio modo de produção capitalista enquanto formação específica do ser social*. O progressivo antagonismo das contradições na esfera econômica abre, enquanto campo de ação, a possibilidade do questionamento das relações sociais de produção vigentes. No capitalismo, este progressivo antagonismo entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção assume a feição do progressivo antagonismo entre o caráter cada vez mais coletivo da produção (com o incremento da escala das unidades produtivas e da divisão social do trabalho) e o caráter cada vez mais privado da apropriação (com o incremento da concentração e centralização de capital), ambos fundados no incremento da socialidade tanto na produção quanto na apropriação, constitui a “lei geral da acumulação capitalista” (cf. MARX, [1867] 2013, cap.XXIII) que determina, por sua vez, a “tendência histórica da acumulação capitalista” (*ibid.*, cap.24), cuja principal síntese fenomênica é a tendência à queda da taxa média de lucro. De sorte que o próprio desenvolvimento desta contradição se assenta na generalização das determinações concretas que implicam tal contraditoriedade – como a expropriação e a centralização.

A identificação de que o acirramento objetivo das contradições demarca o desdobramento de uma “época de revolução social” (MARX, [1859] 1982) é válida para todas as formações econômico-sociais enquanto formas fenomênicas da reprodução material do ser social. A abertura histórica destas possibilidades jamais se dá de maneira descolada da unidade do real em sua totalidade, sempre a partir da concretude do movimento histórico, e jamais como movimento imanente de “tendências abstratas”. Ao apreendê-las abstratamente, Marx indica, remetendo-se à prioridade ontológica da reprodução material da vida, que “ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela” (*idem*). Esta constatação também é válida tanto no que se refere ao movimento histórico da contraditoriedade entre o desenvolvimento das forças produtivas e a progressiva predominância e aprofundamento de determinadas relações sociais

de produção nos marcos de uma formação social nacionalmente delimitada, quanto no sistema mundial em sua totalidade, compreendido como uma mesma formação social cujo caráter universal se inaugura e aprofunda com o capitalismo.

Com o acirramento das contradições capitalistas, a contraditoriedade entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção passa a ser cada vez mais antagônica, tornando-se cada vez mais gritante apesar da reificação aparente da sociedade¹⁶¹. Ampliam-se as possibilidades objetivas de superação do capitalismo, que são espelhadas na consciência e se refletem nas “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim” (MARX, [1859] 1982, p.25)¹⁶². A solução do conflito só pode se dar no bojo da luta de classes e, novamente, deve-se destacar que esta recuperação tabular das linhas gerais apreendidas por Marx na historicidade este movimento não significa, jamais, o movimento imanente desta contraditoriedade *apesar* da história, pelo contrário.

Mas nada garante, contudo, que a superação histórica deste antagonismo (em sentido dialético) se dê por meio de uma revolução societária. O que nos importa destacar é que na medida em que se acirre esta contraditoriedade, o caráter singular da alternativa torna-se ainda mais significativo na práxis política. A existência de uma “época de revolução social” (cf. MARX, [1859] 1982), ou mesmo de uma “situação pré-revolucionária” (cf. LENIN, [1915b] 1984), não basta para que se dê efetivamente uma revolução social, fundada na unidade entre causalidade e teleologia, sendo que esta última está sempre vinculada à ação do sujeito.

O incremento da socialidade configura de maneira geral uma transformação dos pores teleológicos, que com a coletivização do trabalho passam cada vez mais a ter como finalidade a ação de outros homens. A tal ponto, que o próprio surgimento das classes sociais remonta ao desenvolvimento da divisão do trabalho, à existência objetiva de excedente e à disputa por sua

161Tal contraditoriedade não deve ser reduzida – como costumeiramente é – a um esquema de contraposição entre “organização social do trabalho” e “desenvolvimento técnico”, sob a pena de que se perca seu conteúdo e sua apreensão mais profundamente fundada em uma concepção dialético-materialista e mais profundamente revolucionária.

162Na tradução feita pelo Instituto de Marxismo-Leninismo ligado ao CC do PCUS e republicada no Brasil pela Alfa-Ômega, “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em uma palavra, as formas ideológicas pelas quais os homens adquirem consciência desse conflito e *lutam para resolvê-lo*” (MARX, [1859] 2011).

apropriação. No capitalismo, dada a subordinação real e a reprodutibilidade interna ocorrida por esta via, tais características se acentuam com a ruptura dos laços de propriedade individual sobre o trabalho individual e de propriedade coletiva sobre o trabalho coletivo¹⁶³.

Quanto mais socializado o processo de trabalho e mais complexa sua socialização – nas sociedades de classes, portanto –, cada vez mais o próprio metabolismo homem-natureza e a reprodução material da vida dependem de movimentar teleologicamente a ação de outros homens e mulheres. No capitalismo, por exemplo, mesmo as posições finalísticas e intermediárias do processo de trabalho não são projetadas pelos próprios trabalhadores. Isso não significa, como já indicamos, que não sejam teleologicamente projetadas. Mas há uma dissociação na qual a intenção de um passa a ser que outro aja, de uma maneira previamente determinada¹⁶⁴. É o processo de reprodução que designa ao homem singular seu lugar no sistema social, determinando o campo concreto de sua práxis (cf. LUKÁCS, [1976] 2013, p.358).

Viu-se que a reprodução das relações sociais de produção não é intencional e planejada. Sendo a dialética entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção prioritária em termos da própria reprodução material da vida humana, ao reproduzirmos nossas vidas individuais (inclusive biologicamente) reproduzimos também tais relações,

163Apesar do parco material proveniente de estudos arqueológicos disponível na época, Engels é quem avança pioneiramente sobre a relação entre o surgimento e disputa pelo excedente e o surgimento das classes sociais – a partir de formulações dele e de Marx –, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* ([1884] 1964). É nesta concepção básica que aqui fundamentamos a distinção entre as “sociedades de classes” e as sociedades prévias ao surgimento das classes sociais. Sem diferenciar entre classes, estamentos, castas, etc., remetemo-nos aqui às classes sociais em formulação similar à do famoso início da primeira seção do *Manifesto do Partido Comunista* (1848) sobre a “história humana” e a “história da luta de classes”, acrescido do comentário de Engels à edição inglesa de 1888 (2011).

164“[...] os pores práticos mediados, muitas vezes mediados de uma forma bastante complexa, produzidos pela divisão do trabalho, também têm um caráter causal-teleológico, só que com uma diferença muito importante em relação ao próprio trabalho: [...] visam influenciar outras pessoas no sentido de que elas, por sua vez, efetuem os atos de trabalho desejados por quem os põe. [...] o tamanho da cadeia de mediações não tem importância decisiva; o importante é que o respectivo pôr teleológico esteja disposto a influenciar a consciência de outra pessoa (ou mais pessoas) num determinado sentido, levá-la a um pôr teleológico desejado” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.358).

mesmo quando o fazamos através de atos teleológicos que pela repetição ou pelo grau de mediações sociais tenham sido condicionados ao reflexo e mesmo quando não tenhamos – e jamais temos – completo conhecimento das cadeias de nexos causais colocadas em movimento por nossos atos¹⁶⁵.

Consideremos por exemplo os atos mais simples e condicionados da vida cotidiana: Ao despertar, um(a) trabalhador(a) se levanta, veste-se e sai para comprar o pão. A compra do pão se destina à sua reprodução física enquanto ser biológico. O fato de que seja necessário comprá-lo, entretanto, expressa um conjunto de relações sociais nas quais o pão é uma mercadoria. Não é o(a) próprio(a) trabalhador(a) que produz o pão que comerá. E, mesmo que o produza em casa, necessita comprar a farinha, o óleo, os ovos. São todas mercadorias. Ao comprá-los, dá em troca dinheiro na quantidade correspondente a seus preços. Obtém por sua vez o dinheiro de seu salário e, para conseguir o salário, vende cotidianamente sua força de trabalho. Mesmo que opte por, teleologicamente, recusar-se a comprar o pão pois discorda do fato de que o pão deva ser uma mercadoria, estará se esquecendo de que também a cama na qual dormiu é uma mercadoria, os lençóis que usou, suas roupas e seu pijama, sua escova de dentes. Sua casa. O sistema de encanamento pelo qual escorre a água que sai da torneira. Os antibióticos de que necessita quando adoecer. Todas mercadorias, produzidas por trabalhadores que vendem sua força de trabalho para comprar o pão.

Mesmo que a empresa que produza o pão não seja uma grande transnacional que remeta lucros para fora do país (como a Pulmann, por exemplo)¹⁶⁶, dá-se a subordinação do trabalhador e a reprodução não intencional das relações de produção capitalistas a cada em dia

165O que se reforça pelo fato de que o capitalismo se singulariza enquanto formação econômico-social na qual “as categorias propriamente ditas do ser social passam a reger a construção e a dinâmica da sociedade” (LUKÁCS [1976] 2013, p.327). Constitui a primeira formação em que este tipo de reprodução dos próprios pressupostos acontece ininterruptamente e em escala crescente (dado o grau de socialidade da sociedade capitalista). As funções mais básicas da reprodução (inclusive biológica) de cada indivíduo são mediadas pela compra e venda de mercadorias, que, enquanto determinação de origem humano-social progressivamente socializada, passa a mediar todas as determinações naturais, ontologicamente prioritárias.

166Note-se que aqui não estamos sequer considerando a eventual transferência de valor para dentro ou fora do país devida a diferenciais de produtividade no ramo e entre ramos, ou as transferências de valor efetivadas como remuneração a capitais não inseridos diretamente na esfera da produção, amplamente significativas.

e em todos os instantes, pelo fato de que a reprodução material da vida é mediada pela produção de mercadorias. O capitalismo se singulariza enquanto formação econômico-social na qual “as categorias propriamente ditas do ser social passam a reger a construção e a dinâmica da sociedade” (LUKÁCS [1976] 2013, p.327). Constitui a primeira formação em que este tipo de reprodução dos próprios pressupostos acontece ininterruptamente e em escala crescente (dado o grau de socialidade da sociedade capitalista). As funções mais básicas da reprodução (inclusive biológica) de cada indivíduo são mediadas pela compra e venda de mercadorias, que, enquanto determinação de origem humano-social progressivamente socializada, passa a mediar *todas* as determinações naturais, ontologicamente prioritárias¹⁶⁷.

Também aqui os homens e mulheres estão fazendo história, produzindo e reproduzindo o ser social. Mas, claramente, não em condições de sua escolha. A reprodução do indivíduo só pode dar-se sob determinadas condições sociais. Ao dar-se, as reproduz¹⁶⁸. “Colocar em movimento cadeias causais, cuja importância, cujo efeito, etc. leva a ultrapassar o ato de pôr constitui, assim, a marca característica de todo pôr teleológico” (*ibid.*, p.390)

Posto que “na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la” (*ibid.*, p.295), na reprodução material da vida cotidianamente as relações sociais de produção se reproduzem a partir de atos que têm intenções diversas mas que, ao colocar em movimento cadeias de causalidade, não podem fugir das determinações mais essenciais daquelas cadeias. No caso do movimento de

167Inclusive o sexo e a reprodução *biológica* da espécie é cada vez mais mediada. Note-se que aqui não nos referimos à prostituição, já há muito existente, mas ao surgimento social de cada vez mais mercadorias destinadas – fisiologicamente ou apenas na fantasia (que adquire aqui duplo sentido) – ao aumento do prazer sexual, à concretização do ato sexual, à busca de parceiros (inclusive com a mediação através de redes sociais também mercantilizadas, com o estabelecimento de padrões mercantis acerca do parceiro ideal, etc.), ao nascimento e sobrevivência dos bebês (serviços obstétricos, mercantilização da saúde, roupinhas, papinhas, talquinhos, aparatos eletrônicos, etc.), à reprodução de imagens e padrões estéticos, que envolve tanto aparelhos públicos e privados de hegemonia quanto a mercantilização de serviços através dos quais pretensamente se possa obter uma autoimagem condizente com aqueles padrões (estética, alimentação, academia, etc.). A lista é longa e não se exaure aqui.

168 “[...] o mundo fenomênico do ser social é o fator que desencadeia a maioria dos pores teleológicos, que determinam de modo imediato seu edifício e seu desenvolvimento e, desse modo, desempenham um papel significativo também na dialética objetiva de fenômeno e essência” (*ibid.* p.375).

determinações de complexos parciais, seu desenrolar influencia o desenvolvimento do todo, podendo chegar a transformar determinações do movimento do todo, inclusive aquelas de caráter mais essencial. É justamente a “unidade do pôr” que reproduz a *unidade ontológica objetiva e irrevogável entre essência e fenômeno* no ser social e em seu movimento histórico, desdobrado enquanto processo tanto em relação às determinações mais essenciais quanto às menos essenciais, indissociáveis em seu movimento histórico socialmente construído pela práxis humana¹⁶⁹.

Quanto maior o afastamento das barreiras naturais – e, portanto, a capacidade social de autorrealização, ou o desenvolvimento das forças produtivas – maiores as mediações no metabolismo homem-natureza para a reprodução material da vida e, por conseguinte, menos aparentes são suas determinações mais essenciais.

Assim, ao contrário do que postulam algumas teses orgânicas e programas, o socialismo não passa a ser prevalente “aos poucos”, embora toda luta efetiva seja importante na construção histórica do sujeito revolucionário. Dada a necessidade de socialização dos meios de produção, neste caso, de grão em grão a galinha *não* enche o papo. Claro está que o processo de construção do socialismo compreende a *efetiva transformação das relações sociais de produção* – em um prazo maior ou menor e em escala que tem necessariamente de superar a escala nacional para a própria planificação da produção –, não apenas a tomada do poder. *Esta efetiva transformação vai além da mera estatização dos meios de produção, mas é impossível sem aquela*¹⁷⁰.

169Esta constatação tem tremendo significado para o debate acerca da tática e da estratégia do movimento revolucionário, em especial quando consideramos que nas sociedades de classes há uma requalificação da contradição unitária teleologia-causalidade e da própria práxis enquanto critério da verdade, em termos da eficácia da passagem teleológica da possibilidade à realidade por meio da alternativa, bem como ao considerar que nas sociedades de classes as alternativas – e o próprio espelhamento da realidade – são mediadas por determinações relativas às distintas classes sociais que impactam a valoração, positiva ou negativa.

170Consideração tanto mais importante uma vez que a dissociação entre a necessidade de “ir além” e o reconhecimento da necessidade de tomar o poder tem sido cada vez mais comum após a queda do Campo Socialista e em distintas propostas críticas do “socialismo real” e reivindicativas de uma “nova esquerda”, um “novo socialismo”, etc. Seus limites têm sido claramente demonstrados nos próprios processos de transformação a partir daí constituídos e a síntese histórica do conjunto destas experiências – do “velho” e “novo” socialismo – ainda está por ser

Se as determinações mais essenciais subordinam o campo de existência das possibilidades fenomênicas objetivas, *tem-se aí um claro problema no que atine à práxis política revolucionária*. A inversão entre essência e fenômeno no espelhamento imediato da realidade dificulta a posição correta de meios que permitam efetivamente alcançar os fins pretendidos. Media também a própria definição dos fins e a visão sobre a inter-relação entre distintos complexos parciais. Esta é a base das conhecidas formulações acerca da relação entre luta econômica, luta política e luta ideológica.

Na práxis social, uma eficaz posição ou objetivação teleológica de finalidades através de meios adequados para sua consecução depende desta diferenciação entre a realidade fenomênica, sua aparência mais imediata (enquanto espelhamento imediato do fenômeno) e suas determinações mais essenciais (cujos nexos só podem ser apreendidos a partir do movimento de abstração e síntese no pensamento e partindo da própria realidade, em confrontação com aquele espelhamento imediato). Assim, a efetiva correspondência entre o espelhamento do real e os nexos realmente existentes em suas determinações e sobredeterminações – enquanto “concreto pensado”, do qual o único critério de exatidão é a própria realidade, através da práxis – *é absolutamente imprescindível para a práxis revolucionária, mas não para a práxis em geral*¹⁷¹.

Do ponto de vista da manutenção das relações sociais de produção vigentes, tal correspondência do espelhamento ideal às determinações da realidade em sua ontogênese não só não é necessária, como é também *indesejável*, uma vez que a reificação da atividade humana é funcional à continuada reprodução daquelas relações. É necessário conhecer a realidade se queremos transformá-la revolucionariamente.

A superação do capitalismo e a transição para o socialismo constituem a primeira (e única) transição entre modos de produção que *exige a tomada do poder* previamente à transformação das relações sociais de produção, dada a necessidade indispensável da

construída.

171Esta exatidão do espelhamento assume conotação particular no desenvolvimento científico, mas ainda assim mediada pela existência de distintas classes sociais na reprodução material da vida, o que é visível se notarmos que “as compreensões obtidas da essência de conexões da natureza podem provocar consequências sociais revolucionárias, e isso tanto no desenvolvimento das forças produtivas (vapor, eletricidade, etc.) como na ideologia (efeitos da astronomia copernicana sobre a imagem de mundo dos homens)” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.376).

socialização dos meios de produção para a superação do modo de produção capitalista. Isto não quer dizer de nenhuma maneira que o socialismo não surja, como todos os modos de produção, das entranhas do desenvolvimento histórico da contraditoriedade entre forças produtivas e relações sociais de produção, como já referimos. Mas sim que o desenvolvimento desta contraditoriedade no capitalismo é de tal tipo que sua superação exige a tomada revolucionária do Estado.

Assim, e estamos de acordo, “é de suma importância perceber que nada de socialmente relevante pode acontecer cujo motor não sejam os pores teleológicos dos homens” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.398). É claro que casualmente podem entrar em movimento cadeias causais de determinações naturais ontologicamente prioritárias e com incomparáveis consequências sobre a vida humana em uma dada região ou na totalidade do planeta (eras glaciais, erupções vulcânicas, terremotos, etc.). A relevância *especificamente social*, contudo, está na maneira pela qual os homens e mulheres sigam reproduzindo suas vidas, na medida em que “a reprodução no âmbito do ser social está, por princípio, regulada pela mudança interna e externa” (ibid., p.160), isto é, na interação consciente com o meio-ambiente em resposta às determinações existentes.

Quer enxerguemos nisso uma direcionalidade progressiva tendencial ou não, é fato que as forças produtivas desenvolvidas no seio da sociedade burguesa criaram condições materiais para a *superação do desenvolvimento em antagonismo da contraditoriedade entre relações sociais de produção e forças produtivas no próprio movimento histórico do ser social* (um antagonismo inevitável mesmo antes do surgimento das classes sociais, quando o desenvolvimento das forças produtivas determinava um muito menor potencial de autorrealização), na medida em que determinaram condições materiais para a superação da contradição antagônica entre a produção social de excedente e a apropriação social de excedente¹⁷².

172A conceituação de “excedente” aqui empregada remete a Marx e nada tem em comum com a formulação realizada entre as décadas de 1940 e 1960 pelos marxistas radicados nos Estados Unidos Paul Baran e Paul Sweezy acerca do “excedente” (ou “excedente efetivo”), do “excedente potencial” e do “excedente planejado”, apesar da íntima relação entre as intenções políticas daquela formulação e as conclusões de Marx sobre a contradição entre relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista. Esta precisão é relevante e digna de nota devido à ampla difusão da obra de Baran e Sweezy e à existência

É por isso que Marx considera que

*As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção; antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução desse antagonismo. Daí que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana*¹⁷³ (MARX, [1859] 1982, p.26).

Vejamos desta perspectiva o movimento geral entre forças produtivas e relações sociais de produção: na medida em que, no processo de reprodução material da vida, reproduz-se e possivelmente se incrementam as capacidades humanas, em um movimento historicamente condicionado por um determinado conjunto de relações sociais de produção que nele também se reproduz, o desenvolvimento social (aqui entendido como o incremento da socialidade, ou o progressivo afastamento das barreiras naturais e o aumento do potencial de autorrealização humana) acarreta também o desenvolvimento das próprias contradições inerentes à sua forma

ainda de uma terceira conceituação de “excedente” diretamente proveniente de David Ricardo e da corrente neoricardiana, sobre a qual teceremos alguns comentários críticos no próximo capítulo. O uso do termo “excedente”, inclusive em textos de ascendência marxista, não raro recai nestas errôneas conceituações da categoria, que deturpam a interpretação sobre categorias fundamentais como “trabalho produtivo” e “mais-valor”. A má-interpretação por parte de Baran e Sweezy acerca de alguns aspectos fundamentais – dentre os quais se destacam a conceituação de “forças produtivas”, a compreensão adequada de sua dialética com as relações sociais de produção, as conceituações de “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, a conceituação de “excedente” e mesmo de “mais-valor” e a concepção acerca da dinâmica de formação dos preços de mercado – levou a graves equívocos com importantes consequências políticas por parte de alguns seguidores destes autores, cuja intenção verdadeiramente revolucionária é absolutamente digna de reconhecimento e reivindicação, (em especial nas condições em que foi mantida) e cumpriu um importante papel nas décadas de 1960 e 1970, ao se propor ao tratamento de temas candentes e de significativo impacto político em sua época, compreendendo o papel do marxismo na condição de ferramenta revolucionária. No que atine especificamente à controvérsia do imperialismo, difundiu-se uma concepção acerca do efeito da concentração de capital que se reduz a uma diferenciação entre preços e valores e se afasta da teoria marxiana do valor e do correto reconhecimento da relação entre concentração, socialidade e transferência de valor.

173 Destaca-se, neste enunciado, a direcionalidade da história anteriormente mencionada e, neste caso, não apenas tendencial. (Minimizada quiçá pela muito menor capacidade humana de destruição das forças produtivas existente naquele então).

social específica singularizada por determinadas relações de produção, que, ao desenvolverem-se em seu movimento histórico, inviabilizam precisamente o acesso a este aumento das capacidades humanas e a este potencial de autorrealização por parte expressiva da humanidade (notadamente a parcela mais imediatamente envolvida no processo de produção). Este próprio desenvolvimento *torna portanto a coisa em seu contrário*, passando a contrapor antagonicamente o desenvolvimento das capacidades humanas às relações de produção vigentes e predominantes. A reprodução da forma que antes o retroalimentava passa a obstaculizá-lo. Assim, a forma pela qual o desenvolvimento das forças produtivas se dá concretamente torna-se impeditiva de seu conteúdo. Abre-se uma época de revolução social.

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. *De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social* (MARX, [1859] 1982, p.25, ênfase nossa).

Não é este o momento para nos aprofundarmos nas nefastas consequências do desenvolvimento capitalista para os trabalhadores, entre elas o desemprego adulto simultâneo ao trabalho infantil, a miséria extrema e a opulência extrema em proporções relativas sem precedentes históricos, a violência inerente à subordinação real do trabalhador pela compra e venda da força de trabalho e à continuada reprodução do capitalismo nela implicada, o decepamento inclusive das faculdades que nos distinguem enquanto seres humanos, na medida em que o próprio pôr teleológico é cindido e transformado para a imensa maioria da humanidade em uma interminável série de atos reflexivos.

O ponto a ser ressaltado é que o fato de que estejam dadas as condições materiais para a superação do capitalismo (isto é, a *possibilidade* desta) *não significa que a mesma fatalmente se dará sob a forma de uma Revolução Socialista*. Claro está que o antagonismo já existente entre a forma das relações sociais e o próprio desenvolvimento do ser social (em termos de sua ontogênese e não na qualidade de “desenvolvimento” fetichizado enquanto uma particular utopia funcional ao capitalismo) acarreta o continuado esgotamento de seu caráter progressivo e a impossibilidade de que o desenvolvimento (agora sim) capitalista se perpetue indefinidamente. Há outras maneiras, contudo, de que se dê sua superação. Basta que nos remetamos à famosa máxima de Albert Einstein (autor de um belo, embora utópico, libelo de

defesa do socialismo), sobre a incerteza acerca de quais armas seriam utilizadas na Terceira Guerra Mundial, mas a certeza de que a Quarta seria travada com arcos e flechas¹⁷⁴.

O atual antagonismo entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção coloca em risco a própria espécie e o conjunto da vida em nosso planeta. E não apenas pela possibilidade objetiva de eventos sociais cataclísmicos, como guerras nucleares. Todo o césio 137 existente hoje em nosso planeta, por exemplo – que não é pouco – provém dos testes nucleares realizados entre 1940 e 1990. Diariamente seguem vazando para o oceano Pacífico 150 toneladas de água contaminada por radioatividade através dos lençóis freáticos subterrâneos a Fukushima, contaminando a vida marinha e a cadeia alimentar em proporções que já chegaram a ser identificadas na costa norte do Chile e na Califórnia. Calcula-se, ainda, que haja “ilhas” de plástico acumulado nos oceanos de dimensão equivalente, nas estimativas mais conservadoras, a pelo menos metade do território europeu, e que toda a vida marinha esteja contaminada. O uso cotidiano de agrotóxicos já é responsável pela extinção das abelhas em várias partes do mundo e certamente tem determinado uma maior incidência de câncer, constituindo talvez o mais gritante exemplo da determinação da produção pela magnitude de mais-valor a partir dela apropriável e não nas necessidades sociais, ou no valor de uso (a própria apropriação monetária de mais-valor se constitui como necessidade social). Produzimos e comemos veneno, todos os dias. Neste sentido, consideramos que Lukács – inclusive fundamentado em obras clássicas do marxismo – talvez tenha sido demasiado otimista ao afirmar apenas a “permanente linha tendencial ascendente” (cf. *opus cit.*, p.393) que marca, com todas as suas contradições, o desenvolvimento das forças produtivas e do potencial de autorrealização das capacidades humanas sem afirmar também o potencial de ruptura desta tendência frente a dimensão do salto qualitativo ocorrido no afastamento das barreiras naturais sob relações sociais de produção capitalistas. Nada impede uma destruição das forças produtivas (na qualidade de capacidade de autorrealização) com origem humano-social e proporções passíveis de acarretar o incremento das barreiras naturais, não apenas como contratendência temporária que confirma a tendência. Não nos propomos aqui, contudo, a um inócuo exercício de história contrafática, fundado na adivinhação sobre qual seria o desenrolar da história humana se houvesse uma “volta atrás” em termos do desenvolvimento das forças produtivas. É suficiente frisar apenas o caráter não teleológica e aprioristicamente

174Cf. EINSTEIN ([1953] 1981). Também é de interesse o artigo “Why socialism?”, escrito por Einstein e publicado justamente no primeiro número da revista *Monthly Review* ([1949] 1949).

determinado da história.

Quer consideremos que existe um movimento tendencialmente direcional na reprodução do ser social que implique o incremento progressivo da socialidade, quer rechacemos tal tendência por seu caráter possivelmente demasiado distendido, acentua-se a importância da teleologia inerente à práxis – para que a superação do capitalismo possa se dar através de um processo revolucionário de caráter socialista. O capitalismo, literalmente, não “cairá de maduro”. Não basta o desenvolvimento das forças produtivas, há que se tomar o poder (o que tem implicações ainda mais profundas sobre a defesa do “desenvolvimento capitalista nacional e autônomo” como finalidade intermediária por parte do movimento comunista, como se voltará a destacar ainda neste capítulo.

Acentua-se, assim, também a importância – para a práxis revolucionária – do desvelamento da realidade em suas determinações e a permanência e reconfiguração de particularidades do desenvolvimento capitalista em cada época e em cada local, muito embora esta adequação seja sempre fruto coletivo da continuada verificação autocrítica. O espelhamento da realidade no pensamento pode, circunscrito às circunstâncias concretas demarcadas pelo respectivo ser social e por intermédio da valoração e da alternativa, “contribuir de maneira ativa para provocar na sociedade novos fatos ontológicos” LUKÁCS, [1976] 2012, p. 27). O fato de que isso ocorra em dependência do conjunto da práxis e não apenas da intencionalidade amplia o alcance da necessidade de reconhecimento daqueles nexos causais cujo movimento subordina de maneira determinante e sobredeterminante o movimento de cada complexo singular. Embora a formulação tática tenha necessariamente de corresponder às necessidades singulares de cada instante, é possível apreender complexos de determinações subordinantes e que devem sempre ser levados em consideração.

Já dizia Mao-Tsé-Tung, em formulação que possibilita uma simpática vinculação com os exemplos marítimos que empregamos na discussão acerca da capacidade humana de superação das barreiras naturais, que *nenhum vento é favorável para quem não sabe a que porto se dirige*¹⁷⁵. Claro está que, no caso da determinação dos meios adequados à consecução

175 Não é sem importância notar que esta mesma metáfora também foi empregada por Luiz Carlos Prestes em sua autocrítica acerca da posição do Partido Comunista Brasileiro a partir da década de 1950 e durante a ditadura militar, elaborada em 1979 sob a forma de “Carta aos comunistas”. Interessantemente, a utilização de “metáforas marítimas” é comum no movimento comunista (“fluxo” e “refluxo”, por exemplo). Há que atentar para que não seja demasiadamente “objetivista”,

da finalidade pretendida, a adequação da objetivação efetiva à objetivação pretendida depende da correspondência do espelhamento da realidade aos nexos causais relevantes para a práxis em questão. Daí a necessidade de orientação teleológica clara já desde o início do processo e o papel do marxismo como filosofia da práxis, que instrumenta a luta teórica e a práxis revolucionária. Isto é: antes que passe a ser realidade, a superação revolucionária do capitalismo tem de surgir como momento ideal espelhado a partir das possibilidades objetivamente existentes e deve ser claramente estabelecida como finalidade da práxis assim orientada.

3.3. Práxis revolucionária, estratégia e tática – alguns apontamentos de caráter preliminar

Pode-se enfatizar a relevância do que foi até aqui exposto no que concerne à implicação do movimento próprio à práxis humana para a compreensão dos problemas de tática e estratégia nos marcos do espelhamento-valorização-alternativa do conjunto de meios adequados aos fins pretendidos e das mediações aí envolvidas.

A práxis política, como a práxis em geral, conserva em seus fundamentos a combinação dos momentos real e ideal. Como tal, conserva a relação entre fins e meios na atividade

descuidando do papel do sujeito. Lukács também trata desta questão do sujeito da valorização utilizando-se plasticamente do exemplo da relação entre o barco e o vento: “A razão dessa irrevogabilidade das valorações baseia-se no fato de que todos os objetos do ser social não são simplesmente objetividades, mas, sem exceção, objetivações. Isso se refere, por um lado, também a casos em que um evento natural inalterado (eventualmente até inalterável) incide no ser social. O vento é um fato natural que, em si, nada tem a ver com representações de valor. Porém, *desde os tempos mais antigos os marujos já falavam com toda razão de ventos favoráveis e desfavoráveis*, pois no processo de trabalho do velejar de um lugar X para um lugar Y a força e a direção do vento desempenham um papel equivalente ao que, de resto, desempenham as propriedades objetivas enquanto momentos num complexo concreto do processo laboral. [...] *O fato de que o mesmo vento é avaliado por um marujo como favorável e por outro como desfavorável não introduz nenhum subjetivismo na valoração: o vento só se converte em momento de objetivação social num determinado processo concreto; somente dentro desse complexo existente as suas propriedades podem ser valiosas ou adversas ao valor, mas nessa conexão elas o são de modo objetivo, não de modo subjetivo*” (LUKÁCS, [1976] 2013, p.374, ênfase nossa).

orientada teleologicamente a um fim ou a uma cadeia de fins, na qualidade de objetivações. Especificamente neste caso, a valoração e a alternativa assumem papel de extrema relevância, na medida em que, a cada momento e sobre base sempre cambiante, deve-se reavaliar o movimento do real e *posicionar-se* frente a ele. É neste sentido, também, que consideramos que o marxismo, na qualidade de filosofia da práxis, subordina o correto espelhamento da realidade à intenção de transformá-la.

Tática e estratégia têm sempre sujeito. A “estratégia” se constitui, portanto, como conjunto de meios através dos quais se pretende lograr uma objetivação (em uma relação de fins e meios), sempre enfrentado às finalidades táticas intermediárias que a cada momento vão compondo este conjunto de meios (em uma relação de todo e parte) e que podem efetivar ou não a estratégia pretendida e contribuir ou não para a consecução do objetivo finalístico. No caso da práxis política revolucionária, esta finalidade é a própria revolução socialista, na qual a tomada do poder pode em última instância ser também considerada um meio)¹⁷⁶.

Viu-se que a liberdade só existe quando materialmente condicionada e restrita pelos nexos causais efetivos, tenham eles ou não origem humano-social. Fazemos nossa própria história, mas não em condições por nós mesmos escolhidas de maneira imediata. Na opinião

176Em algumas formulações, a problemática da relação entre tática, estratégia e fins é apresentada apenas a partir da relação parte/todo existente entre a tática e a estratégia, na medida em que esta se identifica à “totalidade do caminho”, não exatamente ao objetivo ou à finalidade pretendida e em que cada decisão tática constitui efetivamente um enfrentamento parcial neste conjunto. O próprio desenvolvimento desigual dos distintos complexos singulares, em todos os âmbitos, exige contudo a posição de finalidades intermediárias que se inter-relacionam em distintas cadeias teleológicas a partir de distintos complexos singulares e cuja articulação efetiva só se dá em meio ao processo revolucionário, na articulação entre reforma e revolução, luta econômica e luta política, bandeiras pontuais e luta pela tomada do poder, que constitui ao mesmo tempo a própria construção histórica do sujeito revolucionário enquanto tal. A correta interpretação da relação entre estratégia e tática não pode portanto eludir a relação fim-meio que caracteriza a teleologia na práxis política revolucionária enquanto posição orientada à objetivação de transformações na forma societária do ser social, uma vez que a relação parte-todo aqui implicada o é justamente na medida em que a estratégia constitui *o conjunto dos meios* ou *a cadeia de posições teleológicas* orientada à objetivação dos fins, que pressupõe uma cadeia de alternativas mediatas e imediatas. Não é demais ressaltar que, como tal, só se efetiva na medida em que se coloque concretamente, podendo ou não ser eficaz em termos da correspondência entre objetivação pretendida e objetivação realizada.

de Lukács, trata-se de colocar teleologicamente em movimento distintas cadeias de causalidade a partir das possibilidades objetivamente existentes, inclusive no que concerne aos distintos campos de ação da práxis demarcados pelos distintos papéis desempenhados por cada indivíduo, por cada grupo social e por cada classe e fração de classe na reprodução material da vida social. O novo nasce do velho.

Viu-se que *a valoração é irrevogavelmente inerente à alternativa*, uma vez que é por meio dela – e de seu já referido caráter objetivo – que os fins são estabelecidos dentre aquelas possibilidades reconhecíveis às quais se atribua valor ou sentido positivo. É a partir também da valoração que se escolhem os meios considerados adequados para atingir tais finalidades, com base no espelhamento que se tenha acerca dos nexos causais reais e do posicionamento frente a eles. É a alternativa, por conseguinte, que media também a valoração e a inter-relação entre fins e meios, determinante da objetivação¹⁷⁷. A alternativa incide portanto inevitavelmente sobre a necessidade de pôr teleologicamente não apenas os fins, mas também os meios, quer a partir da objetivação de novos meios (que conformam assim finalidades intermediárias), quer a partir somente da utilização teleológica de complexos de determinações já existentes¹⁷⁸.

177Recordemo-nos de que a unidade entre fins e meios determina a objetivação e que depende tanto da adequação do espelhamento ideal sobre as determinações consideradas relevantes quanto do posicionamento subjetivo (embora objetivamente fundamentado) sobre as mesmas. Ao colocar em movimento e/ou enfrentar nexos causais não previstos inicialmente, a objetivação final efetivamente realizada pode diferir daquela pretendida, inclusive na medida em que a apreensão teórica sobre a própria práxis enquanto critério da verdade permita ou não a continuada adequação autocrítica da análise do movimento do real em suas determinações. Nenhuma alternativa de fins ou meios pode jamais escapar às dimensões necessárias das determinações existentes, embora sempre transforme o real, e é justamente esta determinidade real que permite tal transformação.

178“[...] o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos. Considerando, porém, que isto só pode acontecer no interior do caráter ontológico insuprimível das leis da natureza, a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas — em sentido ontológico — tornam-se postas; esse seu caráter de terem sido postas é a mediação de sua subordinação ao pôr teleológico determinante, mediante o qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia, tem-se um objeto, um processo etc. unitariamente homogêneo” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 55). Com as

O estabelecimento de determinados meios enquanto finalidades intermediárias é especialmente relevante na reflexão que vimos propondo. Trata-se de estabelecer determinadas posições intermediárias *enquanto objetivos em si* e, portanto, *enquanto horizonte a ser alcançado* – e não meramente da alternativa de utilização de determinações existentes para a consecução de um objetivo finalístico. O estabelecimento de um objetivo ou horizonte, por sua vez, implica sua valoração positiva, enquanto finalidade cuja objetivação é desejável. Desta maneira é tênue a linha entre a adoção do desenvolvimento capitalista nacional enquanto finalidade intermediária e a identificação tática de semelhanças programáticas entre programas que visem ao socialismo e programas nacional-desenvolvimentistas, por exemplo.

Mais adiante, retornaremos à indicação de que, dadas as determinações próprias ao movimento histórico do desenvolvimento capitalista dependente (em particular a transferência de valor, acirrada no imperialismo), a identificação destas semelhanças programáticas deve levar precisamente à conclusão da não desejabilidade para organizações de vanguarda do proletariado do campo e da cidade em adotar o desenvolvimento capitalista nacional como objetivo ou horizonte intermediário, seja pela tese do “menos mal”, do “possível agora”, do “capitalismo insuficiente”, etc¹⁷⁹. Esta indicação se fundamenta em grande medida no impacto (da valoração positiva e da adoção do próprio desenvolvimento capitalista enquanto horizonte) sobre a formação de quadros e sobre a construção histórica coletiva do sujeito revolucionário, especialmente considerando que a consecução de uma maior autonomia nacional frente à transferência de valor implica, mesmo dentro do capitalismo, uma ruptura política de dimensão tal que necessariamente contrapõe interesses proletários e interesses burgueses no bojo de um processo revolucionário, pela determinação de seu caráter e alcance.

O momento ideal que inicia a posição teleológica, baseado no espelhamento da realidade no pensamento, é materialmente delimitado em pelo menos três aspectos: i) Em termos da definição do que é objetivamente necessário (no sentido de “carecido”), na medida em que, no próprio metabolismo homem-natureza e com a posição e generalização de novos

devidas mediações, esta característica fundamental do trabalho pode ser extrapolada para a práxis humana em geral.

179E, menos ainda, fundamentas na concepção de que seria possível construir o socialismo gradativamente, por dentro do próprio Estado burguês, sem a necessidade da tomada revolucionária do poder pela via que seja.

meios, o ser humano também transforma a si próprio e às suas necessidades, com a posição de novas determinações; ii) Em termos da delimitação das possibilidades que podem chegar a ser alternativamente aventadas enquanto objetivação, a partir do movimento das possibilidades objetivamente existentes (e para além da própria transformação das necessidades sociais); e, ainda, iii) Em termos da delimitação daquelas alternativas que possam efetivamente intermediar a passagem da possibilidade à realidade.

Os dois primeiros aspectos se relacionam diretamente à própria gênese do pensamento (ou do momento ideal) enquanto espelhamento da realidade, ou à atividade teórica. O terceiro delimita seu caráter retrodeterminante (enquanto “não-ser-prenho-da-possibilidade-do-vir-a-ser”), condicionado pela adequação daquele espelhamento verificável na práxis, embora nem sempre de maneira estritamente empiricista. Todos os três se encontram sempre subordinados às características que particularizam o sujeito singular em seu movimento histórico (época, classe, região, etc.), determinantes de distintas mediações no processo de espelhamento. Além disso, referem-se em seu conjunto tanto à construção real das alternativas acerca dos fins do pôr teleológico quanto à construção real das alternativas acerca dos meios a serem empregados para atingi-los.

No que se refere à construção necessária das alternativas quanto aos fins considerados no agir teleológico, é precisamente o processo social real que determina o espaço das perguntas e respostas possíveis, ou seja, a gama de alternativas que podem ser valoradas como desejáveis e que podem ser efetivamente realizadas¹⁸⁰. E, ainda mais além, a gama de alternativas que

180Na reprodução material da vida teleologicamente mediada, o próprio processo de satisfação de necessidades cria novas necessidades. (Ao satisfazer a necessidade de alimentação através da agricultura, por exemplo, surgem as necessidades de compreensão de fenômenos climáticos, de armazenagem e contabilização do eventual excedente, etc.; por outra via, ao satisfazer a necessidade de contabilização por meio de um sistema alfanumérico, surge a possibilidade de utilizá-lo no registro da cosmogonia e da história oral, etc.). Este processo se dá em um movimento histórico cujas formas particulares são determinadas no bojo da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a (re)produção das relações sociais de produção – e assume mediações específicas nas sociedades de classes. Enquanto mediação da satisfação de necessidades, o trabalho assume novas finalidades teleológicas ao passo em que o caráter objetivamente determinado das necessidades a serem satisfeitas se altera e passa a ser cada vez mais socialmente determinado. Com o afastamento das barreiras naturais e ao passo em que a objetivação prévia de meios para alcançar finalidades específicas possa ser extrapolada ou

podem chegar a ser sequer aventadas (ou o “campo de ação” da práxis), na medida em que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência” (cf. MARX, [1859] 1982, p.25) e na medida em que, tanto em sociedades nas quais a práxis é mediada pela existência de classes sociais como na qualidade de determinação universal da práxis humana, “a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir” (*ibid.*, p.26). A alternativa acerca de uns ou outros fins e meios depende sempre da valoração acerca de sua adequação e desejabilidade, contudo. Nunca é demasiado ressaltar o significado desta constatação na relação entre práxis e a construção histórica de um processo revolucionário.

Em qualquer forma social, a adequação do espelhamento sobre os nexos causais relevantes para a práxis em questão fundamenta a verdade das alternativas acerca dos meios necessários para a posição teleológica, a partir da unidade entre momento ideal e momento real que caracteriza a práxis¹⁸¹. No entanto, já sublinhamos que não é necessário conhecer (ou espelhar corretamente na consciência) *todos* estes nexos, ou *todos* estes processos, ou mesmo as implicações dos nexos conhecidos sobre determinações não relevantes para a práxis em questão. E que a própria adequação do espelhamento (ou, nas palavras de Sánchez Vázquez, a correspondência entre a verdade teórica e a realidade) se dá apenas no continuado processo de verificação prática da correspondência entre objetivação pretendida e objetivação realizada, somente apreensível por sua vez a partir da própria atividade teórica, em continuada autocrítica. O reconhecimento da prioridade da reprodução material e o continuado processo de abstração e síntese visando a encontrar as determinações mais essenciais e ressignificar a compreensão sobre o movimento da totalidade concreta permite, contudo, identificar determinações que não podem deixar de ser consideradas na formulação estratégica e tática, que consiste ao fim e ao cabo na ideação e objetivação do conjunto de meios considerados adequados à práxis revolucionária.

generalizada para outras finalidades, que surgem então enquanto possibilidade objetiva (o que constitui a base da ciência). Esta determinação fundamental, com as devidas mediações histórico-sociais, pode também ser generalizada para o conjunto da práxis.

181 Nas palavras de Lukács, “[...] a investigação dos meios para a realização do pôr do fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo” (LUKÁCS, [1976] 2013, p. 54)

Também em relação aos meios é válida a determinação das possibilidades imagináveis a partir da realidade existente, afinal também aqui “a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver” (ou, na tradução do Instituto de Marxismo-Leninismo do PCUS publicada há anos pela editorial Vitória e reeditada pela Alfa-Ômega, “a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar”). A projeção teleológica sobre os meios ou sobre a cadeia de meios necessários para se alcançar um determinado fim está delimitada pela gama de meios concretamente existentes e por aqueles meios cujo surgimento possa ser aventado com base nestes. Não apenas a prática define quais meios correspondem de fato a meios adequados para a posição do fim, mas, no caso de que se opte pela posição teleológica intermediária de meios que ainda não existem, a passagem destas finalidades intermediárias da possibilidade à realidade também é delimitada pela adequação da alternativa quanto aos meios para atingi-la, que pode por sua vez impor a necessidade objetiva da posição teleológica prévia também daqueles meios necessários à objetivação de finalidades intermediárias, que passam a atuar como mediação da posição teleológica final, e assim por diante.

Assim, apesar dos meios deverem ineludivelmente estar orientados pelo vir-a-ser dos fins e serem alternativamente escolhidos com base no espelhamento dos nexos causais considerados relevantes para a consecução dos fins pretendidos, a forma elementar do trabalho e da práxis humana em geral enquanto cadeia de posições teleológicas impõe que a projeção teleológica *em seu conjunto* (sobre meios e fins) esteja delimitada, em seu campo de ação, pela gama de meios concretamente existentes e por aqueles meios cujo surgimento possa ser aventado com base nestes¹⁸². Dá-se portanto uma *inversão (ontologicamente não absoluta) entre fins e meios*. Os meios, que devem necessariamente ser postos *antes* do ponto de vista cronológico, são orientados pelo *dever* futuro ou pela finalidade. Por outro lado, o campo de ação das finalidades objetivamente aventáveis enquanto tais (de maneira finalística ou mesmo intermediária) está delimitado pelas possibilidades objetivamente existentes e,

182A necessária posição teleológica dos meios requer e possibilita por exemplo a criação de ferramentas, comumente apontada na antropologia como registro material do salto ontológico entre o ser humano e o restante dos primatas. Ao passo em que o trabalho se torne cada vez mais socializado e coletivo e que “a ação do outro” passe a constituir necessariamente finalidade ou meio de uma posição teleológica (isto é, a partir das mais primitivas formas de divisão do trabalho), já indicamos que também a linguagem se desenvolve como meio para uma cadeia de posições teleológicas.

portanto, pelos meios existentes e aqueles que possam ser aventados, de modo que os meios existentes (postos e não postos) e sua determinidade sobre os meios que podem vir a existir delimitam as possibilidades gerais de transformação da realidade, inclusive no que diz respeito aos fins.

Isto é, determinam quais fins podem chegar a ser aventados, antes mesmo de determinar (a partir da adequação ou não do espelhamento sobre os nexos causais relevantes para a práxis em questão) a efetiva objetivação da finalidade.

A compreensão desta inversão fundada no encadeamento de posições teleológicas está na base também de uma adequada compreensão da dialética entre meios de produção e desenvolvimento das forças produtivas sob determinadas relações de produção, na medida em que a posição de novas objetividades transforma a realidade social e os sujeitos da práxis. No que atine à tática e à estratégia, é desta relação real de inversão (originada no próprio processo de trabalho) que provém em última instância, por exemplo, a famosa máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios, comumente associada ao pragmatismo político. Sua correta compreensão também pode, contudo, embasar a crítica ao pragmatismo político ou à *Realpolitik* enquanto posições táticas, na medida em que *a posição teleológica de certos meios na verdade impossibilita que se possam atingir os fins pretendidos ou declarados, deturpando-os*. Trata-se, como já se indicou, de uma constatação especialmente importante no que se refere a alianças de classe com distintas frações da burguesia. A defesa de tais alianças tende a apreender incorretamente em suas variadas determinações o impacto da concentração e centralização de capital sobre a transformação dos diferenciais de produtividade e a transferência de valor no período imperialista, particularmente em países dependentes. Tende a dissociar a produção e a apropriação, como se fossem frutos de complexos absolutamente distintos e como se fosse possível, dentro do capitalismo, modificar a apropriação de valor (ampliando a proporção do valor apropriado internamente) apenas com a modificação do tipo de mercadorias produzidas e não da estrutura produtiva e dos diferenciais de produtividade.

Destaca-se a existência, no bojo da luta de classes, de complexos de determinações que atuam particularmente sobre a determinação do valor efetivamente apropriado pelos proprietários de cada conjunto de capitais (e por cada fração da classe trabalhadora), em cada momento, para além daquelas determinações atinentes à produção, à forma geral do ciclo dos capitais e à magnitude de valor socialmente apropriável em cada caso. Contudo, a

diferenciação necessária entre *valor individualmente produzido* e *valor socialmente apropriável* na rotação de cada conjunto de capitais é inerente ao movimento histórico da própria socialidade capitalista – e, portanto, ao movimento histórico da “lei do valor” que pode ser dele apreendido –, em medida tanto maior quanto maior for a mercantilização da reprodução da vida e a expansão das relações sociais de produção capitalistas, que sempre tem como contrapartida concreta a expropriação dos trabalhadores. Trata-se de um movimento contraditório, no qual a própria expansão desigual do capitalismo implica o desenvolvimento desigual das forças produtivas e o acirramento daquela diferenciação, sem com isso invalidar uma tendência à equalização da taxa de lucro (e menos ainda à queda da taxa de lucro), na medida em que os fatores contra-arrestantes conformam justamente a historicidade ou a materialidade da existência real de tal tendência.

A transferência de valor é inerente ao capitalismo. Suas determinações essenciais, que fundamentam as demais demarcando seu campo de existência, existem por sua vez apenas no movimento concreto *da totalidade* e de maneira indissociável de determinações fenomênicas (muito embora, como se destacou, o processo dialético-materialista de espelhamento do real pela abstração e síntese requeira sua dissociação ideal). Estão implicadas na própria estrutura produtiva, de modo que um *mesmo conjunto de pores teleológicos* determina, ao mesmo tempo, as magnitudes do valor produzido e o campo de existência das magnitudes de valor socialmente apropriável por cada conjunto de capitais (que se espraiam inclusive por distintos ramos de produção e por distintas funções da rotação, no intrincado emaranhado da centralização de capital)¹⁸³.

183O que não significa, claro está, que não haja também outros complexos de determinações que influenciam em cada momento a magnitude de valor efetivamente apropriada por cada conjunto de capitais, por cada grupo social, por cada fração de classe e por cada classe em seu conjunto. Significa apenas que estas determinações (de ordem fenomênica em relação às outras) não podem ser dissociadas daquelas, que as sobredeterminam e demarcam seu campo de existência. Dá-se a permanência conjuntural de determinações que se reproduzem justamente no marco das flutuações contingentes e apesar delas (ao mesmo tempo em que esta mesma diferenciação conjuntural dos lucros com base na apropriação de mais-valor constitui, como se destacou, a historicidade de uma tendência à equalização, sempre em níveis relativamente menores (sobre o tema, cf. Carcanholo, XXXXX). No capítulo 4 apontaremos, no movimento histórico da própria socialidade capitalista, as principais determinações da transferência de valor entre distintos capitais de tipo industrial, bem como alguns nexos de caráter subordinante destas com a transferência de valor entre distintas frações funcional e relativamente autonomizadas do capital

Não é demais ressaltar que o fato de que tal conjunto de determinações seja, em seu movimento histórico, sempre fruto do conjunto de ações práticas efetivamente realizado pelos homens e mulheres concretos em cada momento (e, portanto, fruto de pores teleológicos), não significa que o movimento histórico em si possa ser teleologicamente determinado, uma vez que distintas práticas contrapõem-se umas às outras, atingem ou não seus objetivos, confrontam-se com determinações ontologicamente prioritárias, etc. Não existe teleologia ou sentido no movimento da história. E isso não é de nenhuma maneira excludente de que a práxis humana seja sempre teleológica.

Ontologicamente compreendido, o desenvolvimento das forças produtivas *não pode ser reduzido à elaboração e domínio técnicos e tampouco ao mero aumento da produtividade*, como frequentemente o é em posturas desenvolvimentistas dentro e fora do movimento comunista, que fetichizam o desenvolvimento capitalista identificando-o ao desenvolvimento social em geral. São marcadas as diferenças entre, por um lado, a reivindicação do “desenvolvimento”, desqualificado, que representa um elemento ideológico (talvez o principal) correspondente às determinações de uma forma específica do desenvolvimento histórico do ser social e, por outro, a compreensão factual do desenvolvimento das forças produtivas enquanto categoria inerente ao próprio ser social. O desenvolvimento das forças produtivas só pode ser compreendido em sua relação de contraditoriedade com as relações sociais de produção.

Como em qualquer modo de produção, é precisamente esta interação contraditória entre desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção que demarca ao mesmo tempo o caráter progressista e reacionário do capitalismo.

As relações contraídas na produção (ou as relações sociais de produção) permitem materialmente o desenvolvimento das forças produtivas, ao passo em que este possibilita – efetivamente, e não apenas enquanto potencial não concretizado – um maior afastamento das

social global. Indicar-se-á ainda a importância da compreensão de tais determinações tanto em nível analítico que abranja a particularização de distintas formações sociais de caráter nacional no sistema mundial (isto é, a transferência de valor entre países, determinação essencial da dependência), quanto em nível analítico que a abstraia, identificando as transformações da transferência de valor também internamente a cada país.

barreiras naturais e o incremento das possibilidades passíveis de objetivação teleológica enquanto autorrealização humana. Não há palavras que possam descrever o caráter progressista aqui inerente. Este caráter não se reduz a um ponto de vista moral ou ético-valorativo, mas inclusive enquanto reconhecimento factual da ampliação da gama de possibilidades de desenrolar (ou, efetivamente, desenvolver), sem qualquer conotação valorativa, do movimento histórico de reprodução do ser social – na medida em que se relativize o caráter subordinante das determinações naturais a partir da colocação teleológica de novos meios de reprodução sobre as causalidades existentes.

Aqui está implicado justamente o incremento da liberdade humana frente a natureza e, potencialmente, frente a determinadas configurações históricas de sua própria sociabilidade, uma vez que a base material do desenvolvimento das forças produtivas permita a redução relativa do tempo de trabalho necessário à reprodução social. Claro está que ao dar-se apenas sobre bases reais, são inerentes a este desenvolvimento das forças produtivas as contradições próprias a um conjunto de relações de produção, que também se desenvolvem no movimento histórico de reprodução material da vida. Não indicaremos a ampla profusão de citações da própria obra de Marx acerca deste caráter ao mesmo tempo libertador e repressivo do desenvolvimento real das forças produtivas na sociedades capitalista.

Basta destacar que, ao passo em que o socialismo não poderia jamais surgir como possibilidade objetiva imediatamente a partir da comunidade primitiva devido à quantidade de trabalho necessária à reprodução social, no capitalismo a redução relativa desta quantidade de trabalho necessário serve apenas ao incremento da taxa de exploração dos trabalhadores através do mais-valor relativo e o aumento da transferência de valor a partir de regiões dependentes, com impacto ainda maior sobre os trabalhadores daquelas regiões, imprimindo um caráter ainda mais alienante ao trabalho, apesar de seu conteúdo ao mesmo tempo libertário, historicamente determinado.

Na América Latina, tal constatação tem sido frequentemente vinculada à defesa tática do desenvolvimento capitalista como objetivo intermediário, a ser atingido previamente ao socialismo com a finalidade de embasá-lo materialmente e torná-lo efetivamente possível. Trata-se da já referida (na última seção do primeiro capítulo) tese sobre a “insuficiência do desenvolvimento capitalista” na região, frequentemente associada a distintas concepções sobre o estrangulamento deste desenvolvimento pelo imperialismo (que é visto, como já se

indicou, na qualidade de “inimigo externo com agentes internos”, a serem extirpados) e a distintas formulações acerca da dependência latino-americana compatíveis com aquelas concepções. Já fizemos referência à nossa opinião de que esta percepção é incompatível com uma correta compreensão do imperialismo não somente enquanto fase histórica do desenvolvimento capitalista em *alguns* países, mas enquanto fase histórica do desenvolvimento da sociabilidade capitalista em sua totalidade, enquanto modo de produção cuja expansão e aprofundamento implica a constituição da história dos distintos agrupamentos humanos enquanto História Universal, materialmente determinada pela contradição entre concentração e expropriação.

A desconsideração de que o imperialismo constitui uma fase do capitalismo em sua totalidade (e não apenas uma fase atingida por um punhado de países) implica inclusive a dificuldade de reconhecimento de algumas de suas determinações particulares no que se refere ao próprio sistema mundial. Em nossa opinião, dadas tais determinações, configura-se aqui uma disparidade entre os objetivos pretendidos (ou declarados) e os meios considerados como adequados e desejáveis para atingi-los. Embora a tática deva ser sempre definida em cada momento (a partir da análise concreta da realidade concreta e da continuada autocrítica dos posicionamentos assumidos, tendo a práxis como critério também teoricamente apreensível), é possível apreender determinações fundamentais deste movimento histórico. O estabelecimento do desenvolvimento *capitalista* como finalidade intermediária dos sujeitos cuja práxis intenciona a revolução socialista não condiz com os desafios impostos ao próprio movimento revolucionário, em termos da construção histórica do sujeito revolucionário, que só o é efetivamente quando de fato cumpra este papel. Precisamente porque o movimento da história não é em si teleologicamente orientado e não corresponda jamais somente à práxis teleológica de um indivíduo, grupo, fração ou classe social, a unidade entre fins e meios deve ser tratada tendo em vista a estrutura da práxis humana e seu movimento histórico. Não se trata, portanto, de que um determinado desenrolar histórico se torne *impossível* frente a uma práxis particular, mas sim da *indesejabilidade* de determinadas práxis quando se vise a atingir determinados objetivos.

Ressaltemos, por ora, apenas a relação entre a dimensão progressista do desenvolvimento das forças produtivas e a defesa de teses assentadas na insuficiência do desenvolvimento capitalista, particularmente latino-americano. É esta dimensão progressista que é equivocadamente reivindicada em muitas análises. A problemática, contudo, não se

restringe à América Latina. Constituiu, por exemplo, o cerne da distinção entre as proposições táticas (e estratégicas, embora o termo não fosse ainda empregado neste sentido) menchevique e bolchevique frente ao processo revolucionário de 1905 no Império Russo (cf. LENIN, *Duas táticas para a social-democracia na revolução democrática*, [1905]). A indevida associação imediata entre ambas as circunstâncias contribuiu inclusive para a equivocada caracterização das formações sociais latino-americanas como formações feudais, bastante comum até o início da década de 1970. É interessante notar que tal caracterização esteve por sua vez intrinsecamente relacionada às teses sobre a insuficiência do capitalismo. Também é interessante notar que esta concepção particular acerca da insuficiência se mantém inclusive em algumas formulações críticas à caracterização “feudal” da sociedade latino-americana e reivindicativas de seu caráter capitalista, como é o caso das interpretações de intelectuais como Caio Prado Jr. e Sergio Bagu, por exemplo. Ao caracterizarem o “capitalismo comercial” como uma fase preliminar do desenvolvimento capitalista, ambas estas interpretações também partem de uma má compreensão do imperialismo enquanto fase e da relação entre história particular e história universal, no capitalismo. Em nossa opinião, esta essencialização do desenvolvimento histórico capitalista em etapas sucessivas também se relaciona, no caso de interpretações marxistas, a interpretações equivocadas a respeito do conteúdo de categorias como “capital industrial” e “capital comercial”, por exemplo, que não reconhecem o caráter subordinante e subversivo do primeiro sobre o segundo, associado justamente às mesmas determinações intrínsecas à acumulação capitalista que possibilitam seu papel subordinante em termos do surgimento de uma “história universal”. Também aqui, não se trata de fases históricas atravessadas pelo capitalismo em cada país, mas ao mesmo tempo do movimento histórico da socialidade capitalista em seu conjunto, que em seu caráter desigual não prescinde obviamente das particularidades desta historicidade em cada região, mas que implica que tais particularidades estão sempre sobredeterminadas pelo movimento do todo.

Destaca-se, particularmente, que os pores teleológicos que determinam essencialmente a apropriação social do fruto do trabalho e a magnitude do valor socialmente apropriável são exatamente o mesmo complexo de pores que determina a produção a partir de um conjunto de relações sociais de produção que, ao contingenciar a práxis e a reprodução material da vida, permite o desenvolvimento da capacidade de autorrealização humana. Produção e apropriação não podem ser separadas artificialmente. Isto não invalida a lei do valor, ao contrário.

Conforma o movimento histórico concreto do qual ela é depreensível. Particularmente o aprofundamento do antagonismo, no marco da expansão das relações sociais de produção especificamente capitalistas, entre o caráter cada vez mais social da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação. Tal constatação tem importantes consequências no que atine à transferência de valor, à caracterização do imperialismo e à valoração de distintos tipos de pacto social envolvendo o proletariado do campo e da cidade e setores da burguesia, com o estabelecimento do desenvolvimento capitalista nacional como objetivo preliminar (ou ao menos não conflitante) em uma estratégia rumo à revolução socialista.

Qualquer análise que desconsidere a transferência de valor e sua transformação no período imperialista (ou a reduza meramente aos fluxos de valor que se apresentam sob distintas formas nas relações interestatais na esfera da circulação¹⁸⁴), menosprezando as determinações desta transformação no movimento histórico da própria socialidade capitalista e as características da *forma* da produção como fundamento em última instância da transferência de valor (e não apenas dos tipos de valor de uso produzidos), estará desconsiderando determinações fundamentais para a compreensão da historicidade do desenvolvimento capitalista em sua totalidade e do desenvolvimento capitalista dependente em particular.

Claro está que uma análise que compreenda as determinações fundamentais da teoria do valor – mesmo quando não o faça a partir da apreensão de sua historicidade e do movimento concreto através do qual aquela legalidade pode ser abstraída em seu desdobramento social – permite identificar a tendência capitalista ao acirramento de suas contradições. E, com ela, o antagonismo entre interesses burgueses e interesses proletários e a indesejabilidade do estabelecimento do desenvolvimento capitalista como horizonte a ser atingido. Apenas esta perspectiva não é suficiente, contudo, para a compreensão da permanência, reprodução, reincidência e hegemonia deste horizonte, inclusive na obra de intelectuais críticos – como os citados anteriormente – e, principalmente, no conjunto das organizações que compõem a esquerda e a militância revolucionária.

184Destacam-se os diferenciais de preços no comércio exterior (comumente identificados apenas a variações contingenciais ou a uma imposição de preços independentemente da produção de valor, via oferta e demanda), as remessas de lucros, os juros e serviço da dívida externa, a renda da terra, os royalties e, em alguns países, as remessas e transferências unilaterais.

Não temos a pretensão neste espaço de sequer começar a esgotar esta problemática. É necessário, sem embargo, destacar a base material de tais concepções – reivindicativas do horizonte do desenvolvimento capitalista na condição de finalidade intermediária, mesmo quando este, em nossa opinião, desdobra-se em sentido contrário ao da consecução do objetivo final ao qual estaria associado, como já se mencionou. De sua parte, a indicação desta base material e sua crítica requerem a percepção da socialidade capitalista em seu movimento histórico, de sua relação com a práxis, com a ontologia do momento ideal na práxis e com o papel do próprio marxismo, enquanto filosofia da práxis. Radica, por um lado, na problemática da questão nacional e, por outro, nas diferenciações do ciclo do capital e na relação entre produtividade e composição orgânica¹⁸⁵.

Aparentemente, a maior industrialização (cuja efetivação de corte nacionalista exigiria, no capitalismo contemporâneo, uma expressiva ruptura política) interromperia a transferência de valor, ao atacar a heterogeneidade do balanço de pagamentos. A transferência de valor está entretanto fundamentada em primeira instância nos *diferenciais* de produtividade na produção de *mercadorias*, que não são superados dentro do capitalismo. Estes diferenciais acentuam, por sua vez, estruturas de propriedade enormemente concentradas, a autonomização (ou não) e a dimensão do entrelaçamento funcional de distintas parcelas de capital, diferenciando seus ciclos de rotação e configurando distintos padrões de reprodução, historicamente determinados. As principais determinações históricas desta configuração ultrapassam, por sua vez, a mera reconfiguração de padrões sobre as mesmas bases, remetendo-se à historicidade da expansão das relações de produção especificamente capitalistas e do desenvolvimento das forças produtivas constricto ao marco desta reprodução social. O movimento histórico da transferência de valor só pode ser encontrado, portanto, no movimento histórico da própria socialidade capitalista, com saltos qualitativos na expropriação dos trabalhadores, na mercantilização da reprodução material da vida e da força de trabalho, bem como na concentração de capital propiciada pelo desenvolvimento desigual das forças produtivas nos

185Tal diferenciação não ocorre apenas entre países, mas no capitalismo de maneira geral, como já se destacou. O que não significa, como também já se destacou, que não tenha implicação na reprodução ampliada do capital particularizada na dimensão interestatal. Ao contrário. A compreensão sobre o desenrolar histórico do movimento da socialidade capitalista em seu conjunto e em cada parte permite iluminar importantes elementos daquela implicação e de suas determinações particulares.

marcos das relações capitalistas de produção.

É fácil entender porque esta característica “progressista” do desenvolvimento das forças produtivas é tão destacada em relação ao modo de produção capitalista, posto que, desde as primeiras ferramentas e passando pela Revolução Agrícola no neolítico, o afastamento das barreiras naturais só se desdobra em um salto tão gigantesco com a Revolução Industrial, possibilitada justamente sob a prevalência das relações sociais de produção capitalistas e de seu inédito grau de socialidade – conformado na constituição de uma “História Universal” com ascendente mediação da reprodução material pela compra e venda de mercadorias e, especialmente, pela compra e venda da própria força de trabalho.

A defesa utópica e reificada do “desenvolvimento”, ampliada após a II Guerra Mundial com a integração dos sistemas produtivos e a industrialização das mal-chamadas regiões subdesenvolvidas” (assim denominadas justamente a partir daquela reificação e sem reconhecer que o “subdesenvolvimento” *também* é desenvolvimento capitalista) deixa de reconhecer a necessária constrição que permite esse desenvolvimento a partir das determinações reais¹⁸⁶. Ao desadjetivar-se no horizonte do “desenvolvimento”, sem a devida caracterização e problematização, identifica o desenvolvimento *capitalista* ao desenvolvimento humano em geral. (Assim como, no campo oposto, também o faz a perspectiva pós-desenvolvimentista, ao identificar o desenvolvimento das forças produtivas meramente ao progresso técnico e ao desenvolvimento científico subordinado ao agir interessado capitalista e negá-lo em absoluto.)

[...] na ideologia burguesa, a contraditoriedade do progresso não é entendida pelo que ela é, ou seja, como marca intrínseca de todo e qualquer movimento no avanço da sociedade, mas se petrifica, muito antes, numa única antinomia simplificada, no assentimento mais ou menos condicional, de um lado, e uma negação essencialmente cabal, de outro (LUKÁCS, [1976] 2013, p.764).

A dialética entre “relações sociais de produção” e “forças produtivas” não deve ser reduzida – como costumeiramente é – a um esquema de contraposição entre “organização social do trabalho” e “desenvolvimento técnico”, sob a pena de que se perca seu conteúdo e sua apreensão mais profundamente fundada em uma concepção dialético-materialista e mais profundamente revolucionária. A superação revolucionária do capitalismo exige o

186Sobre o tema, cf. BONENTE (2010) e PRADO (2015).

aproveitamento das possibilidades objetivas na unidade entre teleologia e causalidade – que, neste caso, assume factualmente a particularidade da necessidade de construção histórica do sujeito revolucionário.

IV. Imperialismo e transferência de valor

A transferência de valor tem sido geralmente muito mal compreendida na teoria marxista, a partir de distintas apreensões sobre a obra de Marx que não refletem adequadamente o propósito e o conteúdo mais profundo dessa obra e não partem de uma adequada compreensão do método materialista-dialético como único capaz da apreensão objetivamente ontológica sobre o ser em geral e sobre o ser social em particular.

As distintas interpretações acerca da devida compreensão da teoria do valor e das concepções de Marx sobre a gênese e reprodução do capitalismo – ou então acerca da “estrutura e gênese de *O Capital*” – têm sido objeto de acirradas controvérsias político-teóricas ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, remontando aos intensos debates epistolares realizados ainda em vida por Marx – extremamente elucidativos sobre muitos aspectos de sua obra –, ou às acirradas disputas travadas na II Internacional, algumas delas com a interveniência epistolar ou presencial de Engels junto a alguns dos principais líderes da organização. Tais disputas têm sentido apenas quando subordinadas à necessidade de um correto espelhamento da realidade que possa informar a práxis revolucionária e a partir da apreensão do objeto em seu ser em si, não apenas em uma exegese escolástica da obra de Marx. De modo que se acirraram, conformando-se como disputa ao redor de quais seriam os portadores do “verdadeiro marxismo” na controvérsia sobre a caracterização da guerra e do imperialismo, que precipitaria a cisão da Internacional Socialista.

Naquele então, dentre as posições altercadas, apenas algumas buscaram empreender uma análise ontogenética do imperialismo como fase histórica do desenvolvimento capitalista, buscando ressignificar suas determinações mais fenomênicas a partir de determinações mais essenciais. Consideramos que Rosa Luxemburgo o fez. Ao fazê-lo, em vez de partir do objeto em si e, através de sucessivas abstrações de traços particulares, chegar a suas determinações mais essenciais e, a partir destas, ressignificar as demais determinações, seus nexos de interação e sua relação com a totalidade, Rosa partiu da contraposição de dois complexos heterogêneos, cuja unidade não logrou bem compreender. De um lado, a realidade em toda a sua riqueza de determinações (essenciais, fenomênicas, causais, casuais, etc.). Do outro lado, o esforço de espelhamento da realidade realizado por Marx. Já se apontaram (no primeiro capítulo deste trabalho), as dificuldades da revolucionária polonesa em apreender

corretamente o materialismo-dialético em termos das formas de investigação e exposição implicadas na *Crítica da economia política*, o que a levaria a identificar, como traços imprescindíveis da acumulação capitalista, determinações que não têm este papel na subordinação do movimento da totalidade. Apesar disso, Rosa busca realmente compreender o imperialismo na qualidade de uma fase histórica do próprio desenvolvimento capitalista, investigando-o precisamente a partir daquelas características que considera as mais fundamentais na própria acumulação capitalista: a continuada necessidade de subordinação de “relações não capitalistas” às relações sociais de produção especificamente capitalistas. A inexorabilidade do imperialismo como fase é, portanto, reconhecida a partir do que seria um esgotamento das possibilidades de expansão e a disputa, entre distintas potências, pela subversão de um mesmo conjunto de relações sociais, nas mesmas regiões.

Apesar de não apreender corretamente o papel da abstração no método empregado por Marx, a compreensão de Rosa Luxemburgo apresenta, em nosso entender, algo importante na ontogênese do imperialismo: o inédito salto, em escala mundial, na expansão da sociabilidade capitalista, das relações sociais especificamente capitalistas e, nos marcos destas, do desenvolvimento das forças produtivas. Não logra compreender adequadamente, contudo, a manifestação da contraditoriedade deste desenvolvimento sob tais relações como contradição irreconciliável e progressivamente antagônica entre o caráter cada vez mais coletivo da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação; caráter este que tem como feição fenomênica a tendência à queda da taxa média de lucros e que determina (ao passo em que o capital cada vez mais se concentre e se centralize), contratendências conformadas, inclusive, com base nos diferenciais de produtividade e na transferência de valor, possibilitados por esta diferenciação de escala. E que, diga-se, como toda contratendência, termina por confirmar materialmente a própria tendência em sua materialidade.

Consideramos que *a identificação do salto na concentração e centralização de capitais como momento predominante na definição do imperialismo é o maior mérito da apreensão de Lenin sobre a questão*, ao lograr perceber o *caráter ontológico deste elemento* – também presente nas análises de Hobson, Hilferding e Bukharin, no bojo da mesma controvérsia, porém não destacado no mesmo sentido ontológico por aqueles autores (sendo Bukharin aquele que mais se aproxima de uma apreensão similar)¹⁸⁷. Na definição de Lenin, é a

187O texto de Bukharin foi escrito à mesma época em que Lênin estudava o tema do imperialismo

concentração e a centralização de capitais (a ser entendida como processo e não no mesmo sentido assumido pelo conceito “monopólio” na teoria burguesa neoclássica) que determina o desdobramento das contradições do próprio capitalismo sobre si mesmas, subvertendo processos e caracterizando o imperialismo como “capitalismo monopolista” (conformado, por isso mesmo, nas determinações que poderiam ser resumidas popularmente nos conhecidos “cinco grandes traços”).

Como a maior parte das formulações que identificam as transformações na transferência de valor, ocorridas no período imperialista à análise da concentração e da centralização apontada por Lenin, costuma ser remetida, equivocadamente, à generalização de uma pretensa transferência de valor, tem sido cada vez mais comum o rechaço à concepção de Lenin acerca do imperialismo, com base no repúdio àquelas equivocadas formulações acerca da origem dos “superlucros” por meio da imposição de preços de mercado. Até porque, tal entendimento surge a partir da diferenciação entre valores sociais e preços de mercado, o que efetivamente

(primeiro semestre de 1915, no exílio na Suíça), tendo sido prefaciado por este para publicação em 1915. Apreendido pelo tzarismo, só pôde ser publicado em novembro de 1917, logo após a revolução bolchevique. Devido àquele prefácio, à semelhança de formulações sobre o “mercado mundial” e ao emprego do termo “entrelaçamento” (cuja autoria Lênin atribui a Bukharin), difundiu-se na academia burguesa a opinião de que o folheto *Imperialismo, fase superior do capitalismo* não seria nada mais que uma apropriação dos textos de Bukharin. Andreucci (1984, p.251), entretanto, destaca os “cerca de vinte cadernos, cheios de anotações, de esquemas, de estatísticas, de citações a serem utilizadas, ocupando quase oitocentas páginas impressas, [que] foram a base do trabalho – um trabalho longo e cansativo, conduzido nas bibliotecas mais bem-equipadas da livre Suíça – sobre o qual Lênin construiu o opúsculo acerca do imperialismo”. Trata-se dos *Cadernos sobre o imperialismo*, que, por seu caráter de rascunho e material preparatório, foram reunidos para publicação pela primeira vez entre 1933 e 1938, nos fascículos 22, 27, 28, 29, 30 e 31 das *Recompilações leninistas* editadas em russo pelo Instituto de Marxismo-Leninismo adjunto ao CC do PCUS. O caderno “δ” foi publicado pela primeira vez em russo também em 1938, na revista *Proletárskaya Revoliutsia*, n.9. No total, os cadernos contêm as observações de Lênin sobre 148 livros, 232 artigos e 49 periódicos, em alemão, francês, inglês e russo. No prólogo às edições francesa e alemã de *O imperialismo*, publicado em 1921 na revista *Internacional Comunista*, n.18 (versão do texto consagrada com a ampla difusão mundial recebida pela obra, transformada na principal referência marxista sobre o imperialismo), Lênin também incorpora alguns novos elementos ao seu folheto, que fora escrito sob a censura tzarista (LENIN, [1921] 1985, p.317).

tem mais em comum com a vertente neoclássica da economia burguesa do que com as determinações essenciais da reprodução capitalista apreendidas na teoria do valor marxiana.

Uma análise cuidadosa da questão em todas as suas dimensões exigiria o estudo cuidadoso especificamente das controvérsias desdobradas ao longo do século XX também acerca da existência ou não e da caracterização dos assim chamados “capital financeiro” e “capital monopolista”, o que foge a nossos objetivos. Mesmo sem sair dos marcos que nos propusemos, é, contudo, possível indicar alguns elementos a respeito da correspondência ou não de alguns destes equívocos em relação à obra de Lenin em torno da relação entre concentração (e centralização) de capital e transferência de valor. Não com o intuito de exegese da obra leniniana ou mesmo da própria controvérsia, mas, com o intuito de apontar alguns nexos causais muitíssimo relevantes sob a perspectiva das considerações acerca do imperialismo, definido a partir do materialismo-dialético como fase histórica do desenvolvimento capitalista.

Grosso modo, consideramos que: *em primeiro lugar* (e, neste caso, mais importante), as transformações na transferência de valor no período imperialista devem-se ao salto na concentração e na centralização de capital. Não por intermédio da imposição de preços de mercado sistemática e sustentadamente diferentes dos valores sociais, mas, sim, por meio da determinação dos próprios valores sociais e da relação entre estes e o conjunto de valores individuais; isto é, pelo impacto da expressiva diferenciação na escala dos distintos capitais sobre o campo de ação das possibilidades objetivamente existentes para os mesmos, no que atine às condições de produção, demarcando diferenciais de produtividade que acarretam, por sua vez, transformações causais na transferência de valor. Assim, ao contrário de considerar a concentração de capital como uma determinação meramente aparental ou empírica em relação à transferência de valor, cujo movimento corresponderia a determinações essenciais, destacamos que, junto à socialização cada vez maior da produção, a concentração e a centralização de capitais é uma determinação insoslayável da forma de movimento do incremento da própria socialidade do ser social no modo de produção capitalista, relacionando-se ao momento predominante no próprio período imperialista e à determinação causal de transformações na transferência de valor neste período.

No que se refere especificamente ao impacto desta formulação para a análise específica de Lenin, destacamos, em *segundo lugar*, que, se bem é verdade que Lenin não analisou

especificamente a transferência de valor no período imperialista, dando, inclusive, cabida à interpretação da diferenciação sistemática entre valores sociais e preços de produção, fazendo-o por meio das categorias “superlucro” e “monopólios” (na medida em que o primeiro se definiria justamente por diferenciais nos preços e os segundos recebem as duas acepções mencionadas no primeiro capítulo deste trabalho, sendo uma delas aquela contraposta à “livre-concorrência”), tal entendimento tem o seu contraditório. É que não é menos verdade que o revolucionário russo apreendeu os traços que consideramos historicamente essenciais para compreender a efetiva transformação da transferência de valor que, fora desta compreensão, não pode fugir ao idealismo, ao dever desdobrar-se necessariamente a partir do desdobramento da própria teoria do valor, na medida em que a própria transferência de valor é em si uma determinação universal do modo de produção capitalista, podendo se particularizar em distintas interações. A análise sobre as posições de Lenin não pode se reduzir apenas à leitura de *Imperialismo, fase superior do capitalismo* [1917] ou mesmo à leitura dos *Cadernos do imperialismo* [1914-15], assim como a compreensão de cada uma das posições contrapostas na controvérsia seminal não pode ser reduzida à análise de apenas uma obra seminal. No caso de Lenin, a compreensão do sentido histórico e da aproximação ontológica do revolucionário russo acerca do imperialismo como fase do capitalismo só pode ser bem compreendida a partir da análise do conjunto de sua obra entre 1917-1924, cuja estreita vinculação prática esteve sempre subsidiada pelas concepções acerca do imperialismo.

Uma análise ontogenética acerca não apenas do imperialismo em si, mas da própria controvérsia acerca de seu espelhamento teórico-conceitual – particularmente no que atine à relação entre concentração de capital, preços e valores – é tarefa que escapa a nossas possibilidades. Contudo, consideramos seguro indicar que, embora tal apreensão específica já estivesse presente nas controvérsias acerca da lei do valor, da taxa de lucro e da derrocada do capitalismo entabuladas nas décadas de 1920 e 1930 (mesmo que osmoticamente a partir de sua hegemonia na teoria econômica burguesa), sua difusão como apreensão hegemônica acerca da relação entre imperialismo e concentração de capital claramente sistematizada provém, em grande medida, das formulações de Paul Baran e Paul Sweezy, particularmente em sua obra conjunta, já citada, *Capital monopolista* (1966)¹⁸⁸.

188É importante ressaltar que tanto Baran quanto Sweezy tiveram papel fundamental na defesa e na difusão do marxismo nas décadas de 1960 e 1970, criticando o Estado do Bem-Estar como

Um conjunto particular de formulações teve especial impacto sobre o tema aqui analisado, através das críticas de Eugen von Böhm-Bawerk, Georg von Charasoff, Vladimir Karpovich Dmitriev, Landislau von Bortkiewicz e Piero Sraffa – entre outros – à obra de Marx. Nessa abordagem, assume papel central o assim chamado (e mal chamado) “problema da transformação” dos valores em preços de produção, que, de forma direta ou indireta, acabou tendo repercussão e influência sobre outros autores marxistas – por intermédio,

solução para o mundo capitalista, destacando a superioridade do socialismo em termos da capacidade de autorrealização humana e sendo capazes de criar, a partir dos EUA e durante o macartismo, um importante órgão de elaboração teórica e difusão do marxismo, na forma da revista e editora *Monthly Review*. Em meio à efervescência das décadas de 1960, deram-se por meio dessa publicação algumas das controvérsias mais relevantes nos embates políticos determinados sócio-historicamente (como as controvérsias acerca da transição para o socialismo, da caracterização dos modos de produção e das formações econômico-sociais, da transição entre feudalismo e capitalismo, da centralização de capital e do surgimento de empresas “multinacionais”). A *Monthly Review* teve significativo impacto na formação também da militância política latino-americana, em especial durante a década de 1970 e em centros de grande concentração de exilados políticos, por intermédio, principalmente, dos famosos *Cuadernos*, publicados pela editora Pasado y Presente sob a coordenação de José Aricó. No Brasil, alguns artigos da *Monthly Review* circularam na clandestinidade e os livros de Baran e Sweezy tiveram ampla e imediata difusão pela Editora Zahar, em traduções importantes, porém problemáticas, no que se refere à compreensão de algumas das principais divergências teórico-conceituais capitaneadas pelos marxistas radicados nos EUA. É também determinante a influência direta – no bojo da referida efervescência teórico-política – sobre os principais teóricos associados à teoria marxista da dependência, principalmente por meio dos espaços de publicação conjunta e do impacto pessoal de Paul Baran sobre André Gunder Frank – quem, conforme indica Jaime Osorio (1984), foi um divisor de águas na teoria marxista da dependência. Gunder Frank deixa explícita a influência determinante de Sweezy e especialmente de Baran em todo o texto de *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* ([1966] 1973), dedicado “a Paul Baran, pioneiro que inspirou” e a “Paul Sweezy, amigo que estimulou”, reivindicando particularmente a categoria de “excedente potencial” (a mais interessante em termos da apreensão do desenvolvimento das forças produtivas como capacidade de autorrealização humana e de defesa da superioridade do socialismo sobre o capitalismo, apesar dos equívocos em relação à teoria do valor). Embora não sejam verificáveis nos principais escritos de Ruy Mauro Marini sobre a teoria do valor – o que é louvável – outras proposições, como a formulação de uma nova acepção de “capital monopolista”, elas são amplamente identificáveis em uma série de obras (como *Imperialismo e dependência*, de

principalmente, de Piero Sraffa, Paul Baran e Paul Sweezy (nestes dois últimos, nomeadamente por meio da reivindicação de Bortkiewicz) –, que tiveram, por sua vez, grande influência sobre a formação de muitos marxistas na América Latina (sobretudo por meio de Baran e Sweezy), informando, assim, concepções táticas e estratégicas de luta pelo socialismo¹⁸⁹.

A partir de uma perspectiva sraffiana sobre a história do pensamento econômico, que reivindica, em última análise, a referida crítica, inclusive, extrapolando-a, a corrente que daí se depreendeu foi denominada como a “*abordagem do excedente*” [*surplus approach*], em contraposição às assim chamadas “*abordagem da substituição dos fatores*” (vinculada à teoria neoclássica) e “*abordagem da demanda efetiva*” (vinculada a autores como Keynes e Kalecki) – cf. Garegnani & Petri (1989). Não é este o espaço para aprofundarmos a importantíssima crítica à “*abordagem do excedente*” (ou a seu conteúdo explicitamente desenvolvimentista), postulada por seus defensores como um avanço em relação à teoria marxista do valor-trabalho, dentro da qual a formulação de Marx acerca do mais-valor seria apenas uma abordagem sobre o excedente (cf. Gerkhe & Lager, 1999) – e, note-se: não sobre a forma da reprodução material da vida sob o capitalismo e para além dele, havendo outras possíveis – e melhores.

Dado esse fato, a abordagem do excedente considera que a teoria do valor-trabalho deve ser abandonada em favor de uma teoria da formação de preços não baseada em uma teoria do valor, considerada “inexistente” ou “metafísica” (em clara incompreensão da realidade de

Theotonio dos Santos (1978), com artigos formulados desde 1966]), chegando, inclusive, a ser apontada explicitamente como controvérsia (sob o nome “capital corporativo”) no livro de Orlando Caputo e Roberto Pizarro, *Dependencia y relaciones internacionales* (1973).

¹⁸⁹Somando-se a uma vertente crítica, Reinaldo Carcanholo desconstrói brilhantemente o “problema da transformação”, naquela que talvez seja uma das maiores contribuições de um marxista latino-americano para as controvérsias suscitadas acerca da compreensão da lei do valor e da “estrutura e gênese” de *O Capital*. A leitura de sua obra é em nosso entender imprescindível. Destacamos especialmente o importante artigo “Valor e preço de produção (a transformação dos valores em preços de produção)” ([1977] 2013), escrito no mesmo ano da influente obra organizada por Ian Steedman, *Marx after Sraffa* (1977) e literalmente dissolvendo a principal problemática lá apresentada. Indica-se ainda a leitura do excelente “O paradoxo das desigualdades dos iguais” ([1996] 2013), de “Ricardo e o fracasso de uma teoria do valor” ([2002] 2012) e de “Sobre a leitura ricardiana de Marx”, escrito com Olivio Teixeira ([1992] 2012).

determinações essenciais), devido precisamente ao “problema da transformação” (cf. Steedman, 1977)¹⁹⁰. Abole-se a teoria do valor em favor de um sistema de determinação de preços, o que confere a seus defensores um conteúdo teórico essencialmente ricardiano, no qual os preços de produção formulados por Marx são vistos como “preços relativos de equilíbrio” e não em sua condição de mediações teóricas necessárias à compreensão das magnitudes de valor socialmente apropriável por distintos capitais. Dá-se, então, a subversão da teoria marxiana baseada em uma total incompreensão da mesma, a partir da incapacidade de apreender a relação dialética entre valores e preços como dimensão fenomênica daqueles e a partir do falseamento dos objetivos de Marx e do objeto da teoria do valor; este que jamais se constituiu como instrumento quantitativo de determinação de um sistema de preços (embora também dê conta de elucidar esta formação em suas determinações causais), mas como teoria acerca da produção e da apropriação da riqueza na sociedade capitalista e como investigação ontogenética do ser social (cf. CARCANHOLO & TEIXEIRA, [1992] 2012)¹⁹¹.

¹⁹⁰Sobre o “problema da transformação”, é imprescindível a leitura do artigo seminal de Böhm-Bawërk ([1896] 2007). Para o contato com a “abordagem do excedente”, conferir as próprias obras de Bortkiewicz, “Contribución a una rectificación de los fundamentos de la construcción teórica de Marx en el volumen III del Capital” [1907a], 1974) e “Value and price in the marxian system” [1907b] 1952; e de SRAFFA, “Sulla relazioni fra costo e quantità prodotta”, 1925, além de “Introduction”, in RICARDO, D., *The works and correspondence of David Ricardo*, 1951 e do próprio *Production of commodities by means of commodities*, 1960; Para uma sistematização da abordagem e do abandono de uma teoria do valor, cf. C. GERKE e C. LAGER, “Sraffian political economy: history and major contemporary themes”, 1999; Pierangelo GAREGNANI, “The labour theory of value: detour or technical advance?”, 1991, bem como a coleção de quatro ensaios reunidos em espanhol na edição n.82 dos *Cuadernos de pasado y presente*, 1979 e, de GAREGNANI e F. PETRI, “Marxismo e teoria econômica hoje”, 1989; Ian STEEDMAN, *Marx after Sraffa*, 1977; Krishna BHARADWAJ, *Themes in value and distribution*, 1989; SERRANO e MEDEIROS, “O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente”, 2004; e E. CRESPO e M. CARDOSO, “The evolution of the theory of value from Dmitriev and Bortkiewicz to Charasoff”, 2009.

¹⁹¹Segundo Reinaldo Carcanholo ([2003b] 2013, p.17), em síntese com a qual concordamos em absoluto, “A teoria do valor-trabalho de Marx tem sido submetida a uma intensa e sistemática crítica desde praticamente o seu surgimento, há mais de um século. Todo o esforço dirigido a mostrar seus supostos equívocos ou inconsistências, sem dúvida nenhuma, tem uma elevada motivação ideológica. E não é para menos. Como é óbvio, o que está por trás de toda a discussão e de toda fúria que sustenta tal esforço não é uma preocupação técnica sobre como se

Apesar de seus muitos méritos na defesa do marxismo, Paul Baran ([1957] 1984) *explicitamente defende e detalha a utilização de “excedente” [economic surplus] como categoria de maior valor analítico que “mais-valia” [surplus value]*, a partir, inclusive, de uma interpretação equivocada da própria categoria “mais-valia”, que confunde determinações de ordem distinta e busca, mais que *compreender* o mais-valor, mensurá-lo. E em preços:

“O excedente econômico efetivo compreende, obviamente, parcela menor do produto social que a abrangência pela noção marxista de mais-valia. Lembramos que *a mais-valia é representada pela diferença entre o produto líquido global e a renda real da força de trabalho*. O ‘excedente econômico efetivo’, definido acima, abrange apenas a parcela de mais-valia que é *acumulada*: em outras palavras, não inclui o consumo da classe capitalista, os dispêndios governamentais com a máquina administrativa, as forças armadas, etc.” (BARAN, [1957] 1984, p. 51. Ênfase em itálico nossa e sublinhada do autor).

É interessante notar que esta formulação, sozinha, contém ao menos três erros expressivos: o primeiro embasa os outros dois e se refere à absoluta incompreensão da teoria do valor como teoria acerca da reprodução material da vida sob o capitalismo, reduzindo-a à apreensão economicista da inter-relação entre distintas “magnitudes” (o que Sweezy viria, inclusive, a reconhecer, em conferência proferida em 1979, em Tóquio – cf. SWEEZY, [1981] 1982). A partir desse erro, há equívoco tanto na definição de mais-valor quanto de excedente (que em uma apreensão marxista deveriam ser idênticos, em uma sociedade capitalista), na medida em que não se baseiam na investigação sobre a própria reprodução material da vida. Ambos são medidos em preços (inclusive o mais-valor!) e o excedente deixa de incluir o consumo improdutivo. Deve-se notar também ser a definição de mais-valia aqui empregada, amplamente influenciada pela teoria econômica burguesa, idêntica à definição de “excedente”, empregada pela assim chamada “abordagem do excedente”, referendando a apreensão sraffiana sobre a história do pensamento econômico, que não raro lê Marx através de Baran (devido à ampla difusão de sua obra nos EUA, a ponto de que o próprio marxismo seja muitas vezes reduzido à obra de Baran e Sweezy no âmbito acadêmico internacional). Veremos que há uma má compreensão também da categoria “trabalho produtivo”.

determinam os preços de mercado das mercadorias, mas a explicação da origem do lucro numa sociedade capitalista”.

A definição de mais-valia empregada por Baran remete, em grande medida (reconhecidamente) à obra de Sweezy, que tem o grande mérito de buscar publicar um manual marxista nos EUA, em 1946, no qual afirma, contudo (inserindo-se em um dos debates mais candentes à sua época), que “[...] a formulação marxista da lei da taxa de lucro não é muito convincente” (SWEEZY, [1946] 1983) e considera ser, apesar de também não se mostrar tão convincente, a formulação de Bortkiewicz a mais interessante dentre aquelas que defendem o acompanhamento do aumento da composição orgânica do capital pelo aumento da taxa de lucro.

A própria “via de transmissão”, por meio da qual Baran e Sweezy chegam à categoria de excedente (*hoje amplamente utilizada de maneira acrítica por muitos marxistas – em especial nos debates sobre política social e fundo público –, imaginando uma identidade com a definição marxiana de excedente que não existe e que deveria ser ao menos cuidadosamente examinada antes de seu emprego*), é ricardiana.

Como vimos, a definição de “excedente” empregada por Baran e Sweezy é distinta à de Marx (para quem, a rigor, o excedente deveria ser definido como o valor do produto total menos o valor correspondente ao consumo produtivo, assumindo, apenas nas formações capitalistas, a forma particular de mais-valor¹⁹²), na medida em que aqueles autores na realidade equiparam o excedente a algo como *um “fundo de acumulação” medido em preços*, descrita como “a parcela da totalidade da diferença entre o produto líquido e o salário real dos trabalhadores que é efetivamente reinvestida na produção”¹⁹³.

O excedente assim definido se apresentaria em três formas – efetiva, potencial e planejada (tendo particular relevância, para a defesa do socialismo frente à anarquia produtiva do capitalismo, o confronto entre excedente potencial e excedente planejado), sobre as quais não nos cabe neste momento aprofundar.

192A obra de maior fôlego de Marx, na investigação sobre o tema (seus estudos preparatórios), foi publicada postumamente – em 1907, por Kautsky – a partir das indicações esboçadas, não sob o título de “teorias do excedente”, mas, sim, literalmente, de “teorias do mais-valor” ([*Mehrwert Theorien*]).

193Note-se que a definição de “excedente” diverge também daquela dos principais teóricos da assim chamada “abordagem do excedente”, que é idêntica à definição empregada por Baran para “mais-valia”.

No que se refere ao debate sobre a transferência de valor é, contudo, particularmente significativa – por seu impacto – a concepção acerca da própria “produção de valor” associada à formulação do “excedente econômico” de Baran e Sweezy: não são todos os processos de produção de valor que fazem parte de sua definição de “trabalho produtivo”, de tal feita que a definição acerca do caráter produtivo ou não *abandona a objetividade da própria produção de valor* e passa a responder a critérios, em última instância, morais e subjetivos, na medida em que é delimitada apenas pelos processos de produção que não produzam “bens úteis somente em uma sociedade capitalista” e que, fora dela, não existiriam¹⁹⁴. Tal interpretação foge àquela objetividade histórica da conformação e satisfação das necessidades sociais como finalidades teleologicamente postas a partir de possibilidades causalmente existentes, bem como a constatação do incremento da socialidade como característica inerente ao desenvolvimento do ser social (de modo que, se considerarmos bem as coisas, não é possível identificar determinações *não mediadas* na reprodução material da vida – especialmente na formação capitalista).

É essencialmente a contradição entre *produção e aplicação* do excedente assim caracterizado (ou entre a abundância do *excedente potencial* frente à restrição de campos de aplicação *produtiva* deste, definidos nos termos dos autores) fundamentando sua concepção acerca do capitalismo e do capital monopolista, que aqui nos interessa, na medida em que talvez constitua a maior fonte de incompreensão sobre o papel da concentração de capital na transformação da transferência de valor na história do marxismo.

Para Baran e Sweezy, a formação de preços (e não a produção e apropriação de valor) deve constituir o fenômeno central a ser analisado para o estudo da sociedade capitalista geral – e do “capitalismo monopolista” em particular (cf. BARAN & SWEEZY, [1966] 1982). No entanto, essa concepção acerca dos preços como “coisa em si”, dissociada de suas determinações mais essenciais (e como objetivo da análise teórica) e não como dimensão fenomênica da expressão da magnitude do valor, não nasceu, dentro do marxismo, com a obra de Baran e Sweezy. No que se refere especificamente à transferência de valor, um contraste deste tipo pode ser depreendido, inclusive, da obra de Lenin, em sua formulação acerca do superlucro, como já indicamos. Mas certamente difundiu-se sobremaneira por intermédio da

194Tal emprego, tanto no caso de “excedente” quanto no caso de “trabalho produtivo”, encontra sua melhor formulação e potencial justificativa em “*Political economy of growth*”(1957, cf. caps. 2 e 8).

obra desses dois autores. Seguiremos analisando alguns aspectos dessa interpretação nas próximas páginas, cujo questionamento é fundamental para uma adequada compreensão da transferência de valor e de suas determinações.

4.1. Questão de método: “o falso problema da transformação”

A compreensão de que tais formulações acerca do excedente e da *centralidade analítica dos preços de mercado* poderiam estar, em verdade, baseadas na teoria do valor marxiana só se faz possível por força de uma equivocada interpretação sobre essa teoria, que remonta, em última análise, à crítica empreendida pelo autor neoclássico Eugen von Böhm-Bawërk, combatida à sua época por diversos marxistas, inclusive Rudolf Hilferding e Nikolai Bukharin. *Nessa interpretação, os preços de produção são considerados equivalentes aos preços de mercado e representam uma “coisa em si” em todas as suas dimensões, contraposta aos valores, também como coisa em si, em todas as suas dimensões.*

Trata-se do velho raciocínio formalista meramente lógico-epistemológico de que “uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa”, que criticamos amplamente em suas raízes nos capítulos anteriores. Na reprodução capitalista e, em particular, em suas determinações fenomênicas, produção e apropriação *aparecem* formalmente dissociadas como campos distintos. Assim, os complexos de determinações que conformam o “valor de troca”, a “magnitude do valor”, o “valor de uso”, o “preço de produção”, o “valor individual” e o “valor social” não aparecem como resultado dos mesmos conjuntos de pores teleológicos ou como distintas dimensões da mesma substância (o trabalho), consideradas na produção, apropriação e consumo a partir de distintas perspectivas e de distintos graus de abstração, diferenciadas em suas determinações, porém ontologicamente indissociáveis. Especificamente “valor” ou “valor de troca” (que são, em geral, apresentados como sinônimos) e “preços de produção” (que são, em geral, apresentados como uma espécie de “preço de mercado de equilíbrio”) são postulados como elementos *distintos* e que *devem transformar-se um no outro em uma sucessão cronológica.*

No entanto, o preço de produção *não é* um valor de troca transformado, mas uma das mediações entre o valor e o preço de mercado (cf. CARCANHOLO, [1977] 2013), em sua condição de forma fenomênica do valor de troca (ou da magnitude do valor efetivamente

expressada na troca, que tem por base a magnitude de valor individualmente objetivada nas mercadorias mas não é nunca idêntica a esta).

O problema de “transformar-se em outra coisa” só existe se, de princípio, parte-se do pressuposto de que se trate de duas coisas ontologicamente distintas. No entanto, os preços de produção não são *preços*, mas *valores* ponderados, como mediação teórica que permite a apreensão do valor socialmente apropriável (embora não constitua seu único fator determinante). Mesmo que se tratasse efetivamente de preços, estes tampouco constituiriam uma “coisa em si” distinta, na qual os valores devem transformar-se, mas, sim, a dimensão fenomênica dos valores de troca como expressão da magnitude do valor socialmente apropriada (ou, em um grau de abstração relativamente um pouco maior, da magnitude do valor socialmente apropriável).

Eis, portanto, o assim chamado “problema da transformação”, existente apenas a partir desta apreensão formalista, mecanicista e equivocada do método materialista-dialético. Trata-se de um “problema” que, visto sob a perspectiva ontológica, existe apenas no pensamento e não como determinação da realidade concreta – embora, na qualidade de espelhamento inadequado da realidade, informe também práxis inadequadas no que atine à relação entre fins e meios e entre o todo e a parte, requerida pelos nexos causais existentes. Não é precisamente esse falso problema – já amplamente desconstruído e rechaçado em parte da literatura marxista – ou sua demonstração que aqui nos interessam. *O que nos interessa neste tema é exatamente sua relação com o método e a vinculação ineludível entre a lógica formal (e o materialismo mecanicista) e a construção epistemológica de uma diferenciação identitária entre valor e preço.*

Valor e preço são parte de uma mesma unidade ontogenética, são duas dimensões do ser ontologicamente determinadas pelo *mesmo conjunto de posições teleológicas*. O preço é a forma fenomênica da expressão da magnitude do valor e ambos só podem ser adequadamente diferenciados em um processo onto-epistemológico ou onto-cognitivo que, mediante a sucessiva abstração e síntese, vise a apreender a realidade em suas determinações e sobredeterminações, na inter-relação destas entre si e no movimento da totalidade. Essência e fenômeno, repitamos uma vez mais, são *duas formas do ser*. Como tal, podem *aparecer* dissociadas no pensamento, fruto de um espelhamento inadequado dos nexos causais existentes, *fundamentado materialmente na aparência fenomênica.*

A fetichização da esfera da circulação tem sua base material no fato de que as objetivações da práxis humana aparecem imediatamente como objetividades, mas não necessariamente como objetivações. (Fez-se menção, no capítulo 2, ao caso da alimentação: o ato de cozer a carne significa uma mediação consciente da reprodução natural, mas a interação do ser humano com a carne *já cozida*, ao comê-la, é tão imediata quanto ao comer a carne crua.) Com o incremento da prevalência de determinações de origem humano-social e, portanto, com a complexificação da divisão social do trabalho – que atinge seu ápice apenas no capitalismo, como “modo de produção de mercadorias” – rompe-se o laço da produção direta e as objetivações passam a se apresentar cada vez mais apenas como objetividades e não como “objetividades objetivadas”. Ou seja, apenas como “coisa dada” e não em seu processo, na medida em que consumo e produção são intermediados pela circulação de mercadorias e o primeiro parece provir (e imediatamente provém) desta circulação e não da produção. Trata-se do *fetichismo da mercadoria*¹⁹⁵.

Torna-se assim cada vez mais difícil apreender a própria *existência de um processo imediatamente produtivo* (que frequentemente esquecemos, especialmente no caso de mercadorias imateriais) e a *existência do processo (re)produtivo do próprio conjunto das relações sociais de produção* e da formação econômico-social, que “não foi sempre assim” e “não será sempre assim”, embora se apresente enquanto realidade a-histórica, “natural” e imutável. Se tal processo sequer aparece conscientemente como processo, é tanto mais difícil apreender suas determinações e sobredeterminações mais essenciais e seus elementos mais

195Mesmo considerando o escambo entre produtores diretos, já diz Marx que as mercadorias apareceriam na consciência como sujeito da troca, como se “tivessem criado perninhas” e ido sozinhas ao mercado, trocar-se umas pelas outras. Na forma preço tal ocultamento se acentua “sob o véu” do dinheiro, na medida em que esta constitui a expressão da magnitude do valor das mercadorias em relação ao equivalente geral (e não diretamente a outra mercadoria – em especial dada a desmaterialização do dinheiro – que, apesar de ser fruto do trabalho alheio, é também genericamente fruto do trabalho). Sua determinação causal objetiva como forma fenomênica da expressão da magnitude do valor, materialmente delimitada no próprio processo produtivo e socialmente reconhecida na circulação de mercadorias, é ocultada, dissimulada e mitificada. Desaparece na aparência fenomênica mais imediata o conjunto de relações sociais nos quais se dá a produção e a circulação de mercadorias e a reprodução material da própria vida. Dá-se na consciência, com base no espelhamento da própria realidade em sua dimensão fenomênica (em distintos graus), a reificação das coisas, a reificação das relações entre os homens e, com ela, uma contraditória alienação de si mesmo, na qualidade de ser social.

universais e elementares. Se o próprio trabalho desaparece em sua condição de origem do valor (e de tudo que existe socialmente), o que não se dirá de sua forma particular de existência por meio da compra e da venda da força de trabalho, que singulariza a forma capitalista de produção e apropriação de valor?

E aqui devemos nos remeter novamente à mistificação da forma preço (cujo conteúdo é a magnitude de valor efetivamente realizada), agora em sua interação à mistificação da forma lucro (também fenomênica, cujo conteúdo é o mais-valor efetivamente apropriado, em sua relação com o valor total do capital inicial). Na medida em que a efetivação fenomênica do lucro só se dá quando o valor é efetivamente *apropriado*, dissimulam-se na aparência as cadeias de causalidade objetiva que determinam a magnitude do valor *socialmente apropriável* relacionadas à unidade contraditória entre essência e fenômeno como duas formas do ser, abstraindo-se possíveis variações circunstanciais.

Na aparência fenomênica, os preços são imediatamente identificados à forma “preço de custo mais lucro”, na qual a relação ontológica entre ambas as categorias – determinada pela produção e apropriação de valor – aparece apenas em sua dimensão mais superficial.

A forma “preço de custo” oculta precisamente a especificidade da mercantilização da força de trabalho, por um lado identificando o trabalho à força de trabalho e, por outro, dissimulando a diferenciação entre capital variável e capital constante – ou a diferenciação entre o trabalhador e os meios de produção no processo produtivo. *Encobre, por conseguinte, o trabalho como origem do valor*, não apenas em sua forma capitalista, mas como meio de objetivação teleológica de tudo aquilo valorado socialmente como necessário. “O preço de custo, como ideia derivada diretamente da aparência, é capaz de produzir uma ilusão sobre a origem da mais-valia” (CARCANHOLO, [2003b] 2013, p.21)¹⁹⁶. Assim, a categoria “preço de custo” constitui a mais imediata mistificação das relações sociais capitalistas na ideologia e no senso comum e, por isso mesmo, sua desconstrução é objeto já de uma das primeiras obras de Marx, *Salário, preço e lucro* ([1865] 1982), antes mesmo de que o próprio Marx tivesse tão

196Segundo Reinaldo, “A simples ideia de preço de custo [...] surge naturalmente na consciência do empresário [...]”. Parece-nos pertinente acrescentar que não apenas “na consciência do empresário”, mas na consciência em geral, ou nas principais formas assumidas pelo senso comum, dada a ideologia própria da reprodução capitalista. Esta ideia, “ao produzir a indiferenciação das duas formas de capital [constante e variável], faz com que o lucro apareça como resultado não do capital variável, mas da soma das duas formas” ([2003b] 2013, p.21).

clara a distinção entre “trabalho” e “força de trabalho”.

No excelente texto de onde tiramos a citação anterior, Reinaldo Carcanholo elenca também outras importantes determinações da mistificação da reprodução capitalista em sua aparência fenomênica imediata, a maior parte delas também explicitada por Marx, e presente com maior ou menor ênfase na literatura marxista: i) a exigência de apropriação de lucro com base na totalidade do capital dispendido – e necessário à produção – e não apenas na parte consumida produtivamente, configurando, a rigor, o preço de custo unitário (trata-se aqui das especificidades da forma de existência da categoria “capital fixo”, cujo consumo total não se dá a cada ciclo de rotação do capital); ii) a própria transferência de valor determinada dentro de cada ramo e entre ramos (o que confunde a compreensão das determinações mais essenciais do fenômeno – como observa Ruy Mauro Marini em *Dialética da Dependência* –, na medida em que seria de se esperar que as empresas e setores com menor composição orgânica de capital, maior emprego relativo de trabalhadores e maior produção proporcional de valor obtivessem taxas de lucros maiores, sendo entretanto o contrário o que ocorre); iii) o “paradoxo da desigualdade dos iguais”, dali decorrente; iv) o tempo de rotação do capital, também determinante da transferência de valor; v) as determinações casuais sobre a magnitude de valor realmente apropriada, como a “sagacidade do capitalista”; e vi) os lucros fictícios como forma de dissimulação, também indicados por Reinaldo Carcanholo que apresenta formulação própria a respeito, merecendo estudo ulterior. É possível estabelecer um paralelo entre o raciocínio aqui apontado e o conjunto da autonomização funcional relativa, também merecedor, a nosso ver, de estudo ulterior.

Vale ressaltar que a caracterização de Reinaldo Carcanholo sobre a “aparência” difere daquela que apresentamos no capítulo 2 deste trabalho, ao no qual diferenciamos “aparência” e “fenômeno”. Reinaldo identifica a aparência diretamente às determinações mais fenomênicas, como um complexo de determinações da própria realidade (o que desconsideraria a mediação ideológica do sujeito, influenciada pela posição ocupada por este na reprodução social (algumas contradições podem ser mais aparentes para determinados grupos sociais, embora a aparência guarde sempre uma relação de imediaticidade).

Esta objeção não invalida contudo as brilhantes indicações de Reinaldo acerca da relação entre “essência e aparência” no capitalismo, que se dirigem principalmente ao reconhecimento da base material da aparência em termos da determinação necessária de uma

dissimulação aparente das contradições mais essenciais do capitalismo, buscando desvelar as determinações reais que levam à aparência. Na maior parte dos casos, inclusive, embora se empregue a mesma palavra para fazer referência tanto à aparência do fenômeno quanto à dimensão fenomênica do fenômeno em si (sempre “aparência”), há na argumentação de Reinaldo uma distinção entre realidade e espelhamento no pensamento. Nos casos mais extremos, como a afirmação direta de que a aparência é “uma das duas dimensões da realidade, tão real quanto a sua oposta, a essência” (CARCANHOLO, [2003b] 2013), o próprio conteúdo dos trechos deixa claro que a proposta do autor não é indistinguir realidade e pensamento, mas enfatizar a determinação material do pensamento, embora aquela indistinção possa certamente levar seus leitores a interpretações equivocadas a respeito da materialidade do pensamento. A afirmação aqui destacada, por exemplo, sucede esta outra: “[a aparência] não é resultado de um erro ou um engano do observador. Trata-se de uma das duas dimensões...” (loc. cit.). O espírito da colocação é desfazer justamente a aparência de que a aparência é um engano! Mesmo aqui fica clara a relação entre aparência e consciência, embora o autor não a exponha.

Todas essas características fenomênicas imediatamente aparentes *saltam aos olhos com expressividade ainda maior no período imperialista* (e se tornam ainda mais determinantes da ideologia dominante e do espelhamento imediato da realidade na consciência). Em especial, *em relação à forma preço e à sua interação com a forma lucro, o salto na concentração de capital assume aparentemente a forma de uma maior capacidade de imposição assimétrica dos interesses destes grandes conglomerados* e dos distintos grupos de capitalistas que os dirigem, tão distantes em sua riqueza que não são sequer imediatamente conhecidos. Os capitais de maior escala e concentração tendem a obter altíssimas massas e taxas de lucro, embora empreguem relativamente menos trabalhadores, o que provoca a impressão imediata de que seus lucros não podem constituir forma fenomênica do trabalho objetivado, mas, ao contrário, que devem ser resultado de apropriação na circulação por meio da imposição de preços incompatíveis com os valores e em virtude de distintos acordos que garantam “superlucros”.

Em certa medida, essa capacidade realmente existe, mas não está primordialmente determinada na esfera da circulação, ou pela capacidade de imposição *formal* de quaisquer

interesses (e esta talvez seja inclusive a maior distinção entre os “monopólios” do período imperialista e aqueles existentes desde o surgimento do capitalismo). A chave, aqui, é a adequada compreensão da transferência de valor. Ao contrário da aparência imediata, *a transferência de valor não está determinada apenas na esfera de circulação, apesar de efetivamente nela se dar, com a efetiva alienação e apropriação de valor que se dá apenas sob a forma preço, o que faz parecer com que esteja sendo assim determinada*. Sua base material, como já se indicou, são as próprias diferenças *produtivas* que, dado o caráter social do valor, determinam que o valor socialmente apropriável por cada capitalista industrial não coincida com o valor individual efetivamente produzido em cada caso, salvo por uma fatalidade casual.

O fato de que a magnitude intrínseca do valor (objetivada na mercadoria, seja ela tangível ou intangível) só possa se expressar relacionalmente e, portanto, como valor de troca, determina necessária e casualmente a *transferência de valor* de unidades menos produtivas para unidades mais produtivas, em cada ramo e entre os distintos ramos do capital industrial (note-se que não estamos aqui sequer nos referindo ainda a outros tipos de transferência). São os valores sociais¹⁹⁷, assim objetivamente determinados, que atuam como padrão socialmente reconhecido dos preços (em relação aos quais podemos, por exemplo, reconhecer se dada a sua flutuação contingente um determinado preço está “caro” ou “barato”).

No que se refere ao capital existente sob a forma de grandes conglomerados hiperconcentrados no período imperialista, acentuam-se *todas* as características fenomênicas imediatamente aparentes da reprodução capitalista que atuam também na dissimulação de suas contradições mais essenciais anteriormente referidas, às quais deve ser, em nossa opinião, ainda acrescentada a concorrência entre grupos de interesse, presentes em distintos ramos. O preço parece ainda mais ser conformado pelo preço de custo acrescido de uma margem de lucro, a qual aparece como se pudesse ser subjetivamente determinada pelo poder dos grandes conglomerados.

Todas essas características atuam, portanto, na determinação causal da transferência de valor e das taxas de lucro efetivas¹⁹⁸, configurando a tendência à equalização da taxa de lucro

197Também denominados “valor de mercado”, “valor social de mercado” ou “valor social de troca”, a depender da tradução.

198Embora possam incidir também variações casuais que, por sua natureza, não têm como ser

em sua contraditoriedade. Eis aqui o efeito imediato singular ao imperialismo como fase do capitalismo, definida pela forma específica assumida pelo salto qualitativo na socialidade (a contradição entre socialização da produção e privatização da propriedade no desenvolvimento das forças produtivas, manifestada na tendência à concentração e à centralização de capital¹⁹⁹ e que se configura, em seu salto qualitativo no período imperialista, pela existência e tendência à progressiva prevalência dos grandes conglomerados ditos monopolistas a partir do último quartel do século XIX).

Não é demais repetir tratar-se da posição de determinações *condicionada aos nexos causais existentes* e que não são evadidos. Ao contrário, aumenta-se a prevalência desses nexos, configurando precisamente o salto na socialidade que implica o caráter cada vez mais *socialmente determinado*, tanto da produção quanto da apropriação (embora, como se viu, no caso da apropriação, tal determinação social funcione no sentido de uma progressiva privatização – social e objetivamente determinada, portanto). *O caráter cada vez mais socialmente determinado tanto da produção quanto da apropriação implica necessariamente a generalização da transferência de valor na reprodução social. Essa generalização e seu impacto sobre a causalidade na determinação das taxas de lucro efetivas apreensíveis fenomenicamente caracterizam o imperialismo.*

Eis a origem material de equívocos como o aqui exposto. E é claro que, como também ocorre sempre com o pensamento em sua condição de espelhamento teórico-conceitual da realidade na consciência, este é retrodeterminante sobre o movimento da própria realidade, na medida em que informa a alternativa na práxis teleológica. Uma alternativa informada dessa maneira, a partir somente da aparência imediata do fenômeno, dificilmente será direcionada com meios adequados à superação dos complexos mais essenciais na reprodução do capitalismo, relacionados à esfera da produção.

Dada a complexidade das formações econômico-sociais (aprofundada pelo incremento da socialidade em seu período imperialista, capaz de acirrar as contradições capitalistas mais fundamentais e singulares), são muitas as “camadas” a serem desveladas em busca das determinações mais essenciais, que sobredeterminam e subordinam o movimento da

objeto da formulação teórica.

199Já descrita por Marx como “lei geral da acumulação capitalista” e “tendência histórica da acumulação capitalista”.

totalidade. Eis aqui, novamente, a importância inquestionável da rigorosa apreensão do materialismo-dialético para “a análise concreta da realidade concreta”, ou do ser-propriadamente-assim do capitalismo, de modo a, em cada época e em cada local, efetivamente desvelá-lo, sem evadir suas determinações mais essenciais e sem recair em uma nova idealização essencialista.

Se considerarmos a transformação na transferência de valor como uma determinação que lhe é essencial, o imperialismo como fase do desenvolvimento capitalista, fica claro que *o critério para esta singularização não pode ser, jamais, a dissociação formal entre preços e valores. O único critério ontogeneticamente adequado e por meio do qual o imperialismo deve realmente ser considerado uma fase do desenvolvimento capitalista é o próprio desenvolvimento do ser social* (ou o incremento da socialidade, o progressivo afastamento das barreiras naturais e o crescimento do potencial de autorrealização humana). É nesse incremento da socialidade que se pode encontrar a raiz das transformações na transferência de valor. E sua relação entranhável com o salto na concentração e na centralização de capital.

Como vimos, o desenvolvimento do ser social não se dá em abstrato. Só pode dar-se realmente sobre a base real dos nexos causais existentes e, portanto, na reprodução material da vida que, ao mesmo tempo e por intermédio do mesmo conjunto de posições teleológicas, reproduz as relações sociais de produção vigentes. A partir dessa brilhante – e radicalmente marxista – constatação de Lukács, é fácil perceber que, sob as relações sociais de produção capitalistas, um salto qualitativo no grau de socialidade e no afastamento das barreiras naturais só pode ocorrer nos marcos de uma maior socialização da produção em indissociável contradição com uma tendência à progressiva privatização da apropriação (por sua vez também socialmente determinada, como já destacamos). Eis aqui o sentido ontogenético da maldada expressão “capitalismo monopolista”, que expressa justamente o salto na concentração de capital indissociável do salto na difusão das relações sociais de produção capitalistas e no desenvolvimento das forças produtivas ocorrido ao final do século XIX.

Não é por acaso que a controvérsia acerca da caracterização do “capitalismo contemporâneo” daquele então – que conformou os debates sobre o imperialismo – precipitou-se, justamente a princípios do século XX, ao redor de um termo de uso cada vez mais comum a partir de meados do século XIX e como consequência de outras importantes controvérsias (acerca das seguintes temáticas: a “questão nacional”, a “questão colonial”, o

surgimento de “monopólios” e o surgimento do “capital financeiro”).

Claro está que a expressão “capitalismo monopolista” (e, principalmente, a sua contraposição em relação ao capitalismo “livre-concorrencial”) não apreende apenas esses traços ontogenéticos – e talvez venha, inclusive, desse fato a pobre escolha de palavras (e as incompreensões nas quais se baseiam erros ulteriores) que, nos arriscamos a dizer, é tão desastrosa quanto a escolha do termo “preços de produção” para denotar valores ponderados (e não preços)²⁰⁰. Assim, capitalismo monopolista não apreende apenas aqueles traços ontogenéticos. *Mas também os apreende*. Embora a formulação leniniana também se espraie sobre a relação entre preços e valores (não tratada em sua ontogênese), por meio da categoria superlucro, *não é este o foco central da proposição teórica de Lenin, assentada na concentração e na centralização de capital (e no impacto desta sobre a autonomização de capitais distintos, sobre a exportação de capitais e sobre a partilha geopolítica e geoeconômica)*. No que se refere especificamente à conceituação de Lenin acerca dos “superlucros”, atrevemo-nos a apontar que sua principal preocupação não era sequer a correta análise do fenômeno, mas o apontamento de seu *impacto sobre a consciência de classe dos*

200Esta questão se acentua ainda mais na década de 1960, com a difusão e a utilização cada vez maior de “capital monopolista”, entendido no sentido de ruptura epistemológica, conferido à expressão por Baran e Sweezy, ou mesmo, de maneira acriteriosa, em um amálgama de vários sentidos mesclados (provenientes da economia neoclássica, da controvérsia seminal do imperialismo, das formulações soviéticas acerca do capitalismo monopolista de Estado, de Baran e Sweezy, etc.). Claro está que, tampouco, se pode remetê-la a um mero problema de denominação epistemológica. São, particularmente, ilustrativos desta questão os espirituosos comentários de Reinaldo Carcanholo ([1996] 2013, p.73) sobre a denominação dos “preços de produção”: “Coloquemo-nos um pouco na pele do preço de produção, tal como Marx o concebeu. O autor teria cometido a infelicidade de chamá-lo preço de produção. [...] A infelicidade consistiria em não pensar que seus críticos, frente ao conceito de preço de produção, fixar-se-iam menos no seu real conteúdo que na palavra preço. Assim, o desditoso valor social de reprodução (nome talvez mais adequado para o preço de produção) foi confundido com um simples e vulgar preço. [...] É óbvio que o problema não teria sido resolvido, nem se resolveria, com uma simples mudança de nomes [...]. Houvesse chamado valor [...] nem por isso estaria assegurada a sua não identificação com o preço. É só na teoria marxista, em que valor e preço diferem radicalmente; nas demais, a teoria do valor é imediatamente uma teoria dos preços”. Isto é: a confusão se dá mais pela base material na qual está assentada do que pela nomenclatura conceitual, embora esta certamente não ajude.

trabalhadores europeus.

4.2. Socialidade e transferência de valor

“Transferência de valor” é uma categoria que não pode ser entendida nem apenas a partir da análise da esfera de produção, nem apenas a partir da análise da esfera da circulação, uma vez que sua gênese se dá na dialética entre ambas. A transferência de valor surge precisamente na diferença entre produção e apropriação, em uma formação econômico-social capitalista. Do ponto de vista de cada capitalista individual, constitui exatamente a diferença (positiva ou negativa) entre a magnitude de valor produzida e a magnitude de valor apropriada. Não se trata, porém, de uma diferença entre magnitudes de valor (embora também o seja), na medida em que responde sempre não apenas a determinações casuais, mas a determinações necessárias (de tipo causal) do próprio desenvolvimento capitalista. Seu estudo exige a investigação de tais determinações. É comum que se leve em consideração somente uma transferência de valor “*stricto sensu*”, isto é, apenas nos complexos nos quais haja efetivamente produção de valor, ou entre unidades *produtivas* – o que é o mesmo que dizer entre capitalistas industriais (do mesmo ramo ou de ramos distintos)²⁰¹. Consideramos,

201É importante desde logo não confundir três conceitos (uma vez mais confusamente traduzidos): i) capital industrial (parcela do capital autonomizada em relação ao capital social total, cuja função particular é a própria valorização do valor para o conjunto daquele capital social, compreendendo, em sua rotação, tanto a esfera de circulação quanto a esfera de produção e refletindo a forma essencial das relações capitalistas de produção. Nesse sentido, não precisa ser necessariamente o capital envolvido na indústria, mas, sim, o capital envolvido diretamente no processo produtivo. Recebe este nome, contudo – e de maneira adequada ao próprio método materialista-dialético –, devido ao fato de a indústria representar a singularidade da economia capitalista em termos do desenvolvimento das forças produtivas e de sua relação com o salto na prevalência das relações sociais de produção especificamente capitalistas); uma metodologia análoga norteia a denominação do capital bancário, na medida em que é nos bancos que se concentra a maioria das disponibilidades “*dinerarias*” da sociedade, bem como os pilares fundamentais do sistema creditício capitalista;

ii) capital produtivo (uma das três formas assumidas pelo valor – cujo conteúdo é o trabalho – na sociedade capitalista, sendo a única assumida pelo valor na esfera da produção, quando está metamorfoseado em fator de produção. As demais formas, existentes na esfera da circulação, são

entretanto, ser possível depreender da *Crítica à economia política* empreendida por Marx uma interpretação sobre outras formas de transferência de valor, ou uma transferência de valor “*lato sensu*” posto que, a rigor, todo capital improdutivo (e mesmo os trabalhadores improdutivos) que se apropriem de mais-valor só podem fazê-lo por intermédio de valor *transferido* a partir da esfera de produção. Qualquer interpretação distinta leva necessariamente à concepção de que, de alguma maneira, haveria criação de valor na esfera de circulação.

Todo valor tem como substância o trabalho humano. E não apenas qualquer trabalho, mas o *trabalho produtivo*²⁰². Na esfera de circulação só ocorre, por conseguinte, a *repartição*

o capital dinheiro e o capital mercadoria. As três formas estão presentes na rotação do capital global, mas na rotação do capital comercial estão presentes apenas capital dinheiro e capital mercadoria e na rotação do capital bancário está presente apenas o capital dinheiro. A forma capital produtivo está presente apenas na rotação autonomizada do capital industrial, cuja especialização funcional é justamente a metamorfose de valor em mais valor por meio do processo produtivo de caráter capitalista – mediante a compra de meios de produção e de força de trabalho);

iii) trabalho produtivo (trabalho que, por suas características concretas, está envolvido efetivamente no processo de produção de mercadorias e não no processo de circulação. Ao participar do processo de produção, a energia dispendida nesses processos de trabalho – ou o trabalho em sentido abstrato – objetiva-se no valor de troca das mercadorias produzidas. A definição sobre o que pode ou não ser considerado um processo de produção de mercadorias – envolvendo, portanto, o trabalho produtivo – constitui um dos mais candentes debates acerca da teoria do valor). Sobre o tema, consideramos particularmente interessantes as contribuições de Marini ([1993] 1998) e Carcanholo ([2007] 2012).

202 Não é demais ressaltar que, por “trabalhador improdutivo” não deve ser entendido, sob nenhuma hipótese, qualquer tipo de juízo de valor. Trata-se apenas da diferenciação ontológica entre aquela parcela de trabalhadores cuja força de trabalho é consumida na produção de mercadorias e aquela parcela de trabalhadores cuja força de trabalho é consumida em distintas operações necessárias à circulação de mercadorias e de dinheiro (ampliada também para a circulação de ativos financeiros). Na mesma medida em que a esfera da circulação e a autonomização funcional relativa das metamorfoses do capital social global são imprescindíveis para a reprodução do capitalismo, *também o são os trabalhadores que nela atuam*, embora não produzam valor, atuando precisamente para a circulação deste – tanto mais imprescindíveis se considerarmos as distintas configurações historicamente assumidas por esta reprodução, sob a forma de distintos padrões de

do valor produzido (que implica *transferência* de valor, dado que este não “surge” nem “desaparece”, apenas muda de proprietário ao metamorfosear-se entre as duas formas de existência do capital na esfera da circulação – o dinheiro e a mercadoria –, ou mesmo em transações que envolvam interações imediatas de apenas uma destas formas). Destarte, na esfera de circulação se dá uma disputa pela apropriação de valor, que conforma, inclusive, uma dimensão importante da luta de classes. As determinações mais essenciais dessa disputa devem, contudo, ser encontradas na própria produção, uma vez que o próprio campo das possibilidades de apropriação está objetivamente determinado pelos diferenciais produtivos, que impactam a transferência de valor necessária e casualmente – embora esta possa também responder, em sua expressão fenomênica, na forma de lucro, a determinações casuais.

Com o progressivo incremento da socialidade no modo de produção capitalista – ou da prevalência de determinações “postas” ou objetivadas, de origem humano-social –, verifica-se, sob as relações sociais de produção capitalistas (que se reproduzem neste processo), uma tendência à socialização cada vez maior da produção e à privatização também cada vez maior da apropriação, como já se indicou²⁰³.

Tal tendência à privatização cada vez maior da apropriação não significa, entretanto, uma menor socialidade da mesma. A tendência à concentração não faz dela menos objetivamente “social”, pelo contrário. A concentração se impõe como tendência histórica da acumulação de capital *precisamente com base nesta progressiva socialidade*, na difusão e na reprodução da mercantilização da força de trabalho, no caráter cada vez mais socializado dos mecanismos de apropriação, que determinam objetivamente um aumento da concentração.

reprodução do capital, temporal e espacialmente determinados, nos quais aquelas formas funcionais relativamente autonomizadas e o entrelaçamento entre as mesmas adquire especial relevância. Tampouco é demais ressaltar que o fato de um trabalhador não produzir valor não significa que o mesmo não seja explorado, na medida em que sua força de trabalho é igualmente vendida e o valor de uso desta é igualmente explorado pelo comprador, embora, ao ser consumido, este consumo não constitua consumo produtivo. Aqui, indica-se, novamente, Carcanholo ([2006] 2012).

203Note-se que esta contradição se manifesta de maneira particularmente acirrada no imperialismo, com a expansão das relações sociais de produção especificamente capitalistas, a difusão da revolução industrial, o aprofundamento e a integração do mercado mundial, a inédita ampliação da escala de produção e, *pari passu*, um indissociável salto na concentração e na centralização de capital.

Com a socialização da produção, as mercadorias têm de confrontar-se progressivamente com uma profusão de mercadorias de mesmo valor de uso e de valores de uso distintos, na medida em que variadas cadeias produtivas e de consumo se interconectam.

Assim, ao passo em que a produção se socializa e que se difunde a produção especificamente capitalista e se complexifica a divisão social do trabalho (e, inclusive, a divisão internacional do trabalho, como forma daquela), *a magnitude do valor passível de ser realizada por intermédio da venda de cada mercadoria específica afasta-se cada vez mais do valor unitário a ela imanente ou da magnitude de valor nela efetivamente objetivada por meio do processo de produção*. Deve, ao invés, confrontar-se por um lado com a amplitude da gama de diferenciações no processo produtivo de valores de uso iguais ou similares e, por outro, com a profusão da diferenciação e da mercantilização dos bens socialmente necessários ao consumo produtivo e improdutivo. Tal confronto necessário determina as possibilidades sociais da magnitude de valor a ser apropriada, uma vez que sua expressão relativa por meio da troca só se pode dar para o conjunto de valores de uso iguais e em confronto com os demais valores de uso²⁰⁴. Eis aqui a base material da transferência de valor entre unidades produtivas (ou restrita ao capital industrial) em um mesmo ramo e entre ramos distintos²⁰⁵.

204 Não há como ocorrer *no mesmo mercado* (cujas fronteiras e delimitação também se desenvolvem social e historicamente), por exemplo, o reconhecimento social de dois valores de troca significativamente díspares para duas mercadorias absolutamente idênticas (ou, o que é o mesmo, o estabelecimento de dois “valores sociais de mercado” para a mesma mercadoria). Tampouco é possível que o valor socialmente reconhecido dos insumos empregados na produção e dos bens de consumo que configuram a reprodução da própria força de trabalho como mercadoria não impacte a produção e a circulação de mercadorias em cada ramo, inter-relacionados na produção e na apropriação de valor. A própria concorrência entre capitalistas – objetivamente determinada pelas características produtivas – termina por nivelar o reconhecimento dos valores sociais que funcionam como padrão em torno do qual os preços de mercado podem eventualmente oscilar. Para a compreensão da interpretação sobre a dialética entre valor e preço aqui empregada, é indispensável a leitura de Carcanholo (2011).

205 Empregamos a expressão “entre unidades produtivas” e não “entre capitalistas” pois uma mesma unidade produtiva pode ter vários proprietários e um mesmo capitalista pode ser proprietário de distintas unidades produtivas – o que se complexifica bastante em uma gigantesca e intrincada teia, se considerarmos a propriedade acionária e as sociedades anônimas. Construir e analisar essa “teia” é o projeto futuro que se depreende desta tese.

Ao mesmo tempo, com esse incremento da socialidade e com o aprofundamento das contradições inerentes ao próprio desenvolvimento capitalista, é cada vez mais necessária a autonomização funcional relativa de distintas parcelas de capital especializadas nas diferentes metamorfoses do ciclo do capital social global, identificado, por sua vez, ao ciclo do capital industrial. Historicamente, herdeiras de formas antediluvianas de capital (usurária e comercial), tais parcelas são qualitativamente subvertidas com o surgimento do modo de produção capitalista propriamente dito e do capital industrial, passando a ser por ele inevitavelmente subordinadas, a partir de sua prevalência sobre as demais relações sociais de produção²⁰⁶. Capital comercial e capital bancário deixam, portanto, de existir autonomamente, diferenciando-se daquelas formas antediluvianas, agora ressignificados como parcelas com autonomização funcional apenas relativa frente ao capital industrial, sob a propriedade de frações de classe específicas. Como tal, a remuneração de rentistas fundiários e de capitalistas comerciais e bancários – como também dos trabalhadores por eles empregados (cujo trabalho contribui para a apropriação de valor por parte dessas frações relativamente autonomizadas da

206 São frequentes as interpretações acerca do processo de autonomização das metamorfoses do valor na reprodução social do capital global como função de capitais particulares que apresentam tal processo como uma “historinha” da reprodução de capital ou como uma seqüência cronologicamente sucessiva de autonomizações e de seus respectivos desdobramentos, tendo como ponto de partida o próprio capital industrial. É bem verdade que as ditas “autonomizações de formas funcionais de capital e seus desdobramentos são apresentados por Marx sucessivamente ao longo do livro III de O Capital (no qual é tratada especialmente a transfiguração do mais valor em rendimentos, como enfatizaremos adiante), com base no desdobramento das três formas de existência do valor capital e de suas metamorfoses, no movimento de rotação do capital social global (minuciosamente analisadas ao longo do livro II). Também é verdade que o processo de rotação do capital social global identifica-se em termos de formalização à rotação do próprio capital industrial, embora não haja identidade entre ambos, se analisamos a dialética entre produção e circulação que lhes confere conteúdo específico. Consideramos que o desenrolar da história do capitalismo desautoriza, entretanto, essa frequente interpretação, contestável, inclusive, a partir dos trechos do próprio O Capital que tratam da materialidade de algumas categorias sob uma perspectiva histórica. Assim, “capital industrial”, “capital comercial”, “capital bancário”, “capital portador de juros” e “capital fictício” seguem uma ordem lógica de exposição determinada pelo próprio método materialista-dialético.

classe capitalista, que deve depois repartir uma parte com base no valor da força de trabalho²⁰⁷) – tem necessariamente de provir da repartição do mais-valor gerado na esfera da produção (seja por meio de relações de produção especificamente capitalistas, seja por força de outras relações, sempre submetidas a estas) e, portanto, em meio ao ciclo de rotação do capital industrial.

O capital industrial que já transfere valor entre distintas unidades têm, portanto, que transferir valor também a outras formas funcionais relativamente autonomizadas, a depender do ciclo de rotação do capital social global e do ciclo de rotação individual²⁰⁸, cuja forma é determinada, em última instância, por diferenciais de produtividade.

Precisemos algumas questões:

a) *Sempre há transferência de valor no capitalismo?* É importante reiterar que *a transferência de valor ocorre necessariamente no capitalismo*, isto é, considerando todas as suas formas históricas e a inter-relação entre todos os seus complexos particulares, em seu desenvolvimento desigual (e não apenas, por exemplo, na reprodução da fase imperialista ou do complexo particularizado pela dependência). A reprodução ampliada do capital social global (ou a própria reprodução material da vida sob relações de produção capitalistas) só poderia transcorrer sem transferência de valor se todas as unidades produtivas de todos os ramos tivessem produtividade idêntica (ou, em última instância, embora este não seja o único fator que deva ser considerado, se tivessem idêntica composição orgânica do capital²⁰⁹), o que

207Retome-se aqui a precisão realizada na nota 138 (p. 183-84) sobre a ausência de valoração nas categorias “trabalho improdutivo” e “trabalhador improdutivo”. Cabe também uma precisão acerca do trabalho ligado à apropriação de renda fundiária, na medida em que o direito sobre esta não se constitui sobre um “serviço prestado ao capitalista industrial”, mas sobre a renda absoluta e relativa da terra como meio de produção, donde deve-se considerar o trabalho já realizado na terra e em seu entorno.

208A evasão da transferência de valor por esta via é a raiz do notório “entrelaçamento” entre capital industrial e capital bancário de escala suficientemente expressiva. As particularidades das distintas formulações sobre tal processo só poderiam, contudo, ser analisadas em uma investigação específica sobre a controvérsia do capital financeiro.

209Deve-se considerar a produtividade dos distintos capitais (relacionada também à magnitude dos mesmos, à estrutura produtiva tecnicamente colocada e à organização do trabalho), a intensidade

é uma situação hipotética sem qualquer correspondência com a realidade e que presume, inclusive, a inexistência da luta de classes; ou sem a existência de setores não produtivos e a autonomização funcional relativa de distintas parcelas do capital sob a propriedade de distintas frações de classe (independente dos entrelaçamentos causais ou casuais entre estas); ou ainda, sem a existência do rentismo fundiário e a própria reprodução dos grandes contingentes de trabalhadores improdutivos atuantes na esfera da circulação, fundamentais à reprodução do capital. Seria ainda inviável a manutenção de algumas parcelas da sociedade que subsistem via transferência de valor por meio do Estado (qualquer que seja a fonte primária, a qual não está em questão neste momento), como, por exemplo, os aposentados. Assim, seja em seu sentido estrito (como transferência de valor entre unidades produtivas e entre capitalistas industriais), ou, ainda mais, em seu sentido expandido – mais correto, em nossa compreensão – *a transferência de valor é inerente à reprodução do capitalismo.*

b) O fato de que os trabalhadores não se apropriem do que produziram significa transferência a partir da classe trabalhadora? Claro está que a própria reprodução das relações sociais de produção capitalistas presume uma diferenciação insuperável entre produção e apropriação de valor também no que se refere à classe trabalhadora, na medida em que todo o valor existente (tanto em sua dimensão útil quanto em sua magnitude) é produzido pelo trabalho produtivo, não sendo o mais-valor, via de regra, apropriado por aqueles que o produzem. A diferenciação entre produção e apropriação de valor pela fração produtiva da classe trabalhadora sob relações sociais de produção capitalistas não constitui, entretanto, uma transferência de valor.

O ato de os capitalistas se apropriarem de valor produzido por trabalhadores *não constitui propriamente transferência de valor.* (A menos que se dê indiretamente, após a determinação do salário como preço. Não se trata aqui propriamente de transferência. Ao se fundamentar essencialmente na mercantilização da força de trabalho, a própria existência de relações de produção capitalistas presume ser o produto do trabalho pertencente integralmente ao capitalista (não podendo, por conseguinte, ser a ele *transferido*). Ao comprar a mercadoria “força de trabalho”, o capitalista a adquire integralmente como a qualquer outra mercadoria.

e a duração do trabalho, a taxa de mais-valia e o tempo e forma da rotação do capital em cada ramo e entre os distintos ramos.

Isto é: torna-se proprietário do valor de uso “capacidade de trabalhar” pelo tempo pactuado na operação de compra da força de trabalho. Caso a exploração desse valor de uso se realize por intermédio de seu consumo produtivo, necessariamente é produzido novo valor, *que pertence ao proprietário do valor de uso “capacidade de trabalhar”, que já não é o trabalhador, mas o capitalista*. Não lhe pode ser transferido o que já lhe pertence e o que se não lhe pertencesse sequer existiria, na medida em que o trabalhador não possui, ele mesmo, os meios de produção necessários para realizar o processo de produção sem vender sua força de trabalho²¹⁰.

c) Transferência de valor ou transferência de mais-valor? A distinção ontológica entre valor e mais-valor é imprescindível à adequada compreensão do capitalismo. Como em todas as categorias que vimos analisando, não deve, entretanto, ser reduzida à mera distinção formal (apesar de não prescindir dela), uma vez que se trata da mesma substância – o trabalho humano (cuja dissociação entre uma dimensão “útil” ou “concreta” e uma dimensão “abstrata” também pode ser reduzida à lógica formal). O mesmo ocorre com a análise sobre a forma de produção do mais-valor: mais-valor relativo e mais-valor absoluto, apesar de sua imprescindível distinção ontogênica, têm a mesma substância. A explicitação dessa igualdade de substância é, inclusive, um dos motivos pelos quais Marx emprega o mesmo núcleo em ambas as palavras, Werke [valor] (a modificação para mais-valia em português e castelhano provém da retradução, a partir da edição francesa, baseada na tradição já existente naquele país referente ao termo value). Após a produção e apropriação de mais-valor e com sua junção ao mundo do valor existente, é impossível identificar sua proveniência exata, ou “which é which” [qual é qual] nas palavras de Marx em suas anotações para o terceiro volume de O Capital. Abstraindo aqui as diferenças eventuais ou necessárias entre a

210A distinção ontológica entre “trabalho” e “força de trabalho” constitui o fator decisivo para a compreensão da singularidade da formação capitalista em relação às demais formas históricas de existência e de reprodução do ser social. Como a produção no capitalismo é orientada pela obtenção de lucro (forma fenomênica da apropriação de mais valor), a produção de mais valor é por sua vez condição *sine qua non* para a própria decisão de produzir e para a existência do processo de trabalho, de modo que, necessariamente, este se estenderá para além do mínimo necessário à mera reposição do valor destruído no consumo produtivo da força de trabalho. Produz-se necessariamente mais valor.

magnitude do valor e o preço da força de trabalho, a parcela do novo valor produzido pelos trabalhadores – e equivalente ao valor da força de trabalho (ou seja, àquela necessária à reprodução em escala simples) – constitui o pagamento dos salários pelos capitalistas industriais aos trabalhadores. Se assim for, apenas o mais-valor é objeto, posteriormente, da transferência de valor, na dialética entre produção e apropriação, e a partir dos capitalistas industriais. Isso, considerando, contudo, que a substância do mais-valor é o trabalho (objetivado como valor) e considerando as diferenças na apropriação fenomênica efetiva de valor e mais-valor, determinada não apenas causalmente, mas também casualmente (que foram abstraídas anteriormente). Nesse contexto, consideramos ser adequada a conceituação mais universal de *transferência de valor*, em vez apenas de transferência de mais-valor.

Depreende-se dessas precisões que o mais-valor produzido pertence imediatamente ao capitalista industrial, por ser ele o proprietário da força de trabalho consumida produtivamente no processo produtivo²¹¹. Se não lhe pertencesse por direito, tal mais-valor sequer existiria. É aqui – e na continuada reprodução de tal processo – que se pode começar a falar de transferência de valor, na medida em que, embora o capitalista industrial seja efetivamente o proprietário (temporário) da “capacidade de produzir valor” (ou da força de trabalho) e, portanto, lhe caiba o valor produzido no consumo produtivo dessa, de nada lhe serve manter esse valor sob a forma mercadoria (capital mercantil ou capital mercadoria²¹²). Para completar

211Ainda que o seja por um período de tempo limitado – singularizador do trabalho assalariado, em contraposição, por exemplo, ao trabalho escravo. Este período de tempo no qual a capacidade de trabalhar pertence ao capitalista (como valor de uso da mercadoria força de trabalho) necessariamente compreende sempre o tempo de produção, que, justamente, justifica a compra da força de trabalho.

212No que se refere à tradução da nomenclatura das formas nas quais o trabalho-valor-capital se cristaliza e se apresenta, metamorfoseando-se ao longo de seu ciclo global de rotação, preferimos utilizar capital dinheiro, capital produtivo e capital mercadoria para denotar o valor em processo de valorização que se apresente sob estas três formas. Em português, também são frequentes, respectivamente, “capital monetário”, “capital produtivo” e “capital mercantil”. Considerando as diferenças, em alemão, entre os termos Geld (dinheiro) e Münze (moeda) e as diferenças, na teoria marxista, entre as categorias “dinheiro” e “moeda”, não nos parece adequado traduzir “capital sob a forma de dinheiro” como “capital monetário”, sendo preferível, em nossa opinião, capital dinheiro (note-se que o emprego do hífen também pode ajudar a denotar a relação entre conteúdo e forma). Essa opinião apoia-se principalmente nas considerações feitas por Pedro Scaron à sua excelente tradução para a edição crítica de O Capital publicada em castelhano pela

a reprodução social ampliada do capital industrial, o capitalista industrial necessita metamorfosear seu capital mercadoria (ou capital mercantil) em capital dinheiro (ou capital dinherário, ou, em versão ligeiramente pior, capital monetário), mesmo que o faça pessoalmente. *Eis aqui a dialética entre produção e apropriação de valor determinada na dialética entre produção e circulação.*

Em sua condição de objetivação do trabalho humano, o valor existente sob a forma de mercadorias e, portanto, sob a propriedade efetiva do capitalista industrial, ao final de cada processo produtivo, *tem realmente uma determinada magnitude* a ele intrínseca e correspondente à quantidade de trabalho abstrato efetivamente incorporada ou objetivada nas mercadorias em questão – independente de que tal magnitude possa ou não se expressar integralmente na troca. Essa magnitude corresponde ao valor individualmente produzido.

Contraditoriamente, tal magnitude *só pode, entretanto, se expressar na dialética entre produção e apropriação*, isto é, apenas ao sair da esfera da produção e passar à esfera da circulação, confrontando-se às demais mercadorias e ao equivalente geral, justamente por meio da troca²¹³. Apesar da magnitude do valor intrínseco a cada mercadoria existir concretamente como *valor individual*, sua objetividade impõe a necessidade de que ele só possa se expressar e realizar na troca como *valor social*. Na esfera da circulação nada garante, contudo, que as mercadorias realizem completamente seu valor individual – o que propiciaria ao capitalista industrial a apropriação, na forma de capital dinheiro, sobre valor idêntico àquele que foi produzido, existente sob a forma capital mercadoria. Tal não se dá, pelo contrário: as diferenças (de produtividade, estrutura produtiva, magnitude e composição orgânica do capital, taxa de mais-valia, tempo e forma da rotação) existentes em cada ramo e entre os distintos ramos confluem para que o *valor individual produzido* e o *valor social apropriável* não convirjam, do ponto de vista de cada capitalista individual (embora devam ontologicamente se equivaler, correspondendo à produção total e à apropriação total da

Siglo XXI. Naquela obra, utiliza-se o termo capital dinerario, cuja tradução literal ao português exigiria o neologismo “capital dinherário”, ainda não empregado na tradição marxista em nossa língua até onde é de nosso conhecimento.

213O valor de troca é a expressão da magnitude do valor efetivada apenas na troca e, portanto, só pode se expressar na circulação.

mesma substância, se for levada em conta abstratamente a rotação completa do capital social global)²¹⁴.

A magnitude do valor produzido corresponde, portanto, sempre a valor individual, determinada pelas características particulares de realização de cada processo de trabalho – estas, sim, objetiva e socialmente determinadas. Contraditoriamente, entretanto, ela só pode se expressar na dialética entre produção e apropriação, isto é, apenas ao sair da esfera da produção e passar à esfera da circulação, confrontando-se às demais mercadorias de igual ou de outra utilidade e ao equivalente geral. Assim, já existe, nesse nível mais simples e abstrato da análise, a contradição entre valor individual e valor social. *Enquanto a magnitude do valor intrínseco só se pode dar como valor individual, ela só pode se expressar em relação a outra mercadoria e, portanto, como valor social.* A expressão também é, na dimensão fenomênica²¹⁵. É nessa dialética que se determina, causalmente, a magnitude do valor apropriável, que pode ou não se efetivar circunstancialmente. No capitalismo – e tanto mais quanto maior for o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista – a expressão da magnitude do valor *não existe separadamente da forma preço*.

É, portanto, o valor *social* (baseado, em última instância, nos distintos valores individuais e nas distintas condições produtivas concretamente existentes) que atua como

214Mesmo ao analisar o processo de troca da forma mais abstrata e em suas contradições mais essenciais, abstraindo expressamente, inclusive, as contradições entre produção e apropriação, ao defini-lo apenas como troca de equivalentes e, ao abstrair as diferenças entre preço e valor e todas as determinações a ela inerentes, Marx carece de já indicar ao leitor a ocorrência *necessária* de transferência de valor (ou seja, a rigor, da apropriação de não equivalentes na troca de equivalentes!). Tal indicação, descabida naquele grau de abstração, fazia-se, contudo, fundamental para uma correta compreensão do caráter objetivo do valor, *socialmente determinado* (e, portanto, em nenhuma hipótese circunscrito às diferenças subjetivas entre distintos processos de trabalho concretamente identificados por seu caráter útil).

215Trata-se de enxergar a mesma coisa de outra maneira, abstraindo-lhe distintos complexos de determinações particulares. Nesse sentido, cada nova mediação teórica (preço de produção, valor social de mercado, etc.) pode ser considerada forma fenomênica da anterior, ao mesmo tempo em que considera determinações mais essenciais que a próxima, em uma autêntica consideração do processo de abstração e de síntese proposto por Marx, dentro dos marcos do materialismo-dialético que requer sempre, como viemos demonstrando, a análise do objeto específico em sua própria lógica e não a partir de idealizações apriorísticas.

padrão ao redor do qual os preços flutuam circunstancialmente. Acabamos de analisar uma das determinações desse valor social, a primeira delas, considerando apenas as diferenças produtivas existentes internamente em cada ramo do capital industrial (isto é, as diferenças produtivas existentes na produção de *uma mesma mercadoria*). É interessante notar que essa primeira divergência entre valor individual e valor social é apontada por Marx já no livro I de *O Capital*, apesar de que aquele momento da exposição dos resultados aos quais o revolucionário alemão havia chegado em sua investigação exigisse justamente a abstração das contradições entre produção e apropriação, possibilitando o reconhecimento do complexo de contradições ontologicamente prioritário (a produção de mais-valor por meio da compra e venda da força de trabalho e o direito da classe capitalista sobre a propriedade deste mais-valor, mesmo que todas as mercadorias sejam compradas e vendidas exatamente por seu valor). Admitir a compra e a venda de cada mercadoria por seu valor intrínseco significaria, contudo, rechaçar a existência de uma sociedade na qual “a riqueza se apresenta sob a forma de uma imensa coleção de mercadorias” (cf. MARX, [1867] 2013, p.113), isto é, uma sociedade na qual a forma mercantil já está a tal ponto generalizada que, ao se realizar como mercadoria, cada valor de uso tem necessariamente de confrontar-se aos valores de uso iguais e expressar a magnitude de valor socialmente apropriável, a partir do confronto, no mercado, com valores de uso iguais e distintos, igualmente portadores de magnitudes de valor objetivamente determinadas.

Assim, em meio às muitas consequências em torno de cuja análise não nos ocuparemos neste momento, a generalização da forma mercadoria e, com ela, da forma preço, acarretam a necessária diferenciação entre a magnitude de valor individualmente imanente a cada mercadoria e a magnitude de valor apropriada por meio de sua venda. Na medida em que *esta divergência é em grande medida necessária ou causal e não casual*, para compreendê-la deve-se inevitavelmente abstrair as determinações contingentes ou casuais que possam, por ventura, influir na determinação de tal divergência e analisar cuidadosamente (em um esforço ontogenético) as determinações do *valor socialmente apropriável* que não corresponde ao valor efetivamente apropriado, dada a abstração daquelas contingências, sem tampouco corresponder ao valor produzido, na medida em que, na dialética entre produção e apropriação, afasta-se necessariamente daquele.

A crescente necessidade da existência de frações de capital especializadas na realização de determinadas metamorfoses do ciclo do capital para que se garanta a efetivação dessas

metamorfoses (independente das relações de entrelaçamento que possam se dar entre tais frações em cada momento, causal ou casualmente) e a crescente necessidade de recorrer ao Estado como órgão imprescindível à reprodução social implicam, ao mesmo tempo, a consequente contração de obrigações, por parte da fração de classe capitalista industrial, no que se refere à repartição do mais-valor. Todas essas contradições atuam no sentido de diferenciar a produção de valor (restrita ao capital industrial, com o emprego de trabalho produtivo) e a apropriação de valor (realizada por toda a sociedade). Assim, não apenas não existe uma equivalência individual entre valor produzido e valor socialmente apropriável, como, necessariamente, tal apropriação individual de magnitude de valor idêntico à produzida *não ocorre*, exceto por uma fatalidade casual.

Junto a todas as formas já destacadas de transferência de valor, cabe uma observação – não mais que na qualidade de mera indicação da problemática (de especial relevância para a análise do surgimento do imperialismo como aqui o entendemos). Trata-se de uma observação a respeito da produção realizada sob relações de produção não especificamente capitalistas, porém no interior da formação econômico-social capitalista (de caráter mundial) e, portanto, subordinada àquelas relações²¹⁶. Não se trata aqui, de nenhuma maneira, da reivindicação da necessidade de tais relações para a própria reprodução do capital, como aquela realizada por Rosa Luxemburgo, ou mesmo da consideração de que *O Capital* deveria se dedicar à análise de tais relações. Dado o nível de abstração de *O Capital*, é claro que o tema em tela foge ao escopo da obra, cujos objeto e objetivo envolvem a investigação das determinações e dos complexos de contradições *específicos do modo de produção capitalista* como momento predominante da formação real. Isso não deve levar à interpretação – alheia à obra de Marx – de que tais determinações não existam. Desde nosso ponto de vista, a partir da consolidação do mercado mundial e, especialmente, no período imperialista, também aí trata-se de transferência de valor. A apropriação sobre o valor produzido é socialmente determinada na circulação dos produtos do trabalho no mercado capitalista, que se transformam destarte em

216 Isto é, não diretamente realizada na rotação do capital industrial. Trata-se aqui, por exemplo, da existência de comunidades originárias, de pequenos produtores agrícolas, de artesãos, etc., nas quais se mantenha, em algum grau, a propriedade individual sobre o produto individual ou a propriedade coletiva sobre o produto coletivo. A relação social de produção determinante da lógica da reprodução social na totalidade da sociedade, subordinando as demais relações sociais de produção porventura existentes, corresponde ao modo de produção predominante em uma determinada época e local. E é, nesse caso, capitalista.

mercadorias e, como tal, confrontam-se a todas as outras mercadorias, participando do processo capitalista de produção e de apropriação de valor²¹⁷.

Este é um ponto particularmente relevante no que se refere à análise do imperialismo, posto que as transformações na transferência de valor inerentes a este período histórico do capitalismo são muitas vezes reduzidas teoricamente a este último tipo de transferência de valor, seja pela subordinação formal (por meio da expropriação ou espoliação) ou real (por meio do confronto das mercadorias no mercado), dado que se trata aqui de um complexo de determinações mais aparente. A transferência de valor por essa via já era, contudo, bastante comum antes do período imperialista, tendo sido talvez ainda mais importante no período que caracteriza a transição para o capitalismo e a progressiva prevalência de relações sociais de

217Excetua-se no caso a produção para consumo próprio, que recai, ela mesma, na já apontada dialética da conformação de tendências a partir também das contratendências, na medida em que tal produção se contrapõe à forma especificamente capitalista de reprodução material da vida, mas termina sendo a ela subordinada no conjunto daquela reprodução, em especial quando não esteja associada, na luta de classes, à clareza sobre as contradições mais essenciais do próprio modo de produção capitalista, a serem destruídas para sua superação. Nesse sentido, o resgate e a reprodução de distintos modos de vida pode contribuir para o enfrentamento do capitalismo e para a construção histórica do sujeito revolucionário (sendo, mesmo, histórica e politicamente imprescindível em alguns casos), embora a possibilidade de superação do capitalismo por intermédio de uma generalização de relações sociais de produção não capitalistas – sem, contudo, possibilitar a destruição e superação daquelas –, tem na transferência de valor um de seus fatores inviabilizantes. Qualquer analogia com o papel da transferência de valor na obstaculização da superação da dependência por meio do “desenvolvimento capitalista nacional e autônomo” (em especial, a partir do período imperialista), por um lado, e da importância da questão nacional, por outro, deve ser tomada com muito cuidado. Tal analogia deve ser mediada por considerações relativas à profunda diferenciação entre “questão nacional” e “desenvolvimento capitalista nacional” (frequentemente passadas por alto nas formulações desenvolvimentistas apresentadas como posições táticas para a construção do socialismo), bem como pela problematização da construção do socialismo em escala nacional, a ser apenas entendida, em nossa opinião, como possível necessidade historicamente determinada e jamais como uma prerrogativa da construção do socialismo – tema amplamente debatido na forma das históricas controvérsias sobre o socialismo e a guerra, sobre a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sobre a construção do socialismo em um só país, sobre a constituição do Campo Socialista e, posteriormente ao COMECON (e, inclusive, sobre a existência do Movimento de Países Não Alinhados), no Grande Debate acerca da industrialização cubana, nas especificidades do conflito sino-soviético, etc.

produção especificamente capitalistas na Europa (o que, de modo algum, torna sem sentido um estudo de suas particularidades no período imperialista). Consideramos que as principais transformações da transferência de valor no período imperialista se dão por intermédio da diferenciação nas condições de produtividade (e, com base nestas, no ciclo do capital) de distintas unidades produtivas capitalistas. Nesse sentido, os monopólios, entendidos como grandes conglomerados, são ontologicamente distintos daqueles comuns até meados do século XIX e que constituíam, aí sim, grandes empresas (de lógica quase feudal) com enormes vínculos com o Estado e efetivamente monopolistas, no sentido de serem as únicas no mercado, por lei. ou empresas de tipo capitalista que eram efetivamente as únicas, dada a inexistência de outras (o que era mais comum antes da difusão da Segunda Revolução Industrial). Os “monopólios” referidos por Lenin (e descritos também por Hobson, Hilferding e, especialmente, Bukharin) impõem-se *realmente* como grandes conglomerados *na concorrência* e não fora dela. Trata-se, aqui, em analogia ao “Paradoxo das desigualdades dos iguais” proposto por Reinaldo ([1996] 2013), do “*Paradoxo do Monopólio não Monopolista*”.

Isso posto, estabelecem-se como *inerentes à reprodução das formações econômico-sociais capitalistas*, em qualquer período do desenvolvimento histórico do capitalismo e em qualquer complexo singularizado em relação a esse desenvolvimento, as seguintes formas de transferência de valor: i) interna ao capital industrial, devido às diferenças de produtividade, estrutura produtiva, magnitude e composição orgânica dos capitais, intensidade e duração do trabalho, taxa de mais-valia e tempo e forma da rotação existentes em cada ramo e entre os distintos ramos; ii) entre capital industrial, rentismo fundiário, capital comercial e capital bancário (em sua dupla determinação como capital portador de juros e capital fictício), bem como, por meio desta, à parcela de trabalhadores improdutivos sobre cujo trabalho repousa o direito de apropriação de mais-valor por parte de frações relativamente autonomizadas da classe capitalista ligadas à circulação de valor; iii) entre distintas classes e frações de classe por meio da intermediação do Estado, inclusive com a apropriação e transferência de parte do valor correspondente à própria reprodução da força de trabalho, por intermédio dos impostos sobre rendimentos salariais e de variados impostos indiretos; iv) a partir da produção realizada sob relações de produção não especificamente capitalistas, de maneira análoga àquela existente internamente ao capital industrial, porém não rigorosamente idêntica, na medida em

que, ao contrário do que ocorre no caso da compra e venda da força de trabalho, há transferência de valor por parte dos produtores diretos.

As duas primeiras formas aqui elencadas foram desenvolvidas em *O Capital* e as duas últimas podem ser, em nossa opinião, daí depreendidas. A transformação daquelas duas primeiras maneiras de transferência de valor constituem, em nossa opinião, uma determinação essencial ao imperialismo, determinada pela diferenciação da escala de distintos capitais (decorrente do salto na concentração e centralização de capital) e na diferenciação nos campos de ação concretamente colocados a cada capital de diferente escala como possibilidades objetivas de condições produtivas. A diferenciação na produtividade daí decorrente acarretaria, de modo inevitável, a referida transformação na transferência de valor relacionada à concentração e à centralização do capital. Tais elementos se acentuam com as distintas possibilidades de atuação em atividades funcionais próprias a distintas frações relativamente autonomizadas do capital (também dada pela diferenciação de escala) e com as distintas possibilidades de se fazer presente em distintos ramos, ampliando as margens de aproveitamento da eventual (e sempre temporária) possibilidade de diferenciação – aqui sim – da determinação do valor social de uma mercadoria em relação a seu preço de produção médio; possibilidade essa, fundada, precisamente, na existência de uma gama amplamente diferenciada de preços de produção individuais no mesmo ramo, dados os diferenciais de produtividade (o que favorece a transferência de valor a partir de outros ramos para o ramo em questão, beneficiando tanto a empresa mais produtiva quanto a menos produtiva, o que, apesar de sempre transitório, é essencial para compreender as distintas matrizes de produtividade existentes em países dependentes à época do imperialismo)²¹⁸.

Destarte, mesmo não havendo qualquer tipo de “imposição monopolística” no sentido coercitivo do termo por parte dos “monopólios” (entendidos como grandes conglomerados, muitas vezes inseridos, inclusive, em ramos distintos e variados, podendo mesmo contar com diversas estruturas de mercado), ou tampouco qualquer variação dos valores sociais em relação aos preços de produção médios, a marcadíssima diferenciação da escala dos capitais – devida ao salto nos processos de concentração e de centralização, mediante o incremento das forças produtivas sob a expansão das relações sociais de produção capitalistas (cujo conteúdo

218Claro está que tais empresas de maior escala também têm acesso diferenciado à determinação de políticas de Estado. No entanto, consideramos que, em termos históricos, aqui não reside uma diferenciação expressiva inaugurada no período imperialista, apesar de se subverter em novas formas no período.

é o incremento da própria socialidade) – determina necessariamente uma enorme transformação da transferência de valor rumo aos capitais de maior escala, retroalimentando o processo de concentração (e centralização) e diferenciando cada vez mais marcadamente as escalas dos distintos capitais²¹⁹.

Isto é: mesmo que os valores sociais de mercado sejam idênticos aos preços de produção médios²²⁰ (note-se que aqui estamos abstraindo as determinações contingenciais que incidem sobre a determinação dos preços de mercado), a determinação da taxa de lucro média (medida em preços de produção) já configura a transferência de valor entre ramos, a partir das diferenças médias de produtividade existentes entre os distintos ramos do capital industrial. Dado que os preços de produção não são *distintos* dos valores, mas, sim, exatamente os valores, levando-se em consideração também o tamanho e composição dos capitais, isto é, que os preços constituem os valores ponderados pela magnitude e composição dos capitais médios de cada ramo, a mera “desponderação”, ou seja, a mensuração da própria taxa média de lucro não em preços de produção, mas em valores, leva à identificação desta transferência de valor, partindo dos setores com menor produtividade aos setores com maior produtividade²²¹.

Claro está, contudo, que o fato de os valores de uso iguais se confrontarem no mercado como um mesmo tipo de mercadoria, determinando a apropriação social de uma mesma

219E sem sequer mencionarmos as taxas de lucro efetivas resultantes da sobredeterminação em todos esses sentidos e também por variações contingenciais com muito menor grau de determinação e restritas à dimensão fenomênica, apesar de continuamente reproduzidas pelo mesmo conjunto de pores teleológicos que, com ou sem intenção, reproduzem todas essas determinações.

220Isto é, mesmo que os valores sociais de mercado (que constituem uma determinação mais essencial em relação à expressão do valor de troca em equivalente geral, isto é, aos preços, que, “tal como ocorrem no dia a dia, determinam a apropriação e a distribuição do fruto da exploração entre os diversos capitais e entre suas frações” - cf. CARCANHOLO, [2000] 2013, p.111) sejam idênticos aos preços de produção médios (que, em relação aos valores sociais de mercado, constituem, eles, mesmos uma determinação mais essencial, apreensível a partir da abstração das distintas possibilidades conjunturais da tal “imposição” de valores mais favoráveis a determinados interesses, o que significa de fato seu reconhecimento social).

221Ou, dada a rotação do capital social global e supondo uma mesma taxa de mais-valia entre os setores, a partir dos setores com menor composição orgânica de capital média rumo aos setores com maior composição orgânica de capital média.

magnitude de valor, não significa, como já se destacou, que as condições de produção de tais mercadorias sejam idênticas; de modo que deve-se somar à transferência de valor (positiva ou negativa) entre ramos, a transferência de valor (positiva ou negativa) interna a cada ramo para compreender a transferência de valor relativa a cada unidade produtiva. *O campo concreto das condições produtivas disponíveis para os capitais de maior escala os favorece frente aos capitais de menor escala duplamente, portanto.* E mais ainda em um terceiro patamar, se considerarmos também a transferência de valor entre distintas frações da classe capitalista e o campo concreto das possibilidades de configuração do ciclo descrito por cada capital individual em sua rotação (em termos da propriedade sobre o capital funcionalmente envolvido em cada metamorfose), que se diferencia marcadamente com a progressiva diferenciação na escala dos capitais.

É possível, ainda, que a magnitude do valor socialmente reconhecível como apropriável, a partir da venda de uma dada mercadoria (ou o seu valor social) divirja de seu preço de produção médio (o que pareceria se aproximar da situação descrita por Baran e Sweezy, mas ainda diverge totalmente daquela, na medida em que estamos sempre nos referindo a determinações não imediatamente fenomênicas – valores, não preços – e na medida em que estas devem sempre ser consideradas em sua unidade). Já em 1977 (2013), Carcanholo destacara a necessidade do adequado espelhamento teórico desta possibilidade²²² fora dos marcos de uma concepção neoricardiana sobre a relação entre valores e preços. Consideramos que, em seu artigo “Oferta e demanda de valor em Marx” ([2003a] 2013) o logrou em grande medida.

222“Não se pode pensar que a teoria dos preços de Marx consiste simplesmente em sustentar que os preços de mercado oscilam em torno dos preços de produção (ou a eles correspondem) e que estes estão teórica e logicamente determinados pelos valores. Essa afirmação só é válida sob as condições de livre mobilidade dos capitais e de capitais de tamanhos similares, que, evidentemente, não são as condições existentes no capitalismo contemporâneo. Faz falta completar a teoria, mas esse esforço, o de explicar a determinação dos preços nas condições atuais, somente frutificará nos marcos de um corpo teórico global que seja adequado para entender o movimento do capital e, portanto, o desenvolvimento da sociedade capitalista. Os intentos ecléticos ou os empiristas podem entregar bons elementos para a necessária descrição do fenômeno a estudar, mas, como o próprio Marx afirmava, a ciência só existe porque a aparência do fenômeno mistifica sua própria essência. Enquanto só subsistem esses intentos, o desenvolvimento da ciência não prosseguirá” (CARCANHOLO, [1977] 2013, p.62).

Em sua apreensão acerca do polêmico capítulo 10 do livro III de *O Capital*, Reinaldo Carcanholo conclui que a divergência entre valor social de mercado (como valor apropriável eliminando-se as flutuações circunstanciais) e os preços de produção médios poderiam se dar e efetivamente se dariam “em razão de certas conjunturas excepcionais ou da existência de monopólios com certa estabilidade”. A chave aqui é a compreensão da permanência no movimento, análoga ao raciocínio desenvolvido no capítulo 2 deste trabalho acerca do universal e do singular como determinações do ser (para além das divergências entre a concepção de Reinaldo sobre a aparência como uma dimensão da realidade e a diferenciação entre realidade e pensamento realizada naquele capítulo). Deve-se compreender que, em relação à tendência geral, tal diferenciação é sempre transitória, porque não pode abolir a anarquia da produção capitalista inerente à contradição entre produção e apropriação de valor sob relações sociais de produção capitalistas e progressivamente antagônicas, na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas se dê materialmente por meio da reprodução de tais relações. Contudo, se vista dentro de sua particularidade e em relação a determinações ainda mais transitórias (como as contingências que, para além destas, impactam a determinação dos preços de mercado, por exemplo), tais determinações são duradouras e têm caráter determinante mais essencial ou subordinante.

O acirramento das contradições sempre implica *ao mesmo tempo* (como fruto das mesmas posições teleológicas) a diferenciação efetiva entre distintos complexos e uma equalização tendencial, cuja base material situa-se justamente na referida diferenciação, ideia que ainda retomaremos neste capítulo. Por ora, constatemos que, em qualquer complexo de desenvolvimento desigual, tendência e contra-tendência não se contrapõem de maneira estanque ou meramente formal – a configuração da tendência se dá a partir, inclusive, de suas contratendências, na existência material indissociável de ambas.

É sob essa ótica que devem ser analisadas as eventuais (porém sob outra perspectiva mais ou menos duradouras) divergências entre valores sociais de mercado e preços de produção. Claro está que essa divergência também implica transferência de valor. A transferência aqui implicada se dá entre os distintos ramos do capital industrial, propiciando uma apropriação extra em relação àquelas já descritas por um dado ramo, se o valor socialmente reconhecido como apropriável pela venda das mercadorias nele produzido está acima de seu preço de produção médio, e vice-versa. Segundo a definição proposta por Reinaldo a partir de sua interpretação de Marx ([2003a] 2013), tal divergência só seria

suficiente para considerarmos o valor social assim estabelecido, efetivamente, como *valor social de monopólio* se o mesmo estiver abaixo ou acima das piores ou das melhores condições de produção efetivamente existentes no ramo e que constituem a determinação material daquele valor em seu confronto entre si e em relação aos demais ramos produtivos; isto é, *se estiver abaixo ou acima do menor ou maior preço de produção individual existente no ramo em questão*.

O mais-valor extra assim apropriado (ou a *renda de monopólio* propriamente dita) deve ser considerado em analogia à renda absoluta da terra e é sempre transitória, embora mais duradoura que a renda relativa. Destacamos que a perenidade relativa da renda absoluta de monopólio – a partir do estabelecimento de um “valor social de monopólio” – está, em geral, imediatamente determinada não pelas vantagens de um dado capital ao efetivamente confrontar-se com outros na concorrência, mas em sua capacidade de “não confrontar-se”, capacidade esta, assentada, de maneira geral, em sistemas de propriedade intelectual ou à renda absoluta da terra propriamente dita, devendo ser considerada aqui a relativa autonomização – sempre determinada, em última instância, pela reprodução material da vida – de uma série de complexos para além do estritamente econômico (particularmente o jurídico e o militar). Apesar de estar em geral associado também à maior escala dos capitais, esse monopólio, no sentido estrito do termo sob a perspectiva da estrutura de mercado, é mais semelhante a estruturas existentes – e mesmo prevalentes – antes da fase imperialista do desenvolvimento histórico do capitalismo (ou o “capitalismo monopolista”, que só pode ser devidamente compreendido se analisarmos os assim chamados “monopólios” sob outra ótica, como se destacou, como “grandes conglomerados” não necessariamente monopolistas, sob o ponto de vista mais frequente na teoria econômica burguesa, associada à tipificação das estruturas de mercado).

Quando determinado dentro da gama de preços de produção efetivamente existentes em um dado ramo, Carcanholo considera que o valor social deve ser considerado como *valor social normal* ou *valor social de mercado* (em contraposição justamente ao valor social de monopólio), embora obviamente sempre que isso ocorre, “para cima” ou “para baixo” (posto que a determinação dos valores sociais nos distintos ramos se dá mutuamente), reflita a “existência de monopólio em algum grau” ([2003a] 2013). Isso posto, dentro de um mesmo ramo, a definição de valores sociais maiores que os preços de produção médios implica uma *ainda maior transferência de valor para capitais individuais com alta produtividade e pode*

viabilizar a continuidade da existência de capitais de menor produtividade, na medida em que a transferência de valor, a partir de outros ramos, compense, ao menos em parte, a transferência de valor ocorrida internamente ao ramo (denominada por Marx como apropriação de “mais-valia extraordinária”). O contrário logicamente também é verdadeiro, se examinarmos a determinação de valores sociais abaixo do preço de produção médio. Há duas observações bastante relevantes a serem feitas nesse sentido, pois indicam interessantes possibilidades de investigação: i) A requalificação do paradoxo aqui implicado, que denominamos “paradoxo do monopólio não monopolista”, na medida em que diversidade de estruturas produtivas dentro de um mesmo ramo mostra-se, em geral, funcional para os grandes conglomerados que contam frequentemente com maior produtividade, na medida em que a existência concreta de uma maior gama de preços de produção individuais facilita a apropriação (socialmente objetiva) correspondente a valores sociais que estejam acima dos preços de produção médios. ii) O possível impacto dessa constatação para a análise da transferência de valor em países dependentes, na medida em que, tanto os capitais nacionais (mesmo quando constituam grandes conglomerados de produção primária) quanto as filiais montadas por grandes conglomerados em sua deslocalização produtiva, tendem a ter menor composição orgânica de capital e menores índices de produtividade em países dependentes.

Em último lugar, importa destacar que os grandes conglomerados, apesar de contarem com inúmeras vantagens em relação aos capitais de menor porte, precisamente na concorrência capitalista e, particularmente, no que se refere ao campo concreto das possibilidades objetivas de determinação de diferenciais de produtividade que fundamentem a transferência de valor, seguem concorrendo entre si e com os demais capitais. Assim, na dialética entre duração e transitoriedade inerente ao movimento do real não se dá jamais o estabelecimento de uma “supertaxa de lucro” imune à tendência de queda da taxa de lucro²²³.

223Reinaldo Carcanholo chega a aventar a possibilidade de que, *para além* da diferenciação normal da taxa de lucro realmente apropriável por cada capital individual, a partir da equalização do lucro médio entre os distintos ramos (o chamado “paradoxo da das desigualdades dos iguais”, que se deve à diferenciação produtiva e às transferências de valor – ou à apropriação de mais-valia extraordinária, nos termos de Marx – também no interior de cada ramo), “para cada critério de distribuição dos lucros entre os capitais, encontraremos uma medida diferente para a taxa média de lucro. Isso ocorre em razão de que, para cada critério, teremos um sistema de preços relativos diferentes, alterando-se, assim, a medida da composição orgânica dos setores (e a relação entre as mesmas) e a própria medida da magnitude do lucro total” (cf. CARCANHOLO, [1996] 2013,

Mesmo que a própria equalização da taxa média de lucro, como mediação da relação entre valor individualmente produzido e valor social apropriável (ou da própria transferência de valor), implique taxas de lucro reais distintas (para sequer mencionarmos as taxas de lucro efetivas), já se destacou que o acirramento das contradições implica *ao mesmo tempo*, como fruto das mesmas posições teleológicas, a diferenciação efetiva entre distintos complexos e uma equalização tendencial que tem sua base material justamente na diferenciação.

Os superlucros encontram, portanto, sua base fundamental e causal realmente determinada de maneira causal pelo processo de concentração de capitais, porém não por intermédio de um pretense impacto deste sobre a diferenciação entre valores sociais e preços de mercado, mas, sim, pela transferência de valor determinada causalmente por diferenciais entre valor individualmente produzido e valor socialmente apropriável: i) dentro de cada ramo do capital industrial (cf. Carcanholo [2011] 2013), no processo descrito por Marx como “apropriação de mais-valia extraordinária”; ii) entre ramos do capital industrial (cf. Carcanholo [1977] 2013; [1996] 2013 e [2003a] 2013), nos processos descritos por Marx como “equalização da taxa de lucro” (e formação dos preços de produção [médios]) e como “formação dos valores sociais de mercado”, no fatídico capítulo sobre a “Oferta e Demanda” do livro III de *O Capital*, sobre o qual assumimos integralmente a visão de Reinaldo Carcanholo; e iii) entre a “Santíssima Trindade”, isto é, entre as distintas frações relativamente autonomizadas da classe capitalista, com base na forma concreta do ciclo do capital (cf. *O capital*, livro III, seções 4 a 7). Também nesse âmbito, como já destacado, a diferenciação na escala dos capitais demarca concretamente distintos campos de possibilidade objetiva para capitais de escalas distintas.

p.72). Ou seja: segundo Reinaldo (ibid., p.70, ênfase nossa), “O que poderíamos concluir de sua teoria [de Marx] é que, dada a taxa de mais-valia, e a estrutura da produção, o que alteraria a estrutura de preços relativos [através do impacto sobre os valores sociais de mercado] é o critério de distribuição dos lucros entre os diferentes setores, e não as supostas variações da magnitude da taxa média de lucro. [...] Se os lucros repartirem-se em proporção à magnitude do capital total, medida em preços de produção, os preços de mercado corresponderão aos preços de produção; neste caso, a taxa de lucro (medida em preços de produção) de cada um dos capitais seria igual à taxa de lucro média (medida na mesma dimensão). Admitindo-se um critério diferente qualquer, compatível com a oligopolização da economia (por exemplo, a existência de três níveis diferentes de taxa de lucro, uma para cada grau de “poder de monopólio”), chegaríamos a preços de mercado que corresponderiam ao que poderíamos chamar de preço de monopólio” (com dimensão teórica, até certo ponto, análoga ao preço de produção).

Claro está que a apropriação efetiva e, portanto, a obtenção efetiva de lucros só se dá sob a forma preço, para cuja análise devemos considerar também o impacto de determinações contingentes e circunstanciais. Essa variação contingencial se dá, contudo, sobre a base de valores socialmente conformados, de caráter objetivo, que nos permite, por exemplo, saber se “o preço está caro” ou se “o preço está barato” (cf. Carcanholo, [2003b] 2013). Tais valores sociais determinam o que Reinaldo Carcanholo (cf. [2011] 2013) denomina como “taxa de lucro real”, por suas determinações causais, em contraposição à “taxa de lucro efetiva”, por suas determinações contingenciais. Como já se indicou, os valores sociais são causalmente determinados por um mesmo conjunto de pores teleológicos determinantes, como vimos, dos valores socialmente *apropriáveis* por cada capital individual, embora não exatamente dos valores socialmente *apropriados*, apenas identificados *a posteriori*, sob a forma preço²²⁴, e sem a abstração das determinações contingenciais. Em sua determinação última deve ser considerada, ainda, a “repartição do mais-valor em lucro empresarial, lucro comercial, juro e renda” ou sua repartição entre a “Santíssima Trindade” das frações da classe capitalista, atuante causalmente sobre a formação de preços e determinada, em última análise, sobre a forma do ciclo do capital (que, como já mencionamos, também se distingue marcadamente como campo das possibilidades objetivamente existentes para capitais de distintas escalas). A compreensão do impacto da concentração sobre a transformação da transferência de valor no período capitalista é, portanto, imprescindível à adequada compreensão deste. Não pode, contudo, de nenhuma maneira, partir da formulação de uma “nova teoria do valor” incompatível com aquela fundada no espelhamento teórico-conceitual das determinações universais ao próprio capitalismo, o que seria o mesmo que evadir a prioridade ontológica entre o ser e as suas fases, isto é, considerar que o imperialismo não é capitalista²²⁵.

224O que agrega dificuldades de mensuração, apesar de não impossibilitá-la.

225“A categoria preço de produção era indispensável para entender a determinação dos preços de mercado e a repartição do mais valor na época concorrencial do sistema capitalista, mas também o é, como passo necessário, na época monopolista. Se Marx tivesse elaborado sua teoria numa época em que prevalecessem os monopólios e quisesse explicar teoricamente a determinação dos preços de mercado e da repartição do lucro, não teria feito, como passos necessários, algo diferente do que fez: partir do valor e passar pelos preços de produção” (CARCANHOLO, [1977] 2013, p.62).

*A própria socialidade é, por conseguinte, a base da transferência de valor*²²⁶, na medida em que determina a reprodução material da vida por meio da compra e venda de mercadorias e, com a progressiva prevalência desta, determina a diferenciação necessária entre a magnitude do valor individualmente produzido (sobre bases cada vez mais sociais) e a magnitude do valor socialmente apropriável (sobre bases cada vez mais sociais); isso, uma vez que, apesar das mercadorias individualmente serem objetivação de maior ou menor quantidade de valor, ao constituírem os mesmos valores de uso devem equiparar-se no mercado e, ao dependerem da compra e da venda de mercadorias em sua própria produção e circulação, devem equiparar-se a mercadorias de valor de uso distinto, implicando necessariamente a transferência de valor entre uns e outros capitalistas industriais.

Essa é a base material da transferência de valor. E qualquer análise sobre a transferência de valor que não parta do seu movimento histórico (ontogenético), forçosamente precisa recorrer à idealização de aspectos da realidade.

4.3. Socialização do ser social e imperialismo

O desenvolvimento do ser social, ou o desenvolvimento humano, constitui-se no progressivo afastamento das barreiras naturais. Trata-se, portanto, de uma progressiva prevalência de determinações sociais na intermediação da reprodução material (embora esta jamais possa constituir uma autonomização total, que supere ou evada as determinações puramente naturais). Lukács denomina tal processo como “socialização do ser social” ou “socialização

²²⁶Como produtos do trabalho, as mercadorias *têm* valor (ou sentido), sendo postas teleologicamente. Tal sentido não é jamais indeterminado, sendo determinado historicamente sob as condições específicas nas quais se dá o processo de trabalho. Ao se tratar de *mercadorias*, é evidente que o valor tem necessariamente que *se expressar socialmente*, tanto em sua dimensão qualitativa, quanto em sua dimensão quantitativa (ou magnitude). Não basta que o produto em questão seja considerado útil por quem o produziu, ele deve ser considerado útil por outros. E a magnitude de seu valor, embora intrínseca, só pode se expressar na troca, isto é, relativamente a outra mercadoria ou ao equivalente geral (progressivamente desmaterializado). Assim, a magnitude do valor só pode se expressar relativamente, ou como *valor de troca* (expresso, por sua vez, fenomenicamente, sob a “forma preço” quando o dinheiro, como equivalente geral, constitui o equivalente no qual se expressa aquele valor relativo). *No momento da troca, está, portanto, colocada uma relação entre produção e apropriação de valor.*

da sociedade”, constituindo um processo de progressivo incremento da sociabilidade. *Se o salto ontológico distintivo do ser humano como ser social deve ser compreendido em sua processualidade, a essência do ser social é seu movimento histórico.* O movimento histórico de desenvolvimento do ser social, em qualquer uma de suas formas particulares, deve, portanto, ser analisado sob este critério – que, ao singularizar o ser social em relação ao ser em geral, é o único que possibilita uma apreensão ontogenética deste movimento histórico.

Viu-se que o surgimento especificamente do modo de produção capitalista e das formações econômico-sociais capitalistas constitui um expressivo salto qualitativo nessa socialização do ser social, na medida em que a mercantilização da força de trabalho implica, mesmo as determinações biológicas mais elementares do ser humano, terem de ser intermediadas socialmente pela compra e venda de mercadorias. Neste modo de produção, para sobreviver como ser individual, como espécime, nós compramos e vendemos mercadorias. E o processo de produção dessas mercadorias, bem como suas determinações, em termos do metabolismo homem-natureza e da reprodução de determinadas relações de produção material da vida, não é imediatamente aparente, não é imediatamente visível. A própria produção é, portanto, direcionada ao processo de produzir mercadorias, dando-se a generalização de um novo sentido (ou uma nova valoração) para o trabalho como forma elementar da práxis humana, ou a constrição do próprio processo de trabalho a um processo de produzir mais-valor.

Em qualquer investigação acerca do desenvolvimento histórico do próprio capitalismo (como forma singular do ser social cujas determinações particulares são universais dentro desta particularidade), *o critério não pode ser outro que não este mesmo: o incremento da socialidade na reprodução material da vida e suas determinações. É ele o único possível para a investigação e a periodização do desenvolvimento histórico de qualquer formação econômico-social.* E, dado o já referido salto na socialização do ser social e no afastamento das barreiras naturais nele pressuposto, adquire particular relevância na investigação do desenvolvimento capitalista.

Isso posto, *o imperialismo seria justamente um ápice dessa socialização no capitalismo, por meio da capitalização total de todas as esferas da vida em todas as regiões.*

A análise do desenvolvimento capitalista em si e das determinações particulares de seu movimento histórico é absolutamente imprescindível para a compreensão e a superação do capitalismo. A relação entre os distintos complexos singulares de contradições que o

compõem e o movimento histórico desta interação, tanto em termos relacionais quanto em termos do movimento da própria totalidade como complexo de complexos, é fundamental para a construção histórica do sujeito revolucionário em cada local na efetivação da liberdade. Eis o motivo da necessidade de se analisar a assim chamada dependência (como desenvolvimento de um complexo singular em sua inter-relação com a totalidade) e o assim chamado imperialismo (em sua condição de movimento histórico da própria totalidade, constituído como complexo de complexos e, portanto, em termos também da inter-relação entre os distintos complexos singulares, cujo desenvolvimento é inevitavelmente desigual), nos marcos de teorias que, a partir do marxismo, deem conta de ambos.

Isso posto, a análise das determinações *necessárias* do imperialismo é fundamental para a compreensão do movimento histórico capitalista e da singularidade deste período, mas não para a compreensão das determinações mais universais do capitalismo em geral (exceto pelo fato de as formas desenvolvidas – no sentido etimológico da palavra – constituírem a chave para a compreensão das demais, e na medida em que a universalidade só pode ser apreendida da profusão de particulares).

Se considerarmos o desenvolvimento capitalista em seu conjunto para além deste período específico – e, portanto, em suas características mais universais –, as determinações singulares do imperialismo, nele *necessárias*, são, nesse sentido, também *circunstanciais* (condicionadas à existência do imperialismo e constituindo formas particulares de existência das determinações mais universais da própria formação capitalista), em uma contraditoriedade entre identidade e não identidade não apreendida sob a lógica formal. O mesmo raciocínio pode ser estendido para o movimento histórico do próprio ser social: as determinações mais essenciais do próprio capitalismo (como formação econômico-social ou como forma específica ou singular de existência histórica do ser social em sua reprodução material) reproduzem-se necessariamente no movimento histórico do capitalismo em geral e se apresentam em todas as formas históricas e complexos particulares do próprio capitalismo. Em termos da compreensão do desenvolvimento histórico do ser social, entretanto, são meramente circunstanciais (condicionadas à existência do capitalismo), embora, também neste caso, as formas desenvolvidas constituam a chave para a compreensão das demais e a universalidade só possa ser apreendida da profusão de particulares. As relações sociais de produção capitalistas e sua reprodução constituem somente uma das formas nas quais se deu

historicamente o desenvolvimento das capacidades humanas e do potencial de autorrealização humano na reprodução material da vida (ou o desenvolvimento das forças produtivas).

Raciocínio análogo – com as devidas mediações – pode e deve ser construído para a análise do movimento de complexos particulares e parciais em relação à totalidade capitalista, quando considerados em seu próprio desenvolvimento e em sua interação de desenvolvimento desigual com o todo, como é o caso da dependência em sua relação, desde que surgiu, à totalidade do desenvolvimento capitalista em seus distintos períodos.

A investigação da relação entre universalidade e singularidade na qualidade de determinações do ser pode ser estendida tanto na direção da generalização quanto da particularização, devendo a exposição sobre cada complexo de complexos, singularmente considerado, ser realizada a partir de suas características mais universais e essenciais – de modo a expor as contradições determinantes do movimento fenomênico até suas formas mais particulares, transitando pela abstração de distintas determinações (ou por distintos “graus” ou “níveis” de abstração). É possível, portanto, relacionar universalidade e singularidade na consideração de verdadeiros saltos ontológicos (como na distinção ontológica entre “ser” e “ser biológico” ou entre “ser biológico” e “ser social”) ou na consideração de mudanças qualitativas que, apesar de seu caráter também ontogênico, não singularizam um novo “tipo de ser”, mas o movimento histórico do próprio ser social.

Assim, a inter-relação entre universalidade e singularidade pode ser apreendida entre as *distintas formações* nas quais se dá o desenvolvimento das forças produtivas (entendido como potencial de autorrealização humana), entre *distintos períodos do movimento de uma mesma formação*, entre *distintos complexos singulares componentes deste movimento* como complexo de complexos, ou mesmo, no caso do capitalismo, entre *distintos padrões de reprodução de capital* internamente, no tocante aos períodos e aos complexos particulares e na interação destes, configurada pelo desenvolvimento desigual. O acirramento das contradições implica *ao mesmo tempo* (como fruto das mesmas posições teleológicas) a diferenciação efetiva entre distintos complexos e uma equalização tendencial, cuja base material reside justamente na referida diferenciação²²⁷. Tendência e contratendência não se

227 Deve-se reiterar aqui que a transformação da transferência de valor a partir de países dependentes, acarretada no período imperialista, tem importância central para nossa formulação acerca das limitações práticas e políticas concernentes à universalização de um projeto de “desenvolvimento capitalista nacional e autônomo” que possa plasmar-se como hegemônico em países dependentes, determinando o curso do processo histórico nesses países.

contrapõem de maneira estanque ou meramente formal: a configuração da tendência se dá a partir, inclusive, de suas contratendências.

A questão aqui não é especificamente a defesa ou o rechaço dos *termos* “dependência” ou “imperialismo”, mas, sim, a consideração de que todos os conceitos conformam abstrações sobre certa determinação sócio-histórica (a partir da base material neles espelhada e de seu possível papel não epifenomênico ao informar a *alternativa* na práxis teleológica). Carregam, portanto, significados que lhes são historicamente atribuídos. E nesse caso, apesar da existência para ambos os termos de significados funcionais a práticas conservadoras ou reacionárias, *é também inegável e indelével o papel de significados que têm sido imprescindíveis à informação tática e estratégica das correntes mais revolucionárias do movimento comunista internacional e latino-americano*, na medida em que apreendem, com maior ou menor clareza, a ontogênese do capitalismo contemporâneo em cada momento e em cada local.

A questão aqui reside no *conteúdo* de tais processos. E é precisamente uma adequada compreensão desse conteúdo que carrega consigo o potencial revolucionário anteriormente referido, em duplo sentido. Por um lado, no que se refere ao próprio movimento do real que ela busca apreender, na medida em que este constitui *um maior acirramento da contradição antagônica entre o desenvolvimento das forças produtivas e a reprodução social de relações de produção capitalistas*²²⁸ e, com este maior acirramento, *também a exacerbação do surgimento potencial dos coveiros do próprio capitalismo, em todos os sentidos*. Por outro lado, no que se refere ao movimento do pensamento (materialmente determinado), na medida em que um adequado espelhamento dos complexos de contradições constituintes dos traços universais, dentro da própria singularidade do imperialismo ou da dependência, *constituem determinações necessárias no ser-propriadamente-assim singularizado por tais processos históricos* (muito embora tais determinações sejam apenas circunstanciais se confrontadas às universalidades existentes para além de si mesmas, como já se destacou).

228Expresso na forma da contradição entre uma maior socialização da produção e uma maior privatização da apropriação que se faz sentir universalmente no capitalismo, por exemplo, na tendência à queda da taxa média de lucro. Faz-se sentir também, particularmente, na dependência e no imperialismo, por exemplo, em seu efeito sobre a transferência de valor na interação entre ambos e no acirramento das contradições particulares do desenvolvimento desigual, que atua como contratendência da tendência à queda da taxa média de lucro.

Não se trata, portanto, de que o imperialismo e a dependência *possam* existir e *possam* ser funcionais ao desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de que o imperialismo e a dependência *existem* e *são* parte do desenvolvimento histórico capitalista. *Trata-se da análise do capitalismo em seu ser-propriadamente-assim, imprescindível para a luta política.*

4.3.1. Desenvolvimentismo como resposta ao imperialismo? Algumas considerações metodológicas acerca da relação entre imperialismo e dependência

Não é raro teorias marxistas do imperialismo e da dependência serem consideradas apenas como duas *perspectivas* distintas (e parcialmente contrapostas, em unidade dialética) sobre uma mesma realidade fundada nas características do mercado mundial. Isto é, *como dois complexos parciais contrapostos no desenvolvimento capitalista em sua condição de totalidade*, investigados a partir de um ponto de vista mais concreto que traz à tona não só as determinações próprias do mercado mundial como as desta contraposição de complexos parciais, em indissociável unidade. Em nossa opinião, *uma apreensão metodologicamente rigorosa exige que imperialismo e dependência não sejam considerados apenas como dois complexos parciais em unidade contraditória*, por tudo que foi aqui exposto até este momento.

O imperialismo constitui, como já se indicou extensivamente, *um período histórico do desenvolvimento capitalista em sua totalidade*, como complexo de complexos de desenvolvimento necessariamente desigual, e não somente um complexo parcial singularizado por um determinado conjunto de países, por uma determinada posição hierárquica no sistema interestatal ou por um determinado conjunto de políticas. Retoma-se aqui, requalificando-a, a apreensão multidimensional sobre o imperialismo como período histórico que se deixou indicada no primeiro capítulo deste trabalho. Assim, a identificação ontogenética do imperialismo como fase histórica do desenvolvimento capitalista não é excludente de sua consideração em termos de outras dimensões que daí decorrem (correspondentes à análise do mesmo fenômeno com menor nível de abstração), como a diferenciação hierárquica de um grupo de países. É a partir dessa apreensão que se deve investigar a relação entre imperialismo e dependência como processos históricos singulares e especificamente

particularizados, embora indissociavelmente imbricados.

Claro está constituir-se a dependência, esta sim, como um complexo particular dentro da totalidade, “um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, [1973] 2005, p.138). O desenvolvimento deste complexo se singularizaria como desenvolvimento capitalista dependente a partir do fim dos Pactos Coloniais e da independência formal (entre 1820-1840), sendo “a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho” (ibid., p.141), sendo “[...] a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (*idem*).

Não é este o espaço para esmiuçar as determinações da dependência como complexo particular. Pretende-se somente ressaltar sua relação com o imperialismo tal e qual aqui analisado, que não é o de contraposição de duas partes, mas da parte com o todo. Essa não é uma questão de menor significado político. Muitíssimo pelo contrário. É absolutamente imprescindível para bem compreender a realidade, na elucidação dos nexos causais sobre os quais a práxis revolucionária tem necessariamente que se dar. A principal implicação desta constatação é o afastamento da visão do imperialismo como um “inimigo externo” que pode ser suprimido a partir de uma decisão soberana.

A dependência, já existente com anterioridade ao período imperialista em suas próprias determinações *sui generis* (transferência de valor, superexploração da força de trabalho, forma específica e particular do ciclo de rotação do capital), particularizadas em relação àquelas determinações universais inerentes ao próprio capitalismo, coadjuva o próprio desenvolvimento capitalista na qualidade de complexo particular. O desenvolvimento capitalista dependente tem, portanto, papel fundamental no próprio surgimento do capitalismo, especialmente no que se refere à redução dos custos do capital constante e ao impulso objetivo à segunda Revolução Industrial. Por outro lado, também como complexo particular, a dependência é sobredeterminada pelo todo em todas as suas determinações particulares. De tal feita que, efetivado historicamente o salto determinante do surgimento do imperialismo como período singular do desenvolvimento capitalista, como capitalismo

prevalente e amadurecido em todas as suas determinações, as determinações particularizadas do desenvolvimento capitalista dependente se veem sobredeterminadas pelas transformações que atinem à totalidade do desenvolvimento capitalista a partir do final do século XIX.

Essa transformação é fundamental para se entender o esgotamento da face progressista do desenvolvimento capitalista em termos do desenvolvimento da humanidade como ser social, já manifestado em 1848, e que é claramente apreensível, embora contraditoriamente mal compreendido, nessa progressiva socialização que presume a progressiva capitalização de todas as esferas da vida em todas as regiões. É o pretenso caráter progressista dessa socialização o elemento material que dá base ao desenvolvimentismo nos países dependentes, inclusive dentro do movimento comunista.

A transformação das determinações da dependência no período imperialista *não é externa, complementar ou contraposta*. E *muito menos suprimível*. Ela se dá nos marcos da própria dependência, em sua própria reprodução ampliada como complexo conformador da totalidade, coadjuvando seu movimento histórico.

Metodologicamente, as análises que se restringem àquela contraposição dual e que, mesmo assim, declaram assumir uma definição de imperialismo como fase histórica do desenvolvimento capitalista, padecem de dois problemas, que se apresentam como paradoxos, em geral não explicitados, e que, até por isso mesmo, deixam de ser tratados: i) a divergência de periodização do imperialismo e da dependência, tidas como partes contrapostas e indissociáveis, porém historicamente dissociáveis; ii) a impossibilidade de caracterizar um complexo parcial (ou uma parte) como uma fase do todo (sendo que uma das duas caracterizações teria, no caso, necessariamente que estar equivocada).

Politicamente, tais análises costumam sempre padecer de uma péssima interpretação sobre “quem é o inimigo imediato”, informando distintas propostas de adoção do desenvolvimento capitalista nacional e autônomo como objetivo político intermediário.

Ao não reconhecerem adequadamente a relação entre imperialismo e dependência, deixam de reconhecer elementos importantes da reconfiguração das determinações próprias à dependência no período imperialista. Deve receber destaque, nesse sentido, a análise da transferência de valor, particularizada no desenvolvimento capitalista dependente como valor produzido nestas regiões e parcialmente apropriado fora das mesmas; valor reconfigurado, no imperialismo, a partir de novos patamares e de novas formas de transferência de valor, com

base na maior diferenciação do campo concreto das possibilidades produtivas; e também reconfigurado no movimento histórico do próprio imperialismo e do desenvolvimento capitalista dependente, o que se dá em distintos padrões de reprodução e mesmo com a integração subordinada dos sistemas produtivos.

Apesar da transferência de valor ser *inerente à reprodução das formações econômico-sociais capitalistas* em qualquer período de seu desenvolvimento histórico como totalidade e também em qualquer complexo parcial singularizado em relação a este desenvolvimento (constituindo, por conseguinte, um complexo de contradições universal ao próprio capitalismo), *certas modificações de sua forma e magnitude são, ao mesmo tempo, “particulares”, se examinadas a partir deste caráter universal ao capitalismo, e “essenciais”, se examinadas, respectivamente, na ontogênese do desenvolvimento capitalista dependente (como complexo parcial no desenvolvimento capitalista) e na ontogênese do imperialismo (como período histórico do capitalismo em sua condição de totalidade).*

Não se trata, contudo, exatamente da mesma particularização, apenas vista “de um lado” ou “do outro lado” da moeda. No caso do desenvolvimento capitalista dependente, há uma particularização da transferência de valor em um complexo singular geograficamente definido (ou em uma “parte”, considerando-se o próprio desenvolvimento capitalista desigual como o todo), devida aos diferenciais entre as condições produtivas existentes em países dependentes, frente ao resto do mundo, determinada historicamente pela forma de subordinação de tais regiões ao capitalismo nascente, que, ao mesmo tempo, determina a forma de sua integração ao mercado mundial.

Com a progressiva constituição de um mercado mundial, a transferência de valor não pode de nenhuma maneira restringir-se apenas à transferência entre unidades produtivas e entre frações de classe internamente a cada país, devendo dar-se também entre distintas regiões, com os ramos produtivos estendendo-se em escala mundial e o valor produzido em um local sendo apropriado em outro, a partir da própria esfera de circulação especificamente capitalista. No caso dos países dependentes, a partir dessa integração, isto é, a partir das independências formais (que ampliam sobremaneira o próprio mercado mundial), sua produção se confronta à produção das demais regiões do mundo não mais por intermédio das regras dos distintos Pactos Coloniais, mas por meio do mercado mundial e da esfera de circulação de mercadorias propriamente capitalista (em continuada expansão a partir da

expansão das próprias relações sociais de produção e da divisão social do trabalho nela implicada). Tal particularização implica que a transferência de valor seja dada de todas as formas universais ao próprio modo de produção capitalista, particularizadas, entretanto, sob as determinações próprias do desenvolvimento capitalista dependente. Dentre elas temos a menor composição orgânica do capital (com a prevalência interna mais recente de relações sociais de produção especificamente capitalistas e o menor desenvolvimento das forças produtivas, relativamente); a maior limitação da diversificação produtiva (devida às mesmas razões); e a menor escala dos capitais, determinantes da maior dependência em relação a fontes de financiamento externo.

Isso se manifesta na apropriação de parte do valor produzido em um país dependente fora de seu território. O montante desse diferencial de apropriação não é arbitrário e baseia-se na magnitude de valor apropriável por cada conjunto de capitais individuais em cada local, dadas as diferenças produtivas e as diferenças na forma do ciclo do capital (ambas relacionadas entre si e indissociáveis do movimento histórico do próprio capitalismo como totalidade, de seus distintos períodos e dos padrões de reprodução de capital configurados em escala mundial). Nesse caso, concretamente, a partir das determinações particulares ao capitalismo dependente, a transferência de valor tende a se assentar em um primeiro momento, majoritariamente: i) no diferencial de produtividade entre ramos (dada a inexistência de uma série de ramos produtivos); e ii) na forma específica do ciclo do capital dependente (dada a cisão entre as esferas da produção e da circulação e a cisão interna à própria esfera de circulação, determinada pela superexploração da força de trabalho que, em parte, compensa para as classes dominantes internamente a transferência de valor e, em parte, permite uma transferência ainda maior no caso de ser levada a cabo por meio de capitais externos), determinando a transferência de valor como contrapartida à quantidade de empréstimos, contraídos, principalmente, para consumo e, em alguns casos, para o provimento de serviços não fator básicos (cf. MARINI, [1973], 1991; [1974] 2014; 1979).

Tais elementos implicam a continuada reprodução da superexploração da força de trabalho como forma específica da reprodução capitalista que, em geral, acentua relativamente as características acima descritas. Com o progressivo desenvolvimento do próprio capitalismo dependente e a eventual diversificação da produção, a transferência de valor se mantém, dados os expressivos diferenciais de produtividade também internamente a cada ramo, entendido em escala mundial. Retornaremos a essa questão após elucidar as diferenças entre a

particularização aqui descrita e a particularização da transferência de valor no imperialismo.

A particularização da transferência de valor no imperialismo não se restringe à contraparte da transferência de valor particularizada em países capitalistas dependentes. Se assim o fosse, o imperialismo como fase do desenvolvimento capitalista também deveria remontar à expansão do mercado mundial capitalista do início do século XIX, entre 1820 e 1840. A particularização da transferência de valor no período imperialista se refere à totalidade do capitalismo em seu desenvolvimento desigual e, só assim, pode ser característica de um período ou fase histórica do próprio capitalismo, cujas determinações essenciais têm necessariamente que estar assentadas nas determinações essenciais da própria totalidade cujo desenvolvimento se tenha desdobrado na fase ou período em questão. Não é possível assumir critérios distintos para a determinação da coisa em si e de suas fases, sob a pena de abandonar uma investigação objetivamente ontológica (ou materialista-dialética) da coisa em si. Claro está que o desenvolvimento da parte impacta o desenvolvimento do todo – e, de fato, historicamente impactou, em enorme medida, em especial no que atine à possibilitação de um maior desenvolvimento das forças produtivas, principalmente na Europa e nos EUA a partir da exportação de matérias-primas desde os países dependentes. Claro está também que toda parte tem ao menos uma contraparte, de modo que, da mesma maneira que existem países dependentes, existem países “não dependentes”, alguns deles podendo ser denominados, a partir do final do século XIX, como “imperialistas”, se levarmos em consideração o imperialismo em todas as suas dimensões. O imperialismo como fase não pode ser definido apenas a partir da expansão do mercado mundial, mediante a existência de regiões dependentes ou de um suposto aumento na violência da subordinação formal (o que, quando apontado, tende, inclusive, a subestimar a violência na subordinação formal e real ao Império Inglês), sob a pena de que tivéssemos que considerá-las como as determinações essenciais do capitalismo, do qual o imperialismo constitui uma fase. Menos ainda, a partir da manifestação de qualquer tipo de tendência essencial imanente, anterior e fora da historicidade de sua efetiva existência, sob a pena de se ter que considerar ser a essência existente independentemente do fenômeno e a partir tão somente da ideia que fazemos dela.

Nesse caso, as transformações nos diferenciais entre valor individualmente produzido e valor socialmente apropriável (ou a particularização da transferência de valor no imperialismo) não se restringem à diferenciação entre ambos em países ou regiões distintos, mas também envolvem uma transformação na escala e na determinação da transferência no

interior de cada país ou região, inclusive no interior dos países ditos imperialistas. Tal transformação está fundada no incremento da própria socialidade e, portanto, nas determinações mais essenciais do desdobramento histórico do ser humano em sua condição de ser social singular frente a todo o ser e às determinações mais essenciais do próprio capitalismo, como modo de produção que se caracteriza pelo inédito grau de socialidade na reprodução da vida.

A partir, por um lado, da expansão das relações sociais de produção especificamente capitalistas e, por outro, do desenvolvimento das forças produtivas propiciado naquela expansão e em indissociável contraditoriedade com a mesma, dá-se o surgimento de relações de produção especificamente capitalistas em uma porção cada vez maior do planeta, advindo a segunda revolução industrial, com a industrialização de outros países (nomeadamente a França, os EUA, a Alemanha, o Japão, a Itália e uma porção do Império Russo) e o amplo emprego da eletricidade como força motriz. Por isso, tal processo significa, ao mesmo tempo, historicamente o “progressivo esgotamento do caráter progressivo” do capitalismo e sua maior identificação com o seu caráter reacionário, que se acirrará na luta de classes e no início de um antagonismo que, a partir dali, viria aos poucos a se acentuar entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Índícios da transição para este novo estágio de desenvolvimento, a partir do movimento da própria sociabilidade capitalista, são identificados pelos próprios Marx e Engels já ao final da década de 1850, ao destacarem os efeitos da descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália (cf. MARX [1859] 1982) e o ponto de viragem representado pelo papel da burguesia nas revoltas de 1848 (cf. ENGELS [1851-1852] 1978).

No capitalismo, o incremento da socialidade traz, em si, fenomenicamente, a contradição irreconciliável entre o caráter cada vez mais coletivo da produção (em cada unidade produtiva e em termos da divisão do trabalho, refletida, neste caso, na complexificação da divisão internacional do trabalho mas, também, na complexificação da divisão social do trabalho internamente a cada país) e o caráter cada vez mais privado da apropriação (não apenas devido à continuada apropriação de mais-valor pela classe capitalista, mas também à continuada e progressiva concentração e centralização de capital, motivada, em última instância, pela intenção de apropriação de superlucros, e incentivadora, na dimensão fenomênica da contradição entre produção e apropriação, da tendência à queda da taxa de lucros). Assim, a própria centralização de capital sem precedentes e a diferenciação

marcada na escala dos distintos capitais (que justamente deixavam de ser “monopolistas” no sentido posteriormente descrito pela economia neoclássica) implica novos patamares de diferenciais produtivos entre unidades produtivas capitalistas e, portanto, novos patamares de transferência de valor.

A análise específica dessa transformação em termos da modificação da transferência de valor entre capital industrial e outras frações relativamente autonomizadas (encontrada na origem da controvérsia sobre o “capital financeiro”) e da determinação da taxa de lucro real a partir de todos estes fatores (que se encontra na origem das distintas definições acerca de “superlucros”) fogem neste momento ao nosso escopo. Basta apontarmos ser o imperialismo propiciador de distintas maneiras de contra-arrestamento imediato da queda da taxa média de lucro²²⁹, constituindo um elemento fundamental para a superação pontual das crises estruturais do capitalismo que, entretanto, acentua as diferenças e acirra as contradições, incitando, ao mesmo tempo, as tendências à equalização, apenas existentes sobre a base das próprias diferenças, e a própria tendência à queda da taxa de lucro. Do ponto de vista dos capitais individuais, dada a diferenciação nas condições produtivas acessível a distintos capitais que se inserem, inclusive, em mais de um ramo, abre-se também a possibilidade de diminuição da repartição do lucro, a partir do entrelaçamento de distintas formas funcionais do capital e, especialmente, de obtenção de superlucro, fundamentada, cada vez mais, na transferência de valor a partir de capitais de menor escala e com produtividade inferior. Tal possibilidade, tampouco, evade a tendência à queda da taxa média de lucro, ao contrário, confirma-a. Temos aqui um “paradoxo do monopólio não monopolista” – análogo à situação do “paradoxo da

229Em todos os aspectos apontados por Marx e editados por Engels (cf. [1894] 2006), já em pleno curso desse amadurecimento e aprofundamento do capitalismo que inaugura um novo período histórico de seu desenvolvimento, a saber: o aumento da taxa de mais-valia ou do grau de exploração da força de trabalho (tanto no que atine ao expressivo aumento do mais valor relativo, quanto ao incremento do mais valor absoluto nos marcos do desenvolvimento desigual), a redução do salário abaixo de seu valor (em especial, nos marcos do desenvolvimento desigual, ao aprofundar a dependência), o barateamento dos elementos do capital constante (também claramente discernível no movimento histórico imperialista, apesar de um breve período de melhoria dos termos de intercâmbio, ao final do século XIX), o incremento relativo da superpopulação relativa (com a tendência ao aumento da composição orgânica do capital), o aumento do comércio exterior e o aumento do capital acionário (sendo evidente, em ambos os casos, a relação com o imperialismo).

desigualdade dos iguais” (cf. CARCANHOLO, [1977] e [1996] 2013) –, no qual, excetuando-se casos de efetivo monopólio físico, como ocorre com a renda absoluta da terra, a transferência de valor ocorre marcadamente entre distintos ramos do capital industrial e, dentro de cada ramo, é tanto maior quanto maior seja a diversidade produtiva do ramo; isto é, quanto menos “monopolista” – no sentido neoclássico – seja a situação ao mesmo tempo da existência de grandes conglomerados em cada ramo (frequentemente pertencentes a distintos megaconglomerados que movimentam seus capitais entre os ramos, precisamente em busca de tais diferenciais no valor socialmente apropriável²³⁰).

O que nos interessa destacar é, portanto, o impacto da concentração e da centralização de capital sobre a transferência de valor. Não a partir da imposição de variações entre os preços de mercado e os valores sociais (em sua tendência aos preços de produção médios), como se identifica na mais comum (e marcadamente equivocada) apreensão sobre o tema, da qual trataremos no próximo subitem. Mas por meio da expressiva diferenciação (sobre a base geral do desenvolvimento das forças produtivas) da gama de condições produtivas acessível aos capitais de distintas escalas. Também aqui, as determinações mais essenciais subordinam o campo de ação da práxis.

Retornemos agora à análise da relação entre imperialismo e dependência.

Vimos que a transferência de valor é particularizada no desenvolvimento capitalista dependente pelos diferenciais nas condições produtivas e pela forma do ciclo do capital decorrentes do movimento histórico da posição destes países na ontogênese do próprio capitalismo (e, a partir dela, na ontogênese da divisão internacional do trabalho e das relações sociais de produção internamente aos países dependentes). De tal feita que não pode deixar de estar sobredeterminada pelo movimento histórico do próprio capitalismo como totalidade, em seu desenvolvimento desigual. No ser-propriadamente-assim do desenvolvimento capitalista dependente no período imperialista (isto é, no desenvolvimento capitalista dependente a partir

230 Segundo Vitali, Glatfelder e Battiston (2011), com base em dados de 2007, na atualidade, todas as empresas de capital aberto no mundo podem ser cruzadas entre si na montagem de uma rede de propriedade acionária, cujo formato descreve um núcleo bem conectado com duas pontas, uma projetando-se majoritariamente em países dependentes e outra em países ditos centrais. O núcleo bem comunicado e com laços de propriedade sobre a porção mais expressiva da rede está composto por apenas 147 conglomerados, dos quais $\frac{3}{4}$ são entidades de intermediação financeira.

do último quartel do século XIX), ambas as particularizações da transferência de valor aqui descritas interagem.

Ao serem investigadas as determinações da transferência de parte do valor produzido em países dependentes, a partir da incidência dos diferenciais de produtividade em cada ramo (considerado na escala do mercado mundial) e entre ramos, como também a partir da forma específica assumida pelo ciclo do capital nos países dependentes (e de suas particularidades sob distintos padrões de reprodução do capital), há que se levar em conta, a partir do final do século XIX, os diferenciais de produtividade implicados na enorme diferenciação da escala do capital existente sob a forma de gigantescos conglomerados e dos demais capitais individuais, por intermédio da já referida diferenciação (sobre a base do desenvolvimento das forças produtivas e em sua condição de campo de ação da práxis) da gama de condições produtivas acessível aos capitais de distintas escalas.

A raiz da transferência de valor a partir de países dependentes não está nos pagamentos do serviço da dívida, na exploração da renda da terra, no pagamento de *royalties*, nas remessas de lucros. Apesar dessas serem também fontes expressivas de transferência de valor, a sua própria determinação, por meio da forma assumida pelo ciclo do capital em sua integração ao ciclo do capital global, em escala mundial, depende do impacto dos próprios *diferenciais de produtividade* (em cada ramo e entre ramos) sobre a transferência de valor; esta, cuja existência é, inclusive, ontologicamente prioritária em relação àquelas formas, na medida em que condiciona as possibilidades de formas específicas do ciclo do capital na economia dependente.

A partir da confrontação da produção realizada em países dependentes da produção realizada em países não dependentes, na qualidade, em ambos os casos, de *produção capitalista*, a magnitude do valor apropriável vai sendo cada vez mais determinada nos marcos das determinações mais essenciais do movimento do próprio capitalismo (espelhadas conceitualmente nos termos da teoria do valor). Com a prevalência das relações de produção especificamente capitalistas e o incremento da socialidade, cada vez mais as formas de expropriação já existentes, com anterioridade a esta prevalência e fundamentais na constituição histórica da mesma (como a subordinação por dívida ou a renda da terra ou a aberta troca de não equivalentes), são subvertidas e passam a funcionar em função das determinações constituintes do momento predominante. Destarte, mesmo quando as mesmas

mercadorias sejam produzidas em países dependentes e em países não dependentes (em especial naqueles ditos imperialistas), os diferenciais de produtividade – cada vez mais marcados pelo acirramento na concentração de capital e pela reprodução, nos países dependentes, da superexploração da força de trabalho – determinam a ocorrência necessária da transferência de valor. A partir dessa transferência, acentua-se a necessidade da reprodução interna da superexploração e da cisão do ciclo do capital, as quais, ao mesmo tempo, contribuem para reproduzi-la; acentuando-se também e de modo indissociável, a necessidade de financiamento característica daquele ciclo do capital entendido em escala mundial sob distintos padrões de reprodução, requalificando os tipos de transferência de valor já existentes²³¹.

Assim, o problema da dependência não radica principalmente – como pensava a CEPAL, por exemplo – em *o que* os países dependentes produzem, mas no *como*. E sua solução não radica simplesmente na diversificação da estrutura produtiva, que, nos marcos do desenvolvimento capitalista e dada, principalmente, a diferenciação de escala dos distintos capitais, mantém os diferenciais de produtividade, tanto se realizada a partir do investimento direto estrangeiro quanto se realizada a partir de capitais nacionais. Historicamente, a transferência de valor se modifica com as transformações ocorridas no próprio desenvolvimento capitalista e mediante a sucessão de distintos padrões de reprodução do capital em escala mundial. Sempre mantém, contudo, as determinações particulares do desenvolvimento capitalista dependente, acirradas, sobremaneira, no período imperialista.

A transferência de valor se dá entre todas as unidades produtivas, dentro de cada ramo e entre ramos, em todos os espaços geográficos e entre eles, em escala mundial. O tempo todo; assim como se dá a partir do capital industrial para frações restritas à esfera da circulação, de acordo com as características do ciclo de rotação de cada capital e do padrão de reprodução de capital em cada local e no mundo. O tempo todo. Entre todos os capitais.

231Para melhor compreensão, pode-se estabelecer aqui uma analogia entre o que estamos propondo e a relação de subversão das formas antediluvianas do capital comercial e do capital bancário (como capital usurário), a partir do surgimento do capital industrial, na medida em que, apesar de não se tratar do “surgimento do capital industrial” e, sim, da integração das regiões dependentes – decorrente de sua subordinação – a um modo de produção já prevalente e em expansão, trata-se justamente da subversão da rotação dos distintos capitais à rotação do capital industrial, seja ele “nacional”, “externo”, “internalizado”, etc.

As determinações da transferência de valor particulares do período imperialista e as determinações da transferência de valor particulares do desenvolvimento capitalista dependente não evadem, portanto, as determinações da transferência de valor universais próprias das formações capitalistas. Tais determinações particulares interagem, por sua vez, entre si na relação entre o movimento da totalidade e dos complexos singulares.

Assim, não se trata de entrar no mérito da existência ou não de uma “burguesia nacional nacionalista” em países dependentes latino-americanos e particularmente no Brasil, com efetivo interesse na construção de um “projeto de desenvolvimento capitalista nacional e autônomo”.

Se não existe, necessariamente a luta contra o imperialismo tem que se dar pela revolução proletária e nesse caso não faz o menor sentido que ela mesma assuma as bandeiras democrático-burguesas para si, sendo a única classe. Se existe, coloca-se a questão de que no processo revolucionário, dá-se a disputa entre proletariado e burguesia nacional pelo papel de vanguarda no processo histórico. Dada a magnitude da transferência de valor e suas determinações particulares em países dependentes na época imperialista, a monta do processo de ruptura necessário para o colocar em marcha efetivo de um padrão de reprodução de capital de corte mais nacionalista seria tal que **qualquer processo de luta política que por ventura chegue a permitir esta possibilidade objetiva é um processo no qual o próprio proletariado também tem condições de tomar o poder.**

Muito embora uma análise aprofundada exija um esforço de pesquisa subsequente, consideramos que esta simples constatação deixa clara a indesejabilidade do estabelecimento do “desenvolvimento capitalista nacional e autônomo” como objetivo intermediário do próprio movimento comunista, que, ao tê-lo enquanto objetivo, tem muito menores condições de disputar a vanguarda do processo.

Na medida em que certas partes da estratégia geral (isto é, a tática definida a cada momento), ao se constituírem enquanto finalidades intermediárias, são incompatíveis com a efetivação de um conjunto de meios que possa levar à objetivação do fim pretendido, elas tornam a estratégia em outra, e o próprio objetivo, inconcretizável por aquelas vias.

O horizonte utópico do desenvolvimento capitalista no seio do movimento revolucionário que efetivamente possa atuar como vanguarda inviabiliza a constituição do proletariado enquanto sujeito revolucionário.

Conclusão

Indicamos aqui alguns aspectos que nos parecem fundamentais: i) as contradições antagônicas do modo de produção capitalista, a prioridade ontológica de outras determinações e o próprio caráter não teleológico da história determinam que este modo de produção não poderá ser infinita e indefinidamente reproduzido; ii) não obstante, isso não significa que a superação do modo de produção capitalista se dará necessariamente através de um processo revolucionário; iii) ao exigir a socialização dos meios de produção, a superação revolucionária do modo de produção capitalista, qualquer que seja a forma que assuma historicamente, requer necessariamente a tomada e manutenção do poder conscientemente orientada a esta finalidade (embora não se restrinja a ela); iv) esta exigência impõe a necessidade de *organização revolucionária* visando ao cumprimento deste objetivo; v) a organização revolucionária, qualquer que seja a forma que assuma historicamente, só poderá contribuir para a transformação em *realidade* da *possibilidade* revolucionária – já objetivamente existente – através de uma cadeia de alternativas (que corresponde a determinadas formulações táticas e estratégicas); vi) dado que as determinações mais relevantes para a práxis revolucionária não são aquelas mais aparentes, a práxis deve se fundamentar na investigação ontologicamente objetiva (e não idealista, quer se trate de um idealismo dogmático e conteúdista ou eclético e formalista), em cada momento e em cada local, do movimento histórico do capitalismo e do ser social em seu ser-propriadamente-assim.

Frente ao aprofundamento da contra-ofensiva burguesa iniciada no pós II Guerra Mundial precisamente através do desenvolvimentismo e desdobrada a partir da década de 1970 no bojo de um novo padrão de reprodução de capital (neoliberal) e particularmente com a queda da URSS e do Campo Socialista, o atual momento político tem especial relevância para o futuro próximo da América Latina. A exigência histórica que se impõe à esquerda latino-americana passa mais do que nunca pela compreensão do capitalismo em suas características mais universais e em suas particularidades na região, o que deve necessariamente passar pela relação entre imperialismo e dependência.

Dado o papel que a concepção do imperialismo enquanto conjunto de políticas, conjunto de países ou “inimigo externo” tem cumprido historicamente na informação teórica e na justificativa política de práticas que tenham de maneira declarada ou não a própria consecução

de um projeto de “desenvolvimento capitalista nacional e autônomo” enquanto finalidade intermediária prévia à revolução socialista (muitas vezes acarretando inclusive a inversão dos fins pelos meios e a inviabilização da luta revolucionária orientada à superação do capitalismo a partir de objetivações intermediárias com ela incompatíveis), decidiu-se por uma análise objetivamente ontológica sobre o imperialismo e sobre o próprio espelhamento ideal enquanto característica singular ao ser humano, determinada e retrodeterminante sobre a práxis, na medida em que a ideação sempre precede a objetivação na forma especificamente humana de reprodução material da vida, teleológica.

Na América Latina, a reivindicação da luta anti-imperialista tem especial significado político. Somos povos em cuja memória é viva e presente a imagem do jugo colonial, da escravidão, do genocídio, do saque. Esta imagem se associa inevitavelmente à dimensão mais imediatamente aparente do imperialismo, na medida em que a guerra pela independência, conquistada a ferro e fogo na maior parte dos países latino-americanos, aparece na memória popular enquanto independência a meias, solapada, novamente saqueada, escravizada e assassinada pelo jugo imperialista. É inevitável que, na luta pelo socialismo enquanto verdadeira libertação de nossos povos, o imperialismo apareça como metrópole colonial de cujas amarras devemos nos desprender, cortá-las, para podermos ser livres.

Uma adequada apreensão do fenômeno demonstra claramente, contudo, que não estamos presos ao imperialismo por amarras invisíveis. Somos e reproduzimos o imperialismo, assim como os trabalhadores que vivem nos países ditos imperialistas também o são e o reproduzem. O imperialismo não constitui *uma parte* da formação social, da qual possamos prescindir a partir da decisão política de cortar as amarras. Constitui o movimento histórico da formação social capitalista em sua totalidade, constitui a época histórica na qual vivemos, capitalista e imperialista. Não há como evadir suas determinações, particularizadas a partir do acirramento das contradições mais fundamentais do capitalismo, sem a superação do próprio capitalismo.

A má compreensão do imperialismo em suas distintas dimensões, que não são falsas e existem, mas só podem ser compreendidas a partir de sua ontogênese enquanto fase histórica do desenvolvimento capitalista, tem levado a históricos e desastrosos equívocos na práxis revolucionária, que só poderão ser superados no processo que se constitua enquanto construção do sujeito revolucionário, se venharmos a ser bem-sucedidos. É claro que a forma

deste processo não está de antemão determinada e que responderá à “infinita criatividade dos povos”. Mas terá certamente de passar por um correto espelhamento dos nexos relevantes para a práxis revolucionária, entre eles o imperialismo.

A compressão do imperialismo na qualidade de complexo parcial leva a eludir nexos fundamentais. Pretendeu-se resgatar particularmente a determinação subordinante da tendência à concentração e à centralização sobre a transformação da transferência de valor no período imperialista, em especial no que se refere à transferência de valor a partir de países dependentes. Fica clara aqui a máxima exposta por Marx já em seu primeiro Prefácio à primeira publicação de seus estudos *Para a crítica da economia política*, em 1859: o mais importante não é determinar *o que* se produz, mas o *como*.

O processo de industrialização “nacional e autônoma” defendido como um dos objetivos centrais da consecução do desenvolvimento capitalista nacional e autônomo traz em si a transferência de valor que o restringe seminalmente, de maneira inevitável dentro do capitalismo. A ruptura com os nexos causais ineludíveis que determinam a transferência de valor será um desafio mesmo para um Estado socialista, tanto menor na medida em que o socialismo não se restringir às fronteiras nacionais. A dimensão da ruptura política que ela implicaria dificilmente se dará nos marcos do capitalismo e, caso se dê, não fará senão reeditar e reinaugurar os processos de transferência de valor sob novas bases. Nesta luta, algumas bandeiras de corte nacionalista aparecem contudo como pontos programáticos comuns, dadas as particularidades da questão nacional na América Latina às quais já nos referimos. Esta constatação, ao contrário de levar à justificação teórica de uma aliança de classes com a burguesia nacional “contra o imperialismo”, deveria levar à conclusão oposta, se bem analisados os nexos causais existentes. Em um processo revolucionário no qual tais bandeiras tenham efetivamente poder de mobilização, a burguesia nacional será nossa principal inimiga, lutando para manter o capitalismo (imperialista), enquanto nós lutemos para superá-lo.

Já assim, a luta será árdua e não há garantias de vitória. Mas se nós mesmos tivermos como objetivo de nossa própria práxis a consecução do desenvolvimento capitalista nacional e autônomo, certamente não haverá qualquer possibilidade de tomada revolucionária do poder, pela via que se apresente historicamente.

Uma vez mais, vivenciamos no Brasil, ao vivo, o enredo da organização com base

popular que pensou que, em aliança com a burguesia, agradando-a, seria incorporada ao clube, promovendo, em conjunto, o “Milagre do desenvolvimento”. O acordo teve fôlego tão curto quanto a alta das commodities. Não se trata de realizar o julgamento moral. Mas a análise concreta do campo de ação realmente existente, a partir dos nexos causais realmente existentes. A práxis é o critério da verdade, mas nos cansamos de pretender que não é. É tarefa urgente superar a influência do desenvolvimentismo no movimento revolucionário latino-americano.

(é chegada a hora de expropriar os expropriadores)

Referências

ABENDROTH, W.; HOLZ, H.; KOFLER, L. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

AMAZONAS, João [1960]. Uma linha confusa e de direita. **Jornal Novos Rumos**, 10 a 16 de junho de 1960, p.10.

BARAN, Paul. [1957] **The Political Economy of Growth**. London: Penguin, 1973.

_____. [1957] **A economia política do desenvolvimento**. Trad. de S. Ferrera da Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Excedente económico e irracionalidad capitalista**. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul [1966]. **Capitalismo monopolista**. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1a. ed. em português. Trad.: Waltensir Dutra. 1966.

_____. [1966] **Monopoly Capital**. An essay on the American Economic and Social Order. London: Penguin, 1977,

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul [1966]. **El capital monopolista**. D.F. México: Siglo XXI. 17a. Ed. en español [1968]. Trad.: Arminda Chávez de Yáñez. 1982.

BERLE JR., Adolf [1932]. **Prefácio**. In: A moderna sociedade anônima e a propriedade privada [1932]. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BERLE JR., Adolf [1967]. **Propriedade, produção e revolução: prefácio à edição revista**. In: A moderna sociedade anônima e a propriedade privada. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BERLE JR., Adolf & MEANS, Gardiner C. [1932] **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BÖHM-BAWERK, E. von [1896] **Karl Marx and the Close of his System**. Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2007.

BONENTE, Bianca. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Tese (Doutorado em Economia)** – Universidade Federal Fluminense, 2011.

BROHM, J. M. **Préface**. In: LUKÁCS, György [1924]. Lénine. Paris: EDI, 1965.

BUKHARIN, N. I. Imperialismo e Acumulação de Capital. In: TARBUK, K. (org). **Imperialismo e Acumulação de Capital**. Lisboa: Edições 70, 1972.

BUKHARIN, N. I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. tradução de Raul de Carvalho. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity Press, 2009.

CAPUTO, Orlando; PIZARRO, Roberto. **Dependencia y relaciones internacionales**. Costa Rica: Educa, 1973.

CARCANHOLO, Reinaldo [1977]. Valor e preço de produção (a transformação dos valores em preços de produção). In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. pp.33-62.

_____[1982]. Sobre a teoria da renda da terra. In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 159-176.

_____[1982] Do abstrato ao concreto: a transferência de valor e o desenvolvimento do capitalismo em um país. In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 177-192.

_____[1977]. Valor e preço de produção (a transformação dos valores em preços de produção). In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 33-62.

_____[1996]. O paradoxo das desigualdades dos iguais (incompreensões ricardianas sobre os preços de produção). In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 64-81.

_____[2000]. A mais-valia extra. In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 103-117.

_____[2002]. Ricardo e o Fracasso de uma Teoria do Valor. In: CARCANHOLO,

Reinaldo Antonio. **Marx, Ricardo e Smith: Sobre a Teoria do Valor Trabalho**. Vitória: Edufes, 2012.

_____[2003]. Trabalhadores, empresários e economistas: prisioneiros da aparência. Sobre a ilusória origem da mais-valia. In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. pp.17-32.

_____[2003]. Oferta e demanda valor em Marx. In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 119-136.

_____[2011]. A lei da tendência decrescente a taxa de lucro. In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 81-102.

_____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. [2012] Riqueza fictícia e a grande depressão do século XXI (sobre as categorias teóricas de capital fictício e lucros fictícios). In: _____. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 137-158.

_____. **Marx, Ricardo e Smith**. Sobre a teoria do valor trabalho. Vitória: Edufes, 2012.

_____[2007]. Sobre o Trabalho Produtivo em Marxismo. In: CARCANHOLO, Reinaldo Antonio. **Marx, Ricardo e Smith: Sobre a Teoria do Valor Trabalho**. Vitória: Edufes, 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo; TEIXEIRA, Olivio [1992]. Sobre a leitura Ricardiana de Marxismo. In: CARCANHOLO, Reinaldo Antonio. **Marx, Ricardo e Smith: Sobre a Teoria do Valor Trabalho**. Vitória: Edufes, 2012.

CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1922-1943) [Volume I]; (1943-1964) [Volume II]; (1964/1982) [Volume III]**. São Paulo, Difel, 1982.

_____. **A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)**. São Paulo: Editora Anita/Edusp, 1993.

EINSTEIN, Albert [1949]. “Why socialism?”. In: **Monthly Review**, n.1, vol. 1, may, 1949. Disponível em: <www.monthlyreview.org>. Acesso em 26 de março de 2016

_____[1953] **Como eu vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ENGELS, Friedrich [1874]. “Adición al prefacio a la edición de 1870 para la tercera

edición de 1875” [de las Guerras campesinas en Alemania]. *In*: MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escogidas*. Moscou: Ed. Progreso, 1974. v.2.

_____. O problema camponês na França e na Alemanha. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**, v.3. São Paulo: Alfa-ômega, 1990.

ENGELS, Friederich [1876]. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>> Acesso em 12 fev. 2016.

ENGELS, Friederich [1877]. **Anti-Dühring**. Disponível em: <<https://marxists.anu.edu.au/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>> Acesso em 12 fev. 2016.

ENGELS, Friederich [1884] **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. [Tradução de Leandro Konder] Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1964.

GOLDMANN, Lucien [1956]. O todo e as partes. Trad. Giseh Vianna Konder. *In*: _____. **Dialética e cultura**. Trad. Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1967.

GORENDER, J.(Org.) **Bukharin**. História. Col. G. Cientistas Sociais. São Paulo:Ática, 1988.

GUEVARA, Ernesto [Che]. **Sobre o sistema presupostario de financiamento**. 1964. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/guevara/64-finan.htm>> Acesso em 02 mar. 2016.

GUNDER FRANK, Andre. [1966] **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1973.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBSON, John [1894]. **A evolução do capitalismo moderno**. Um estudo sobre a produção mecanizada. Trad. de Benedicto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. The evolution of modern capitalism. Translated from the English. São Petesburgo: O. N. Papova, 1898. Resenha de: LENIN, V.I [1899]. *In*: **Obras Completas**, v.4. Moscou: Progreso, 1981. p. 162-165.

_____[1901]. Socialistic Imperialism. **International Journal of Ethics**, v.12 n.1, oct. 1901. p.44-58.

_____[1902]. **Imperialism, a study**. London: Allen and Unwin, 1948. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul [1949a]. “Where We Stand: Introductory Editorial”. In: **Monthly Review**, New York, v.1, n.1. Mai 1949. pp. 1-2.

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul [1949b]. “The Atlantic Pact: China and Socialism”. In: **Monthly Review**, New York, v.1, n.1. Mai 1949. pp. 3-8.

KAUTSKY, Karl [1900]. Germany, England and the World-policy. **The Social Democrat**, v.4, n.8, p.230-36, aug. 1900. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1900/08/world.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. Bernstein’s old articles and new afflictions. **Justice**, jul 20. 1901. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1901/06/bernstein.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. The Two Tendencies. **International Socialist Review**, v.3, n.1, jul. 1902. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1902/02/tendencies.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____[1902]. **The social revolution & the day after the social revolution**. v.1. Chicago: Charles Kerr & Co., 1903. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1902/socrev/index.htm>>. Acesso: 25 dez. 2011.

_____. Differences Among the Russian Socialists. **International Socialist Review**, v.5, n.12, p.705-17. Jun. 1905. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1905/xx/rsdlp.htm>>. Acesso: 25 dez. 2011.

_____. Anglo-German Relations. [14 de outubro de 1906]. **Social Democrat**, v. 11, n. 9, p. 488-497. 15 sep. 1907. Discurso proferido no St. James Hall, Londres. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1907/09/anglo-german.htm>>. Acesso: 28 dez. 2011.

_____[1907]. **Socialism and Colonial Policy**. Londres: Athol books, 1975. Disponível

em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1907/colonial/index.htm>>. Acesso: 25 dez. 2011.

_____ [1909]. Letter From Karl Kautsky to Upton Sinclair. In: SINCLAIR, Upton (Org.). **My Lifetime in Letters**. Columbia: University of Missouri Press, 1960. p. 74. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1909/09/letter-sinclair.htm>>. Acesso: 29 dez. 2011.

_____ [1909]. **El camino para el poder**. Madri: Juan Grijalbo, 1968.

_____ [1914]. Ultra-imperialism. **Die neue Zeit**, sep. 1914. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>>. Acesso: 05 jan. 2012.

LENIN, V. I [1893] El llamado problema de los mercados. In: _____. **Obras Completas**, v.1. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1894a] Quiénes son los 'amigos del pueblo' y cómo luchan contra los socialdemócratas. In: _____. **Obras Completas**, v.1. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1894b] El contenido económico del populismo y su crítica en el libro del señor Struve. Reflejo del marxismo en la literatura burguesa. In: _____. **Obras Completas**, v.1. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1894c] Contribución a la caracterización del romanticismo económico. In: _____. **Obras Completas**, v.1. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1897] El romanticismo económico. In: _____. **Obras Completas**, v.3. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1898]. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ [1901]. Por donde empezar? In: _____. **Obras Completas**, v.5. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1902]. **Carta a um camarada**. 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/09/carta.htm>>. Acesso: 07 fev. 2012.

_____ [1903] Qué hacer? In: _____. **Obras Completas**, v.6. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1905] Dos tácticas para la social-democracia en la revolución democrática. In:

_____. **Obras Completas**, v.10. Moscou: Progreso, 1982.

_____. [1909]. **Materialismo e Empirocriticismo**. Notas e Críticas sobre uma Filosofia Reacionária. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1946. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm>> Acesso em 15 fev. 2016.

_____. [1913] Acerca del programa nacional del POSDR. *In:* _____. **Obras Completas**, v.24. Moscou: Progreso, 1984. p.239-246.

_____. [1914a] Tareas de la socialdemocracia revolucionaria en la guerra europea. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.1-7.

_____. [1914b] La guerra y la socialdemocracia de Rusia. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.13-23.

_____. [1914c] Conferencia sobre el tema 'El proletariado y la guerra'. 1 de octubre de 1914. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.27-35. VER COMO CITAR: PUBLICADA EM Golos, n.37-38, 25 e 27 de outubro de 1914.

_____. [1914d] Carlos Marx. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984.

_____. [1914e] **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. [1915a] Conferencia de las secciones del POSDR en el extranjero. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.168-175.

_____. [1915b] La bancarrota de la II Internacional. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.219-280.

_____. [1915c] Proyecto de resolución de los socialdemocratas de izquierda para la Primera conferencia socialista internacional. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.297-300.

_____. [1915d] El socialismo y la guerra. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.297-300.

_____. [1915e] La consigna de los Estados Unidos de Europa. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.374-378.

_____ [1916a] Sobre el folleto de Junius. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.1-16.

_____ [1916b] Balance de la discusión sobre la autodeterminación. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.17-61.

_____ [1916c] El imperialismo y la escisión del socialismo. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.17-61.

_____ [1917]. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Ensayo popular. *In:* _____. **Obras Completas**, v.27. Moscou: Progreso, 1985. p.324-449.

_____ [1917a]. El programa militar de la revolución proletaria. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.138-150.

_____ [1917b]. La consigna de 'desarme'. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.158-169.

_____ [1917c]. Las tareas del proletariado en la presente revolución (Tesis de Abril). *n:* _____. **Obras Completas**, v.31. Moscou: Progreso, 1986. p.120-125.

_____ [1917d]. Las tareas del proletariado en nuestra revolución. *In:* _____. **Obras Completas**, v.31. Moscou: Progreso, 1986. p.178-190.

_____ [1917e]. Cartas desde lejos. *In:* _____. **Obras Completas**, v.31. Moscou: Progreso, 1986. p.178-190.

_____ [1918]. Carlos Marx. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.43-95.

_____ [1919]. Economía y política en la época de la dictadura del proletariado. *In:* _____. **Obras Completas**, v.39. Moscou: Progreso, 1986. p.317-323.

_____ [1920]. Acerca del infantilismo 'izquierdista' y del espíritu pequeño burqués. *In:* _____. **Obras Completas**, v.36. Moscou: Progreso, 1986.

_____ [1921]. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Prologo a las ediciones francesa y alemana. *In:* _____. **Obras Completas**, v.27. Moscou: Progreso, 1985. p.317-323.

_____ [1931]. Ahogados en un vaso de agua. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30.

Moscú: Progreso, 1986. p.151-152.

_____. [1933-1938] Cuadernos sobre el imperialismo. _____. **Obras Completas, v.28.** Moscú: Progreso, 1986. 583p.

_____. Cartas. 1914-1917. _____. **Obras Completas, v.49.** Moscú: Progreso, 1988. 743p.

LOUREIRO [2011a], Isabel. Apresentação geral. *In:* LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.1. São Paulo: Unesp, 2011a.

_____. [2011b]. Apresentação ao primeiro volume. *In:* LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.1. São Paulo: Unesp, 2011b.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchhausen.** Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 10 ed. São Paulo, Cortez, 2013.

_____. [1999]. Introdução. *In:* _____. **O marxismo na América Latina.** São Paulo: Perseu Abramo, 2006. pp. 9-64.

LUKÁCS, György [1923]. **História e consciência de classe.** Trad.: Rodnei Nascimento. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____. [1924]. **Lénine.** Paris: EDI, 1965.

_____. [1937]. **O romance histórico.** Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. [1938]. “Marx e o problema da decadência ideológica”. Trad. Carlos Nelson Coutinho. *In:* _____. **Marxismo e literatura.** (Org. COUTINHO, C.N.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. pp.49-112.

_____. [1940]. “Tribuna do povo ou burocrata”. Trad. Carlos Nelson Coutinho. *In:* _____. **Marxismo e literatura.** (Org. COUTINHO, C.N.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. pp. 113-161.

_____. [1945]. “Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels”. Trad. Leandro Konder. *In:* _____. **Ensaio sobre literatura.** (Org. KONDER, Leandro). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. [1954]. “Nota à edição alemã”. *In:* _____. **O romance histórico.** Trad.: Rubens

Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ [1957]. **Introdução a uma estética marxista:** sobre a categoria da particularidade. Trad.: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____ [1967]. Prefácio. In: **História e consciência de classe.** Trad.: Rodnei Nascimento. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

_____ [1971]. **Ontologia do ser social:** A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: LECH, 1979.

_____ [1972]. **Ontologia do ser social:** Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: LECH, 1979.

_____ [1976]. **Para uma ontologia do ser social,** v.1. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____ [1976]. **Para uma ontologia do ser social,** v.2. Trad. Nelio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____ [1984]. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa [1894]. What Are the Origins of May Day? *In: Selected Political Writings of Rosa Luxemburg.* XXXX: Monthly Review Press, 1971. p. 315-16. Disponível em: <http://www.ultrared.org/lm_mayday.html>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____ [1896]. The Polish Question at the International Congress in London. *In: DAVIS, Horace (Org.). The national question: selected writings by Rosa Luxemburg,* 1976. Disponível em: <www.marxists.org/archive/luxemburg/1896/07/polish-question.htm>. Acesso em: 15 dez. 2011.

_____ [1899]. Reforma social ou revolução? *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos,* v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 1-112.

_____ [1903]. Paralisia e progresso no marxismo. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos,* v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 113-127.

_____ [1904]. Questões de organização da social-democracia russa. *In: LOUREIRO,*

Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 151-176.

____ [1906]. Greve de massas, partido e sindicatos. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 263-350.

____ [1911]. Credo. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 425-442.

____ [1912]. **A acumulação de capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

____ [1914a]. Discurso de defesa em 20 de fevereiro de 1914. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 479-492.

____ [1914b]. A paz, a Tríplice Aliança e nós. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 497-500.

____ [1914c]. Escombros. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. p. 1-4.

____ [1916a]. A crise da social-democracia. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 15-144.

____ [1916b]. Teses. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 11-14.

____ [1918a]. A revolução russa. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 1-112.

____ [1918b]. O começo. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. p.229-233.

____ [1925]. Rascunho das teses de Junius. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 9-13.

MACHADO GOUVEA, Marina. **Aproximação ao debate marxista sobre a caracterização do capitalismo na virada para o século XX**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MACHADO GOUVEA, Marina e PRADO, Fernando Correa. “Dependência”. *In*: Escola Nacional Florestan Fernandes. **Ruy Mauro Marini e a Dialética da Dependência**. São

Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARIGHELLA, Carlos [1966]. A crise brasileira. In: _____. Escritos de Carlos Marighella. São Paulo: Ed. Livramento, 1979. pp. 49-97.

MARINI, Ruy Mauro [1973]. **Dialectica de la dependencia**. Mexico: FCE, 1991.

MARINI, Ruy Mauro [1974]. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4ª ed. Florianópolis: Insular/IELA, 2013.

MARINI, Ruy Mauro [1992]. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Marco Zero, 1992.

MARINI, Ruy Mauro [1993]. El concepto de trabajo productivo. in: DOS SANTOS, Theotonio. **Los restos de la globalización: ensayos**. Caracas: UNESCO, 1998, p.153-163. MARX, Karl [1843]. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. 2 ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl [1857]. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo: 2009.

MARX, Karl [1857]. Para a crítica da Economia Política (Introdução). In: _____. **Para a Crítica da economia política; Salario Preço e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes**. Traduções de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl [1859] Para a crítica da economia política (Prefácio). In: _____. **Para a Crítica da economia política; Salario Preço e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes**. Traduções de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. [1965] Salário, preço e lucro. In: _____. **Para a Crítica da economia política; Salario Preço e Lucro; O Rendimento e Suas Fontes**. Traduções de Edgard Malagodi, Leandro Konder, José Arthur Giannotti e Walter Rehfed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl [1867]. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I – O Processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl [1867]. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2v.

_____ [1867]. **El capital. Edición crítica.** Libro primero: el proceso de producción del capital. Cidade do México: Siglo XXI, 1992. 3v.

_____ [1885]. **O Capital: crítica da economia política.** Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 1v.

_____ [1885]. **El capital. Edición crítica.** Libro segundo: el proceso de circulación del capital. Cidade do México: Siglo XXI, 1991. 2v.

_____ [1894]. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 2v.

_____ [1894]. **El capital. Edición crítica.** Libro tercero: el proceso global de la producción capitalista. Cidade do México: Siglo XXI, 1989. 2v.

MARX, Karl [1867]. Prefácio [à primeira edição em alemão]. In: _____. **O capital. Crítica da economia política.** Livro I. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo. 1a Ed. Trad.: Rubens Enderle. 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich [1845-46]. **A Ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich [1848] **Manifesto do Partido Comunista.** In: _____. Obras Escolhidas. 10 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Obras escolhidas em 3 tomos.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990. v.1.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Obras escolhidas em 3 tomos.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990. v.2.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Obras escolhidas em 3 tomos.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990. v.3.

MEANS, Gardiner C. [1967] Implicações da revolução da sociedade anônima sobre a teoria econômica. In: **A moderna sociedade anônima e a propriedade privada.** São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MORAES, João Quartim de [1991]. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS, D. A.; SADER, E.; MORAES, E.; MORAES, J.Q.; ZAIDAN, M.; SANTOS, R. **História do marxismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. v.1.

pp.47-87.

NETTO, José Paulo [2009]. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular: 2011.

NETTO, José Paulo [2012]. Apresentação. In: LUKÁCS, György [1976]. **Para uma ontologia do ser social**, v.1. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLDRINI, Guido [xxxx]. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. Trad. Ivo Tonet. In: LUKÁCS, György [1981]. **Para uma ontologia do ser social**, v.2. Trad. Nélío Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013. pp.9-37.

OSORIO, Jaime. **El Estado en el centro de la mundialización**. La sociedad civil y el asunto del poder. México: FCE, 2004.

OSORIO, Jaime. **Estado, reproducción del capital y lucha de clases: la unidad económico/política del capital**. Mexico: UNAM, 2014.

OSORIO, Jaime. Padrão de Reprodução do Capital. Uma proposta teórica. In: FERREIRA C., OSORIO, J. e LUCE, M. (org). **Padrão de reprodução do capital**. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência na América Latina**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

PRESTES, L.C. [1938]. **Cartas ao Tenente Severo Fournier**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1938/12/19.htm>> Acesso em 25 fev. 2016.

_____. [1980] **Carta aos comunistas**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

PRESTES, A. L. **Da insurreição armada, 1935, à união nacional, 1938-1945: a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRESTES, A. L. **Os comunistas brasileiros: 1945-1956/58**. São Paulo: Ed. Brasiliense,

2010.

REIS, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira (Orgs.) **Imagens da revolução**. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROSENTAL, Mark Moisevich; IUDIN, Pavel Fedorovich Iudin. **Dicionário Filosófico Marxista**. Ediciones Povos Unidos: Montevideo, 1946. [Original:Краткий философский словарь. Moscou: Editorial Estatal de Literatura Política, 1939].

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1967a]. “O conceito de essência humana em Marx”. In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1967b]. “Sobre a alienação em Marx”. In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1967;1980]. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1980]. “Prólogo à edição de 1980”. In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1983a]. “El joven Marx y la filosofía especulativa”. In: _____. **De Marx al marxismo en América Latina**. México, DF: Ed. Ítaca, 1999. pp.13-16.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1983b]. “Racionalidad y emancipación en Marx”. In: _____. **De Marx al marxismo en América Latina**. México, DF: Ed. Ítaca, 1999. pp.25-48.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo [1997]. “La filosofía de la práxis”. In: _____. **De Marx al marxismo en América Latina**. México, DF: Ed. Ítaca, 1999. pp.49-84.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. “À guisa de epílogo”. In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007.

SOBOLEV et al. (INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO LIGADO AO CC DO PCUS). **La internacional comunista: ensayo histórico sucinto**. Moscou: Progreso, s/d.

STEKLOFF, G. M [1928]. **History of The First International**. Londres: Dorrit Press. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/steklov/history-first-international/>>. Acesso em: 22 set. 2009.

SWEEZY, Paul [1949a]. Recent Developments in American Capitalism. In: **Monthly Review**. New York, v.1, n.1. Mai 1949. pp. 16-21.

SWEEZY, Paul. [1942]. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Princípios de economia marxista. Trad. de Waltensir Dutra. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **The Present as History**. Essays and Reviews on Capitalism and Socialism. New York: Monthly Review, 1953.

_____. [1981]. **4 Conferências sobre o Marxismo**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TSURU, Shigeto (Org.) [196X]. **Aonde vai o capitalismo?**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1ª. ed. em português. Trad.: Maria Celina Whately. 1968.

TUCÍDIDES. Ιστορία του Πελοποννησιακού Πολέμου [História da Guerra do Peloponeso]. Atenas: POLIS. Ed. por M.Skouteropoulos. 2011.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. “Apresentação”. In: LUKÁCS, György [1984]. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B. e BATTISTON, Stefano. **The network of global corporate control**. ETH Zurich, Suíça. 2011. Disponível em: <<http://e.eita.org.br/3f>> Acesso em 10 abr. 2016.

ZAIDAN, Michel [1985]. **O PCB (1922-1930)**: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

ZAIDAN, Michel [1988]. **O PCB e a Internacional Comunista, 1922-1929**. São Paulo: Vértice, 1988.

ZAIDAN, Michel [1991]. O grande tournant: o VI congresso da Internacional Comunista. In: REIS, D. A.; SADER, E.; MORAES, E.; MORAES, J.Q.; ZAIDAN, M.; SANTOS, R. **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. v.1. pp.89-10